



UFRJ

**Universidade Federal do Rio de Janeiro
Centro de Filosofia e Ciências Humanas
Escola de Comunicação
Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Cultura**

Vitor Monteiro de Castro

**Produzindo consenso: a disputa por hegemonia na produção de sentido
sobre a favela e seus moradores**

Rio de Janeiro

2018

Vitor Monteiro de Castro

**Produzindo consenso: a disputa por hegemonia na produção de sentido
sobre a favela e seus moradores**

Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Cultura, Escola de Comunicação, Universidade Federal do Rio de Janeiro, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Doutor em Comunicação e Cultura.

Orientador: Prof. Dr. Eduardo Granja Coutinho

Rio de Janeiro

2018

CIP - Catalogação na Publicação

M355P Monteiro de Castro, Vitor
Produzindo consenso: a disputa por hegemonia na
produção de sentido sobre a favela e seus moradores
/ Vitor Monteiro de Castro. -- Rio de Janeiro, 2018.
193 f.

Orientador: Eduardo Granja Coutinho.
Tese (doutorado) - Universidade Federal do Rio
de Janeiro, Escola da Comunicação, Programa de Pós
Graduação em Comunicação, 2018.

1. Mídia. 2. Favela. 3. Violência. 4. Hegemonia.
I. Granja Coutinho, Eduardo, orient. II. Título.

**Elaborado pelo Sistema de Geração Automática da UFRJ com os
dados fornecidos pelo(a) autor(a).**

Vitor Monteiro de Castro

**Produzindo consenso: a disputa por hegemonia na produção de sentido
sobre a favela e seus moradores**

Banca Examinadora:

Prof. Dr. Eduardo Granja Coutinho (orientador)
Escola de Comunicação – UFRJ

Prof. Dra. Flora Côrtes Daemon de Souza Pinto
Departamento de Letras e Comunicação Social – UFRRJ

Prof. Dra. Leila Salim Leal
UFRJ

Prof. Dra. Marianna de Araujo e Silva
UFRJ

Prof. Dr. Paulo Roberto Figueira Leal
Faculdade de Comunicação - UFJF

Às mães e familiares das vítimas da violência

*A Johnatha Oliveira e Vitor Santiago,
duas das inúmeras vítimas dessa
política de segurança insana*

*A minha mãe, que me ensinou o que é amor,
e que a dor da perda é imensa*

*Ao Benjamin, que chegou e trouxe
ainda mais sentido à pesquisa*

AGRADECIMENTOS

A Letícia Serafim, companheira de vida, que tem me ensinado a perseverar.

A minha família, sempre presente – em especial a meu pai Vicente e meus irmãos Eduardo e Rafael, mas extensivo a todos – João, Duda, Marcela e Marcella

A Bete Serafim, César Saravá, Juliana, Luiz César Junior, Camila, Cláudia e Zé, que colaboraram de diversas formas, principalmente ajudando no cuidado com o Benjamin.

A Marianna Araujo, entusiasta de todas as horas, intelectual admirável.

Aos amigos do Grupo de Estudos Marxista em Comunicação e Cultura (GEMCCult) composto por Leila Leal, Otávio Augusto, Bruno Cruz, Erick Dau e Eduardo Granja Coutinho.

Às amigas Flora Daemon e Leila Leal, que compuseram a banca de qualificação e foram fundamentais à pesquisa,.

Aos funcionários do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da ECO/UFRJ, sempre atenciosos e solícitos.

Ao Observatório de Favelas que lá em 2005 me deu a oportunidade de vivenciar a Maré e conhecer inúmeras outras favelas, onde encontrei diversos amigos.

Ao Raízes em Movimento, instituição que me acolheu no conjunto de favelas do Alemão.

A todos aqueles que ajudaram sem saber, seja pela relação, pela amizade ou pelas reflexões que interferiram na construção do trabalho: Adriana Facina, Alberto Aleixo, Allan Brum, Ana Paula Lisboa, Andrew Fishman, Bárbara Lima, Bira Carvalho, Cecília Oliveira, David Amen, Flávia Oliveira, Francisco Marcelo, Gizele Martins, Marielle Franco, Patrícia Oliveira, Raul Santiago, Renata Souza e Rosilene Miliotti.

A Cadu Barcelos e Fransérgio Goulart, pela confiança.

Ao meu camarada e orientador Eduardo Granja Coutinho pela paciência, estímulo e colaboração indispensáveis ao processo de construção da pesquisa.

E principalmente a Ana Paula Oliveira, mãe de Johnatha de Oliveira Lima, e Vitor Santiago Borges, pessoas com forças sobrenaturais que estão sobrevivendo a essa violência contra moradores de favelas no Rio de Janeiro e continuam lutando por justiça. A luta deles é a esperança de que outro mundo é possível.

*Todo indivíduo tem direito à vida,
à liberdade e à segurança pessoal.*

Declaração Universal dos Direitos Humanos

RESUMO

CASTRO, Vitor Monteiro de. *Produzindo consenso: a disputa por hegemonia na produção de sentido sobre a favela e seus moradores*. Rio de Janeiro, 2018. Tese (Doutorado em Comunicação e Cultura) – Escola de Comunicação, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2018.

O propósito deste estudo é demonstrar como o discurso hegemônico em relação às favelas naturaliza e até mesmo justifica a violência sofrida pelos moradores desses locais. Para isso apresentamos um breve histórico de como as favelas e seus moradores foram e são representados até os dias atuais pela imprensa, traçando um panorama da relação da mídia com esses espaços. Nossa hipótese parte da ideia de que essa construção de estereótipos, estigmas e preconceitos foi responsável pelo que estamos chamando de desumanização ou reificação desses moradores, que são considerados cidadãos de segunda classe, passíveis de serem mortos sem que isso cause alguma comoção social. Descrevemos dois tipos de violência segundo os parâmetros midiáticos: uma aceitável e outra inaceitável.

Para isso trabalhamos com o conceito de hegemonia, a partir das contribuições de Gramsci, que se articula como liderança moral e intelectual de um grupo sobre o conjunto da sociedade. Os meios de comunicação são aparelhos de hegemonia que colaboram ativamente para a construção da visão de mundo dos indivíduos, garantindo o consenso necessário à manutenção das estruturas sociais. Essa legitimação se dá a partir da construção de hegemonia, com a mídia ocupando esse papel de intelectual orgânico das classes e blocos de poder dominantes. Na tentativa de humanizar essas vítimas esquecidas pela mídia, procuramos mostrar como é possível escutar e visibilizar a voz desses moradores a ponto de também sensibilizar o leitor com suas histórias de vida – e não apenas de vítimas merecedoras de destaque segundo os padrões midiáticos.

Palavras-chave: mídia, favela, violência, hegemonia.

ABSTRACT

The purpose of this study is to demonstrate how the hegemonic discourse in relation to favelas naturalizes and even justifies the violence suffered by people living in these places. For this, we present a brief history of how favelas and their residents have been and are represented by the press through the present day, tracing a panorama of the relation of the media with these spaces. Our hypothesis is based on the idea that this construction of stereotypes, stigmas and prejudices was responsible for what we are calling the dehumanization or reification of residents, who are considered second-class citizens, capable of being killed without causing any social unrest. We describe two types of violence according to the media parameters: one acceptable and one unacceptable.

For this we work with the concept of hegemony, based on the contributions of Gramsci, which is articulated as one group's moral and intellectual leadership over society as a whole. The media is a device of hegemony that collaborates actively in the construction of individual's worldview, guaranteeing the necessary consensus for the maintenance of social structures. This legitimation takes place from the construction of hegemony, with the media occupying this organic intellectual role of the dominant classes and power blocks. In an attempt to humanize these forgotten victims by the media, we try to show how it is possible to give voice and visibility to these residents to the point of sensitizing the reader to their life stories — not merely as victims worthy of mention by media standards.

Keywords: media, favela, violence, hegemony

Sumário

1. Introdução.....	11
2. A representação da favela pela mídia.....	18
2.1 As favelas como problema?.....	23
2.2 A formação do discurso criminalizante.....	34
3. Estratégias discursivas na luta pela hegemonia.....	58
3.1 A mídia que naturaliza a violência.....	76
3.2 Dois pesos e duas medidas.....	82
4. De quem é a dor que não sai no jornal?.....	93
4.1 Dando visibilidade à dor.....	98
4.1.1 Vitor Santiago Borges.....	101
4.1.2 Johnatha de Oliveira Lima.....	115
5. Considerações finais.....	129
Referências Bibliográficas.....	133
Anexos.....	146
Anexo 1 (Entrevista com Vitor Santiago Borges).....	146
Anexo 2 (Entrevista com Ana Paula Oliveira).....	165

1. Introdução

Em agosto de 1993, 21 pessoas foram assassinadas por policiais na favela de Vigário Geral. Era uma retaliação pela morte de quatro PMs no dia anterior na favela. A manchete de capa do jornal O Globo de 31 de agosto de 1993 destacava o massacre: “PMs são acusados de nova chacina” e seis páginas internas eram dedicadas ao crime. O então secretário de segurança, Nilo Batista, declarava que não tinha dúvidas de que o crime teria sido cometido por PMs. Três anos antes, no dia 26 de julho de 1990, 11 jovens (entre eles sete menores de 18 anos) foram assassinados na favela de Acari, e nem uma linha no mesmo O Globo sobre o caso. Essa diferença de tratamento dispensado aos dois crimes nos remete à declaração de um jornalista – que não se identifica – para uma pesquisa do Centro de Estudo sobre Segurança e Cidadania (CESeC), quando afirmou que “o pessoal na redação até brinca e diz assim: ‘Olha, matéria grande em favela longe, só acima de 12 mortos’” (Ramos e Paiva, 2007, p. 79). Apesar de apresentado como uma “brincadeira”, infelizmente é o que de fato se reproduz no dia a dia. A vida dos moradores de favelas e periferias, não só no Rio de Janeiro, são tratadas como não merecedoras de destaque por parte da mídia hegemônica, que privilegia a cobertura de matérias em bairros nobres das cidades.

Nosso propósito aqui é demonstrar como o discurso midiático naturaliza a violência sofrida por moradores de favelas e periferias, e até mesmo justifica o extermínio dessa parcela da população. Para isso apresentamos um breve histórico de como as favelas e seus moradores foram e são representados até os dias atuais pela imprensa. Se nas primeiras décadas do século passado as favelas são alvo do discurso higienista que as colocava como irradiadoras de doenças e de que sua população era responsável pelos problemas de saúde no Rio de Janeiro, é muito por conta da visão difundida pela mídia da época. No início do século XX João do Rio já retratava a favela como um “arraial da sordidez”, com sua população “refestelada na indigência em vez de trabalhar” (1911, p.152). É a partir do olhar do estrangeiro, do visitante, do observador, que a favela passa a ser retratada e incorporada no imaginário social, como uma outra cidade, em que seus moradores não teriam os mesmos direitos do restante da metrópole. O jornalista Benjamin Costallat constatava que na favela “a lei é do mais forte” e que é “a navalha que liquida os casos” (1992, p. 37), como se fosse um ambiente sem lei; já Orestes Barbosa, também jornalista, determinava que era um “bairro terrorista onde a polícia não vai” (1993, p. 111); ou como sentenciou a revista Careta ainda em 1909, que

os moradores desses espaços seriam um “antro de facínoras” e que a favela deveria ser extirpada para “decência e higiene” da então capital federal (4 dez. 1909, p. 25). A construção desse imaginário negativo sobre esses espaços foi reforçada cotidianamente pela mídia ao longo do século XX.

Traçamos um panorama da relação da mídia com esses espaços, partindo de exemplos publicados pela imprensa desde o início do século XX sobre as favelas cariocas e de seu discurso criminalizando seus moradores. Nossa hipótese é de que essa construção de estereótipos, estigmas e preconceitos foi responsável pela desumanização ou reificação desses moradores, tratados como cidadãos de segunda classe, passíveis de serem exterminados sem que isso cause qualquer comoção social – a não ser, claro, quando o caso é grotesco. O tratamento dispensado aos moradores de favelas pela mídia é grosseiramente diferente do direcionado a moradores de outras áreas da cidade. O que vemos é que existem dois tipos de violência: uma aceitável e outra inaceitável. As mortes aceitáveis pela mídia – e conseqüentemente pelo conjunto da sociedade, a chamada opinião pública – são as dos pobres, negros, moradores de favelas. Esse público pode ser exterminado justamente porque são desumanizados, retiram deles suas possibilidades de sentimentos, de identidade e de memória. Passam a figurar apenas como estatísticas, como números de uma guerra em que a vítima é sempre a mesma. E quem atua de forma a definir que vidas têm mais valor e merecem ou não ter destaque e repercussão é a mídia hegemônica, que atua banalizando a vida e a vivência dessa parcela da população. Enquanto as vítimas merecedoras de destaque são humanizadas, tratadas com dramaticidade a ponto de comover a opinião pública, os não merecedores são negligenciados ou serão publicadas pequenas matérias sem qualquer tipo de contexto que possa causar comoção ou revolta. Muitas vezes essas pequenas matérias são capazes de culpabilizar a vítima dessa violência. As vítimas têm sua vida investigada para se buscar a conclusão de que não foram mortas por acaso, que em alguma medida “procuraram” por esse destino.

Criada como solução para os problemas habitacionais, as favelas, no entanto, sempre foram vistas e tratadas como problema também pelo poder público. Sua extinção era vista como solução por alguns, com recorrentes políticas de remoções – mas que nada mais eram do que remoções para outras áreas que se tornariam favelas, mais afastadas das áreas nobres da cidade. Embora na década de 1940 tenha havido uma política de buscar a melhoria da qualidade de vida dos moradores de favela, já nos anos

1960, com a eleição de Carlos Lacerda, a política de remoções volta com afinco. De 1961 a 1973 quase 140 mil pessoas foram removidas, em especial da Zona Sul, o que revela também o caráter elitista de que era importante liberar as áreas nobres das favelas. Foram removidos 7,4 vezes mais moradores da Zona Sul do que da Zona Norte, por exemplo (Silva e Barbosa, 2005, p. 44). É apenas a partir do final da década de 1970 que há uma remodelação das intervenções públicas, com projetos que se propunham a urbanizar algumas favelas, ampliando o acesso a água, esgoto, coleta de lixo e iluminação, além de construção de escolas e creches. Muitas dessas conquistas se devem à mobilização popular, que foi capaz inclusive de criar as condições para a implementação do programa Favela-Bairro na década de 1990, que tinha a urbanização como política mais adequada – e não as remoções. Por conta dos grandes eventos que aconteceram no Rio de Janeiro – Jogos Pan americanos, Copa do Mundo de Futebol e Olimpíadas –, a política de remoção voltou com grande impacto, em especial nas áreas próximas à realização dos eventos esportivos. Embora na gestão de Eduardo Paes tenha sido lançado o programa Morar Carioca (2012), com o objetivo de urbanizar, até 2020, todas as favelas do Rio de Janeiro, o que se viu foram ações pautadas muito mais em remoções do que em reurbanização das favelas. De 2009 a 2013, cerca de 67 mil pessoas foram removidas (Azevedo e Faulhaber, 2015, p. 37).

Desde o surgimento das favelas as políticas de eliminação têm se sobreposto a uma ideia de integração como solução. E essa exclusão passa também pela eliminação simbólica, que é o que procuramos demonstrar com a cobertura da mídia hegemônica dispensada a esses espaços que, assim como o poder público, até hoje foi incapaz de reconhecer os moradores de favelas e periferias como dotados dos mesmos direitos dos moradores do restante da cidade. A mídia raramente questiona a postura das ações de segurança pública, historicamente pautada na repressão e no confronto contra a população pobre. Ironicamente, nos momentos em que a mídia questionou a política de segurança, ela foi justamente contra a lógica de respeito aos direitos humanos desses moradores. No primeiro governo de Leonel Brizola (1983-1986) houve uma ruptura em relação à atuação violenta da polícia. O então governador criticava a violência policial e tentava alterar a prática repressiva e violenta contra os moradores de favelas que caracterizavam a atuação da segurança pública nesses espaços. Essa proposta de tratamento igual para todos os cidadãos foi ironizada pela mídia como se fosse impeditiva de ações eficazes no campo da segurança, afirmando que Brizola estaria estimulando a criminalidade. O Jornal do Brasil chegou a insinuar, em editorial, que

haveria suspeita de “ligações perigosas” entre o mundo do crime e o governo (1995, p. 22 apud Machado da Silva, 2017, p. 234).

É a disseminação dessa visão bélica pela mídia que legitima uma política de confronto, militarizada, em que as favelas são tratadas como territórios inimigos, numa guerra encampada contra o tráfico de drogas na cidade do Rio de Janeiro. É a partir desse momento que o termo “guerra” passa a frequentar as páginas dos jornais para caracterizar a política de segurança na cidade do Rio de Janeiro, criminalizando os moradores das favelas. O tema da segurança pública ganha destaque em todas as eleições para governador desde então e políticas pautadas no enfrentamento se tornam comuns. O então secretário de segurança pública do Rio em 1995, Euclimar da Silva, também é defenestrado pela imprensa, que solicitava uma postura mais enérgica na ação contra a violência. Obviamente foi deposto dias depois e substituído pelo general Nilton Cerqueira que chegou com o discurso de que era preciso “atirar primeiro e conferir depois” e implementou a “premiação faroeste” que gratificava financeiramente os policiais que matassem mais bandidos. Estava consolidada a noção de “guerra” no Rio de Janeiro. Os índices de mortes pela polícia fazem jus a essa comparação – de acordo com os dados disponibilizados pelo Instituto de Segurança Pública do Rio de Janeiro (ISP-RJ), saímos de 300 vítimas em 1997 para 1330 em 2007, ano dos jogos Pan americanos, no auge dessa política de confronto.

A partir de 2005 o uso dos blindados conhecidos como caveirões passam a ser rotineiros (antes eram usados apenas em operações especiais). Apesar de Sérgio Cabral anunciar dias antes da eleição de 2006 para governador, que aboliria o uso indiscriminado do blindado, o que se viu foi o contrário. Em junho de 2007 uma megaoperação envolvendo 1350 policiais no conjunto de favelas do Alemão deixa 19 mortos, vários com indícios de execução sumária. Em 2007 se vê também uma expansão vertiginosa das chamadas milícias, que foram inicialmente elogiadas por governantes, como os ex-prefeitos César Maia e Eduardo Paes. A lógica de confronto, há anos sem qualquer resultado positivo, permanecia e era exaltada pela mídia, numa lógica de que a violência acabaria com a violência. O extermínio da juventude pobre, negra e moradora de favela ia se consolidando: entre 2002 e 2010 morreram 125,6% mais jovens (entre 15 e 24 anos) negros do que brancos no Brasil. Entre 2000 e 2015 o assassinato de homens aumentou 28,5%. Se considerarmos apenas os homicídios de homens negros (pretos e pardos), esse número aumentou 73,9%, contra a diminuição de

22% de homicídios de homens brancos. Já em relação às mortes por policiais e de outros agentes do Estado – os chamados autos de resistência –, as vítimas são 241% a mais de negros do que brancos. Em 2015 foram 942 pessoas assassinadas nessas circunstâncias no Rio de Janeiro, sendo 657 negras e 273 brancas¹.

A noção de guerra difundida pelos meios de comunicação colabora para que a opinião pública reconheça como normal – ou natural – que inocentes mortos serão consequências necessárias para a vitória contra esse mal idealizado no tráfico de drogas. A naturalização dessa lógica banaliza a morte de moradores, criminosos e policiais. Nossa hipótese é de que a mídia não apenas descreve a violência, mas participa de sua construção. A metáfora da guerra é utilizada sempre que a questão da violência é agravada e gera uma espécie de exigência das classes média e alta de garantia de seu direito à vida, em detrimento a esse mesmo direito dos moradores de favelas e periferias. Verificamos também como a mídia altera seu discurso bélico no período anterior aos grandes eventos – Olimpíadas e Copa do Mundo. O termo “pacificação” passa a figurar no dia a dia dos jornais com a instalação de Unidades de Polícia Pacificadora (UPPs) em algumas favelas. É importante o papel desempenhado pela mídia nessa busca pelo consenso de que o Rio de Janeiro vivia momentos de tranquilidade. O termo “guerra” some das manchetes e reportagens. Mas essa lua de mel entre mídia e UPPs tinha prazo de validade e chega ao limite logo após os megaeventos esportivos – o Rio voltava a ser uma cidade em guerra, uma cidade violenta pelos olhos da mídia e os confrontos contra os bandidos são novamente exigidos para por fim à violência. Não por acaso, em agosto de 2017 o jornal Extra lança uma nova editoria: “Guerra do Rio”. Tendo essa postura criticada, o jornal se explicou dizendo que defende uma guerra baseada na inteligência.

É através do discurso midiático, que prioriza o interesse econômico, que o tratamento dispensado aos moradores de favelas é legitimado. Na segunda parte do trabalho buscamos apresentar como a mídia atua valorizando ou negligenciado determinados assuntos relacionados à violência, criando discrepâncias de tratamento para moradores de partes diferentes da cidade. Trabalhamos com o conceito de hegemonia, a partir de Gramsci, que se articula como liderança moral e intelectual de um grupo sobre o conjunto da sociedade. Os meios de comunicação são aparelhos de hegemonia que colaboram ativamente para a construção da visão de mundo dos

¹ Disponível em <<https://aosfatos.org/noticias/uma-pessoa-preta-ou-parda-e-assassinada-no-brasil-cada-13-minutos/>>

indivíduos, é quem “garante as relações de produção e propriedade, criando e recriando o consenso necessário à supremacia do capital” (Coutinho, 2014, p. 18). Essa legitimação de forças que oprimem se dá a partir da construção de hegemonia, que se consolida quando um grupo social, que tem sua própria concepção de mundo, toma emprestado a outro grupo social uma concepção de mundo que não é a sua e passa a segui-la. É dessa forma que a mídia, enquanto instrumento de hegemonia, elabora, difunde e legitima determinadas visões de mundo, se consolidando como um intelectual orgânico das classes dominantes, ocupando cada vez mais os espaços antes ocupados por outros aparelhos de hegemonia, como partidos políticos, sindicatos, igrejas, escolas e movimentos sociais. No entanto, essa visão de mundo apresentada pelos meios hegemônicos estão longe de representar as necessidades e vivências dos moradores de favelas e periferias.

Com o intuito de demonstrar que há uma diferenciação no tratamento midiático em relação a moradores de favelas e de áreas mais nobres da cidade, apresentamos dois casos com repercussão significativa pela mídia. Ambos aconteceram no ano de 2015. As mortes do médico Jaime Gold – em 20 de maio – na Zona Sul do Rio de Janeiro, área nobre da cidade, e a de cinco jovens assassinados pela polícia – em 28 de novembro –, com 111 tiros, em Costa Barros, bairro da Zona Norte carioca. A diferença de cobertura da mídia entre os dois casos é gritante. Pelo viés midiático, podemos afirmar que a vida de cinco jovens moradores da periferia vale bem menos do que a vida de um médico morador de uma área privilegiada da cidade. Analisamos a cobertura dos jornais o Globo e Extra, comparando os espaços dedicados a cada cobertura e os conteúdos dessas reportagens.

Na terceira parte do trabalho procuramos demonstrar como essas vítimas moradoras de favelas e periferias são desumanizadas pela mídia. Mas para além disso, o que propomos é uma tentativa de humaniza-los, de dar voz a essas vítimas, de mostrar o que não foi dito, de contar suas histórias de forma que possam se sentir também contempladas, como se fossem vítimas merecedoras de destaque tanto quanto de moradores de outras partes da cidade. Claro que não há a pretensão de com este trabalho dar a visibilidade que consideramos ideal, mas sim de mostrar que é factível visibilizar essas vítimas, de demonstrar que é possível sensibilizar o leitor, de humanizar essa vítima moradora de favela, de forma a construir uma mudança de mentalidade, de visão de mundo, da sociedade sobre essa parcela da população. A partir do momento em que a

opinião pública reconhecê-los como pessoas com identidade, com histórias de vida, de que não são apenas números ou estatísticas de violência, poderemos ver alguma comoção da sociedade para esses acontecimentos tão ou mais trágicos dos que acontecem com moradores de áreas nobres da cidade, evitando que essa política de extermínio continue sendo tratada como natural. Pra isso contamos a história de dois jovens, Vitor Santiago Borges, morador da Maré, e Johnatha de Oliveira Lima, morador de Manguinhos. Vitor foi baleado por soldados do exército quando tinha 29 anos (hoje tem 32), ficou paraplégico e teve uma perna amputada. Johnatha foi assassinado por policiais da UPP de Manguinhos quando tinha 19 anos (em maio de 2015), com um tiro nas costas. Ambos foram criminalizados, taxados de bandidos. Vitor sobreviveu pra contar sua história, já Johnatha tem sua história contada por sua mãe, Ana Paula Oliveira, que tem feito de tudo para evitar que seu filho tenha a sua história manchada mesmo depois de morto.

2. A representação da favela pela mídia

A discriminação
Rotina de escravidão
Proporciona alienação
E abandono do estado
Basta! (MC Martina)

Na tarde do dia 24 de abril de 2017 o auditório da Defensoria Pública do Rio de Janeiro, no centro da cidade, está lotado. Cerca de 200 presentes, entre eles cerca de 30 policiais militares fardados, que trabalham na Unidade de Polícia Pacificadora (UPP) do Alemão. O restante são moradores das favelas do Alemão e ativistas de direitos humanos, além de profissionais de imprensa. A audiência é para tratar de violação de direitos no conjunto de favelas do Alemão, mais especificamente da invasão de casas de moradores que estavam sendo usadas como bases militares desde dezembro de 2016. Até então a informação era negada pelo Comando da UPP – apesar de gravações em vídeo de moradores. Contraditoriamente, durante a audiência o tenente-coronel Marcos Borges assumiu que as invasões aconteceram e, mais do que isso, de que era parte de uma estratégia da Polícia Militar. Com tranquilidade afirmou que nos próximos dias as casas seriam desocupadas, já que seriam instaladas torres militares para as substituírem na localidade. De dezembro – data das primeiras invasões – a fevereiro, quando integrantes do Coletivo Papo Reto² e do DefeZap³ divulgaram os vídeos, até a data da audiência, em abril, nenhuma matéria veiculada nos principais meios de comunicação impressos cariocas (O Globo, O Dia, Extra, Meia Hora) sobre a invasão das casas, mesmo com repercussão dos vídeos nas redes sociais e de matérias em sites de notícias (G1, em fevereiro; R7 em março). Só vamos encontrar esse tipo de registro após a audiência pública, mais de quatro meses após as primeiras invasões. A desocupação prometida no dia 24 de abril “nos próximos dias” só foi acontecer de fato no dia 14 de junho, quase dois meses depois da audiência – e seis meses após as primeiras invasões.

Mesmo as notícias que informam sobre a invasão, trechos como “as lajes estariam sendo usadas” são destacados na manchete, embora na própria matéria haja a informação de que Defensores Públicos constataram a invasão – além de informar que o

² O Papo Reto é um coletivo de comunicação independente formado por jovens moradores do conjunto de favelas do Alemão e da Penha.

³ O DefeZap é um serviço que permite o envio de vídeos-denúncias que mostrem violência ilegal cometida por agentes do Estado. As violações são encaminhadas às autoridades responsáveis e cobradas oficialmente, sem a necessidade de identificação do autor do vídeo-denúncia.

comando da UPP local nega e diz que as casas que foram ocupadas (e não invadidas) estavam abandonadas.

Ainda na mesma semana da audiência pública, apenas no conjunto de favelas do Alemão, pelo menos quatro pessoas foram assassinadas: o jovem Felipe Farias Gomes de Souza, de 16 anos, atingido na cabeça, na Nova Brasília, durante manifestação contra a morte do adolescente Paulo Henrique de Oliveira, de 13 anos, que foi morto dois dias antes, atingido na barriga dentro da casa de um amigo, jogando videogame, na favela da Grotá; outro jovem morto foi Gustavo Silva, de 17 anos, atingido enquanto abria a padaria em que trabalhava, na Nova Brasília; e Bruno de Souza, de 24 anos, foi a quarta vítima da semana. Bruno era soldado do Exército e estava dentro de casa, na Nova Brasília, quando foi alvejado na perna. Ao se procurar registros dessas mortes “acidentais” na mídia, são raras as informações encontradas. O que encontramos foi no jornal Extra do dia seguinte à audiência (25/04/2017), sobre os constantes tiroteios naquela semana. A manchete foi a seguinte: “Menor e três PMs do Bope feridos em mais um dia de confrontos” e a matéria interna dizia que

Desde sexta-feira [21/04/2017], o Bope faz operações na Nova Brasília para a instalação de uma cabine blindada. Segundo o comandante-geral da Polícia Militar, coronel Wolney Dias, os criminosos estão realizando ataques constantes para impedir a instalação da estrutura.

(...)

Em quatro dias de operações e tiroteios constantes, três pessoas morreram, entre elas um soldado do Exército e um morador. A terceira vítima, segundo a PM, seria um homem com passagens pela polícia. Gustavo Silva, de 17 anos, foi ferido na localidade Alvorada, na Nova Brasília, na sexta-feira, quando estava saindo de casa para trabalhar em uma padaria. Já o soldado do Exército Bruno de Souza foi atingido na perna dentro de casa. O projétil rompeu sua artéria femoral, e o militar morreu. No total, de sexta-feira até ontem, nove pessoas já foram baleadas no Complexo do Alemão (p. 10)

As mortes nesses tiroteios são retratadas de forma banalizada. São números, com poucas informações sobre quem de fato são essas pessoas. Em relação aos policiais, um deles tem o nome divulgado e sobre os outros dois aparece apenas a informação de que foram baleados e que têm o estado de saúde estável. Todos esses absurdos são tratados de forma naturalizada pela mídia. As repercussões são mínimas e nenhuma manchete em capa de jornal, por exemplo, retratam o descaso com as vítimas – seja das invasões, seja das mortes dos jovens. Fosse em outra área da cidade, não há dúvidas de que a repercussão seria diferente. Mas isso não é nenhuma novidade. Desde a primeira notícia sobre as favelas e seus moradores veiculada em jornal, registrada em 1908 por uma

incursão do cronista João do Rio no Morro de Santo Antônio, no Centro do Rio de Janeiro, podemos perceber o olhar preconceituoso em relação a esses espaços. Ele já dizia que era um “acampamento de indolência, livre de todas as leis” (1911, p. 152).

Historicamente as favelas e periferias do Rio de Janeiro são tratadas pela mídia como territórios inimigos em uma guerra entre o “bem” e o “mal”. O termo “cidade partida”, que ganhou destaque principalmente após a publicação do livro de mesmo nome do jornalista Zuenir Ventura, publicado em 1994, é comumente difundido pela mídia. O termo, explica Ventura, se dá por conta da busca pela segregação que se deu durante todo o século XX: “desde a reforma de Pereira Passos e passando pelos planos Agache e Doxiadis, a opção foi sempre pela separação (...). A cidade civilizou-se e modernizou-se expulsando para os morros e periferias seus cidadãos de segunda classe” (2003, p.13). Mas essa oposição entre favela e cidade não é algo que surgiu a partir da década de 1990. O tratamento dado a esses espaços desde a formação das primeiras favelas já demonstra esse tom conflituoso.

Os primeiros estudos sobre a cena urbana e seus personagens populares no Rio de Janeiro voltaram seus olhares para o cortiço, considerado então o local da pobreza. Podemos dizer que o cortiço foi o precursor da favela, tanto em relação a sua estrutura física – barracos e habitações precárias do mesmo tipo identificado em seguida no Morro da Providência –, como no tratamento dispensado pelo poder público – o cortiço era definido “como um verdadeiro ‘inferno social’ (...) como antro da vagabundagem e do crime” (Valladares, 2008, p. 24).

Ainda em 1866 instala-se no Rio o que o historiador Chalhoub denomina de “ideologia da higiene”, quando foi apresentado um projeto proibindo a construção de cortiços em toda a área central da cidade, assim como a reconstrução daqueles que já existiam (1996, p. 33). Essa medida entra em vigor de fato em 1873, sete anos depois. Chalhoub explica que “estavam se engendrando os instrumentos legais para a guerra de extermínio contra os cortiços, ou – o que dá no mesmo – para a política de expulsão das ‘classes pobres’/ ‘classes perigosas’ das áreas centrais da cidade” (p. 34). Ainda em 1886 o Conselho Superior de Saúde Pública recomendava a remoção dos moradores. De acordo com o Conselho, “todos deploramos as condições dos cortiços e concordamos em que as habitações eram higienicamente perigosas e que os moradores deveriam ser removidos ‘para os arredores da cidade, em pontos por onde passem trens e bondes’” (Leeds e Leeds, 1978, p. 50). Chalhoub diz ainda que os hábitos de moradia dos pobres

eram considerados “nocivos à sociedade, e isto porque as habitações coletivas seriam focos de irradiação de epidemias, além de terrenos férteis para a propagação de vícios de todos os tipos” (1996, p. 29). Avaliação semelhante é encontrada na publicação *Brasil: Nosso Século*, que apontava os moradores da favela como malandros – boêmios, ladrões ou valentes –, idosos ou doentes – tuberculosos em especial – que não tinham mais capacidade de trabalhar (Brasil, p. 40).

No início do século XX, entre 1902 e 1906, o então prefeito do Rio de Janeiro, Pereira Passos, realiza uma reforma urbana no centro da cidade que ficou conhecida como “bota-abaixo”. O objetivo, entre outros, foi o de “sanear e civilizar a cidade erradicando um sem número de habitações populares” (Chalhoub, 1996, p. 29). A partir daí se desperta a atenção para as favelas que surgiam no Rio de Janeiro. No início o interesse se voltou para uma determinada favela, o Morro da Providência, que depois ficou conhecida como Morro da Favella, devido a sua relação com a guerra de Canudos, onde antigos combatentes se instalaram para pressionar o Ministério da Guerra a pagar seus soldos atrasados⁴. Aos poucos, o Morro da Favella passou a estender sua denominação a qualquer conjunto de barracos aglomerados sem traçado de ruas nem acesso aos serviços públicos. Apesar da ocupação do Morro da Favella datar de 1897, foi apenas a partir da década de 1920 que a palavra favela se tornou um substantivo genérico que não se referia apenas ao Morro da Favella (Abreu, 1994, p. 35). Surge assim uma nova categoria para designar um lugar pobre, de ocupação ilegal e irregular e geralmente sobre encostas. Mas antes mesmo da ocupação do Morro da Favella, a Quinta do Caju, a Mangueira⁵ e a Serra Morena já existiam, com data de povoamento de 1881 (Valladares, 2008, p. 26).

Nas primeiras décadas do século XX a favela passa então a ocupar lugar de destaque nos debates sobre o futuro da cidade do Rio de Janeiro, tornando-se alvo do discurso de médicos higienistas que condenam as moradias insalubres e de discursos

⁴ A instalação de moradias no Morro da Providência, favela ainda existente, localizada no Centro da cidade do Rio, está diretamente relacionada ao fim da Guerra de Canudos. Com o término da guerra ocorrida no sertão baiano em 1º de outubro de 1897, veteranos da campanha de Canudos tiveram autorização para se alojar naquele morro, próximo ao Ministério da Guerra, enquanto aguardavam o recebimento de seus soldos atrasados. O Morro da Providência recebeu o nome de Morro da Favella depois que os ex-combatentes, instalados em barracos (até então provisórios), perceberam que a vegetação que cobria o Morro da Providência era a favella, ou seja, a mesma planta que era encontrada no Morro da Favella, onde haviam lutado na Bahia, no município de Monte Santo. A marca de Canudos sobre este momento fundador tornou-se ainda mais evidente por apoiar-se nos relatos de Euclides da Cunha em *Os sertões*.

⁵ Esta Mangueira não corresponde à conhecida Favela da Mangueira (localizada próximo ao Maracanã) e ficava na encosta do Túnel Velho, do lado de Botafogo, na Zona Sul do Rio de Janeiro.

que apontam o meio como condicionador do comportamento humano, corroborando a noção hegemônica da época de que os pobres são responsáveis pelo seu próprio destino e pelos problemas de saúde, ordenamento e segurança da cidade.

Esse pensamento que emerge sobre as favelas remonta às descrições e imagens que nos foram deixadas por escritores e jornalistas do início do século XX, que permitiram a formação de um imaginário coletivo sobre as favelas e seus moradores, ao mesmo tempo que opunham favela e cidade (idem, p. 28). No artigo citado de João do Rio, publicado na *Gazeta de Notícias*, o cronista retrata uma visita sua ao Morro de Santo Antônio, também favelizado durante os últimos anos do século XIX. Em determinado ponto, ele diz: “Acompanhei-os e dei num outro mundo. A iluminação desaparecera. Estávamos na roça, no sertão, longe da cidade” (1911, p. 145-6). Mais adiante, continua:

E quando de novo cheguei ao alto do morro (...) imaginei chegar de uma longa viagem a um outro ponto da terra, de uma corrida pelo arraial da sordidez alegre, pelo horror inconsciente da miséria cantadeira, com a visão dos casinhotos e das caras daquele povo vigoroso, refestelado na indigência em vez de trabalhar (...) (p. 152).

A visão de João do Rio já demonstrava como a imagem sobre a favela seria construída a partir do olhar do outro, do observador, do pesquisador, como um universo exótico, inacessível, sem lei, onde as pessoas não trabalham. Assim, a favela passa a ser incorporada ao imaginário da cidade de forma estereotipada como “outra cidade” ou “terra sem lei”, como descrito pelo jornalista Benjamin Costallat:

Uma cidade dentro da cidade (...). Não atingida pelos regulamentos da prefeitura e longe das visitas da polícia. Na Favela ninguém paga impostos e não se vê a guarda civil. Na Favela, a lei é a do mais forte e a do mais valente. A navalha liquida os casos (...) (1992, p. 37).

O compositor e jornalista Orestes Barbosa também diria sobre o Morro da Favella que “raríssimas pessoas chegaram a ver e a compreender o labirinto das baiucas, esconderijos (...) que formam toda a originalidade do bairro terrorista onde a polícia do 8º distrito não vai” (1993, p. 111).

Uma reportagem da revista *Careta* de 4 de dezembro de 1909 reforça esse processo de construção de um imaginário negativo em relação a esses espaços. Com o título “O Rio desconhecido”, temos trechos como “a polícia, por vezes, exerce sua vigilância nesses antros, onde raras vezes penetra a higiene” e finaliza: “(...) apesar de

possuir elementos honestos, a favela é um antro de faccínoras e deve ser arrasado para decencia e hygiene da Capital Federal”. Em 1923 o Correio da Manhã descrevia as favelas como um “mundo infecto, onde os homens se esfaqueiam com a calma e a simplicidade com que nós, do lado de cá, nos abraçamos” (apud Silva e Barbosa, 2005, p. 30). Essas matérias e reportagens deram início à legitimação do discurso hegemônico de que a favela não fazia – e não deveria fazer – parte da cidade, além de que era um espaço que deveria ser extirpado da sociedade. Era apontada como um problema, como se seus moradores fossem cidadãos de segunda classe, sem levantar as questões de seu surgimento, formação e origem.

2.1 As favelas como problema?

As políticas habitacionais do início do século pareciam não levar em conta a crescente demanda por moradia. De 1890 a 1906 temos o início de uma grande crise de moradia na então capital federal. Nesse período a população do Rio de Janeiro aumentava a uma taxa anual de 2,8% e as construções prediais cresciam a um ritmo de 3,4%. No entanto, a maioria dos imóveis se destinava a atividades econômicas, enquanto o total de moradias só aumentava 1% ao ano. Havia ainda um descompasso com relação ao crescimento populacional, que correspondeu a um aumento da densidade domiciliar, passando de 7,3 para 9,8 pessoas por moradia (Ribeiro, 1997, p. 173). As favelas surgem nesse contexto, como uma solução para a questão da moradia, num momento marcado pelas deficiências do planejamento e gestão urbanística e pela ausência de uma política pública de moradia voltada à população de baixa-renda. Em 1905, durante a reforma urbana de Pereira Passos, o ministro da Justiça e Negócios Interiores, J. J. Seabra, criou uma comissão encarregada de dar um parecer sobre o problema das habitações populares. O engenheiro civil Everardo Backheuser foi escolhido para tratar do aspecto técnico-sanitário. Backheuser relata que as

mil demolições para alargamento de umas tantas ruas, para abertura de algumas, para derrocar velhas choças ruins, mas que ainda davam agasalho a famílias, para fechar outras que por insalubres (...) não podiam ser saneadas, tudo isso veio dar à moléstia endêmica do Rio – a má habitação – um caracter agudo, angustiante (...) (1906, p. 3-4).

Mais preocupado com as questões de insalubridade, epidemias e contágios, o engenheiro realizou um estudo sobre os cortiços, casas de cômodos, estalagens, albergues e hospedarias. Mas ainda que ocupasse um lugar de menor importância na

paisagem urbana neste momento – 1905 – a favela não escapou da observação de Backheuser. No relatório ele descreve o aspecto físico e as casas pobres e inclui as favelas no rol das habitações anti-higiênicas. No relatório ele escreve que “o illustre Dr. Passos, activo e intelligente prefeito da cidade, já tem as suas vistas de arguto administrador voltadas para a Favella e em breve providências serão dadas, de accôrdo com as leis municipaes, para acabar com esses casebres” (p. 111).

O relatório de Backheuser é um dos poucos registros que consegue atentar para a realidade social vivida na favela, uma percepção diferente das representações sociais hegemônicas correntes sobre a população desses locais:

Para ali vão os mais pobres, os mais necessitados, aquelles que, pagando duramente alguns palmos de terreno, adquirem o direito de escavar as encostas do morro e fincar com quatro moirões os quatro pilares do seu palacete. Os casebres espalham-se por todo o morro; mais unidos na base, espancam-se em se subindo pela rua (!) da Igreja ou pela rua (!) do Mirante, euphemismos pelos quês se dão a conhecer uns caminhos estreitos e sinuosos que dão difficil acesso à chapada do morro.

Alli não moram apenas os desordeiros e os facinoras como a legenda (que já tem a Favella) espalhou; alli moram também operarios laboriosos que a falta ou a carestia dos cômodos atira para esses logares altos, onde se goza de uma barateza relativa e de uma suave viração que sopra continuamente, dulcificando a rudeza da habitação (idem).

Em meados da década de 1920, mais de 100 mil pessoas habitavam as favelas do Rio de Janeiro. Nesse momento todas as aglomerações de habitações que surgiam na cidade, geralmente nos morros, e que eram construídas em terrenos de terceiros e sem aprovação do poder público, eram consideradas favelas (Abreu, 1994). É na década de 1920 que vemos a afirmação da favela na cidade. É quando também se vê sua expansão pela malha urbana, em especial em direção à Zona Norte carioca, seguindo o trajeto da linha do trem. Era o período em que a questão habitacional se agravava e os moradores do subúrbio organizavam-se em associações e as favelas aumentavam em tamanho e em quantidade. Mas o diagnóstico sobre as favelas já estava pronto. Os médicos higienistas, em seus estudos sobre os agentes causadores de epidemias, atribuíam a contaminação do meio urbano aos problemas habitacionais da cidade. Nesse período volta-se a associar a favela a “doença, mal contagioso, patologia social a ser combatida” (Valladares, 2008, p. 40-1). Dentro dessa lógica – de que as favelas seriam elementos que se opunham à higiene e salubridade e à regulação do conjunto da cidade – seria “natural” eliminar esses espaços.

Quem articulou esses dois argumentos e realizou uma síntese em seus escritos, publicados na imprensa do Distrito Federal, foi Augusto de Mattos Pimenta, membro do Rotary Club – Mattos ora era apresentado como médico sanitário, ora como jornalista e engenheiro. Nos anos de 1926 e 1927, com apoio da imprensa carioca e dos poderes públicos, Mattos empreendeu a

primeira grande campanha contra a favela (...). Mais do que qualquer outro personagem do seu tempo, Mattos Pimenta contribuiu para a transformação da favela em problema, combinando o discurso médico-higienista com o reformismo progressista e os princípios de um urbanismo ainda mais ambicioso que o de Pereira Passos (idem, p. 41-2).

Durante esses dois anos a campanha ocupou espaço nos principais jornais do Rio – O Globo, A Notícia, Jornal do Commercio, O Jornal, Correio da Manhã e Jornal do Brasil – apresentando a favela como “lepra da estética”. Considerada na Idade Média a doença dos malditos, ainda nos anos 1920 a lepra era considerada como uma das piores doenças contagiosas, que levavam à segregação dos doentes infectados. Para Mattos Pimenta as favelas deveriam, assim como a doença, ser separadas do restante da cidade. No dia 12 de novembro de 1926, ele proferiu um discurso no Rotary Club do Rio de Janeiro – posteriormente reproduzido no Correio da Manhã e em O Jornal, com o título “As Favellas” –, em que dizia que era prioritário se criar

uma barreira prophylactica contra a infestação avassaladora das lindas montanhas do Rio de Janeiro pelo flagello das “favelas” – lepra da esthetica, que surgiu ali no morro (...) e foi se derramando por toda a parte, enchendo de sujeira e de miséria preferentemente os bairros mais novos e onde a natureza foi mais pródiga de belleza (1926, p. 7-8).

Mattos Pimenta retoma ainda o discurso da favela como um espaço anti-higiênico, de que seus moradores eram perigosos e uma terra sem lei. Para ele as favelas propiciavam um “excellente estímulo à indolência, attraente chamariz de vagabundos, reducto de capoeiras, valhaoito e larapios que levam a insegurança e a intranquilidade aos quatro cantos da cidade pela multiplicação dos assaltos e furtos” (idem). Com o apoio da imprensa, a campanha contra a favela foi também sustentada pelo Rotary Club do Rio. Com isso, Mattos Pimenta ainda imprimiu e distribuiu um prospecto intitulado “Casas populares”, propondo uma solução para o problema das favelas, onde ressaltava medidas para o que ele chamou de “salvação pública”. Além de parar imediatamente com a construção de novos casebres, a principal medida deveria ser o estabelecimento de uma fiscalização realizada pelos funcionários da prefeitura e do Departamento

Nacional de Saúde Pública para impedir construções clandestinas e a elaboração de um programa de construção de casas para os proletários e asilos para os inválidos, velhos e crianças abandonadas (Valladares, 2008, p. 43-4).

Mattos Pimenta desenvolveu um Programa de Casas Populares que constava na construção de prédios de seis andares, cada um com 120 apartamentos, em que o Banco do Brasil e as construtoras deveriam subscrever um contrato de abertura de crédito com garantia hipotecária, sem onerar o Tesouro Público, ou promover descontos na folha de pagamento. A ideia era permitir o acesso à propriedade de uma moradia pelo valor de um aluguel mensal. A proposta era substituir as favelas por conjuntos de prédios. Pouco depois dessa campanha “antifavela”, no início de 1928, foram derrubados centenas de barracos pelo prefeito Prado Junior, e os moradores foram obrigados, por conta própria, a procurar onde morar (Conniff apud Valladares, 2008, p. 44), já que a construção de casas populares proposta por Mattos Pimenta não foi implementada.

A partir da década de 1930 mudanças na economia e na política brasileiras estimularam um fluxo migratório do campo em direção às cidades, vindo principalmente do Nordeste. Com as cidades sem capacidade para atender a essa crescente demanda habitacional, o problema da habitação se agrava. Daí em diante, as favelas não param de crescer.

Os dados do Censo Demográfico de 2010 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) apontaram 1,44 milhão de pessoas morando em favelas na cidade do Rio de Janeiro, o equivalente a 23% da população carioca. Os números demonstram que a população favelada no Rio vem crescendo desde os anos de 1950, sendo que naquela época viviam em favelas 7% dos moradores da cidade. A proporção cresceu para 10,2% na década seguinte; aumentou para 13,3% nos anos 1970; caiu para 12,3% nos anos 1980; e voltou a subir, para 16%, nos anos 1990; no censo de 2000 o IBGE apontava uma população equivalente a 18,7% morando em favelas no Rio de Janeiro.

No início de década de 1930 foi aprovado o Plano de Reforma Urbana, concebido pelo engenheiro Alfred Agache e batizado com seu nome. O Plano dividia a cidade de acordo com as funções de cada área: comercial, industrial e residencial. Agache propunha a eliminação daquele tipo de habitação dos morros, mas defendeu também a necessidade da construção de moradias populares como forma de substituição aos barracos destruídos. O urbanista foi o primeiro a finalmente entender que se os moradores das favelas “fossem simplesmente expulsos, se installariam em alhures nas

mesmas condições” (1930, p. 190). Sua proposta era de que a população das favelas e o operariado deveriam ser reassentados para casas e edifícios coletivos, que seriam instalados próximos às zonas industriais, nos subúrbios. A intenção era separar as classes sociais e fixava permanentemente o lugar do pobre (Silva e Barbosa, 2005, p. 33). Embora os projetos de Agache tenham sido oficialmente aprovados, a Revolução de 1930, que culminou no golpe que levou à ditadura de Getúlio Vargas, modificou os planos e eles nunca chegaram a ser implementados.

É justamente nesse período que a favela começa a aparecer oficialmente no mapa da cidade. Este reconhecimento aconteceu primeiramente de forma política, através do contato que o então prefeito da cidade, Pedro Ernesto (1932-1934), estabeleceu com habitantes das favelas, intervindo em questões como a legalidade do solo, a instalação de serviços públicos e a integração das escolas de samba ao programa oficial de carnaval da cidade. Com o aumento de sua popularidade, o prefeito Pedro Ernesto é afastado em 1936 por Getúlio Vargas. Este, por sua vez, fez questão de enquadrar aquelas ações clientelistas a sua forma de governar, já que a relação com os pobres seria uma das bases de sustentação do novo regime. Após 40 anos de existência, a favela só agora era reconhecida oficialmente e pela primeira vez são incluídas no plano das intervenções do poder público. Propostas de eliminação como solução dão lugar ao debate em torno da necessidade de melhorar as condições de vida de seus habitantes. Ainda assim, esse novo discurso ainda colocava a necessidade de uma educação “civilizadora” – os moradores de favelas eram considerados ignorantes em relação a higiene e salubridade (idem, p. 35).

Juridicamente as favelas tem o reconhecimento como forma de moradia a partir do Código de Obras do Distrito Federal de 1937. Em um de seus artigos, o Código decretava que “a formação de favelas, isto é, de conglomerados de dois ou mais casebres regularmente dispostos ou em desordem, construídos com materiais improvisados e em desacôrdo com as condições dêste decreto, não será absolutamente permitida” (Prefeitura do Distrito Federal, 1937). Além de proibir a construção de novos casebres, o Código vedava também que fossem feitas melhorias naqueles já existentes, sob pena de demolição. O Código de Obras de 1937 é um marco porque mesmo proibindo a reforma e a construção de novas habitações nas favelas existentes, sugere a construção de moradias para os pobres.

O primeiro estudo sobre as favelas é o “Esboço de um plano para o estudo e solução do problema das favelas no Rio de Janeiro”, um diagnóstico sobre a realidade das favelas, coordenado pelo médico Victor Tavares de Moura, em 1940. A proposta do trabalho foi a criação de Parques Proletários. Pela primeira vez também se levava em consideração a necessidade de “conhecer por dentro”, já que uma das principais preocupações das autoridades públicas à época era a total falta de informações precisas sobre as favelas. As conclusões do estudo de Moura também eram raras para a época, pois divergia dos estigmas de criminalidade, marginalidade e desorganização social, até então recorrentes no tratamento dado aos espaços favelados. Porém, o estudo mantinha o caráter higienista – foi encaminhado ao Secretário de Saúde do Distrito Federal e caracteriza o morador de favela como passivo, necessitado de ajuda do poder público e que não tinha condições de contribuir na elaboração de propostas de intervenção (Silva e Barbosa, 2005, p. 36). Mais do que isso, o estudo concebia os moradores de favelas como “pré-cidadãos”, vistos como não possuidores de direitos, “mas como almas necessitadas de uma pedagogia civilizatória” (Valla apud Silva e Barbosa, 2005, p. 37).

A inauguração do primeiro Parque Proletário se deu em maio de 1942. Localizado no bairro da Gávea, na Rua Marquês de São Vicente, era composto de 550 casas e abrigava, já em 1943, cerca de 6 mil moradores. Mas apesar do discurso higienista, os banheiros e cozinhas eram de uso coletivo, e não havia sistema de esgoto. Ainda em 1942 foram inaugurados Parques Proletários no Caju – com cerca de 1400 moradores – e no Leblon (Silva e Barbosa, 2005, p. 38-9).

Embora elaborados sob a perspectiva reguladora da vida social, onde o Estado pudesse exercer mais controle sobre os habitantes vindos de favelas, os parques proletários acabaram por permitir uma maior organização dos moradores. Essa mobilização se deu como forma de luta, já que os parques proletários eram pouco atraentes – muitas vezes as casas dos parques proletários, de caráter provisório, eram piores do que as de muitos moradores transferidos – e porque a ida para esses espaços acarretava a perda total de suas moradias originais (idem, p. 39). Dadas essas condições, em 1945 temos a criação das primeiras comissões de moradores como forma de resistência às remoções.

Essa organização dos moradores de favelas de certa forma preocupou os setores mais conservadores da sociedade carioca, levando à criação, em 1946, da Fundação Leão XIII, iniciativa conjunta da prefeitura e da Arquidiocese do Rio de Janeiro. A

Fundação foi a primeira instituição criada especificamente para atuar de forma direta nas favelas, sob o lema de que “era necessário subir o morro antes que dele descessem os comunistas” (idem, p. 41). Entre os objetivos da Fundação Leão XIII estava, segundo Burgos,

prestar assistência material e moral e ao invés do conflito político, promover o diálogo e a compreensão, ao invés da luta pelo acesso aos bens públicos, o assistencialismo, no lugar da crítica, a resignação, em vez do intelectual orgânico, a formação de lideranças tradicionais (apud Silva e Barbosa, p. 41).

A metodologia da Fundação Leão XIII se sustentava na ideia de incapacidade dos moradores das favelas, com base em uma visão paternalista, além de práticas autoritárias que buscavam, sobretudo, estabelecer o controle social daquelas populações. Porém, algumas ações comunitárias realizadas com o apoio da Leão XIII possibilitaram alguma forma de organização dos moradores, mesmo que em situação que não lhes cabia, como recolhimento de dinheiro entre os moradores e mutirões para melhorias urbanas das favelas. Entre 1947 e 1954, a Fundação implantou água, esgoto, luz e redes viárias em 34 favelas, e manteve centros sociais em oito favelas do Rio de Janeiro – Jacarezinho, Rocinha, Telégrafos, Barreira do Vasco, São Carlos, Salgueiro, Praia do Pinto e Cantagalo (Burgos, 1998, p. 29).

Paralelo às ações da Fundação Leão XIII, em 1948 a Prefeitura do Distrito Federal realizou o primeiro Censo de favelas do Rio de Janeiro. O documento apontou a existência de 105 favelas (com 138.837 moradores, ou 7% da população total da cidade), número inferior aos divulgados anteriormente pela imprensa, que noticiava o universo da favela como contendo entre 400 e 600 mil habitantes. A segunda etapa do censo realizado em 1948 foi o Censo Geral de 1950, no qual pela primeira vez as favelas são indicadas como tais (nos recenseamentos de 1920 e 1940, por exemplo, o Morro da Providência havia sido definido como “espaço provisório”). Nesses dois anos que separam os dois Censos, o número de habitantes das favelas aumentou de 138.837 para 169.305.

Valladares lembra ainda que o Parque Proletário da Gávea, construído como “solução provisória” pelo Estado oito anos antes, já aparecia nas estatísticas de 1950 como uma favela, comprovando o fracasso da política de remoção. Em relação ao Censo Geral de 1950, o diretor da Divisão Técnica do Serviço Nacional de Recenseamento do IBGE, Alberto Passos Guimarães, apontou que a população favelada

era claramente “ativa, predominante trabalhadora, ligada através de ocupações diversas. [...] Não se trata pois de uma população composta de marginais, mas de aglomerados humanos integrados regularmente na vida social” (apud Valladares, 2005, p. 70).

É também na década de 1950 que as organizações e associações de moradores em favelas se fortalecem. Esse fortalecimento se deve também ao contato mais próximo com a classe política, que agora se intensificava na busca por conquistar novos eleitores. Nesse mesmo momento, a proposição mais ativa de alguns setores religiosos, que defendiam os interesses populares, começaram a fazer ruir a histórica ligação entre os setores da Igreja Católica e do poder estatal.

Nesse processo surge, em 1956, o Serviço Especial de Recuperação das Favelas e Habitações Anti-Higiênicas (Serfha). A partir dos anos 1960 a Serfha estimula o processo de organização dos moradores e são formadas associações em diversas favelas. A proposta de melhoria física das favelas e do apoio às associações estava revestido do interesse de cooptar essas lideranças e do controle político dessas organizações (Silva e Barbosa, 2005, p. 40-2).

Nessa perspectiva, no início dos anos 1960 com a eleição de Carlos Lacerda como governador da Guanabara, cria-se a Companhia de Habitação Popular e uma reforma da Fundação Leão XIII. A política adotada por Lacerda era clara: remoção das favelas e a transferência de seus moradores para conjuntos habitacionais. No governo de Lacerda, entre 1961 e 1965, estima-se que foram removidas 30 mil pessoas (Azevedo e Faulhaber, 2015, p. 36).

O retorno à política de remoção se dá, nesse momento, especialmente devido à grande expansão imobiliária vivida na Zona Sul do Rio de Janeiro. Esse movimento de expansão havia trazido para essa região um grande número de favelas, onde moravam os trabalhadores da construção civil. Analisando as favelas segundo o Instituto Pereira Passos em 1964, é possível observar uma concentração na Zona Sul carioca e uma forte expansão em direção à Zona Oeste, acompanhando o movimento da expansão da rede ferroviária. Mas era ainda na Zona Norte a maior concentração de favelas no Rio, com 67,9% do total (Silva e Barbosa, 2005, p. 42-3).

Porém, em relação às remoções implementadas entre os anos de 1962 e 1973, que tinham o objetivo de criar novas habitações para suprir o déficit habitacional, oferecendo aos moradores das favelas condições para adquirirem a casa própria, a atuação se deu basicamente na Zona Sul, área então muito valorizada do ponto de vista

imobiliário. Essas remoções revelaram o compromisso de liberar terrenos para a expansão imobiliária, de acordo com os interesses do mercado. Da Zona Sul saíram 32,6%, contra 25,1% da Zona Norte (idem, p. 44). Em uma análise proporcional em relação ao número de moradores das Zonas Sul e Norte, foram removidos da Zona Sul 7,4 vezes mais moradores do que da Zona Norte.

Esse término de políticas populistas em relação às favelas se dá principalmente a partir de 1964, com o golpe civil-militar. A partir de então foi instaurado um sistema autoritário e voltado para os interesses do setor econômico. Além disso, o período foi caracterizado por um amplo controle dos grupos populares. No entanto, isso não foi capaz de impedir a realização de congressos organizados pela Federação de Favelas do Estado da Guanabara (Fafeg). O primeiro em 1964, e o segundo – o maior deles – em 1968, que deliberou a defesa da urbanização como melhor solução para os problemas das favelas. Neste grande congresso, vale lembrar, vários dos dirigentes foram presos pelo regime ditatorial (idem, p. 45-6).

Mesmo com algumas resistências de organizações nas favelas, o período logo após o golpe de 1964 foi de aprofundamento da política de remoção iniciada por Carlos Lacerda e radicalizou-se um conjunto de ações para expulsar definitivamente os setores populares das áreas mais nobres do Rio de Janeiro. No período de 1962 a 1973, quase 140 mil pessoas foram removidas e transferidas para conjuntos habitacionais (idem, p. 47).

A partir do final da década de 1970 houve uma remodelação das intervenções públicas nas favelas que se deram principalmente, como assinala Valla, por conta: a) da preocupação de instituições internacionais como Unicef (Fundo das Nações Unidas para a Infância), BID (Banco Interamericano de Desenvolvimento) e BIRD (Banco Mundial) com o aumento das populações periféricas no Terceiro Mundo; b) do crescimento das favelas como redutos opositores; c) do crescimento da população favelada muito maior do que do restante da cidade – 317% contra 44%; d) da reorganização da Fafeg (agora Faferj – Federação das Favelas do Estado do Rio de Janeiro), com o slogan “urbanização e posse de terra”; e) da pressão da Igreja Católica via Pastoral de Favelas; f) da desaceleração da construção civil para a classe média em função da crise econômica; e g) da percepção de grupos políticos do potencial eleitoral das favelas (apud Silva e Barbosa, 2005, p. 50-1).

Em 1979 a ditadura militar criou o Promorar, também conhecido como Projeto Rio, que se propunha a urbanizar favelas na região da Maré e da Baía de Guanabara. Nesse período foi criada a Comissão de Defesa das Favelas da Maré (Codefam), que tinha a intenção de criticar a postura autoritária no encaminhamento do projeto e o desejo de intervir no processo de forma efetiva. Essas formas de organização nas favelas foram também impulsionadas pelo processo de democratização da década de 1980, ocasionando uma maior organização em torno das reivindicações estruturais. Nesse período foi ampliado significativamente o acesso regular à água, esgoto, coleta de lixo, asfaltamento e iluminação, além de construções de escolas e creches e de postos de saúde. Essa mobilização criou condições para a elaboração, no início dos anos 1990, do Programa Favela-Bairro, da Prefeitura do Rio de Janeiro, que então passou a reconhecer a urbanização como a política mais adequada para o atendimento às demandas dos moradores de favelas. Em 2005, o Tribunal de Contas do Município do Rio de Janeiro (TCM) produziu um relatório de avaliação do programa Favela-Bairro. Na auditoria, entre outras advertências, o TCM indica a deterioração de parte dos sistemas de infraestrutura implantados provocados pela precariedade de serviços de manutenção, utilização incorreta por parte dos moradores, fragilidade do monitoramento e da fiscalização de crescimento das comunidades – que coloca uma pressão maior que a prevista nas estruturas –, tempo excessivo entre o término do projeto e o início das obras, divergências entre as obras previstas nos projetos e as executadas, ausência de controle de crescimento das comunidades e carência em relação a áreas de lazer.

Desde a década de 1990 o que vemos são planos urbanísticos que apresentam sempre uma lógica parecida. Em 1995 e em 2012 o Rio de Janeiro apresenta planos tendo como norte uma cidade olímpica (em 1995 a cidade era candidata a receber os Jogos Olímpicos de 2004). Esses planos também se caracterizam por apresentar,

além de grandes soluções de infraestrutura, determinados projetos de viés ‘social’, na tentativa de introduzir certa camada nessa rede de consumidores/cidadãos. Antes o programa que concentrava esses objetivos chamava-se Favela-Bairro, hoje, Morar Carioca. Por outro lado, as intervenções em áreas de assentamentos precários, baseados no discurso de inclusão das famílias na cidade formal, acabam também excluindo uma grande parte da população dessas localidades ao levar uma valorização imobiliária semelhante ao mercado formal do restante da cidade (Azevedo e Faulhaber, 2015, p. 26).

Em 2008 o governo federal anuncia o investimento de cerca de um bilhão de reais em três favelas cariocas por conta do Programa de Aceleração do Crescimento

(PAC). No conjunto de favelas do Alemão estava previsto a construção de seis estações de um Teleférico, o Parque da Serra da Misericórdia, com quadras poliesportivas, um Posto de Saúde da Família, um Centro Integrado de Assistência à Saúde e 2260 casas para os moradores que seriam removidos por conta das obras. Em Manguinhos seria realizada a elevação da via férrea, a construção de um Parque Metropolitano com áreas de lazer, alargamento e pavimentação de ruas, ciclovia de 15 quilômetros, uma Biblioteca Pública, uma Escola para 1400 alunos e 1700 casas. Na Rocinha a construção de 420 casas e reforma de cinco mil residências, alargamento e pavimentação de ruas, a construção de um Complexo Esportivo, uma creche modelo e um Centro Integrado de Atenção à Saúde. Do que saiu do papel, como os Teleféricos no Alemão e a Biblioteca em Manguinhos, apesar de prontos já estão desativados. Nas favelas é possível ver que muitas residências foram derrubadas para alargamento de vias, mas continuam até hoje os escombros. Muito investimento financeiro e um retorno muito aquém do esperado para a população.

Se o plano “olímpico” de 1995 não segue adiante, em 2012 a prefeitura do Rio lança o programa Morar Carioca, que nasce com o desafio de urbanizar, até 2020, todas as favelas do Rio de Janeiro, além de melhorias na saúde, educação e serviços públicos básicos nas comunidades, ações que incluem “redes de água e esgoto, drenagem, iluminação pública, pavimentação e contenção de encostas, além de paisagismo, equipamentos de saúde, educação, cultura e lazer”⁶. No entanto, em janeiro de 2013, seis meses após o início do projeto, a prefeitura rompe o contrato com o Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (Ibase), que era o responsável pela realização de diagnósticos qualitativos para verificar as demandas dos moradores das favelas que teriam investimentos do programa. O orçamento específico, divulgado na casa dos 8 bilhões de reais, e um cronograma do projeto, nunca foram publicados em sua totalidade. Diferente do divulgado – de que seria um projeto de urbanização, com melhorias estruturais – as ações da Secretaria Municipal de Habitação foram pautadas muito mais em remoções do que em reurbanização das favelas. Em entrevista concedida em fevereiro de 2014⁷ o então secretário municipal de Habitação, Pierre Batista, disse que 20.299 famílias sofreram deslocamentos compulsórios desde 2009 – cerca de 67 mil pessoas. Foram mais de 10 casas removidas por dia de governo entre janeiro de 2009 e fevereiro de 2014 (idem, p. 37)

⁶ Disponível em <<http://www.rio.rj.gov.br/web/smhc/conheca-o-programa>>

⁷ Disponível em <<http://contario.net/remocoes-etica-ou-cosmetica/>>

Embora na teoria houvesse uma proposta de política de urbanização, o que se viu na prática foi o oposto. Isso demonstra ainda que não houve uma transformação de mentalidade das classes dominantes em relação aos moradores de favelas, que ao longo do século XX foi representada de forma estigmatizante, posição que continua influenciando as definições de políticas estatais – a eliminação e não a integração como solução.

2.2 A formação do discurso criminalizante

Em reportagem do jornal Gazeta de Notícias de 19 de janeiro de 1920, abria-se a matéria com o seguinte parágrafo: “Na Favella, o célebre morro, notável pelos seus acontecimentos sangrentos e cujo arrazamento seria uma obra de hygiene moral e material, existe um lugar denominado ‘Buraco Quente’ (...)” (p. 4). Atualizando a escrita e o vocabulário, poderíamos transpor para o momento atual introdução semelhante em matérias de jornais, mesmo quando o assunto não é a violência, como por exemplo, no caso de matéria sobre a vida do ex-jogador de futebol Adriano: “Longe do sucesso, nas redes sociais se podem observar imagens da atual vida de Adriano em uma das favelas mais perigosas do Rio de Janeiro”⁸. O termo “uma das favelas mais perigosas” e congêneres virou uma espécie de clichê ao se falar de favelas no Rio de Janeiro na imprensa.

Esse tratamento faz parte de um processo histórico que tem como eixo, segundo Eliana Silva, a incapacidade do Estado em reconhecer os moradores de favelas e periferias “como seres dotados dos mesmos direitos fundamentais que os integrantes dos setores dominantes econômica e socialmente” (2015, p. 138). A autora acrescenta que esse não reconhecimento se deve a um “processo de captura do Estado por interesses particulares, sendo ele um instrumento para maximizar o poder e a riqueza dos grupos tradicionalmente dominantes ou aliados” (idem).

As políticas de segurança pública sempre foram pautadas em modelos centrados na repressão, especialmente em relação a crimes cometidos pelas classes mais pobres. Há uma mudança nesse perfil na eleição do primeiro governo Brizola, primeiro governador do Estado do Rio de Janeiro eleito pelo voto direto após a ditadura militar, em 1982. Assumindo em 1983, seu governo priorizou uma agenda voltada para o

⁸ Disponível em <<https://oglobo.globo.com/esportes/jornal-espanhol-fala-sobre-nova-vida-de-adriano-imperador-caido-19820242>>

respeito aos direitos humanos como premissa da execução das políticas de segurança pública nas favelas. Como Explica Silva,

a expectativa e a esperança de mudanças na área social e em diferentes instâncias eram especialmente em relação ao papel da polícia no trato com os moradores das áreas de favelas e periferias. A promessa do novo governador era de construir uma ação policial centrada no respeito e reconhecimento de todos os cidadãos, inclusive os moradores das favelas, completamente privados, até ali, do direito à segurança pública. (2015, p. 150)

O governo Brizola representou uma grande ruptura em relação à subordinação da Polícia Militar com os anseios militaristas. Hollanda aponta que a “contaminação” da Polícia Militar pelo Exército gerou um tratamento

enviesado da questão da criminalidade, fundada na evocação de uma terminologia bélica (‘combate ao crime’) e de uma lógica armamentista. As estratégias de controle social moldavam-se, sobretudo, na recorrência aos mecanismos de repressão. A metáfora da guerra operava a administração cotidiana da vida social (2005, p. 79).

Com a nova política do governo Brizola, em especial em relação às favelas, houve uma mudança significativa na atuação policial. Baseando-se na valorização dos direitos humanos e privilegiando a educação, a segurança pública não era “prioridade de um governo popular” (Rodrigues, 1993, p. 93). A violência seria fruto de desigualdades sociais e, portanto, cabia ao governo “combater as causas da violência, levar cidadania para a parcela excluída da sociedade, os favelados e moradores de bairros populares” (Mamede, 2005, p. 82). A violência policial, comum aos moradores de favelas, era criticada pelo então governador, que já eleito declarou ao Jornal do Brasil em dezembro de 1982:

Hoje em dia não sabemos o que é pior: se o bandido ou a polícia. Acho que chega a ser até a própria polícia, conforme muita gente vem se queixar. Então, devemos, antes de mais nada, levar a polícia a reassumir o papel que deve e precisa desempenhar na proteção dos cidadãos deste Estado (13 de dezembro de 1982, p. 3).

As ações policiais em favelas nesse momento passam a ter como pauta o respeito aos direitos dos moradores, diferente do usual até então. A proposta era alterar a prática repressiva e violenta que caracterizava a atuação da segurança pública nesses espaços. Como aponta Mamede, o “governo impediu as ações que antes tinham o seu consentimento como, por exemplo, subir os morros, invadir as casas e fazer prisões para averiguação, sem

nenhuma ordem ou autorização judicial” (2005, p. 84). O governo Brizola tentou mudar a relação da polícia com os moradores mas talvez não tenha levado em conta que era uma relação construída na repressão e na violência por parte da polícia. A prioridade do governo no campo da segurança se pautou na prevenção, dando ênfase nos investimentos em urbanização de áreas faveladas e em educação, com destaque para a criação dos Centros Integrados de Educação Pública, os CIEPs – popularmente conhecidos como Brizolões – que trouxeram à tona o debate voltado para o investimento em uma educação pública de qualidade associada a políticas de atenção às crianças. Seu governo também se contrapunha à política de remoções de favelas e do deslocamento de seus moradores para a periferia, indo na contramão do que as classes mais abastadas tinham no horizonte (Leite, 1995). Ia também na direção contrária às expectativas de aumento da repressão policial, que vinha se formando por conta da expansão da violência urbana. O que fez foi implementar projetos de parceria entre a Polícia Militar e as Secretarias de Promoção Social e de Habitação e Trabalho, na busca por uma aproximação entre polícia e moradores de favelas. Apesar dos investimentos em uma lógica humanizante, que valorizava o respeito e a formação através da educação, a polícia, que deixava de ter a violência como forma de extorquir moradores e comerciantes, busca novas formas de manter seus ganhos. Como explica Mamede, as ações policiais corruptas tiveram dois momentos:

antes do boom do tráfico de drogas, seus ganhos seriam complementados pela extorsão aos comerciantes de favelas; com sua ação nas favelas limitadas a partir das novas diretrizes do governo Brizola, uma nova ordem a ser imposta teria levado muitos a associarem-se ao tráfico de entorpecentes e ao contrabando de armas. É inegável a participação de policiais e de outros setores do Estado na expansão do tráfico de drogas. Arnaldo Campana, Secretário de Polícia Civil foi indiciado em 1986 por corrupção e exonerado do cargo (...). Com o correr das investigações, evidenciou-se o envolvimento de Campana com o tráfico internacional de drogas (Mamede, 2005, p. 87).

Havia então uma dificuldade estabelecida nessa tentativa de ruptura de uma política de segurança já consolidada. A proposta de tratamento igualitário a todos os cidadãos “foi ironizada pelas forças policiais, por adversários políticos do governo e por grande parte da mídia como uma formalidade inaceitável e impeditiva de ações práticas e eficazes” (Machado da Silva, 2016, p. 234). Não foram poucos os ataques da mídia a essa nova postura do governo, em especial pelo Jornal do Brasil, que afirmava que o governo Brizola estaria estimulando o crime. Rodrigues aponta que o jornal argumentava que a proibição de incursões policiais nos morros cariocas era o equivalente “à concessão de ‘extraterritorialidade de fato’ aos traficantes de drogas que lá se instalavam” e que “a ordem

social nas periferias e favelas era mantida, não mais pelo Estado, e sim pelo crime organizado, e a suspeita de existência de ‘ligações perigosas’ entre o universo popular, o mundo do crime e o governo” (1995, p. 22 apud Machado da Silva, 2017, p. 234).

A ideia disseminada pela mídia foi de que o respeito aos direitos “até mesmo dos criminosos e suspeitos” era incompatível com uma política de segurança pública eficiente. Isso causa grande rejeição e resistência ao governo Brizola nas camadas médias e altas da sociedade carioca. Como consequência disso tivemos na eleição seguinte a vitória de seu opositor, Moreira Franco, ao governo do estado do Rio de Janeiro, governando entre 1987 e 1990. Moreira Franco, em sua campanha, prometia acabar com a violência em seis meses. Com isso, foram retomadas as incursões policiais violentas nas favelas. Os grupos armados, em contrapartida, aumentaram seu poder bélico e os confrontos se tornaram cada vez mais comuns. Essa caracterização se mantém e ganha força nas décadas seguintes, culminando em uma política de segurança pública militarizada. As favelas passam a receber um tratamento da mídia como um território inimigo, numa guerra encampada pela sociedade contra o tráfico de drogas. A disseminação dessa visão bélica legitima a política de confronto. Até mesmo no segundo governo Brizola (1991-1994), onde havia uma expectativa de que a polícia deixaria de atuar de forma violenta nas áreas de favelas, houve um acirramento dos confrontos, até como forma da própria polícia questionar “as limitações” impostas pela política de segurança. Não por acaso, em 1993, tivemos as chacinas da Candelária – com oito jovens assassinados (julho de 1993) – e de Vigário Geral – com 21 pessoas assassinadas (agosto de 1993) –, ambas cometidas por grupos de policiais. É nesse momento que surge com força o termo “guerra” para caracterizar a situação da segurança no Rio de Janeiro. Como explica Cecília Coimbra, essa concepção de guerra foi influenciada pela Doutrina de Segurança Nacional, enraizada no cotidiano a partir da ditadura militar. Para a autora, o uso da Doutrina de Segurança Nacional contra “inimigos internos” torna possível a crescente criminalização dos pobres, em especial os moradores de favelas, que são reconhecidos como as “classes perigosas”. É uma espécie de retomada do discurso higienista do final do século XIX e início do XX, que identificava a população pobre como vetor de doenças e como degenerados (2000, p. 18), agora vistos como inimigos numa guerra.

Essa concepção de segurança passa então a ser recorrente nos governos estaduais. Em 1995, durante o governo Marcello Alencar (1995 a 1998), foi nomeado como secretário de Segurança o general Euclimar da Silva. Apesar de retomar o

confronto com traficantes, sua atuação foi considerada aquém pela mídia e pelo governador. O Jornal do Brasil anotava em editorial de 9 de maio de 1995 que “não há como invocar ‘direitos humanos’ quando eles só beneficiam homicidas e drogados” (p. 8), discurso muito difundido e que traz até os dias de hoje essa visão de que os direitos humanos são para defender bandidos; Já o jornal O Globo fazia campanha contra o então secretário, pedindo uma postura mais enérgica: “(...) fontes garantem que ele [o governador Marcello Alencar] continua insatisfeito com a atuação do general [Euclimar da Silva, secretário de segurança], que considera tímida e incapaz de impor a presença do aparato de segurança do estado nas situações de emergência. (...) esperava que (...) tivesse atuação mais enérgica na ação contra a violência” (14/05/1995, p. 22). Da Assembleia Legislativa também vinha pressão dos deputados aliados do governador, que pediam a substituição do secretário. O deputado Jarbas Stelman, do PTB, por exemplo, disse que o secretário estava mais “para D. Hélder Câmara do que para Sivuca” (O Dia, 6/05/1995, apud Machado da Silva, 2016, p. 239), fazendo referência ao bispo católico defensor dos direitos humanos durante a ditadura civil-militar brasileira, e ao policial Sivuca, ex-integrante do grupo de extermínio “Homens de Ouro”, eleito deputado com o lema “bandido bom é bandido morto” (idem).

Não por acaso dias depois – no dia 18 de maio de 1995 – o general Nilton Cerqueira é nomeado o novo secretário de Segurança Pública do estado, com novas orientações: atirar primeiro e conferir depois, não prestar ajuda a bandido ferido e sigilo e surpresa na ação policial. Além dessa nova postura, em 1995 ele ainda implantaria a “premiação faroeste” (1995-1997), uma gratificação oferecida a policiais militares que praticassem atos considerados de bravura pelo comando da corporação – que podem ser entendidas como uma premiação para policiais que matassem mais bandidos. Esta premiação promoveu o acobertamento e fortaleceu os crimes cometidos por agentes do Estado. Consolidavam-se assim as metáforas de “cidade partida” e de uma cidade em “guerra” contra o tráfico de drogas (idem, p. 239).

As eleições de 1998 também foram marcadas pela centralidade do tema da segurança pública. E surgia uma novidade com a coligação entre PDT e PT, com a chapa de Anthony Garotinho para governador e Benedita da Silva para vice. Em parceria com Luiz Eduardo Soares e pesquisadores do Instituto de Estudos da Religião (ISER), Garotinho publicou o livro “Violência e criminalidade no estado do Rio de Janeiro: diagnósticos e propostas para uma política de segurança pública”. O livro foi

peça importante na campanha para o governo. A obra pregava que “não se combate barbárie com barbárie. É falsa a oposição: eficiência na repressão ao crime versus respeito à lei (e, portanto, aos direitos humanos e civis das populações pobres)” (1998, p.17). Logo ao assumir o cargo em janeiro de 1999, Garotinho nomeou Luiz Eduardo Soares como subsecretário de Pesquisa e Cidadania da Secretaria de Segurança Pública, cargo que ocupou até março de 2000, quando foi exonerado. A gestão de Soares obteve sucesso em algumas iniciativas, entre as quais se destacam “a redução em 40% do número de civis mortos pela polícia, bem como a redução do número de policiais mortos, além de uma apreensão recorde de armas em poder dos criminosos: 9 mil” (Justiça Global, 2004, p. 15). No entanto, como aponta Machado da Silva, essa “terceira via” fracassou, sendo encerrada com a saída de Soares da pasta, em especial por conta da “resistência da corporação policial ao núcleo de suas propostas incorporadas à plataforma do governo Garotinho: o projeto de ‘civilizar’ a polícia” (2016, p. 243).

A partir de sua saída a política de segurança pública retoma o caminho do confronto, com a nomeação do coronel da Polícia Militar Josias Quintal para o cargo de secretário da pasta. Nos anos que se seguiram o número de civis mortos em intervenções policiais aumentou exponencialmente – foram 289 mortos em 1999, passando para 427 no ano 2000, chegando a 592 em 2001 e 900 mortes em 2002.

Em 2003, durante o governo de Rosinha Garotinho (2003-2006), o então secretário de Segurança Pública Josias Quintal implementou a “Operação Rio Seguro”. Na ocasião o secretário disse ao jornal O Globo de 27 de fevereiro que “se tiver que ter conflito, que tenha. E, se alguém tiver que morrer, que morra. Mas nós vamos partir pra dentro. Não tem conversa. (...) A polícia vai partir pra dentro mesmo” (p. 15). No mesmo dia Josias Quintal se mostrou confiante com a lógica do confronto: “Eles (os bandidos) estão perdendo as forças (...). Creio que eles não vão ter condições de continuar com esse enfrentamento (...). Nós vamos esmagá-los” (idem, p. 14). No entanto, dois meses depois seria substituído do cargo pelo ex-governador Anthony Garotinho, já que a resposta da segurança pública não estava surtindo efeito. Com o novo secretário a violência continuou. Nos primeiros dias após a posse de Anthony Garotinho na Secretaria, ele comemorava, em entrevista ao O Globo de 12 de maio de 2003 (p. 9), a morte de 100 pessoas (supostos bandidos) nos seus primeiros 15 dias no cargo. Em 2003 foram registradas 45 mortes de policiais e 1.195 mortes de civis em decorrência da ação policial. Em dezembro de 2004 assume a secretaria de Segurança o

ex-delegado e deputado Marcelo Itagiba. Na sua gestão inicia-se o uso de forma mais rotineira dos veículos blindados de combate utilizados pelas polícias Civil e Militar do Rio de Janeiro, os chamados Caveirões, para incursões policiais em favelas. Seu uso representou um passo a mais na lógica do confronto militarizado.

Em março de 2006, por conta do uso indiscriminado do Caveirão, as organizações sociais Rede de Movimentos e Comunidades Contra a Violência, Anistia Internacional, Justiça Global e Centro de Defesa dos Direitos Humanos de Petrópolis lançam a “Campanha contra o Caveirão”. O objetivo da iniciativa era que o estado parasse imediatamente com a utilização do veículo blindado, além de questionar a política de segurança baseada no confronto. Usado desde 2002 em incursões do Batalhão de Operações Especiais da Polícia Militar (Bope) apenas em momentos “especiais” e “de exceção”, a partir de 2005 o uso do Caveirão passa a ser rotineiro. A justificativa oficial se dá pelo discurso de que o Rio de Janeiro estaria vivendo um “estado de exceção permanente”. Além de ser um veículo de guerra, em seus autofalantes os policiais ainda fazem anúncios com o objetivo de amedrontar os moradores, tais como “Sai da rua” e “Vim buscar sua alma”, entre outros (Anistia Internacional, 2006).

Ainda em 2006 o então candidato a governador Sérgio Cabral anuncia que, se eleito, acabaria com o uso do Caveirão, dias antes do segundo turno das eleições que o elegeriam governador nos próximos quatro anos. Ele anunciou que os caveirões representavam “um trauma para as comunidades. Não dá pra fazer segurança pública com ‘caveirão’”, e acrescentou ainda que a polícia entraria “prestando serviços e garantindo a segurança à população” (Terra, 15/11/2006). Essa declaração teve significativa importância, já que no dia 11 de outubro de 2006, aproximadamente um mês antes da declaração do governador, o Bope ocupava o conjunto de favelas do Alemão, permanecendo até o dia 23 do mesmo mês. A saída do Bope só aconteceu depois que, no dia 20 de outubro, moradores do conjunto de favelas do Alemão e organizações da sociedade civil se reuniram para buscar soluções para evitar a continuidade da ocupação violenta da favela pelo Bope. Na reunião, vários relatos foram expostos por moradores que haviam sofrido violência. Alguns deles, como os que seguem a seguir:

Na televisão, eles só mostram a realidade deles. Como se a polícia estivesse aqui para ajudar os moradores. Mas não é isso que está acontecendo. São

muitos fatos da polícia agredindo os moradores, eles invadem as lojas, quebram, rasgam as coisas, e ninguém pode fazer nada.

Temos medo de falar, pois a polícia faz represálias. Outro dia o caveirão entrou na favela, o policial desceu e gritou pra todo mundo: “chegou a arma de matar morador!”. A gente tem medo de falar, de reagir.

A polícia não pode descontar nos moradores. Têm pessoas que estão com medo de abrir os seus negócios, de trabalhar. À noite, ninguém pode ir para suas casas depois do trabalho, está todo mundo com medo.

A população em geral tem que ver o que a gente está passando! A televisão não mostra! Tem um monte de gente ferida de bala todo dia aqui. Outro dia, uma bala tirou o tampo da cabeça de um senhor que estava passando na rua.

Nós estamos sendo desrespeitados em todos os direitos que nós temos. De ir e vir, de privacidade... Crianças não estão podendo ir à escola, trabalhadores não podem ir trabalhar, tem gente com problema de nervos, tem gente inocente morrendo toda hora.⁹

Como resolução, moradores foram ao Ministério Público, munidos de um abaixo-assinado com 1500 assinaturas, no dia 23 de outubro, entregar denúncia dos abusos cometidos pela polícia. A resposta do MP foi apenas indicar que todas as vítimas procurassem a Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro para protestar na justiça contra o que considerassem abuso de poder dos agentes do estado. Porém, a organização dos moradores, e a busca por uma solução junto ao Ministério Público foram capazes, naquele momento, de fazer com que o Bope deixasse o conjunto de favelas do Alemão naquele dia 23. No entanto “policiais militares do 16º Batalhão (Olaria) continuaram as investidas violentas na favela. Não com tanta veemência como os homens do Bope, mas continuam gerando conflitos na favela e preocupando a população”, afirmou um morador¹⁰.

Continuando as discussões sobre os abusos da força policial, os moradores realizaram ainda, no dia 24 de outubro, o I Fórum de Discussão Contra a Violência e em Defesa da Vida. A ideia do Fórum partiu de moradores, comerciantes locais, associações de moradores e organizações sociais que trabalham com direitos humanos, com o objetivo de mostrar à população em geral, pela imprensa, as atrocidades cometidas pelo Bope nesse período. Reunindo mais de 400 moradores e com presença da imprensa, o Fórum foi marcado por denúncias e relatos de ações truculentas praticadas pela polícia.

Após três meses sem ocupação ostensiva da polícia militar no conjunto de favelas do Alemão, em fevereiro de 2007, ocorre uma nova ocupação das forças

⁹ Relatos registrados durante a reunião, e expostos com autorização dos autores, porém sem identificação.

¹⁰ Relato ao autor, e a pedido, sem que fosse identificado.

policiais (Bope e Core – Coordenadoria de Recursos Especiais) no Alemão, agora entre os dias 13 e 15 de fevereiro. No mesmo dia 15, organizações sociais e de direitos humanos emitem uma Nota Pública solicitando uma audiência com o secretário de Segurança Pública e com o comandante-geral da Polícia Militar para discutir a operação realizada pelas forças policiais no Complexo do Alemão e apresentar denúncias de violação dos direitos humanos. A Nota, assinada por 10 instituições ligadas aos direitos humanos¹¹, afirma que a operação iniciada no dia 13 de fevereiro desonra o compromisso firmado entre os governos federal e estadual em adotar uma nova política de segurança pública. A Nota continua:

Como em momentos anteriores, a atual operação policial tem violado os direitos dos moradores que estão impedidos de trabalhar, frequentar a escola, entrar ou deixar a comunidade e, mais grave ainda, são vítimas de “balas perdidas” ou de execuções sumárias praticadas por policiais.

A ocupação ostensiva da comunidade por essas forças policiais acontece nos mesmos moldes violentos do governo anterior, com a entrada da polícia abrindo fogo contra moradores, residências e estabelecimentos comerciais, destruindo os transformadores de energia elétrica, deixando a população sem luz e telefone, com clara intenção de intimidar, acuar e deixá-los isolados.

Ao reeditar ações policiais como a em curso no Complexo do Alemão, os governos estadual e federal abrem mão da proposta de ação pautada em investigações sérias e de inteligência apresentadas durante o anúncio da cooperação na área de segurança pública. O que podemos verificar é a continuidade da política de combate à criminalidade centrada no enfrentamento armado que tem como critério de eficiência a letalidade e que põem em risco e viola direitos dos moradores das comunidades.

Décadas de policiamento violento e repressivo baseado em violações de direitos humanos não tem incidido na redução da criminalidade ou na diminuição dos homicídios, especialmente nas comunidades. Nesse sentido, as organizações sociais e de direitos humanos que assinam essa nota e moradores do Complexo do Alemão, estão solicitando uma audiência com o Secretário de Segurança Pública e com o Comandante Geral da Polícia Militar para discutir a operação em curso [terminada no dia 15 de fevereiro de 2007] na comunidade e apresentar denúncias de violações.

Com a pressão das organizações, no próprio dia 15 as forças de segurança deixaram o Complexo do Alemão. Mas menos de 20 dias depois, no dia 6 de março, duas pessoas morrem e oito ficam feridas em uma ação policial no conjunto de favelas do Alemão. Após o assassinato, no dia 1º de maio, dos policiais Marco Antonio Ribeiro e Marcos André Lopes, a polícia volta a ocupar o Complexo do Alemão, com 150

¹¹ As seguintes instituições assinaram a Nota Pública: Justiça Global, Observatório de Favelas, Rede de Comunidades e Movimentos Contra a Violência, Grupo Sociocultural Raízes em Movimento, Centro de Promoção da Saúde (Cedaps), Grupo Cultural AfroReggae, Central Única das Favelas (Cufa), Anistia Internacional, SOS Comunidades, Mandato Popular Deputado Estadual Marcelo Freixo e Centro de Defesa dos Direitos Humanos de Petrópolis.

homens. No dia 13 de junho, uma nova investida, ampliando a ocupação que já ocorria desde o dia 2 de maio, agora com 450 homens, sendo 250 da Força de Segurança Nacional e 200 homens de 17 Batalhões Policiais do Rio, incluindo o Bope e o Batalhão Florestal. O objetivo dessa operação era impedir a entrada de armas e drogas na região e cumprir três mandados de desocupação de residências que seriam usadas pelo tráfico para atirar contra os policiais. Na ocasião, policiais ocuparam todas as vias de acesso ao Alemão. Moradores, desde crianças até idosos, foram revistados pelos policiais.

Ou seja, apesar do anúncio em campanha de que implantaria uma política de segurança que não fosse pautada no confronto, no início do mandato de Sérgio Cabral em 2007 o que vemos é uma intensificação da política de enfrentamento. Uma onda de violência policial se instala no Rio antes dos Jogos Pan-americanos de 2007. Toda essa ação de violência vai culminar em uma operação no dia 27 de junho de 2007, também no conjunto de favelas do Alemão, quando 1350 homens, entre policiais civis, militares e da Força de Segurança Nacional invadiram o conjunto de favelas do Alemão no que batizaram de “megaoperação”. Na ocasião 19 pessoas foram mortas, muitas com indícios de execução. Por conta das denúncias de execuções nessa operação, a Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República (SEDH) produziu um Relatório Técnico, onde indica que houve realmente execuções sumárias entre os 19 mortos. O Relatório afirma que várias mortes decorreram de um procedimento de execução sumária e arbitrária, baseada nos seguintes elementos: a) grande número de orifícios de entrada na região posterior do corpo; b) numerosos ferimentos nas regiões letais; c) elevada média de disparos por vítimas; d) proximidade dos disparos; e) sequenciamento de disparos de rajada; e f) armas diferentes utilizadas na mesma vítima. Outra indicação do Relatório é a ausência de indicativos de condutas destinadas à captura de vítimas e a ausência de indicadores de condutas defensivas por parte das vítimas, indicando que a polícia atirou para matar (2007).

O então relator da Organização das Nações Unidas (ONU) para Execuções Sumárias, Arbitrárias e Extrajudiciais, Philip Alston, também produziu um relatório que foi apresentado no dia 2 de junho de 2008 em Genebra, durante o Conselho de Direitos Humanos da ONU, onde enfatizou sua preocupação com as “megaoperações” realizadas nas favelas do Rio. Para ele, “apesar da operação, realizada em junho de 2007 (...) ter resultado em 19 mortes, autoridades do governo do estado declaram ser esta operação um modelo para as ações futuras da polícia” (apud Justiça Global, 2008, p. 9). Alston

também questiona os resultados dessa política de segurança e da megaoperação, por não alcançarem resultados significativos: “os mais importantes traficantes não foram presos ou mortos, e poucas drogas e armas foram apreendidas. Nenhum policial foi assassinado e poucos foram feridos, mas a ‘resistência’ encontrada justificaria, aparentemente, o assassinato de 19 indivíduos” (idem, p. 11)

Paralelo a essa política de segurança pública, há também uma expansão acelerada das chamadas milícias em favelas cariocas, para além da Zona Oeste, local onde já havia a inserção dessa modalidade de controle do território desde os anos 1970 – especialmente na comunidade de Rio das Pedras, maior favela da Zona Oeste carioca. Inicialmente conhecida como “polícia mineira”, começaram atuando como agenciadores de vendas de lotes ilegais em áreas públicas, e ganham força quando passam a oferecer serviços privados de segurança para comerciantes locais e com o controle do transporte irregular de vans. Mais recentemente, a partir dos anos 2000, começam a ocupar um espaço cada vez maior nas áreas pobres da cidade para além da Zona Oeste, o que provocou uma maior visibilidade do problema na sociedade. Em 2006 entra de vez no debate sobre segurança pública. O então prefeito do Rio de Janeiro, César Maia, chega a defender as milícias, chamando-as de autodefesas comunitárias: “A curto prazo, portanto dentro do Pan, as ADCs (Autodefesas Comunitárias) são um problema menor, muito menor, que o tráfico” (O Globo, 10/12/2006, p. 22). Levantamento feito pela Prefeitura do Rio em 2006, mostrou que as “milícias de PMs, bombeiros e agentes penitenciários, ativos e inativos, estão expandindo os seus domínios de forma acelerada há cerca de um ano e meio, já tendo chegado a comunidades da Zona Norte” (O Globo, 22/09/2006, p. 26). O estudo listou 34 favelas controladas por milícias e o prefeito afirmava que “essas milícias são percebidas pela população e pelo próprio poder público como muito melhores do que o tráfico de drogas. É mais fácil penetrar na organização policial, que se associa também com a polícia formal” (idem). O problema, para o prefeito, era que havia “uma irregularidade grave, uma segunda tributação cobrada dos moradores” (idem). Além da cobrança por “segurança” aos moradores das localidades controladas por milícias, eles cobravam, segundo o relatório da prefeitura, taxas sobre os botijões de gás, transporte alternativo e “gatos” de TV a cabo. O estudo estimava, que a cada 3 mil residências, esses grupos lucravam cerca de R\$ 280 mil por mês. Segundo reportagem do jornal O Globo de 29 janeiro de 2006, as milícias já atuavam em 72 favelas, onde viviam mais de 220 mil pessoas (p. 20).

Vista como um problema menor – ou até mesmo como uma solução para o combate ao tráfico – as milícias foram ganhando espaço e força dentro da geopolítica do crime na cidade do Rio de Janeiro. Eduardo Paes, que sucederia César Maia na prefeitura, em entrevista ao RJ TV quando era candidato pelo PSDB à prefeitura do Rio em setembro de 2008, também defendeu as operações das milícias, dizendo que serviam de exemplo de ações de inteligência para o Estado recuperar sua soberania em áreas dominadas pelo tráfico de drogas. Paes dá como exemplo o bairro de Jacarepaguá para recuperar a soberania do estado: “Jacarepaguá é um bairro que a tal polícia mineira, formada por policiais e bombeiros, trouxe tranquilidade para a população. (...) Ou seja, com ação, com inteligência, você tem como fazer com que o estado retome a soberania nessas áreas”¹².

O crescimento exponencial das milícias de 2005 a 2007 se deve em grande medida por essas “aprovações” do poder público. Pouco ou nada foi feito para frear seu avanço – ao contrário, parecia ser estimulado. Especialmente no ano de 2007, ano dos Jogos Pan Americanos no Rio de Janeiro, que a cidade precisava apresentar uma imagem “segura”. Relatório da Subsecretaria de Inteligência da Secretaria de Segurança Pública indicava que, entre 2005 e 2006 o número de comunidades dominadas por milícias saltou de 42 para 92 (Justiça Global, 2008, p. 18). Nas localidades controladas por milícias não havia confrontos com a polícia – já que é a própria polícia atuando de forma ilegal.

Se em algumas comunidades os confrontos diminuía por conta das milícias, nas favelas com tráfico de drogas a polícia continuava atuando, e cada vez de forma mais letal. 2007 é o ano em que a polícia mais matou moradores em supostos confrontos. Essas políticas de enfrentamento tornam rotineiro o uso da letalidade pelas forças policiais como indicador de eficiência. É nesse ambiente que surge a dimensão da “guerra”, em que há um inimigo que é identificado por critérios geográficos, sociais e raciais, impondo, com a colaboração decisiva da mídia, a generalização entre pobreza, raça e crime. Por exemplo, entre 2002 e 2010 morreram 125,6% mais jovens (entre 15 e 24 anos) negros do que brancos no Brasil, e com uma tendência de queda do número absoluto de homicídios na população branca e de aumento nos números da população negra (Waiselfisz, 2012, p. 10). Entre os anos de 2000 e 2015, em levantamento feito pelo Aos Fatos, o assassinato de homens aumentou 28,5%. Se considerarmos apenas os

¹² Disponível em <<https://oglobo.globo.com/brasil/eleicoes-2006/eduardo-paes-elogia-acoes-de-milicias-de-pms-em-jacarepagua-5000337>>

homicídios de homens negros (pretos e pardos), esse número aumentou 73,9%, contra a diminuição de 22% de homicídios de homens brancos. Já em relação às ações policiais e de outros agentes do Estado – os chamados autos de resistência –, as vítimas são 241% a mais de negros do que brancos. Em 2015 foram 942 pessoas assassinadas nessas circunstâncias, sendo 657 negras e 273 brancas¹³.

Não por acaso os índices de mortes por ação da polícia continuam crescendo. Com uma leve queda em 2004 (com 983 mortes, menos do que as registradas em 2003 – 1195), em 2005 esse índice aumenta para 1098, em 2006 cai um pouco para 1063 mortes e chega ao seu ápice em 2007, com 1330 mortes por policiais no estado do Rio de Janeiro. Como resultado dessa estratégia de guerra, “megaoperações” policiais passam a ser realizadas em favelas com um aumento significativo dos “autos de resistência” ou “homicídio decorrente de oposição à ação policial” – termos utilizados para os casos de morte durante suposto confronto com a polícia e resistência à prisão¹⁴. Para se ter uma ideia do crescimento deste índice, de acordo com dados do Instituto de Segurança Pública do Estado do Rio de Janeiro (ISP-RJ), ao longo de uma década os autos de resistência aumentaram mais de 440% – de 300 vítimas em 1997 para 1330 em 2007, ano ápice da política de segurança baseada no confronto (sendo 902 mortes na capital, 283 na Baixada Fluminense, 87 na Grande Niterói e 58 no interior do estado). Neste ano na cidade do Rio de Janeiro o índice de mortes nessa categoria chega à taxa de 14,6 mortos por 100 mil habitantes, enquanto a média do estado foi de 8,6 mortos. Como base para comparação, qualquer taxa acima de 10 mortes por 100 mil habitantes é considerada epidêmica por organismos internacionais. E o índice em questão da cidade do Rio de Janeiro se limita a mortes decorrentes de intervenções policiais – se ampliarmos para mortes violentas, esse índice em 2007 na capital carioca chega ao assombroso índice de 54,3 mortos por 100 mil habitantes.

Essa representação de um conflito social como guerra implica acionar um repertório simbólico em que lados opostos são inimigos, de que o extermínio faz parte

¹³ Disponível em <<https://aosfatos.org/noticias/uma-pessoa-preta-ou-parda-e-assassinada-no-brasil-cada-13-minutos/>>

¹⁴ No dia 4 de janeiro de 2016 foram abolidos os termos “auto de resistência” e “resistência seguida de morte” nos boletins de ocorrência e inquéritos policiais em todo o território nacional. O objetivo seria a uniformização dos procedimentos internos das polícias judiciárias federal e civis estaduais nos casos de lesão corporal ou morte decorrentes de resistência a ações policiais. A resolução conjunta do Conselho Superior de Polícia, órgão da Polícia Federal, e do Conselho Nacional dos Chefes da Polícia Civil determinou a partir de sua publicação que todas as ocorrências do tipo sejam registradas como “lesão corporal decorrente de oposição à intervenção policial” ou “homicídio decorrente de oposição à ação policial”.

da estratégia para se chegar à vitória e que inocentes mortos ou feridos são consequências aceitáveis dessa política. Não há uma guerra quando temos de um lado um aparato estatal coercitivo e, de outro, traficantes de drogas armados pela corrupção do próprio Estado. Uma guerra acontece entre dois exércitos. O tráfico de drogas ilegais não está em guerra contra a polícia. A naturalização dessa lógica cria no imaginário coletivo a banalização da morte de moradores e criminosos, como se fossem parte do processo de “combate” ao tráfico de drogas. Os lados “opostos” se distinguem entre os cidadãos – “trabalhadores, eleitores e contribuintes, e nesta qualidade, pessoas de bem, honradas, para quem a segurança é condição primordial para viver, produzir, consumir; e de outro, os inimigos representados na/pela favela – categoria que não distingue moradores e criminosos” (Leite, 2012, p. 379).

A mídia atua alimentando a insegurança e a sensação de medo, “com suas metáforas de guerra, suas vítimas intermináveis, suas assombrosas estatísticas de mortos e feridos. A mídia não descreve apenas o que chama de violência, ela também participa da sua construção, é também um dos atores desse drama social” (Misse, 2006, p. 25-26). Como explica Leite, a metáfora da guerra coloca em risco justamente o direito mais fundamental dos indivíduos, o direito à vida (2001). Gerado a partir de uma série de episódios violentos – arrastões, tiroteios, “balas perdidas”, chacinas, rebeliões em presídios e instituições de jovens infratores, paralisações do comércio, escolas e serviços públicos por ordens de bandidos – amplamente divulgados e criando esse sentimento de insegurança apontado por Misse, a “metáfora da guerra” passa a ser reutilizada sempre que se agrava a questão da violência no Rio de Janeiro, o que gera uma espécie de exigência, difundida especialmente pela mídia, da garantia do direito à vida e à segurança para as camadas médias e altas e tolerando a supressão desses mesmos direitos para os moradores de favelas (Leite, 2012, p. 379)

Em 2008 inicia-se uma queda nos autos de resistência, não coincidentemente por conta de uma mudança na política de segurança pública, que não prega mais a lógica do confronto, da “guerra às drogas”, mas aponta com o discurso de “pacificação”, com a instalação da primeira Unidade de Polícia Pacificadora (UPP), na favela Santa Marta, em Botafogo, Zona Sul da capital. É nesse período também que o Brasil vence a eleição da Federação Internacional de Futebol Associado (Fifa) para sediar a Copa do Mundo de Futebol (em 30 de outubro de 2007) e que a cidade do Rio de Janeiro é eleita uma das cidades-sede da Copa (em 31 de maio de 2009). Ainda em 2009, no dia 2 de

outubro, o Rio de Janeiro vence a disputa para sediar os Jogos Olímpicos de 2016. Foram anúncios que abriram caminhos para grandes investimentos da iniciativa privada e da necessidade de aumentar a sensação de segurança. Ou como apontou Misse, alterar no imaginário a sensação de insegurança e medo propagada ao longo das últimas décadas. Surge então a lógica da “pacificação”, em detrimento ao discurso de “guerra”.

Com 1137 mortes por autos de resistência em 2008 – número ainda alarmante, mas menor que os 1330 de 2007 – inicia-se uma diminuição nesse índice que segue até o ano de 2013: em 2009 passa para 1048, em 2010 para 855, em 2011 chega a 523, no ano de 2012 atinge 419 mortes e em 2013 alcança 416. Em 2014, já passada as Olimpíadas (em 2012) e com o fim da Copa do Mundo em julho, esse índice volta a subir, chegando a 584 mortes pela polícia. Em 2015 o índice chega a 654 e atinge 925 em 2016. Em 2017 o índice foi ainda maior, chegando a 1124 mortes.

Mais do que uma política pública de segurança, as Unidades de Polícia Pacificadora (UPPs) se mostraram – e não faltaram vozes que afirmaram isso desde o início, embora sem repercussão na mídia – uma política de imagem, para que a cidade sede das Olimpíadas e da Copa do Mundo se mostrasse uma cidade segura. Não por acaso as UPPs se instalam exclusivamente nas favelas próximas às áreas turísticas da cidade e no entorno de onde aconteceriam as atividades dos Jogos Olímpicos ou da Copa do Mundo. A única exceção seria o conjunto de favelas do Alemão, que embora não tivesse sido prevista no plano original das UPPs, por conta dos acontecimentos de novembro de 2010, quando dezenas de carros foram incendiados em vários pontos da cidade do Rio de Janeiro, além de ataques a policiais, entrou na lista de favelas a serem ocupadas. Esses atos foram vistos pelo governo como uma resposta às instalações das UPPs e a polícia, com apoio das Forças Armadas, realizou uma ofensiva no dia 25 de novembro de 2010 na Vila Cruzeiro, no Complexo da Penha, forçando a fuga de centenas de traficantes para o Complexo do Alemão, morro vizinho à Penha. Essa debandada foi filmada e transmitida exaustivamente pelas TVs, forçando que o Alemão entrasse na lista de comunidades para a instalação das UPPs. O coronel Frederico Caldas, então chefe das UPP, declarou que “é sabido que a ocupação no Alemão não estava prevista. Ela ocorreu em consequência de ataques por parte de marginais antes de novembro de 2010, numa série de ataques pela cidade cujo epicentro do poder paralelo

estava lá [no Alemão]”¹⁵. Não por acaso, essa ocupação pelas forças de segurança não causou o resultado esperado: são inúmeros os casos de confrontos entre policiais da UPP do Alemão e de traficantes, que nunca deixaram a localidade.

Mas se as UPPs se mostraram um projeto “provisório”, como fazer com que a imagem da cidade se transformasse de forma tão rápida aos olhos da população, dos turistas e das organizações que participariam dos Jogos Olímpicos e da Copa do Mundo? É nesse momento que, para alterar uma imagem construída ao longo de décadas de que vive num intenso conflito com traficantes, que a mídia tem papel fundamental. Para alterar essa sensação de uma “cidade partida” para uma cidade que “caminha em direção à paz”, além da publicidade oficial, a mídia teve papel fundamental. Historicamente, a mídia se utilizou muito pouco de sua capacidade de pautar um debate público consistente sobre segurança pública, com tratamento superficial sobre o tema. Essa sua superficialidade nunca motivou ações do Estado mais eficazes e abrangentes. Da mesma forma, quando se altera o discurso estatal sobre a política de segurança, a mídia hegemônica não tem qualquer papel reflexivo sobre essa mudança, mas simplesmente passa a retransmitir esse novo discurso oficial.

Se antes havia uma falta de opiniões divergentes nas matérias jornalísticas que fossem contra o senso comum do discurso de “guerra”, após a instalação das primeiras UPPs passa a ser quase impensável ver especialistas promovendo o combate via confronto e que fossem contra o discurso de “pacificação”. No entanto, ao mesmo tempo em que a mídia muda seu viés discursivo, ela mantém a mesma lógica superficial para tratar do tema, como se o problema da violência e do tráfico de drogas ilegais estivesse sendo resolvido. Além do problema da violência, não há qualquer reflexão por parte da mídia hegemônica em relação às favelas pacificadas, e a escolha das favelas para implementação das UPPs estarem próximas ao entorno dos locais onde seriam realizadas provas dos Jogos Olímpicos e da Copa do Mundo e das principais vias de acesso à cidade. Há claramente uma preocupação com pontos específicos do Rio de Janeiro, e não com a construção de uma política pública para a cidade como um todo. Estava claro, mas não estava sendo dito.

Apenas para exemplificar como há uma mudança drástica na mídia em tão pouco tempo, no dia 20 de outubro de 2007, logo após a realização dos jogos Pan-

¹⁵ Disponível em <<https://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/bbc/2014/08/22/chefe-de-upps-rejeita-crise-e-alerta-sobre-expansao-no-proximo-governo.htm?cmpid=copiaecola>>

americanos do Rio e antes da instalação das Unidades de Polícia Pacificadora (UPP), o jornal O Globo publicou em seu editorial:

Ação e reação

Não se deve entender como um princípio geral da polícia a formulação do secretário de Segurança do Rio, José Mariano Beltrame, de que não há como enfrentar o crime organizado com ações leves. Mas, no atual estágio de contaminação do organismo social pela violência advinda do poder de fogo das quadrilhas que dominam o tráfico de drogas no estado, não há outro preceito que possa fundamentar a atuação dos policiais.

Sob esse aspecto, tem sido correta, em sua essência, a política adotada pelos organismos policiais fluminenses, a partir da recente operação no Complexo do Alemão, de recorrer a intervenções pontuais nas zonas de guerra, dominadas pelos traficantes à base de terror, assassinatos e perseguições.

(...)

A outra ponta dessa política é exatamente a maneira como os policiais enfrentam os bandidos. Não se trata de fazer apologia da violência, mas o Rio vive uma situação de fato: há nesses nichos à margem da lei criminosos providos de armas e desprovidos de qualquer noção de apreço à vida humana.

A defesa da sociedade pressupõe o combate ao tráfico, com ações afirmativas para fazer frente ao atual quadro de urgência. É certamente a essa necessidade emergencial que o secretário Beltrame se refere quando dá o tom de como deve ser a reação policial nas operações em curso.

Se há uma alternativa que não implique responder a essa situação de guerra com a força do braço armado do Estado, que seja apresentada pelas entidades que têm criticado a atuação da polícia. Seria de fato preferível substituir as armas pela sociologia, mas pelo menos neste caso a receita desanda: faltaria combinar com os bandidos (p. 6).

A operação no conjunto de favelas do Alemão que o jornal faz referência é a megaoperação citada anteriormente (realizada no dia 27 de junho de 2007) em que 1350 policiais invadiram o conjunto de favelas e 19 pessoas foram mortas, muitas com indícios de execução sumária. 2007 é ainda o ano em que o número de autos de resistência atinge seu maior patamar – 1330 mortes – mas que não corresponde ao aumento de apreensão de drogas e armas – enquanto em 2006 foram apreendidos 13.312 quilos de drogas, em 2007 foram apreendidos 11.062 quilos. As apreensões de armas também caíram, de 10.793 unidades, para 10.178. O relatório da ONU considerava a política de segurança pública do Rio de Janeiro “contraproducente”, já que a proporção entre as mortes e as prisões das megaoperações nas favelas “indica a ausência de ações coordenadas de inteligência, indica, mais do que isso, que a ação do Estado se torna cada vez mais criminalizadora da pobreza” (Justiça Global, 2008, p. 15).

Era essa política de segurança “contraproducente” que o jornal O Globo enaltecia em seu editorial. Três dias depois deste editorial, o secretário de Segurança José Mariano Beltrame, em coletiva de imprensa no dia 23 de outubro, durante o seminário Desafios da Gestão de Segurança Pública, da Fundação Getúlio Vargas, ao explicar que os traficantes estavam migrando com seus armamentos para a Zona Sul do Rio, devido a uma maior repercussão que as ações policiais nessa região causavam à população, disse que “um tiro em Copacabana é uma coisa; um tiro na [favela da] Coréia, um tiro no Complexo do Alemão é outra”. Ainda explicou: “Em Copacabana, [um confronto com traficantes] tem uma repercussão muito grande, porque as favelas, os comandos, estão a metros das janelas da classe média” (Extra, 23/10/2007). A naturalidade com que é apresentada essa “explicação” e como ela é prontamente aceita como normal pela mídia demonstra como há uma diferenciação da valorização da vida entre moradores de favelas e de áreas mais nobres da cidade. Enquanto na favela as possíveis vítimas de confrontos entre policiais e traficantes são aceitas como parte da estratégia – tanto pelo secretário de Segurança como pela mídia –, fora das favelas isso já não é aceitável. Aos favelados não há qualquer apreço se rajadas de tiros passam próximos de suas janelas ou mesmo se atingem seus moradores. São efeitos colaterais de uma “guerra” onde as vítimas só podem estar de um lado – e aqui inclui-se também os policiais, em sua maioria de origem popular, que são colocados na linha de frente em confrontos com traficantes. O que vemos são as favelas e os espaços periféricos tratados de forma diferente, como um espaço que não pertence ao conjunto da cidade, que não tem os mesmos direitos dos moradores de outras áreas, tratados como cidadãos de segunda classe.

Pouco mais de um ano depois deste editorial e das declarações do secretário de Segurança, seria instalada, no dia 19 de dezembro de 2008, a primeira Unidade de Polícia Pacificadora (UPP) no Morro Dona Marta, em Botafogo, Zona Sul da capital. Desde então passam a ser recorrentes matérias e reportagens exaltando a “nova” política de segurança junto às favelas. Já no dia 21 de fevereiro de 2009, O Globo apresenta a seguinte reportagem: “O elogio das UPPs: pesquisa mostra que 93% dos moradores aprovam unidades, mas 68% temem volta do tráfico”; a comandante Pricilla de Oliveira, da UPP do Dona Marta é entrevistada por Mauro Ventura, na coluna “Dois cafés e a conta”, na Revista do jornal O Globo da edição do domingo dia 10 de maio de 2009. As matérias elogiosas – e sem qualquer discussão de fundo – não cessam. No dia 8 de outubro de 2009, a reportagem "Paz nas favelas para os Jogos" aponta a prioridade de

ampliação do programa das UPPs para 47 favelas até o fim de 2010 “visando à Copa do Mundo de 2014 e às Olimpíadas de 2016”, e chegar a 100 favelas até o fim de 2016 (p. 12). Na mesma página, outra matéria: “UPPs fazem festas para o Dia das Crianças”, que abre da seguinte forma: "Depois da paz e da tranquilidade reconquistadas, o momento é de festa nas comunidades que já têm UPPs. O Dia das Crianças deverá ficar marcado (...) como uma data do reencontro com a cidadania e de interação entre moradores e a Polícia Militar". Em edição do dia 31 de dezembro de 2009, com a retrospectiva do ano, o jornal publica a seguinte matéria:

A redenção das favelas: com UPPs, Estado resgatou seu papel em áreas há décadas dominadas pelo tráfico

Uma Zona Sul em paz é o presente que todos os cariocas gostariam de ganhar, mas, há pouco mais de um ano, isso não passava de um sonho. Nem os mais otimistas poderiam imaginar que 2009 entraria para a história da cidade fazendo toda a diferença numa guerra contra o tráfico, que se arrasta há décadas. Depois de a polícia ter subido o morro e instalado uma Unidade de Polícia Pacificadora (UPP) no ponto mais alto do Dona Marta, em Botafogo, pouco antes de o ano começar, o Estado chegou a outras favelas, como Babilônia e Chapéu Mangueira, no Leme; Pavão-Pavãozinho e Cantagalo, em Copacabana e Ipanema; e, ainda por ali, Cabritos e Ladeira dos Tabajaras. Os dois morros, cuja ocupação chegou a ser adiada por causa do Natal, foram ocupados, sem um único disparo, no fim de semana passado, pela tropa de elite da PM, e já fazem parte de um corredor na orla que está completamente "dominado". Pela polícia. (Caderno especial, p. 3)

É de se destacar ainda que a preocupação do jornal se dá exclusivamente com a Zona Sul do Rio de Janeiro (“Uma Zona Sul em paz”; “um corredor na orla”) e exclui, sem o menor pudor, o restante da cidade dessa “paz” almejada pelos moradores. Avançando um pouco no tempo, no dia 7 de julho de 2013, o mesmo jornal O Globo que havia apoiado abertamente a política de confronto, estamparia em suas páginas o seguinte editorial:

UPP é patrimônio da sociedade

(...) E como a política de segurança bancada por ele [Erir Ribeiro, destituído do cargo de comandante-geral da Polícia Militar] e executada com eficiência por Beltrame é ponto forte de sua gestão [do governador Sérgio Cabral], ela se torna alvo de toda sorte de aspirante ao poder nas urnas do ano que vem. Cabe, então — como fez o próprio Cabral —, reafirmar a continuidade da política. Não porque ele queira, mas devido ao seu êxito, reconhecido dentro e fora do Rio de Janeiro.

Chamado de UPP, mas, na realidade, algo além da pacificação, este programa de segurança pública, hoje com 33 unidades instaladas, tem provocado mudanças para melhor principalmente nas Zonas Sul, Norte e Centro nunca observadas.

A taxa de homicídios na cidade do Rio, por exemplo, caiu bastante, com reflexos positivos no dado referente ao estado: 26,4 mortes por grupos de 100 mil habitantes, próximo da média nacional. Alto, mas já foi pior. Não há, portanto, por que recuar na política, ainda a ser estendida à Zona Oeste, paraíso de milícias, Baixada e interior.

Em dez anos, de 2000 a 2010, os homicídios retrocederam 43,8%, muito em função das UPPs. A recuperação do controle de áreas pelo estado e o banimento de armas pesadas de favelas têm revitalizado bairros, como a Tijuca. O patrimônio de centenas de milhares de pessoas volta a se valorizar, e 500 mil moradores das chamadas comunidades já estão livres da ditadura do tráfico. Caem as mortes, reduzem-se gastos na Saúde e os dramas familiares.

A política de segurança está para o Rio de Janeiro como o controle da inflação para o país: é inegociável. Tem de ser preservada por todos, em especial políticos com espírito público. Investir contra ela é ajudar a criminalidade. Inclusive a que se infiltra nas polícias.

Outras matérias podem servir de exemplo, sempre com a mesma perspectiva. Por exemplo, a chamada de capa do jornal O Globo de 8 de dezembro de 2013 era: “UPPs têm a menor taxa de homicídios do Brasil”, com três páginas internas sobre o sucesso da iniciativa. As matérias sobre as UPPs se estenderiam durante os dias seguintes no jornal, com a reportagem especial “O caminho da paz” sobre as mudanças que a política de segurança havia estabelecido com a iniciativa. Na reportagem de abertura do especial, no dia 8 de dezembro, o jornal dava o tom de como seriam as matérias:

Mais vidas nos morros pacificados

(...) Para aliviar o calor, meninos tomam banho de mangueira (...). Alheios à algazarra, moradores e turistas circulam entre vielas (...). Anos atrás, a imagem seria diferente. No local onde os garotos hoje se banham havia um ponto de venda de drogas, traficantes ditavam as regras, e a lei era a do fuzil. Com a implantação da primeira Unidade de Polícia Pacificadora (UPP) do Rio, a comunidade de seis mil habitantes, em Botafogo, viu a rotina de guerra mudar e há cinco anos não conta um assassinato. (p. 36).

A lua de mel entre a mídia e as Unidades de Polícia Pacificadora vai chegando ao limite. O fracasso das UPPs se torna visível, não dá mais pra escamotear os problemas enfrentados. A internet e o uso das redes sociais colaboram significativamente para isso. De acordo com o Internet World Stats, em 2017 65,9% das pessoas tinham acesso à internet no Brasil¹⁶, o que indica a importância da internet como fonte de informação de notícias. De acordo com o Relatório do Reuters Institute, 90% dos brasileiros se informam por fontes online e 66% nas redes sociais, ficando

¹⁶ Disponível em <<http://www.internetworldstats.com/south.htm#br>>.

atrás apenas da televisão – com 78% (Nunes, 2017). Como aponta Nunes, hoje temos “milhões de indivíduos que publicam, comentam e documentam acontecimentos cotidianos”, criando uma rede alternativa à mídia hegemônica e possibilitando formas “onde a própria imprensa pode buscar informações que provavelmente não obteria pelas vias convencionais” (2017, p. 5). Em relação à segurança pública, diversas são as páginas, em especial no Facebook, que repercutem notícias sobre suas localidades. Nunes analisa 156 páginas da rede social que tratam do tema da segurança, entre páginas de bairros e de coletivos de comunicação. Além dessas inúmeras páginas que repercutem notícias locais, três aplicativos merecem destaque: o Fogo Cruzado, aplicativo colaborativo idealizado pela jornalista Cecilia Olliveira em parceria com a Anistia Internacional e atualmente abrigado no Instituto Update, tem o objetivo de registrar a incidência de tiroteios e a prevalência de violência armada na região metropolitana do Rio de Janeiro, criando um banco de dados com essas informações; o Nós por Nós, desenvolvido pelo Fórum de Juventudes do Rio de Janeiro, com o objetivo de que os próprios usuários possam fazer denúncias de violações de direitos e abusos, seja com vídeos, fotos ou textos, além de acesso a uma rede de apoio; e o Defezap, um serviço que permite o envio de vídeos-denúncias que mostrem violência ilegal cometida por agentes do estado. Após recebido, a equipe do Defezap avisa às autoridades responsáveis, que são cobradas oficialmente.

Essas iniciativas propiciam que as informações, antes restritas, possam ser veiculadas e difundidas para canais mais amplos. Obviamente que essas ações não concorrem com a mídia hegemônica, mas em alguma medida dão visibilidade, e em alguns casos, obrigam que determinadas notícias sejam veiculadas, dando destaque a temas que provavelmente seriam omitidos pela mídia.

Assim que a mídia começa a veicular notícias que indicam o fracasso das Unidades de Polícia Pacificadora – especialmente logo após os grandes eventos esportivos –, o discurso de guerra volta à tona. Os índices de homicídios em confrontos entre policiais e traficantes e dos autos de resistência (agora renomeado para “homicídio decorrente de oposição à intervenção policial”) sobem exponencialmente. Em 2017 o número de pessoas mortas em confronto com a polícia chegou a 1124, e comparando janeiro de 2017 com janeiro de 2018, o aumento foi de 57% (apenas em janeiro de 2018 foram mortas 154 pessoas em decorrência de oposição à intervenção policial – em

janeiro de 2017 foram 98 mortes). Este é o maior índice em 15 anos, desde o início da séria histórica ¹⁷.

Não por acaso, o jornal Extra estreou no dia 16 de agosto de 2017 uma editoria denominada “Guerra do Rio”. Até mesmo na justificativa para a mudança de editoria, o jornal assume o “risco” desse discurso que legitima a lógica do confronto:

Temos consciência de que o discurso de guerra, quando desvirtuado, serve para encobrir a truculência da polícia que atira primeiro e pergunta depois. Mas defendemos a guerra baseada na inteligência, no combate à corrupção policial, e que tenha como alvo não a população civil, mas o poder econômico das máfias e de todas as suas articulações (Extra, 16/08/2017).

As vítimas dessa “guerra” estão apenas de um lado. São os pobres e moradores de favelas, em sua maioria jovens negros. Apenas para exemplificar, os mortos decorrentes de oposição à intervenção policial (os autos de resistência) de 2016 negros (pretos e pardos) correspondem a 77,4% do total (com 12,1% de brancos e 10,5% não informado). Se numa guerra a morte de pessoas é normal, as injustiças se tornam cotidianas. É mais uma forma de endossar a banalização da vida dos moradores de favelas e da violência contra a população pobre. Nada mais do que isso. Não por acaso, em novembro de 2017 uma nova campanha contra o caveirão é lançada: “Caveirão Não – Favelas pela vida e contra as operações”, puxado pela Rede de Comunidades e Movimentos Contra a Violência junto com outras organizações de direitos humanos, lembrando que a média de morte por policiais no Rio de Janeiro em 2017 é de mais de três pessoas por dia (97 por mês), e que são mais de 16 mil pessoas mortas nos últimos 10 anos por ações policiais.

A banalização do termo “guerra” para retratar a situação de violência que vive o Rio de Janeiro é também uma forma de violência que aponta para situações que se complementam e que não deveriam ser tratadas de forma isolada uma da outra. Menegat aponta que

desde a ação da polícia nos bairros populares da cidade, que invariavelmente resultam em mortes de jovens negros desempregados – sempre acusados de envolvimento com esta entidade mítica chamada ‘tráfico’ –, até os casos de crime financeiro de grandes empresas, passando pelos desmandos do Estado, todos estes elementos estão presentes na efetivação da guerra que inviabiliza a democracia e sua radicalização (2012, p. 15).

¹⁷ Disponível em <<http://www.ispdados.rj.gov.br/CrimesVida.html>>

Ele afirma ainda que ampliar essa “guerra”, esses conflitos destrutivos, faz parte do que Marx e Engels chamavam de “estado de momentânea barbárie em tempos de superprodução” (1987, p. 39). Nesses momentos, para superar essas crises, opta-se pela “destruição forçada de uma massa de forças produtivas” (idem, p. 40). Ou seja, a segregação entre territórios é algo perseguido pelas sociedades de classe, usada como estratégia para naturalizar a violência contra as classes subalternas. Essa segregação

legitima a contraposição de uma parte da sociedade – que opera segundo as condições ideais do regime de concorrência, o que lhe permite afirmar que elas existem e são acessíveis a todos, desde que possuam as qualidades morais necessárias – a outra parte, tida como moralmente fraca, cujo peso desqualificante de sua culpa e ineficiência econômica a impede de se elevar ao território ideal (Menegat, 2012, p. 11).

Esta visão fundamenta a separação das classes como se o destino fosse produzido pelo acaso das escolhas individuais, e não por conta de um contexto social e de classe. Essa ideia de individualismo, que diz ser possível por meio do esforço individual a superação das condições adversas – a tão em moda meritocracia – encontra cada vez menos exemplos (existem as exceções que confirmam a regra, embora sejam muitas vezes utilizadas para justificar que com vontade e esforço é possível ultrapassar as barreiras sociais e econômicas). Vivemos hoje um esgotamento da mobilidade social, sem perspectiva de melhora.

O apelo aos métodos bárbaros tem se mostrado recorrente e como um sintoma de demonstração da “impossibilidade da humanidade continuar a se desenvolver dentro das formas burguesas da vida social, uma vez que a riqueza acumulada pela espécie é excessiva” (idem, p. 18) e que essa sociedade naturaliza o extermínio da população pobre. Para Menegat, o conceito de barbárie pode ser um caminho para a interpretação crítica da sociedade atual, que, segundo ele, aponta para um “esgotamento civilizatório”. Esse esgotamento, justifica, se daria por conta de: 1) o capital como modo de ser da civilização moderna tem uma tendência à concentração em alguns países e nas mãos de poucas famílias; 2) o capitalismo tem como tendência a formação de um exército industrial de reserva; 3) há uma tendência à queda da taxa de lucro, que é contida com políticas contratendências que implica a destruição parcial dos meios de produção e das forças produtivas e; 4) a pauperização das classes subalternas, gerando uma degradação social e a insegurança permanente das suas condições de vida (idem, p.

19-20). Vivemos então uma época de “genocídio causado para perpetuar o sono tranquilo e o bem-estar de um punhado de famílias” (idem, p. 25).

3. Estratégias discursivas na luta pela hegemonia

Um sol de torrar os miolos
Quando pinta em Copacabana
A caravana do Arará, do Caxangá, da Chatuba
A caravana do Irajá, o comboio da Penha
Não há barreira que retenha esses estranhos
Suburbanos tipo muçulmanos do Jacarezinho
A caminho do Jardim de Alá
As Caravanas (Chico Buarque)

“O Rio chegou a um ponto que infelizmente exige sacrifícios. Sei que isso é difícil de aceitar, mas, para acabarmos com o poder de fogo dos bandidos, vidas vão ser dizimadas. (...) É uma guerra, e numa guerra há feridos e mortos”; “Você pega o número de filhos por mãe na Lagoa Rodrigo de Freitas, Tijuca, Méier e Copacabana, é padrão sueco. Agora, pega na Rocinha. É padrão Zâmbia, Gabão. Isso é uma fábrica de produzir marginal”. A primeira frase, dita pelo então secretário de Segurança Pública do Rio de Janeiro, José Mariano Beltrame em 2007 em entrevista à revista *Veja*, e a segunda, pelo então governador do Estado, Sérgio Cabral Filho, em entrevista a Aluizio Freire, do site de notícias G1, também em 2007, são demonstrações da visão sobre as favelas e seus moradores. Primeiro que a vida deles vale menos – as “vidas a serem dizimadas” são dos moradores de favelas – e que seus moradores são marginais. Apesar dos absurdos dessas mensagens, elas são naturalizadas pela mídia. Há uma ideologia já cristalizada de guerra às drogas e de que os moradores de favelas e periferias estão no território inimigo que deve ser combatido.

Como contraponto a essa falta de repercussão das falas de Beltrame e Sérgio Cabral, os gritos de guerra dos policiais militares do Batalhão de Operações Especiais (Bope) ecoaram indignação dos moradores vizinhos ao batalhão. Em matéria do jornal *Globo* de 24 de setembro de 2003, de título “Gritos de Guerra do Bope assustam Parque Guinle”, a notícia é justamente da reação por parte dos moradores da região dos cantos entoados pela corporação vizinha ao Parque Guinle, localizado na Zona Sul carioca, no bairro de Laranjeiras. Os gritos de guerra iam de “O interrogatório é muito fácil de fazer / pega o favelado e dá porrada até doer. / O interrogatório é muito fácil de acabar / pega o bandido e dá porrada até matar” a “Bandido favelado / não se varre com vassoura / se varre com granada / com fuzil, metralhadora”. Indignados, os moradores reclamaram na mídia desse absurdo. No entanto, como aponta Menegat, a ausência de qualquer

consequência após o mal-estar produzido é que chama mais a atenção: “pode-se deduzir que provavelmente o único problema era a proximidade dos ‘gritos e dos exercícios’, e não o sentido do que era dito” (2012, p. 13). O barulho, as falas, incomodaram os moradores, e este incômodo inclusive vira notícia. Mas as ações propostas pelos cânticos pouco ou nada incomodam, já que acontecem em espaços longes das áreas nobres da cidade. É a mesma lógica do então secretário de segurança José Mariano Beltrame em dizer que um tiro em área nobre da cidade é inadmissível, enquanto seria permitido nas favelas e periferias. Que se “dê porrada até matar” nos favelados, mas não grite isso nos ouvidos da classe média e alta carioca. Os gritos, nesse caso, incomodaram mais do que a violência praticada em si.

Essas “escolhas” da mídia em valorizar ou negligenciar determinados assuntos e acontecimentos se dão por conta de preconceções que estão internalizadas nas organizações de imprensa e pela adaptação das pessoas que trabalham nesses veículos às restrições impostas pela organização, pelo mercado e pelo poder político. Não seria nem mesmo o caso de dizer que há uma censura. Está mais para uma autocensura exercida por quem produz o conteúdo – esse jornalista não é negro, não é pobre e não é morador de favela em sua imensa maioria –, que se ajusta à realidade das exigências da organização que trabalha (Chomsky e Herman, 2003, p. 54). Ou como aponta Halimi, “a censura é mais eficaz quando não tem necessidade de se manifestar, quando os interesses do patrão, miraculosamente, coincidem com os da informação” (1998, p. 15).

Nossa busca aqui é entender as formas pelas quais as ideias desses grupos e classes dominantes mantem essas relações de dominação. Lippman, ainda em 1922, já escrevia que as pessoas são incapazes de monitorar o que não está próximo, e o jornalismo, com seus estereótipos e preconceitos, tem a tendência de generalizar sua posição sobre os outros com base em ideias fixas. Para ele o jornalismo é um meio ineficaz de educar o público, justamente porque através de estereótipos submete as pessoas a meias verdades. Ele afirma que “a ansiedade da imprensa reside mais em conquistar a atenção do público e vendê-la aos anunciantes do que servir com informação privilegiada e relevante aos indivíduos” (2010, p. 14).

Adorno e Horkheimer (2006) também já assinalavam que o domínio da razão deu lugar à razão técnica, que os valores humanos são deixados de lado em favor do interesse econômico e que a lei do mercado passa a reger a sociedade. A informação virou um produto como outro qualquer, e como mercadoria ela concentra seus recursos

onde ocorrem notícias significativas de interesse direto ao seu público consumidor: seus leitores em geral, mas em especial os leitores com maior potencial de consumidores de sua publicidade. Daí que as áreas mais ricas da cidade são privilegiadas nessa cobertura.

Hoje podemos dizer que os meios de comunicação representam um importante instrumento de poder na disputa por hegemonia e principalmente na construção da opinião pública. Esses meios são capazes de influenciar de forma decisiva a vida cotidiana e a atuação política dos sujeitos, com a capacidade de legitimar e dar sustentação aos seus interesses. Todo processo de hegemonia – isto é, a liderança moral e intelectual de um grupo sobre o conjunto da sociedade – é necessariamente um processo comunicacional. Como aponta Coutinho,

é pela interação semiótica, pela reelaboração e compartilhamento dos signos, que os sujeitos constroem suas identidades, organizam a sua visão de mundo, representando a realidade a partir de determinada perspectiva e de acordo com seus interesses, anseios e expectativas (2014, p. 15).

É nesse sentido que podemos afirmar que a mídia atua atendendo às demandas das classes e blocos de poder economicamente dominantes, ou seja, como um intelectual orgânico das classes mais ricas, os “novos cães de guarda” (Halime) do poder hegemônico. Ela possibilita a naturalização através da repetição contínua de seus interesses.

No Brasil o controle das mídias cabe a alguns poucos grupos econômicos familiares. Para se ter uma ideia, levantamento feito pelo Intervozes e pelo Repórter Sem Fronteiras apontou que dos 50 veículos de mídia brasileiros com maior audiência, 26 são controlados por cinco famílias¹⁸. Essa concentração desarticula os sistemas locais de informação, que poderiam desempenhar um papel importante ao dinamizar iniciativas locais de gestão participativa. Pior, “a distribuição das afiliadas das grandes redes encontra no cenário regional atores identificados tanto com as lideranças políticas quanto com as igrejas eletrônicas” (Santos, 2007, p.129). Essas mídias são agentes importantes na organização da cultura e há, portanto, uma “complexa rede de articulações corporativas envolvendo mercados e ideias, mercadoria e democracia, lucratividade e cidadania” (Ianni, 2003, p. 151). Bucci também aponta que a oferta de centenas de canais na TV tem em seus bastidores, na verdade, “um dos maiores movimento de concentração de capital – e de poder – de todos os tempos” (2004, p. 39)

¹⁸ Pesquisa disponível em <<https://brazil.mom-rsf.org/br/>>

Gramsci colocava a imprensa como um partido onde se daria também a busca por hegemonia. Esse “partido”, para o autor, teria a função de consolidar a coesão do conjunto da classe dominante, assim como assegurar a adesão dos subalternos. Essa relação, no entanto, não é direta e na maioria das vezes não é imediatamente visível. A análise de Gramsci se dá a partir das revoluções democrático-burguesas dos séculos XVIII e XIX contra o estado feudal, a nobreza e o clero, que deram origem ao liberalismo. Nesse momento Gramsci aponta que surgem os aparelhos privados de hegemonia, onde o Estado não é apenas o conjunto dos aparelhos de coerção, mas esses elementos de coerção fazem parte agora da sociedade política. Em paralelo, surge também a sociedade civil, com relações de hegemonia, que complementam os aparelhos de coerção pelo convencimento (imprensa, igrejas, sindicatos, escolas etc.). São organizações que contribuem para a formação política, intelectual e moral da sociedade. Uma forma de dominação ideológica, na tentativa de conquistar o consenso dos dominados. Esses aparelhos de hegemonia sustentam os aparelhos coercitivos e esses legitimam os aparelhos hegemônicos. A sociedade civil seria então a instância responsável pela produção e difusão do discurso ideológico de uma determinada classe. Essa nova esfera social – a sociedade civil – surge com a intensificação dos processos de socialização da política e é dotada de leis e de funções relativamente autônomas e específicas, além de uma dimensão material própria. Nessa nova conjuntura o Estado não se limita apenas aos mecanismos de coerção, mas agora ocorrem relações sociais de hegemonia. Além da coerção, garante também o consenso dos dominados. Para que isso se concretize, a hegemonia necessita constituir-se como um processo que se renova segundo as condições históricas, tornando-se um conjunto de experiências, relações e ideias assimiladas com naturalidade pela sociedade. Essas novas instâncias ideológicas de dominação se desvinculam do Estado com a função de exercer uma política ideológica e cultural, ao mesmo tempo em que o Estado e a sociedade civil atuam conjuntamente, já que operam com interpenetrações. E as classes hegemônicas têm conhecimento de que este é um processo ativo e que é necessária prudência diante dos questionamentos à dominação vigente. É justamente no âmbito da sociedade civil que se legitima ou se contrapõe a política hegemônica, ela é este espaço de luta pela hegemonia – entendida como liderança intelectual e moral de uma classe ou fração dela, sob o conjunto da sociedade, conquistada pela difusão de valores e ideologias – e pela cultura, onde se organizam a visão de mundo. Assim caracterizada a sociedade, entre o Estado, que diz representar o interesse público, surge uma esfera pluralista de

organizações, de sujeitos coletivos. Essa esfera é a sociedade civil, o espaço da luta pela hegemonia. Assim, a organização da cultura, para Gramsci, já não é algo diretamente subordinado ao Estado, mas é resultado das articulações da sociedade civil (Gramsci, vol. 3, 2007, p. 41, 46, 225, 244, 262-3 e 282-3). A mídia ocupa um lugar de destaque na sociedade civil, é hoje “a mais importante daquelas fortificações que protegem o aparelho de Estado do impacto das crises político-econômicas. (...) é ela que garante as relações de produção e propriedade, criando e recriando o consenso necessário à supremacia do capital” (Coutinho, 2014, p. 18).

Sobre essa cultura midiática que colabora para o estabelecimento de uma hegemonia de determinados grupos e projetos políticos, Kellner aponta que a mídia leva os membros da sociedade a ver em certas ideologias “o modo como as coisas são”, naturalizando posições e colaborando para o consentimento às posições políticas hegemônicas. Para ele,

numa cultura da imagem dos meios de comunicação de massa, são as representações que ajudam a constituir a visão de mundo do indivíduo (...) consumando estilos e modos de vida, bem como pensamentos e ações sociopolíticas. A ideologia é, pois, tanto um processo de representação, figuração, imagem e retórica quanto um processo de discursos e ideias. Além disso, é por meio do estabelecimento de um conjunto de representações que se fixa uma ideologia política hegemônica (2001, p. 82).

Nesse sentido, a hegemonia também “faz parte de um sistema de dominação que serve para aumentar a opressão ao legitimar forças e instituições que reprimem e oprimem” (idem, p. 84). Essa cultura da mídia hegemônica tem como uma de suas funções a de conservar e de legitimar o domínio de classe. Essa legitimação se daria a partir da construção de hegemonia, através da busca pelo consenso de uma classe ou bloco de classes sobre as outras. Assim, temos a mídia como uma ferramenta de forte influência nessa mediação de forças entre blocos e classes. Dênis de Moraes explica – a partir do conceito de Gramsci – que a hegemonia é

obtida e consolidada em embates sociais que não comportam apenas as questões vinculadas à estrutura econômica (ainda que esta interfira na organização e na transmissão dos valores culturais) e a organização política; englobam também visões de mundo que ambicionam conquistar consentimento a saberes, práticas, modelos de representação e concepções de autoridade e poder. As disputas por posições incluem assim o plano ético-cultural, as orientações ideológicas que querem legitimar-se socialmente e universalizar-se (2009, p. 35).

O conceito de hegemonia decorre também de batalhas permanentes pela conquista do consenso e envolve a capacidade de um determinado bloco de articular um conjunto de fatores que pode levá-lo a dirigir moral e culturalmente, e de modo sustentado, a sociedade como um todo. Além de congregar as bases materiais econômicas, a hegemonia tem relação com entrecosques de percepções e valores, no contexto concreto da luta de classes. Não é, portanto, uma construção monolítica, e sim o resultado de mediações de forças entre blocos e classes, traduzindo formas variáveis de conservação ou reversão do domínio material e imaterial que atravessam o campo midiático, sendo por ele influenciadas. (idem, p. 19).

Ideologias, símbolos, alegorias, rituais e mitos constituem visões de mundo e modelam estilos de vida. É nessa disputa simbólica que Gramsci insere o conceito de hegemonia. Para ele a linguagem é muito mais do que um código fechado de regras a praticar, porque que “é um conjunto de noções e de conceitos determinados e não, simplesmente, de palavras gramaticais vazias de conteúdo” (vol. 1, p. 93). Toda linguagem, acrescenta ele, traz em si os elementos de uma concepção de mundo e de uma cultura, inclusive “na mais simples manifestação intelectual qualquer” (idem). Daí porque, ao examinar a linguagem praticada por cada um, podemos verificar “a maior ou menor complexidade da sua visão de mundo” (idem, p. 95) – se seus interesses são universais e historicamente relevantes, se se relacionam ou se ampliam com outras concepções de mundo, ou então se são corporativistas ou economicistas. Para alcançar uma visão crítica, ou “ter uma visão de mundo criticamente coerente”, segundo Gramsci, é preciso ter “consciência da própria historicidade, da fase de desenvolvimento por ela representada e do fato de que ela está em contradição com outras concepções ou de elementos de outras concepções” (idem). O sujeito é um produto do processo histórico a que está submetido. A escolha e a crítica a uma concepção de mundo são fatos políticos. Quando um grupo social, que tem sua própria concepção de mundo, toma emprestado a outro grupo social, por submissão ou subordinação intelectual, uma concepção de mundo que não é a sua e acredita segui-la, atua de forma submissa e subordinada.

Dessa forma os aparelhos de hegemonia, além de elaborar e difundir, legitimam uma visão de mundo essencial para a manutenção do poder. A busca pelo consenso entre os dominados é o principal papel dos aparelhos de hegemonia que tem na mídia hegemônica hoje seu principal representante, atuando de forma a naturalizar esse

processo de coesão social, apresentando-o como um espaço democrático. Virgínia Fontes comenta que a mídia vem atuando, sem abandonar as formas clássicas, incidindo diretamente “sobre as formas organizativas primárias dos setores populares, de maneira a converter processos de formação crítica em produção de cidadãos com ‘baixos teores’” (2008, p. 161). Essa atuação faz com que os cidadãos se distanciem da reflexão crítica, envolvendo-se em questões fragmentadas. Fontes complementa:

as condições sociais reais da maior parcela da população seguem dramaticamente desiguais. Assim, ao lado desse enorme aparato empresarial de persuasão popular, mantém-se a tradicionalíssima truculência dos setores dominantes brasileiros. Caveirão e projetos culturais apassivadores em favelas parecem fazer parte do mesmo pacote da modernidade financeirizada. Esse fenômeno se repete na imprensa, na qual, ao lado de propostas com o selo da “responsabilidade empresarial”, permanece a truculência verbal de viés marcadamente antipopular. (idem)

É nesta perspectiva que Octávio Ianni faz um paralelo com o príncipe de Maquiavel e com o moderno príncipe de Gramsci, com o que ele denominou de príncipe eletrônico, se referindo aos meios de comunicação de massa, com destaque para a televisão – mas aqui o ampliamos para os meios hegemônicos de forma geral. No início da Idade Moderna, Nicolau Maquiavel colocou algumas questões para que o príncipe se consolidasse como um dirigente, uma figura política capaz de articular suas qualidades de atuação e liderança e as condições sociopolíticas em que atuava. Na obra “O príncipe” o autor apresenta dois conceitos centrais: são os sentidos de utilidade – de que o virtuoso é o que é útil – e o de habilidade política – a capacidade de decisão, que poucos personagens históricos teriam. O autor aponta que através da habilidade política o governante consegue obter sucesso e a manutenção do poder. A virtude seria a astúcia política, a destreza do governante em obter sucesso. Diferente do que era propagado em sua época, Maquiavel demonstra que o poder e a dominação não dependiam do destino, mas da forma de se governar:

Deveis, portanto, saber que há dois meios de combate: um com as leis, outro com a força: o primeiro é próprio do homem, o segundo, das bestas; mas, como o primeiro muitas vezes não basta, convém recorrer ao segundo. Portanto, a um príncipe é necessário saber usar bem a besta e o homem (1996, p. 131).

A partir dessa concepção de Maquiavel, Gramsci aponta que um príncipe, nas condições da modernidade, deve se interessar pela construção de um projeto político

revolucionário. Para isso, o sujeito político não poderia mais ser um príncipe ou um herói:

O moderno príncipe, o mito-príncipe não pode ser uma pessoa real, um indivíduo concreto, só pode ser um organismo; um elemento complexo de sociedade no qual já tenha tido início a concretização de uma vontade coletiva reconhecida e afirmada parcialmente na ação. Este organismo já está dado pelo desenvolvimento histórico e é o partido político (2007, vol. 3, p. 16).

Para Gramsci seria através do partido que se organizaria uma reforma intelectual e moral e onde se criaria o terreno para um novo desenvolvimento da vontade coletiva nacional-popular. Essa reforma intelectual e moral só seria possível com uma “reforma econômica e uma modificação na posição social e no mundo econômico”, porque “o programa de reforma econômica é (...) o modo concreto através do qual se apresenta toda reforma intelectual e moral” (idem, p. 19). O moderno príncipe deve romper com a unidade baseada na ideologia tradicional ou dominante para que possa adquirir consciência de seu lugar social. O moderno príncipe, ou partido revolucionário, é potencialmente o Estado das classes subalternas, o local onde a vontade coletiva se faz coerente ao colocar a questão fundamental de uma nova ordem política. O moderno príncipe não é mais uma pessoa, mas uma organização onde se aglutinam as capacidades de uns e outros, líderes e seguidores, de forma que as decisões e interpretações das forças políticas cabem a esse grupo político organizado, que era, naquele momento, capaz de acumular as inquietações e reivindicações sociais. Este partido teria ainda a principal função de construir uma hegemonia alternativa, que expressasse os interesses das classes e grupos sociais subalternos.

Gramsci enfatiza ainda a importância dos partidos políticos

na elaboração e difusão das concepções de mundo, na medida em que elaboram essencialmente a ética e a política adequadas a elas, isto é, em que funcionam quase como “experimentadores” históricos de tais concepções. Os partidos selecionam individualmente a massa atuante (...) com uma relação tão mais estreita entre teoria e prática quanto mais seja a concepção vitalmente e radicalmente inovadora e antagônica aos antigos modos de pensar. Por isso, pode-se dizer que os partidos são os elaboradores das novas intelectualidades integrais e totalitárias [aqui o termo “totalitárias” é usado de forma positiva, no sentido de dimensão universal] (vol. 1, p. 105).

Se a consolidação de um domínio para que o Estado fosse duradouro antes se dava pela figura do príncipe e na modernidade pela organização do partido, na

atualidade uma nova força surge com potencial de influenciar intelectual e moralmente a sociedade: a mídia atua como um dos principais instrumentos de manutenção da hegemonia, elaborando e legitimando determinadas visões de mundo. Ampliando essa dimensão gramsciana, Octávio Ianni elabora o conceito de príncipe eletrônico, trabalhando com a ideia de que a mídia ultrapassa as atividades tanto do príncipe quanto do moderno príncipe, já que permeia todos os níveis da sociedade. Ao analisar a mídia, Ianni afirma que ela é o novo príncipe, o príncipe eletrônico, que não seria o *condottiero* de Maquiavel, nem o partido político (o moderno príncipe de Gramsci), mas

realiza e ultrapassa os descortinos e as atividades dessas duas figuras clássicas da política. O príncipe eletrônico é uma entidade nebulosa e ativa, presente e invisível, predominante e ubíqua, permeando continuamente todos os níveis da sociedade, nos âmbitos local, nacional, regional e mundial. É o intelectual orgânico das estruturas e blocos de poder presentes, predominantes e atuantes em escala nacional, regional e mundial, sempre em conformidade com os diferentes contextos socioculturais e político-econômicos desenhados no novo mapa do mundo (1999, p. 14).

Podemos entender o príncipe eletrônico, ou a mídia hegemônica, como o intelectual orgânico dos grupos, classes ou blocos de poder dominantes. Em alguma medida, como aponta Ianni, “esses grupos, classes ou blocos de poder dispõem de influência mais ou menos decisiva nos meios de comunicação, informação e propaganda, isto é, na mídia eletrônica e impressa, sempre funcionando também como indústria cultural” (idem). Temos, então, uma mídia hegemônica que não representa de forma plural os interesses de toda a sociedade. Ela se limita a interesses particulares, e tem uma preocupação em atender a suas demandas imediatas, no caso, ligada às classes mais ricas, deixando de lado interesses das classes econômicas mais baixas. Falando amplamente da mídia, temos uma predominância da expressão da visão dos blocos de poder dominantes. Dentre esses veículos, destaca-se a televisão, meio de comunicação, informação e propaganda presente e ativo no cotidiano de pessoas em todo o mundo. No Brasil, 98,7% dos municípios recebem o sinal da TV aberta (Santos, 2007, p.134), o que nos faz imaginar o poder de alcance e influência desta rede de comunicação. Hoje, as tecnologias permitem sistemas simples e baratos, acessíveis para a maioria das regiões do país, e os monopólios existentes só se mantêm pela capacidade de pressão política herdada de outros tempos. O príncipe eletrônico é hoje

o principal responsável pela organização da ideologia necessária à hegemonia burguesa e ao desenvolvimento das relações capitalistas. Esse

novo *intelectual coletivo* ocupa progressivamente os espaços dos demais aparelhos de hegemonia (partidos, sindicatos, movimento sociais), exacerbando aquela tendência indicada por Gramsci (Coutinho, 2014, p. 19).

O papel do príncipe eletrônico é a espetacularização ou estetização da política, de fazer com que o público assimile ideias e visões de mundo difundidas pela elite econômica, de esvaziar as questões de seu conteúdo histórico, atribuindo a elas novas significações com função de apaziguar as contradições, de reduzir a política a “pura forma”, impedindo que o espectador se reconheça como sujeito da história (idem, p. 20).

A cultura da mídia, assim como os discursos políticos, ajuda a estabelecer a hegemonia de determinados grupos e projetos políticos. Produz representações que tentam induzir à aceitação de certas posições políticas, levando os membros da sociedade a ver em certas representações e ideias “o modo como as coisas são”, naturalizando essas posições políticas hegemônicas. Numa cultura da imagem dos meios de comunicação de massa, são as representações que ajudam a constituir a visão de mundo do indivíduo. E é por meio do estabelecimento de um conjunto de representações que se fixa uma ideologia política hegemônica. A ideologia funciona por exclusão e marginalização, assim como por afirmação de posições ideológicas específicas. Ela, portanto, faz parte de um sistema de dominação que serve para aumentar a opressão ao legitimar forças e instituições que reprimem e oprimem (Kelner, 2001, p.81-84).

Este príncipe eletrônico pode ser considerado ainda “uma fábrica de hegemonia e da soberania, que teriam sido prerrogativas do príncipe de Maquiavel e do moderno príncipe de Gramsci” (Ianni, 2003, p. 166). Os produtos da cultura da mídia não são, portanto, entretenimento inocente, mas têm cunho ideológico e vinculam-se à retórica, a lutas e a ações políticas. Marilena Chauí demonstra como as ideias dominantes de uma época são as ideias da classe dominante dessa época. Ela explica que o dominante se reveste de generalidade e de universalidade que anulam e ocultam a realidade das classes e que a ideologia realiza uma operação bastante precisa: ela oferece à sociedade fundada na divisão e na contradição interna uma imagem capaz de anular a existência efetiva da luta, da divisão e da contradição: constrói uma imagem da sociedade como idêntica, homogênea e harmoniosa. Fornece aos sujeitos uma resposta ao desejo metafísico de identidade e ao temor metafísico da desagregação (2007, p. 38).

Para que a violência da dominação exercida por uma classe seja considerada como natural e legítima, sem insuflar uma revolta nos dominados, é preciso que essa dominação seja anulada como violência. Para isso, produz-se uma imagem unificada da sociedade, com indicadores suportáveis e aceitáveis para todos os seus membros. A ideia de que o Estado representa toda a sociedade e que todos os cidadãos estão representados pelo Estado, que todos têm os mesmos direitos e deveres é a forma de legitimar a dominação. Chauí diz que essa operação ideológica passa por dois ocultamentos: “o da divisão social e o do exercício do poder por uma classe social sobre outra” (idem, p. 39).

Esses intelectuais das classes dominantes atuam na concentração da produção do conhecimento e na apropriação do conhecimento socialmente produzido. Em A ideologia alemã, Marx e Engels (1984) colocam que esses intelectuais asseguram a atualização dos conhecimentos anteriores, assim como produzem e se apoderam dos novos conhecimentos, disponibilizando-os para os setores dominantes. Formulam a legitimação do mundo existente como se fosse o mundo necessário. Com isso, asseguram a continuidade dos setores dominantes. Essa função também foi colocada por Gramsci, quando diz que todo grupo social, emergindo da história a partir da estrutura econômica anterior encontrou “categorias intelectuais preexistentes, as quais apareciam, aliás, como representantes de uma continuidade histórica que não foi interrompida nem mesmo pelas mais complicadas e radicais modificações das formas sociais e políticas” (2006, v. 2, p. 16). Mais adiante, Gramsci continua dizendo que os “intelectuais são os ‘prepostos’ do grupo dominante para o exercício das funções subalternas da hegemonia social e do governo político” (idem, p. 21).

Os meios de comunicação têm um papel privilegiado no sentido de produzir essas subjetividades, revestindo-se de universalidades e generalidades que interessam diretamente ao sistema dominante. Por exemplo, em 17 de outubro de 2007, a Rede Globo mostrou cenas exclusivas do que chamou de confronto entre traficantes e a polícia na favela da Coreia, em Senador Camará, Zona Oeste do Rio de Janeiro. As imagens do repórter cinematográfico Rogério Lima mostram, de acordo com matéria veiculada no mesmo dia no Globo Online, “que dois bandidos tentavam fugir pelo mato. Os policiais dispararam contra os fugitivos e um deles se esconde atrás de uma pedra. O outro bandido acaba caindo. Os dois morreram”. A cena, de policiais de um helicóptero atirando com fuzis em dois jovens que corriam dos tiros, termina com os dois atingidos

e mortos. O que houve ali, sem qualquer tentativa de esconder a ação de extermínio da polícia, é a caracterização pura da criminalização da pobreza e da produção de subjetividade, de que para nossa segurança era preciso que eles fossem mortos.

A mídia então exerce o papel da hegemonia, ou seja, tem a capacidade de unificar através da ideologia e de conservar unido um bloco social marcado por profundas contradições de classe. Como aponta Gruppi,

uma classe é hegemônica, dirigente e dominante, até o momento em que – através de sua ação política, ideológica, cultural – consegue manter articulado um grupo de forças heterogêneas, consegue impedir que o contraste existente entre tais forças exploda, provocando assim uma crise na ideologia dominante, que leve à recusa de tal ideologia, fato que irá coincidir com a crise política das forças no poder (1978, p. 70).

Daí também a importância de pressões sociais sistemáticas em favor de políticas públicas que protejam e promovam o interesse coletivo contra ambições monopólicas privadas (Moraes, 2009, p. 20). Como exemplo de como a mobilização popular consegue influenciar a mídia, podemos citar o assassinato da vereadora Marielle Franco, no dia 14 de março de 2018. No dia seguinte ao assassinato, a capa do jornal O Globo, na primeira versão, nem fez menção ao ocorrido. Já na segunda impressão um pequeno bloco no topo da página falava do assassinato. Esse destaque tímido indicava uma linha editorial de minimizar a execução da vereadora. No entanto, a repercussão e comoção que a morte de Marielle provocou – com um grande ato que reuniu milhares de pessoas em frente à Câmara de Vereadores do Rio, e manifestações em mais de dez estados brasileiros e em alguns países, além da mobilização via redes sociais – criou uma pressão para a repercussão do caso. Ao invés de invisibilizar o assassinato, o jornal centralizou sua cobertura. No dia seguinte a capa do jornal O Globo era praticamente dedicada à comoção gerada pela morte de Marielle.

É fato também que, embora tenha dado bastante destaque ao caso Marielle, a mídia não se furtou de dar o tom que era de maior interesse, mesmo que indo de encontro às ideias difundidas por Marielle, em especial em relação à intervenção federal na segurança pública do Rio de Janeiro. Radicalmente contrária à intervenção, as notícias argumentavam que sua execução era um exemplo da necessidade da intervenção, omitindo sua posição contrária. Como explicam Pasti, Amorim e Mourão,

na reportagem do Jornal Nacional da quinta-feira [15 de março de 2018], que fala da reação das autoridades ao crime, a deputada Luiza Erundina aparece por nove segundos e é a única representante do PSOL [partido da vereadora Marielle Franco]: “Cada um de nós, sobretudo nós mulheres, nos sentimos morrendo um pouco no dia de hoje, no dia de ontem”. Na mesma reportagem, o senador Jorge Viana (PT-AC) tem amplo destaque defendendo “intervenção” no Brasil inteiro.

A declaração dura cerca de um minuto e prepara o depoimento que virá a seguir, em que o presidente Michel Temer afirma que “por isso, aliás, nós decretamos a intervenção, para acabar com o banditismo desenfreado que se instalou naquela cidade por força das organizações criminosas”.

Esse argumento também foi construído com o encadeamento das reportagens nas edições dos jornais e programas. Na edição de sábado, o Jornal Nacional colocou no ar uma matéria sobre um dia de ações da intervenção militar na Vila Kennedy, com viés elogioso.

O mesmo ocorreu na edição do Fantástico do dia 18/03, com um encadeamento de uma notícia sobre a liberação de recursos financeiros para a intervenção militar no Rio de Janeiro após uma longa, emotiva e dedicada matéria sobre o assassinato¹⁹.

Apesar de ter ampliado bastante a cobertura sobre o caso, a falta de contexto, de dados e de visibilidade para os argumentos mais representativos da vereadora criou a narrativa desejada pelas corporações de mídia, predominantemente a favor da intervenção militar. Os meios seguiram, assim, ignorando, silenciando ou minimizando a posição de Marielle sobre os problemas da intervenção e as denúncias que vinha fazendo cotidianamente.

A mídia serve a um propósito que não é o de permitir ao público afirmar controle significativo sobre o processo político, suprindo-o com informações necessárias para o exercício de responsabilidades políticas. Pelo contrário, o propósito da mídia hegemônica é o de defender as agendas econômica, social e política de grupos privilegiados. A mídia serve a esse propósito de muitas maneiras: “pela seleção de tópicos, distribuição de assuntos, enquadramento de questões, filtragem de informações, ênfase e tom, e mantendo o debate dentro dos limites de premissas aceitáveis” (Chomsky e Herman, 2003, p. 360). Servindo à opinião da elite, a grupos que, por um lado, oferecem um bom perfil para fins de propaganda e, por outro, desempenham um papel nas tomadas de decisões nas esferas pública e privada, a mídia em seu “propósito social” também requer que sua interpretação do mundo “reflita os interesses e as

¹⁹ Disponível em <<https://www.cartacapital.com.br/blogs/intervozes/assassinato-de-marielle-franco-a-antitese-de-um-espetaculo-midiatico>>

preocupações dos vendedores, dos compradores e das instituições governamentais e privadas dominadas por esses grupos” (idem, p. 366). A mídia hegemônica retrata uma visão de mundo limitada e que atende a interesses específicos, que estão longe de representar as necessidades e vivências dos moradores de favelas e periferias, por exemplo.

O espaço de persuasão que antes pertencia aos intelectuais passou a ser dividido, e muitas vezes ocupado, por outras esferas de mediação, principalmente pela mídia. Como afirma Dênis de Moraes,

os meios de difusão agem como uma espécie de intelectual orgânico que define e interfere na conformação dos imaginários sociais e dos valores, além de formarem seus próprios intelectuais (autores, diretores, estrategistas), em função de seus alvos mercadológicos e visões ideológicas (JB on line, 31/07/2004).

Para Moraes, o sistema midiático “não apenas legitima o ideário global, como também o transforma no discurso social hegemônico, propagando valores e modos de vida que transferem para o mercado a regulação das demandas coletivas” (2013, p. 46). A mídia hegemônica tem historicamente buscado dar destaque aos interesses dos grupos e classes que sustentam essa mídia. Daí também a influência desses grupos e classes sobre seu conteúdo. Ianni aponta que o que singulariza a mídia é que ela

realiza limpidamente a metamorfose da mercadoria em ideologia, do mercado em democracia, do consumismo em cidadania. Realiza limpidamente as principais implicações da indústria cultural, combinando a produção e a reprodução cultural com a produção e reprodução do capital; e operando decisivamente na formação de “mentes” e “corações”, em escala global (1999, p. 17).

A mídia hegemônica atua na elaboração e difusão das concepções de mundo, atuando a favor dos grupos e blocos de poder dominantes. A mídia é uma figura que “influencia, subordina, transforma ou mesmo apaga partidos políticos, sindicatos, movimentos sociais, correntes de opinião, legislativo, executivo e judiciário. (...) Predomina em todas as esferas da política, adquirindo diferentes figurações” (idem, p. 24).

Em “Mitologias”, Barthes define o mito como uma “fala escolhida pela história” (1972, p. 132) e que ele tem como função deformar, não fazer desaparecer. O mito seria a ferramenta utilizada pela mídia para transmitir sua mensagem, para escrever a história oficial. Ele deforma, mas não elimina o sentido. Ele aponta ainda que existe um termo

que significa exatamente esta contradição: alienação (idem, p. 143-4). O que se espera do mito, explica Barthes, é que ele seja imediatamente perceptível, “pouco importa se em seguida o mito é desmontado, presume-se que a sua ação é mais forte do que as explicações racionais que podem pouco depois desmenti-lo” (idem, p. 151). Uma manchete de jornal, por exemplo, tem muito mais impacto – e um impacto muito mais imediato – do que toda uma reportagem posterior a desmentindo em letras menores. Ele continua dizendo que a função do mito é transformar uma intenção histórica em natureza, uma contingência em eternidade (idem, p. 162-3). Dessa forma,

passando da história à natureza, o mito faz uma economia: abole a complexidade dos atos humanos, confere-lhes a simplicidade das essências, suprime toda e qualquer dialética, qualquer elevação para lá do visível imediato, organiza um mundo sem contradições, porque sem profundidade, um mundo plano que se ostenta em sua evidência, cria uma clareza feliz: as coisas parecem significar sozinhas, por elas próprias (idem, p.163-4)

O mito é capaz de transmitir suas intenções de forma a naturaliza-las. Através dele a mídia – entre outros meios de difusão – normatizam ou escondem as contradições da sociedade, deixando que a origem dos problemas seja esquecida. Assim,

as normas burguesas são vividas como leis evidentes de uma ordem natural: quanto mais a classe burguesa propaga as suas representações, tanto mais elas se naturalizam. (...) Expandindo as suas representações através de todo um catálogo de imagens coletivas para uso pequeno-burguês, a burguesia consagra a indiferenciação ilusória das classes sociais (idem, p. 161-2).

A mídia é capaz de influenciar sem dar ordens, mas na medida em que é quem divulga o mito na sociedade. A mídia não obriga as pessoas a fazerem determinadas coisas ou seguirem determinada ideologia ou visão de mundo. Ela “autoriza e legitima práticas de linguagem que se tornam confortáveis e indiscutíveis para a sociedade, pelo efeito da enorme circulação e da constante repetição que ela promove” (Bucci e Kehl, 2004, p. 19).

O que já apresentamos e reiteramos aqui é que as favelas do Rio de Janeiro – e as periferias em geral – foram retratadas pela mídia hegemônica ao longo do século XX, e em especial a partir da década de 1980, como territórios inimigos. A lógica de cidade partida era cada vez mais difundida. Os discursos dos agentes públicos baseavam-se numa estratégia que legitimava uma política de segurança baseada no confronto. Esse imaginário se torna coletivo a partir da influência decisiva da mídia hegemônica, que

funciona como um sustentáculo da cultura e um instrumento de direcionamento e de criação de subjetividades. Ou seja, a comunicação e a mídia hegemônica têm a capacidade de construir subjetividades que atendam a demandas de consumo, através de estratégias de produção de necessidades não espontâneas e que acabam pautadas essencialmente pelas novas exigências do mercado de consumo. A mídia hoje “ilumina” determinados temas em detrimento de outros – ou mesmo omitindo certos acontecimentos – que não se adequam aos interesses do grupo de poder. Em entrevista, Muniz Sodré afirmou que a

informação está aí para gerir as pessoas, para controlar, mais do que para produzir conhecimento ou orientar politicamente as pessoas. A informação faz parte de uma nova estratégia de gestão dos mecanismos de poder. O poder talvez esteja exatamente no excesso de informação. Você sabe que com excesso você não digere bem nada, tudo em excesso faz mal. É preciso muito cuidado com todos os excessos, inclusive na informação (2005, p.7)

Além disso, há uma diferenciação proposital na linguagem para determinados tratamentos: “uma prática linguística comum, por parte dos dirigentes, é trocar a palavra violência por força, quando se querem nomear atos de coerção socialmente legitimados” (Sodré, 2006b, p. 37). Por exemplo, a polícia usa a “força” contra manifestantes, enquanto manifestantes usam da “violência” contra a polícia. De acordo com as circunstâncias, são atribuídos significados negativos ou positivos.

Como descreve Lippmann, “as mais sutis e difundidas de todas as influências são aquelas que criam e mantêm o repertório de estereótipos” (2010, p. 91). Esses preconceitos acabam sendo adotados no processo de recepção das mensagens. Lippmann complementa: “Quando um sistema de estereótipos é bem fixado, nossa atenção é chamada para aqueles fatos que o apoiam, nos afastando daqueles que o contradizem. (...) Os estereótipos estão carregados de preferências, cobertos de afeto ou aversão” (idem, p. 115).

Como resume Dênis de Moraes, o sistema midiático possui três características principais: 1) a capacidade de fixar sentidos e ideologias, interferindo na formação da opinião pública e no imaginário social; 2) apropriação de diferentes léxicos para tentar colocar dentro de si todos os léxicos, a serviço de suas conveniências particulares e; 3) incute e celebra a vida para o mercado, a supremacia dos apelos consumistas, o individualismo e a competição, apresentando o mercado como capaz de traduzir os anseios da sociedade (2013, p. 20).

Gramsci percebe a imprensa como decisiva na formação de consciências e a inscreve no campo de disputa de sentidos que atravessam a sociedade civil. Para ele o jornalismo é capaz de influenciar a opinião pública e, embora não fosse o único instrumento de informação e difusão de ideias de sua época, ele tratava a imprensa como principal meio na busca pelo consenso. Ele percebe que em momentos de crise do sistema representativo tradicional, a imprensa costuma extrapolar sua função habitual de informar, atuando como pilar de sustentação ideológica de classes e instituições hegemônicas: “É preciso fazer compreender (...) que o proletariado hoje não tem contra si apenas uma associação privada, mas todo o aparelho estatal, com sua polícia, seus tribunais, seus jornais que manipulam a opinião segundo o arbítrio do governo e dos capitalistas” (Gramsci apud Moraes, 2016, p. 92). A mídia seria então “a parte mais dinâmica desta estrutura ideológica” e responsável pela “organização material voltada para manter, defender e desenvolver a ‘frente’ teórica ou ideológica” (Gramsci, 2000, vol. 2, p. 78). Enquanto aparelhos privados de hegemonia, jornais e revistas cumprem a função de “organizar a difundir determinados tipos de cultura” (idem, p. 32). O autor traz uma equivalência entre partidos políticos e imprensa na medida em que esses veículos difundem visões de mundo que influenciam a opinião pública. São órgãos que buscam interferir nas formas de avaliação e abordagem dos acontecimentos, promovendo ou desqualificando pontos de vista. Trazendo para um exemplo contemporâneo, é comum que as notícias sobre mortes em confronto com a polícia – os autos de resistência – tenham como fonte exclusivamente a polícia. Os moradores, que muitas vezes questionam a criminalização dos mortos, raramente são ouvidos pela mídia hegemônica. A mídia sobressai como aparelho privado de hegemonia ao intervir na disseminação de informações e ideias para a formação do consenso em torno de determinadas visões de mundo.

De acordo com Moraes, o

sistema midiático demonstra capacidade de fixar sentidos e ideologias, selecionando os conteúdos que, a seu critério, devem ser vistos, lidos e ouvidos pelo conjunto do público. Por mais que haja escolhas, respostas e reações diferenciadas aos conteúdos recebidos, sabemos que são os meios massivos que, na essência, definem os enfoques editoriais, quais são os atores sociais que merecem ser incluídos ou marginalizados em seus noticiários e programações, e quais as agendas e pautas que devem ser destacadas ou ignoradas (...). Não são neutros como tentam fazer crer. São parciais, tomam partido (...).

Os aparatos midiáticos realizam constantemente o controle seletivo de informações e opiniões a serem divulgadas. Isso se manifesta no esvaziamento e na interdição de ideias antagônicas, bem como nas

descontextualizações e generalizações que dificultam uma compreensão abrangente do público sobre as circunstâncias que envolvem determinados fatos e controvérsias. (...)

Um sintoma de interdição é o modo como reivindicações de minorias costumam ser tratadas. São subestimadas ou ignoradas, quando não desqualificadas (...). A vida das comunidades subalternizadas e pobres está ausente ou minimizada. (2016, p. 112-14).

Não por acaso, quando se noticiam manifestações de moradores de favelas contra a morte de jovens, esses fatos na sua grande maioria são tratados como problemas no trânsito que foi interditado, nos transtornos causados a quem teve a vida atrasada por conta das manifestações, sem dar enfoque ao real motivo das manifestações que é a morte de jovens e como se deram essas mortes. Gianotti, a título de comparação sobre como são tratados os moradores de favelas e periferias pela mídia, relata um exemplo de 2007, em que o menino João Helio, depois de um assalto, ficou preso no carro roubado e foi arrastado até a morte. O caso teve grande repercussão e causou comoção nacional. Na noite do ocorrido, Gianotti relata que o capítulo da novela de maior audiência da Rede Globo (do horário das 21 horas) foi alterado para incluir um grupo de freiras ajoelhadas, rezando pelo menino morto, depois de lerem a notícia no jornal. No entanto, questiona Gianotti, “um ano antes da morte, sem dúvida bárbara, do João Helio, houve uma chacina, no Rio, conhecida como a ‘Chacina de Queimados’. Foram 29 pessoas assassinadas por policiais (...). Por acaso a Globo mudou o capítulo da novela da noite? Por acaso colocou umas 80 freirinhas para rezar e chorar pela morte dos 29?” (Giannotti, 2014, p. 44). É claro que o caso do garoto João Helio foi brutal e é mais do que normal que causasse a comoção no país. No entanto não vemos repercussão parecida com as mortes ou chacinas de moradores de favelas e periferias. Essa hierarquização da importância da notícia pode ser exemplificada por uma fala do jornalista da Rede Globo André Luiz Azevedo, no workshop Mídia e Violência organizado pelo CESeC (Centro de Estudos de Segurança e Cidadania) no dia 17 de outubro de 2006. No evento ele afirmou que “uma morte na Lagoa ou Leblon [zonas nobres do Rio de Janeiro] é notícia. Em bairros pobres não. Isso é notícia e acabou – morte na Baixada [Fluminense] é comum, é corriqueiro, não interessa. Essa é a nossa realidade”. Seu argumento era de que o compromisso do jornalista e do jornalismo é com a sociedade, e por isso interessa o que é mais incomum. A diferença é que a sociedade com a qual ele se compromete é a que lê os jornais e que vive em bairros

economicamente nobres das cidades. A maior parte da sociedade, composta por pessoas das classes econômicas mais baixas, não tem representação na mídia.

3.1 A mídia que naturaliza a violência

No mesmo dia em que uma criança de 12 anos e um jovem de 22 anos foram assassinados por policiais no Morro do Dendê, na Ilha do Governador, um médico foi morto a facadas na Lagoa Rodrigo de Freitas, área nobre da capital carioca. A morte do médico teve uma repercussão infinitamente maior, mas o mais grave talvez tenha sido o depoimento que o então secretário de Segurança do Rio de Janeiro gravou em vídeo e disponibilizou via assessoria de imprensa. O conteúdo também foi reproduzido pelo jornal O Globo referente à cobertura destinada à morte do médico Jaime Gold. Frisamos aqui que o secretário não faz qualquer menção às mortes no Morro do Dendê – assassinados por policias, o que implica responsabilidade do Estado no crime – e se indigna com a morte na Lagoa Rodrigo de Freitas: “um lugar como a Lagoa (...) não pode, de maneira nenhuma, ser alvo desse tipo de atitude, porque é um local onde todos nós frequentamos, onde todos nós gostamos de ir, gostamos de frequentar (...), ações dessa natureza, nesse local, é inadmissível (...)” (O Globo, 22/05/2015). Fica claro nesse caso que a preocupação do secretário de segurança – que é reverberada pela mídia – é quase que exclusivamente com os moradores das áreas mais nobres da cidade, já que nesses locais, para ele, é inaceitável que ocorram crimes dessa natureza. É o mesmo secretário que declarou à imprensa que “um tiro em Copacabana é uma coisa; um tiro na [favela da] Coreia, um tiro no Complexo do Alemão é outra”, explicando que “em Copacabana, [um confronto com traficantes] tem uma repercussão muito grande, porque as favelas, os comandos, estão a metros das janelas da classe média” (Extra, 23/10/2007).

Essa repercussão que ele fala é justamente da mídia, que considera absurdo confrontos em Copacabana e demais bairros economicamente mais nobres na cidade. A mídia atua divulgando essas declarações, o que é seu papel obviamente, mas sem repercutir qualquer aspecto negativo delas, de que hierarquizam o valor da vida por conta da localidade ou classe social, por exemplo. A mídia atua naturalizando esse tipo de postura dos governantes, dando uma espécie de aval, de concordância, favorecendo com que a opinião pública aceite de forma pacífica esse tipo de diferenciação. Mais do que isso, reforça estigmas, naturalizando a violência contra a população moradora de

favelas e periferias. Misse, buscando entender o papel da mídia nesse contexto, elenca quatro termos que contribuem para a estigmatização do jovem morador de favelas e periferias, em sua grande maioria de negros e pobres. Seriam eles:

1) **criminalização** de um curso de ação típico-idealmente definido como “crime” (através da reação moral à generalidade que define tal curso de ação e o põe nos códigos, institucionalizando sua sanção); 2) a **criminação** de um evento, pelas sucessivas interpretações que encaixam um curso de ação local e singular na classificação criminalizadora; 3) a **incriminação** do suposto sujeito autor de evento, em virtude de testemunhos ou evidências intersubjetivamente partilhadas; 4) a **sujeição criminal**, através da qual são selecionados preventivamente os supostos sujeitos que irão compor um tipo social cujo caráter é socialmente considerado “propenso a cometer um crime”. Atravessando todos esses níveis, a construção social do crime começa e termina com base em algum tipo de acusação social (2008, p. 14).

Todo crime, aponta Misse, tem por base um tipo de acusação social, que se dá através de uma naturalização do senso comum desse sujeito “propenso a cometer um crime”. O negro, pobre e morador de favela seria de antemão propenso a ser um criminoso, ele sofre uma “acusação social” prévia, tendo ou não cometido algum crime.

Na medida em que a acusação social comporta, numa relação social, operadores de poder que podem instrumentalizar valores para fins privados, desenvolvem-se dispositivos de neutralização e domínio da acusação que permitiram a concentração dos meios de administração legítima da justiça do Estado. Definidos os cursos de ação criminalizáveis, esses dispositivos passam a filtrar acusações através de complexos processos de incriminação (idem, p. 13).

A acusação social se dá de duas formas. Uma delas seria de forma indireta ou subjetiva, quando um sujeito condena a conduta do outro social e moralmente. A segunda forma seria direta, quando acontece de forma pública, podendo ser questionadora ou até mesmo agressiva, num embate direto com o sujeito marginalizado. Tanto numa forma como noutra, a acusação social sobre determinado indivíduo reforça estigmas, estereótipos e preconceitos, com ênfase na população pobre, moradora de favela e negra, já que essa forma de acusação tem por base estereótipos baseados no senso comum. O papel da mídia aqui é justamente na formação deste senso comum, da opinião pública, da criação e manutenção desses preconceitos e estigmas, propiciando essa condenação simbólica, ou em outras palavras, criminalizando a vítima. Muitas vezes a vítima é condenada mais pelo que ela representa, e menos pelo crime que possa ter cometido. Por exemplo, no caso do crime contra o médico Jaime Gold que analisamos mais à frente, o adolescente preso pelo crime, pelo seu perfil (jovem, negro,

morador de favela, com diversas passagens pela polícia, e que já havia roubado bicicletas) passa de suspeito a culpado numa mesma reportagem. Mesmo nas matérias que indicam seu passado de martírio e dificuldades, que apresentam um viés social, nada mais são do que uma tentativa de demonstrar que era o responsável pelo crime, mesmo que as carências e dificuldades que tenha passado possam ter colaborado para o cometimento do crime – seu histórico de vulnerabilidade o incrimina, mas não justifica o crime. Fortuna, em análise sobre matérias jornalísticas, apresenta uma síntese sobre o tratamento dispensado a delitos cometidos por adolescentes:

primeiro o jovem é identificado como infrator, através de características comuns ao grupo ‘tipicamente desviante’ como cor, local onde mora, classe social, entre outras, depois procuram-se os motivos e justificativas que o vinculem à conduta ora transgredida. (...) Com base nas notícias diariamente publicadas pelos jornais, observamos uma construção social do crime que tem como base a sujeição criminal do indivíduo, ou seja, os dispositivos de incriminação que social e moralmente consideram aquelas pessoas culpadas sem o devido processo legal, como é o caso dos jovens negros de periferia que circulam pela Zona Sul do Rio. Antes de serem processualmente condenados pela prática de atos ilícitos, são marginalizados por possuírem características próprias de um desviante (2017, p. 77-9).

Fortuna faz referências a situações recorrentes que aconteceram no Rio de Janeiro, em que jovens são impedidos de chegar à praia. Moradores da Zona Norte costumam usar a linha de ônibus 474, que fazia o trajeto do Jacaré (na Zona Norte) ao Jardim de Alah (passando pela orla da Zona Sul carioca – Copacabana, Ipanema e Leblon)²⁰. A linha de ônibus, antes de chegar à Zona Sul, era parada por policiais que retiravam jovens com perfis “tipicamente desviantes” – leia-se negros. A chamada Operação Verão tinha como objetivo “reduzir o número de roubos e vandalismo nas praia e garantir a segurança nesse espaço democrático de lazer que é a praia”, de acordo com o porta-voz da PM capitão Maicon Pereira em entrevista ao site de notícias G1. O objetivo, ironicamente, era evitar que um perfil específico, que “seria capaz de cometer delitos”, frequentasse esse “espaço democrático de lazer” localizado nas áreas mais nobres da cidade:

Um cinturão de segurança vai atuar nas imediações da orla. Blitzes serão realizadas próximo às praias de Ipanema, Leblon e Copacabana. Também serão feitas revistas em ônibus em bairros mais afastados da Zona Sul. De acordo com a PM, serão montados 17 pontos móveis de bloqueio na cidade (G1, 26/09/2015).

²⁰ Desde 2018 a linha 474 teve seu trajeto alterado. Atualmente seu ponto final é em Copacabana, deixando de passar por Ipanema e Leblon.

Nos dois primeiros dias da Operação, foram apreendidos 38 adolescentes – que foram impedidos de chegar à Zona Sul e encaminhados para abrigos da Prefeitura. Nenhum deles foi apreendido cometendo crime (apenas não estavam com documento de identidade e sem dinheiro). No ano seguinte, em 2016, uma ordem judicial, após ação impetrada pela Defensoria Pública, proibiu a PM de abordar jovens que não estejam cometendo crime infracional. Por conta disso, a operação de recolher adolescentes nas linhas de ônibus como “ação preventiva” foi interrompida. Mas a “sociedade” já apoiava a iniciativa e se sentiu indignada. Na tarde do dia 20 de setembro de 2016 um ônibus da linha 474 foi abordado em Copacabana por cerca de 10 pessoas, que seriam moradores da região. De acordo com reportagem do jornal O Globo, essas pessoas quebraram a socos os vidros do coletivo para agredir jovens que estavam dentro do ônibus:

O ônibus da linha 474 (Jacaré-Jardim de Alah) estava lotado quando um grupo de cerca de dez homens abordou o veículo. Vidros do ônibus foram quebrados. Mais pessoas apareceram para atacar quem saía da praia. Quem estava dentro do coletivo, em desespero, quebrou uma das janelas e pulou. Acionados, PMs com armas em punho protegeram os passageiros que eram ameaçados a todo instante. Ninguém foi preso, mas a Polícia Civil informou que vai investigar os responsáveis pela agressão.

Os homens que abordaram o ônibus, todos fortes, usando bermudas, camisetas e tênis, perseguiram os passageiros que conseguiram fugir pela janela. Vídeos feitos por moradores de prédios vizinhos, que mostram jovens sendo espancados, ganharam as redes sociais.

— Abre a porta, abre a porta, motorista! Só tem ladrão. Vamos dar porrada. Fotografa eles, só tem ladrão — dizia um deles, enquanto espancava um adolescente, chutado várias vezes (20/09/2016).

A ação, ao que tudo indica, teria sido planejada pela internet via redes sociais, onde também foi muito comemorada a ação dos agressores. Num vídeo filmado de uma janela, a pessoa que gravou gritava coisas como “essa gente não vale nada, olha isso...”, “é mulher, é criança, é tudo...um bando de safado”, “essa porra não tem que vir pra cá não”, “tem que deixar eles lá no subúrbio”, “não merecem nem vir à praia” e “filhas da puta, vêm pra cá estragar nosso bairro” (Krenzinger, 16/01/2017). A sensação de medo e insegurança, de que “os do lado de lá” são os causadores do problema da violência, legitimada pela opinião pública, se dá justamente pela falta de problematização e contextualização do problema da violência pela mídia – que é quem tem na atualidade o papel fundamental da construção dessa opinião pública, que se baseia em estigmas. Como aponta Fortuna,

os meios de comunicação são instrumentos fundamentais para mediar o público-sociedade com os casos de violência que ganham notoriedade e os acusados tipicamente desviantes. É notório que até os casos de violência vinculados pela mídia hegemônica são selecionados sob uma perspectiva de interesse tanto do que a mídia quer passar como o que o público quer consumir. Sendo assim, na construção da notícia também encontramos dispositivos de incriminação que podem ajudar na condenação simbólica prévia de jovens negros e pobres, partindo do princípio que a condenação por um crime não ocorre pelo simples fato de se apontar um culpado, visto que ele “precisa” de certos atributos para que sua conduta seja considerada criminosa (2017, p. 80).

É bastante comum que a imprensa, numa tentativa de justificar a morte de jovens em favelas, associem sua ficha criminal para justificar que era bandido (mesmo que já tenha cumprido a pena estabelecida) e por isso, sua morte em alguma medida seria justificada. Não por acaso no caso do adolescente suspeito da morte do médico Jaime Gold, mesmo sem provas ou com o testemunho confuso (primeiro de que não teria condições de identificar nenhum dos agressores por ter sido longe e rápida a ação, e depois dizendo que eram dois jovens, um branco e um negro, mas sendo presos dois negros), o que culpabilizava de antemão o primeiro jovem apreendido era que ele tinha uma “ficha corrida” com 15 passagens anteriores – negada pela mãe, que disse serem 9 passagens (mas que para o objetivo de incriminar também seria suficiente). Seria o tipo social “propenso a cometer um crime”.

Em pesquisa realizada pelo Centro de Estudos de Segurança e Cidadania (CESeC) junto a jornalistas sobre a cobertura de violência, a maioria dos profissionais ouvidos reconhece que os seus veículos têm grande responsabilidade na caracterização dos territórios populares como espaços exclusivos da violência. Admitem ainda que a população dessas localidades raramente conta com a cobertura de assuntos não relacionados ao tráfico de drogas e à criminalidade. Essa constatação por parte dos próprios jornalistas pode ser um grande passo na busca por uma nova cobertura da mídia em relação aos espaços populares. Porém, alguns aspectos dificultam essa transformação. Um deles é a condição social dos jornalistas. Desde a década de 1970, quando foi regulamentada a lei que exige o diploma para exercício da profissão de jornalista, os novos jornalistas são pessoas que conseguiram concluir o ensino superior e pertencem em sua maioria à classe média. Nesse sentido, “trazem pouca experiência relacionada ao cotidiano dos moradores de favelas e periferias” (Ramos e Paiva, 2007, p. 78). Na mesma pesquisa, o então editor-adjunto no Rio de Janeiro do jornal O Globo, Jorge Antonio Barros, disse que a maior parte dos repórteres sob seu comando vivia em

bairros considerados de classe média, e que não sabia de nenhum repórter que morasse em favela. Em pesquisa da revista *Imprensa* de 2001, sobre a presença de negros nas redações, de 230 veículos, apenas 85 tinham um jornalista negro. (idem, p. 79). Em depoimento, a então jornalista do Estado de São Paulo, Roberta Pennafort, disse que os colegas têm dificuldade de se sensibilizar com o sofrimento dos moradores de favelas. Ela cita o caso de um deslizamento de terra, em que uma amiga parecia alheia ao sofrimento de uma família que havia perdido três crianças: “Depois de todos fazerem várias perguntas para os pais, a colega de outro veículo ainda perguntava: ‘Quantos morreram mesmo? Qual o nome? (...)’ Não havia a menor sensibilidade. Depois querem ser bem tratados na favela (...)” (idem).

Outro fator que influencia esse tipo de cobertura é a linha editorial dos jornais, que na maioria dos casos privilegia a cobertura de matérias em bairros nobres, onde estão concentrados seus leitores. Um diretor de sucursal no Rio de Janeiro de um grande jornal, que não se identifica na entrevista do CEsSeC, afirmou que “o pessoal na redação até brinca e diz assim: ‘Olha, matéria grande em favela longe, só acima de 12 mortos’. É meio cruel, mas é isso mesmo. Agora, se for na Rocinha [localizada em zona nobre do Rio], o jornal dá a maior importância do mundo” (idem). O jornalista Josmar Jozino, então repórter da *Folha da Tarde*, acrescentou: “não adianta brigar com a notícia, a notícia é o rico. Tem até briga para cobrir o caso da Suzana [Richthofen, jovem paulistana pertencente à classe alta, que matou os pais em São Paulo]. A vida tem mais valor de acordo com as posses. A imprensa é isso”. A jornalista Maria Clara Prates, então repórter do jornal *Estado de Minas*, acrescentou que é também a partir do interesse do público leitor do jornal que se origina essa cobertura, já que “quem compra o jornal (...) é a elite e ela não gosta muito da favela”. (idem, p. 80). Se levarmos em conta o público leitor dos jornais e seus interesses, teríamos então os jornais chamados de “populares”, destinados às classes C, D e E, com conteúdo voltado para os moradores de favelas. Porém, esses novos jornais estão sempre associados a um veículo maior (este voltado para as classes A e B) que lhes fornece conteúdo. Talvez por essa dependência eles não alteraram a forma como tratam as favelas e periferias, “pelo contrário, tendem a intensificar os estereótipos e a investir ainda mais no monotema da violência” (idem, p. 82).

3.2 Dois pesos e duas medidas

Na madrugada do dia 3 de setembro de 2006, cinco jovens morreram num acidente de carro na Avenida Borges de Medeiros, na Lagoa Rodrigo de Freitas, na Zona Sul do Rio de Janeiro. O carro capotou várias vezes por um trecho de 50 metros e bateu em uma árvore. Os jovens tinham passado a noite na boate Sky Lounge, a poucos metros do local do acidente. Durante mais de uma semana o acidente foi capa do jornal O Globo. Em 25 de janeiro de 2007 sete jovens foram encontrados esquartejados em Del Castilho, na Zona Norte do Rio. Cinco deles eram moradores da Vila do João, na Maré, e haviam saído para jogar futebol. Foram sequestrados, torturados e esquartejados. A polícia acredita que os jovens foram mortos por terem sido confundidos com traficantes de facção rival. No dia seguinte uma chamada pequena de capa no jornal O Globo anunciava que “Sete jovens são mortos em chacina”. Em matéria interna ocupando 1/4 de página, a matéria anunciava no título que “traficantes matam sete jovens de favela rival”. A cobertura para por aí. Jovens mortos em um acidente de carro, com o motorista acima do limite de velocidade e embriagado tem mais repercussão e causa comoção na sociedade por conta da cobertura da mídia. Já a morte e o esquartejamento de sete jovens moradores de favela é relegado a segundo plano e nenhuma comoção é percebida.

Não são raros casos como esses. É possível criar várias comparações sobre o tratamento dispensado à morte de moradores de favela – banalizada, aceitável – com a de não moradores de favela – inadmissível, absurda. Nos aprofundamos aqui em dois casos que consideramos emblemáticos para exemplificar essa distinção. A morte de cinco jovens em Costa Barros – na Zona Norte do Rio –, assassinados por policiais dentro de um carro, e a morte do médico Jaime Gold, em assalto na Lagoa Rodrigo de Freitas – na Zona Sul carioca. O caso dos jovens ocorreu no dia 28 de novembro de 2015. Já a morte do médico foi no dia 20 de maio do mesmo ano.

O caso dos jovens teve uma repercussão bem menor do que a destinada à morte do médico. Os jovens Roberto de Souza Penha, de 16 anos, Carlos Eduardo da Silva de Souza, também de 16 anos, Cleiton Correa de Souza, de 18, Wilton Esteves Domingos Junior, de 20, e Wesley Castro Rodrigues, de 25, foram assassinados pela polícia com 111 tiros disparados contra o carro em que estavam em Costa Barros, na Zona Norte do Rio de Janeiro. Apesar do absurdo da situação a repercussão dessas mortes passou longe da tida pela morte do médico na Lagoa. Não há aqui qualquer intenção em desqualificar

a cobertura dada à morte do médico. Foi trágica e a sua repercussão não é nada condenável. Ao contrário, é importante que as vidas sejam valorizadas. O exemplo é dado apenas como base de comparação, para levantar um paralelo mínimo entre situações em áreas diferentes da cidade.

A morte dos cinco jovens teve uma chamada de capa no jornal O Globo na segunda-feira dia 30 de novembro – o extermínio se deu no sábado à noite. Mas ainda assim pouco se sabe da vida desses jovens a partir da notícia. A chamada de capa indicava que quatro policiais foram acusados pela execução dos cinco jovens. No interior no jornal, meia página contava a história. Sobre os jovens, a seguinte informação: “(...) as vítimas estavam num Palio branco e haviam passado o dia no Parque Madureira. Os jovens deixaram a comunidade para fazer um lanche e, quando retornaram por volta de 22h, foram surpreendidos pelos PMs”. Além disso, elencava que “os agente envolvidos, em depoimento à polícia, disseram que os ocupantes de uma moto que seguia ao lado do carro e o passageiro que estava no banco do carona do veículo dispararam contra a guarnição” e que a perícia contradiz essas informações. Diz ainda que os jovens eram amigos de infância e que o encontro era pra celebrar o emprego novo de um deles (Roberto), que havia acabado de receber o primeiro salário. Sobre outra vítima – Wilton –, diz que fazia um curso profissionalizante de administração e contabilidade. Das outras vítimas, apenas o nome e a idade foram informados.

No dia seguinte, dia 1 de dezembro, o jornal estampava uma chamada de capa sobre o alto índice de homicídios cometidos por policiais do Batalhão de Irajá – o Batalhão em que estavam alocados os policiais que mataram os cinco jovens. Sobre quem foram esses jovens mais nada foi acrescentado.

Já sobre a morte do médico Jaime Gold na Lagoa Rodrigo de Freitas, na Zona Sul do Rio de Janeiro, a primeira notícia já se deu no dia seguinte ao assalto. Ainda sem ser identificado – como o crime aconteceu na noite anterior à publicação do jornal do dia 20 de maio, ainda eram poucas as informações sobre o crime –, a matéria teve chamada de capa e pouco mais de um quarto de página no interior do jornal. Já no dia seguinte, quando o médico foi identificado, teve chamada principal e foto de capa com o título: “Tragédia anunciada choca o Rio”. No interior do jornal, cinco páginas foram dedicadas exclusivamente ao caso. Na primeira, com o título “Adeus, doutor” e o descritor: “Cardiologista do Fundão, 'pãe' e atleta amador, Jaime Gold morre após

ataque de ladrões na ciclovia”. A matéria traça um perfil do médico, com depoimentos do porteiro, da filha, da ex-mulher, de amigos e do ator Marcos Palmeira (este sobre a violência no Rio). Sobre Gold, algumas informações aparecem: “cardiologista renomado”; “abriu mão de ter consultório para se dedicar à medicina pública”; “divorciado, virou ‘pãe’, assumindo a criação dos dois filhos”; “sempre cumprimentava o porteiro”; e segue: “se despediu da vida de uma forma que não fazia jus à sua história. Depois de lutar bravamente numa mesa de cirurgia no Hospital Miguel Couto – a operação durou oito horas –, ele morreu ontem de manhã”; “Por toda a cidade e pelas redes sociais, a morte cruel virou motivo de indignação e debate sobre a que ponto a violência chegou”. A matéria segue descrevendo seu perfil, fala do seu dia a dia, da relação com os filhos, dos amigos e do trabalho.

Na mesma edição do jornal, na página seguinte, a chamada: “Secretário [de Segurança] diz que morte de médico ‘é inadmissível’”. O então Secretário de Segurança, José Mariano Beltrame, fez um vídeo e postou no Twitter da Secretaria, dizendo que

É inadmissível o que aconteceu ontem na Lagoa Rodrigo de Freitas, um lugar querido por todos os cariocas, um lugar frequentado pela população do Rio de Janeiro e pela população estrangeira, e por todos os turistas que vêm ao Rio de Janeiro. (...) **Um lugar como a Lagoa Rodrigo de Freitas não pode, de maneira nenhuma, ser alvo desse tipo de atitude**, porque é um local onde todos nós frequentamos, onde todos nós gostamos de ir, gostamos de frequentar, é um cartão postal, e nós não podemos admitir de maneira nenhuma que ações dessa natureza aconteçam. Muito embora a gente entenda as dificuldades que as polícias têm de trabalhar, mas ações dessa natureza, **nesse local, é inadmissível (...)** e **o atual comando assume com esta primeira missão que é a proteção total da Lagoa Rodrigo de Freitas (grifo nosso)**.

É interessante lembrar aqui que no mesmo dia da morte do médico Jaime Gold, duas pessoas foram assassinadas por policiais no Morro do Dendê, na Ilha do Governador, bairro da Zona Norte do Rio (uma criança de 12 anos e um jovem de 22 anos). Enquanto a morte do médico teve direito a receber um vídeo exclusivo do secretário de Segurança indignado e lamentando o ocorrido, a morte dos jovens não teve qualquer menção pelo secretário – mortes que ele era ainda mais responsável, já que foram cometidos por agentes públicos de segurança. No jornal O Globo nenhuma menção às mortes dos jovens foi registrada.

Na página seguinte do jornal do dia 21 de maio de 2015, mais uma matéria sobre o caso: “Morte em cartão-postal causa medo e indignação”, com informações sobre as

investigações e protestos realizados por conta da morte do médico. Na sequência, a matéria: “Frequentadores mudam rotina para driblar assaltos”, com o descritor: “Ciclistas e corredores circulam em grupo e sem objetos de valor. PMs começam a fazer patrulhamento a cavalo” e um mapa indicando os pontos mais perigosos na Lagoa. Na última página dedicada ao caso na edição de 21 de dezembro, O Globo estampou ainda duas matérias: “Na região, número de jovens detidos é maior que o de adultos” e “Maioridade penal em discussão”, ambas falando da suspeita de que o crime contra o médico tinha sido cometido por um adolescente.

No dia seguinte, 22 de maio, novamente a principal chamada de capa do jornal é sobre a morte do médico Jaime Gold, com a chamada: “Suspeito tem 16 anos e 15 crimes”. Mais quatro páginas internas são dedicadas ao caso, além de um editorial do jornal com o título: “Crime reforça pressão por nova maioridade penal”. A principal matéria é sobre a “trajetória” do adolescente acusado do assassinato, seguido na página seguinte por um debate sobre a maioridade penal, com duas opiniões, uma a favor e outra contra. Na página seguinte, matéria sobre o enterro do médico no Caju. Na sequência, reportagem sobre a implantação de patrulhamento da PM em áreas de lazer (no caso, no entorno da Lagoa e seus parques). Há ainda uma nota com a chamada: “Este ano, cinco vítimas foram mortas a faca em assaltos”. No texto, aparece que é o mesmo número do ano anterior (levando em conta o mesmo período).

No dia 23 de maio, novas chamadas de capa – agora sem foto. A primeira sobre projeto de lei que criminaliza o uso de arma branca, outra de uma estudante atacada pelo adolescente suspeito de matar o médico quando ele tinha 12 anos, além de chamadas para dois artigos, de Zuenir Ventura e Arnaldo Bloch sobre a morte do médico. Nesta edição são mais três páginas dedicadas ao caso, além dos artigos.

No dia 24, edição de domingo, o jornal estampa em sua capa foto da manifestação contra a violência na Lagoa. “Corrida, missa e ‘bicileata’ pela paz” foi a chamada e dedica duas páginas internas para a cobertura. No dia 25, nova chamada de capa falando da manifestação realizada no dia anterior na Lagoa e uma página interna dedicada ao tema. No dia 27, chamada de capa para um projeto de lei aprovado que institui um indicador de criminalidade para roubos de bicicletas, com uma página interna sobre o tema.

A discrepância entre as duas coberturas é gritante. Se na morte do médico tivemos uma semana de manchetes na capa, além de 16 páginas do jornal dedicadas ao

tema, no caso da morte dos cinco jovens tivemos apenas uma chamada de capa – sem foto – e menos de uma página inteira do jornal. No caso do médico tivemos a retomada da discussão sobre maioridade penal, projeto de lei que criminaliza o uso de arma branca e aprovação de outro projeto de lei que institui um indicador de criminalidade para roubos de bicicletas. A repercussão, a indignação da mídia – que traz consigo a indignação da opinião pública – foi desproporcional se comparada à morte dos cinco jovens em Costa Barros, como é com muitas outras mortes de jovens em favelas e periferias, que na maioria das vezes são integralmente negligenciadas, nem mesmo aparecem nos jornais. Enquanto uma morte era visibilizada e causava enorme indignação, as demais foram tratadas com naturalidade. A mídia focaliza regularmente o abuso de vítimas “merecedoras” de destaque e diminui ou mesmo negligencia a situação de vítimas “não-merecedoras”. Para alguns a morte é aceitável.

Gramsci já apontava que a imprensa se move em direção ao que possa agradar o gosto popular e tem como objetivo atrair o público consumidor de sua publicidade, “ciente de que as posições ideológicas e os parâmetros editoriais devem se compatibilizar com as linhas de força do planejamento comercial e financeiro” (apud Moraes, 2016, p. 102). É nessa linha que o jornal Extra, de perfil mais popular – é o jornal mais lido pelas classes B e C²¹ – fez a cobertura desses eventos. A mídia, enquanto sistema de produção de sentido, é capaz de processar suas demandas por audiência. Se o público do jornal Extra é diferente, uma cobertura com outro viés pode se tornar interessante economicamente, “precisam estar com seus radares permanentemente ativados para captar sinalizações, insatisfações e carências – e com isso preencher vácuos abertos, antecipar tendências, criar modismos, atenuar variações e repensar aproximações” (Moraes, 2009, p. 46). A mídia está sempre buscando se atualizar para assegurar fidelidade de seu público, “o que não quer dizer que as atualizações resultem em qualidade editorial ou pluralidade real de pontos de vista. (...) Busca-se incorporar peculiaridades (...) de modo a usufruir vantagens simbólicas” (idem, p. 48) e sempre preocupada em manter suas conveniências.

No caso da morte dos jovens de Costa Barros, dois terços da capa da edição do jornal Extra de 30 de novembro estampava o carro fuzilado e tinha o título “O padrão PM” e a seguinte chamada: “Policiais fuzilam cinco jovens, desfazem local do crime e tentam registrar ocorrência na DP como auto de resistência. Só este ano, houve outros

²¹ De acordo com pesquisa Ipsos Marplan referente às vendas de 2014 dos jornais, divulgada pelo próprio jornal Extra.

quatro casos iguaizinhos”. No topo da reportagem fotos dos cinco jovens com uma breve descrição – se estudavam e onde trabalhavam. Um box indicava que dos cinco jovens, apenas dois tinham antecedentes criminais – uma forma tradicional de tentar justificar que poderiam ser bandidos. Mas é visível que a cobertura é diferente e dá voz aos familiares. Apesar da chamada de capa, do título e dos depoimentos de familiares (dos pais de Roberto e de Wesley), a versão usada na reportagem ainda é a dada pela PM. A contradição no depoimento também é indicada pelo delegado responsável pelo registro da ocorrência:

Na tarde do último sábado, Roberto de Souza Penha, de 16 anos, foi para a casa do pai, na Lagartixa, em Costa Barros. Lá, encontrou com amigos para comemorar o primeiro salário de sua vida – havia sido contratado como Jovem Aprendiz no supermercado Atacadão, da Avenida Brasil. Com Carlos Eduardo da Silva de Souza, da mesma idade, Cleiton Corrêa de Souza, de 18 anos, Wilton Esteves Domingos Júnior, de 20, e Wesley Castro Rodrigues, de 25, foi ao Parque Madureira. À noite, os jovens voltaram para a comunidade e, por volta das 23h, quando saíam para lanchar, tiveram o carro metralhado por policiais do 41º BPM (Irajá) na Estrada João Paulo, morrendo dentro do veículo. Foram mais de 50 tiros, segundo perícia inicial.

Em depoimento na 39º DP (Pavuna), os PMs contaram que foram alvejados pelo carona do Palio branco onde estavam os rapazes. Eles disseram que os ocupantes de uma moto que seguia ao lado do carro também dispararam contra a guarnição. Thiago Resende Viana Barbosa, Márcio Darcy Alves dos Santos e Antônio Fábio Pizza Oliveira da Silva foram à delegacia para registrar o auto de resistência (que teve 569 casos entre janeiro e outubro, um aumento de 18%), dizendo terem apreendido revólver e arma de brinquedo. O delegado Rômulo Assis, entretanto, viu contradições entre os depoimentos e o local do crime e indiciou três militares por homicídio doloso (quando há intenção de matar) e por fraude processual. Fábio Pizza Oliveira da Silva foi indiciado só pelo segundo delito. Este ano, houve pelo menos outros quatro casos semelhantes.

- Os PMs abriram a mala do carro e colocaram lá a pistola de mentira. Tentaram forjar que os jovens eram bandidos – disse um morador.

No dia seguinte, 1 de dezembro, a capa do jornal Extra ainda repercutia o caso, e a chamada era “Padrão Rio: PM mata, PM morre”. Duas páginas internas foram dedicadas ao alto índice de mortes por PMs no Rio de Janeiro – um dos títulos foi: “Desde 2011, polícia mata em média um por dia”. A segunda página dedicada ao tema era sobre o enterro dos jovens e das manifestações que aconteceram durante os sepultamentos. No dia 2 de dezembro, 1/4 de capa destacava a dor do pai de um dos jovens assassinados: “Dor de pai: ‘Meu filho não vai me ver de beca’” com o subtítulo: “Pai de vítima de PMs se forma em Direito no fim do mês”. A matéria interna destacava

que o pai estava se formando em breve no curso de direito e lamentava que o filho caçula não o veria formado:

– Ele era um bebê, e não vai poder nem me ver de beca. Não é por mim, em si, porque tudo que sempre fiz foi pelos meus filhos. Mas o Roberto já dizia pra tudo mundo que o pai dele era advogado, tinha orgulho disso. Dá uma tristeza muito grande (p. 8).

No dia seguinte, 3 de dezembro, nova chamada de capa no jornal Extra sobre o caso: “Foram 63 tiros no carro, mas PMs dizem que não foram os únicos a atirar”. No texto da chamada, indicava que a perícia apontava que o carro foi atingido por 63 tiros, mas que mais de cem podem ter sido disparados e que os PMs insistiram em dizer que alguns tiros foram dados por traficantes da região. Na matéria interna, destaque para os depoimentos dos policiais presos, que indicavam que o carro poderia ter sido atingido por criminosos, já que ficou no meio do fogo cruzado:

Eles [os policiais] afirmam que, depois de terem sido atacados por um ocupante do carro, foram ainda alvos de disparos de outros bandidos que estavam nas proximidades. Em seu depoimento, Darcy diz que ouviu quando os tiros dados pelos bandidos que estavam numa passarela atingiram o Palio. A 39ª DP (Pavuna) , que investiga o caso, não descarta a hipótese de ter ocorrido uma troca de tiros entre policiais e criminosos.

Na sexta-feira, o Extra anunciava em nova chamada de capa: “Jovens estavam rendidos quando levaram 63 tiros”. No subtítulo uma testemunha dizia que os PMs abriram fogo contra o carro mesmo depois dos jovens levantarem as mãos. A testemunha estava numa moto que acompanhava o veículo atingido. No depoimento a testemunha disse ter visto

quando as vítimas foram abordadas pelos policiais militares do 41º BPM (Irajá). Ainda dentro do veículo, afirmou, os jovens colocaram as mãos para o alto. O rapaz disse também que os PMs ainda conversaram com os rapazes, principalmente com o motorista do veículo, Wilton Esteves Domingos Júnior, que teria tentado argumentar algo.

Em seguida, de acordo com o relato da testemunha, os PMs começaram a fazer disparos contra o Palio. O carona da moto disse ainda que viu o momento em que um dos policiais colocou uma luva cirúrgica, pegou uma arma, colocou na mão de Júnior e fez disparos com ela. Ele colocou, então, a arma dentro do carro e depois deixou no chão, ao lado do veículo. Segundo a testemunha, os policiais estavam o tempo todo sorrindo (Extra, 04/12/2015, p. 11).

Na mesma página outra notícia com o título "Bandidos em Fiat Palio" indicava que o roubo de um caminhão de uma cervejaria no dia do crime teria motivado a ida dos

PMs a Costa Barros. No entanto a indicação era de que o Fiat Palio era azul escuro – e não branco, como o que foi alvejado.

Em depoimento à CPI dos Autos de Resistência, um dos PMs presos no caso entrou em contradição. Essa era a chamada de capa do jornal Extra de 5 de dezembro. Ele agora dizia que os ocupantes da moto não atiraram contra a PM, mas no dia do crime havia dito que o carona fez disparos de fuzil. Na reportagem interna, apesar da contradição sobre o carona da moto ter ou não ter disparado um tiro, é reiterada a versão de que o carona do Palio disparou contra os PMs:

(...) Antonio (...) conta que, depois da retirada da carreta, chegou uma “moto com um moleque de fuzil na garupa, com um fuzil AK-47 na garupa”, mas o rapaz não apontou a arma para os PMs.

Antônio disse ainda que o jovem se assustou ao cruzar com os policiais, ultrapassou uma van e entrou na comunidade da Lagartixa. “Não tinha como a gente acertar eles”, explicou. O soldado disse também que o tiroteio só teve início quando o carona do Palio, com o corpo para fora do veículo, disparou contra os PMs, que reagiram. “Começou uma troca de tiros maluca, todo mundo dando tiro em todo mundo” (Extra, 05/12/2015, p. 7).

No domingo, dia 6 de dezembro de 2015, sem chamada de capa, uma última reportagem sobre o caso, agora com os pais de dois dos jovens (Roberto de Souza e Carlos Eduardo), que voltaram ao Parque Madureira, último local onde os jovens foram se divertir. Na matéria um dos pais diz que havia alugado uma casa em São Pedro da Aldeia para passar o Natal e o outro relembrou o show que foi com o filho no local, do cantor americano Billy Paul. Sobre os jovens, um parágrafo: “Em comum, os meninos tinham as ótimas notas na escola e a batalha pelos primeiros empregos. Para Carlinhos e Beto, contudo, esforço e dedicação não foram o bastante para evitar o desfecho trágico” (p. 15).

É curioso perceber que embora sejam gritantes as contradições das versões dos policiais elas sempre aparecem com algum destaque. Por exemplo, desde o segundo dia a perícia já havia indicado que não partiu nenhum tiro do carro dos jovens, mas isso se repete em toda matéria na versão dos policiais. Em alguma medida isso nos faz crer que pode haver alguma verdade no depoimento dos policiais devido à repetição. Em relação a quem eram esses jovens, o jornal Extra dá algum destaque no primeiro dia que reporta o acontecimento – dizendo que estudavam e/ou trabalhavam, e dá algum destaque a uma família – o pai que se formaria em Direito – e nada mais. Mas a repercussão é apenas acompanhando a investigação – claro que necessária – mas sem dar visibilidade às vidas

desses jovens, seus sonhos, suas realizações, a falta que fazem às famílias e amigos. O que indica que é preciso investigar a conduta irregular dos policiais para que isso não se repita, mas as matérias são “frias”, não se falou da dor dos familiares e amigos, o que seria comum num crime cometido contra uma pessoa de outra classe social.

No caso do assassinato do médico Jaime Gold, que teve ampla cobertura do jornal O Globo, o Extra foi em busca por um caminho um pouco diferente. Enquanto O Globo se dedicava à cobertura do assassinato do médico, o jornal levantou a questão de que outras pessoas também morreram na mesma data, e não tiveram a mesma repercussão. Na capa do dia 21 de maio, duas manchetes se destacavam:

Crime bárbaro na Lagoa choca o Rio

Morte de médico causa comoção e revolta nas redes sociais. Beltrame manifesta indignação, reforça a segurança na região, com policiais a cavalo, e pede apoio à Guarda Municipal

Só não se esqueçam de Gilson e Wanderson

Como em qualquer lugar do mundo, crimes em pontos turísticos têm maior repercussão. Mas, no Dendê, mães choram mortes de seus filhos em ação da polícia e esperam que caso não caia no esquecimento

Em meia página dedicada à morte do médico, destacava a revolta da filha e que Beltrame já havia mudado o policiamento na região. A mesma meia página foi dedicada à morte dos dois jovens no Dendê, destacando que foram mortos por policiais e que as mães diziam que eles não estavam armados. Gilson tinha 13 anos, e Wanderson, 24. Indicava ainda que o policial confirmou ser o autor dos disparos (mas a polícia não divulgou seu nome) e que ele apresentou duas pistolas encontradas na casa onde os jovens foram mortos. A mãe de Wanderson disse ainda que o filho

foi comprar pão para o filho de 4 anos. Foi na padaria, como fazia todos os dias pela manhã. (...) Na hora dos tiros que vieram do helicóptero, ele saiu correndo assustado para a padaria. (...) E dali, foi para casa ao lado. Então, a polícia entrou atirando. Foi assassinato (p. 13).

No dia seguinte, 22 de maio, o Extra traz como manchete a história trágica de vida do adolescente suspeito de ser o assassino do médico Jaime Gold:

Duas tragédias antes da tragédia Sem família, Sem Escola

A reportagem reconstituiu a vida do adolescente de 16 anos, afirmando que ele acumulava 15 passagens pela polícia, tinha histórico de fome, evasão escolar e abandono em Manguinhos. A reportagem dava também como praticamente comprovada a participação do adolescente no crime, conforme fala do delegado de Homicídios Rivaldo Barbosa: “Estamos certos que o adolescente participou efetivamente da morte do Jaime Gold. temos vários elementos que o apontam. Dentro desses elementos, temos um reconhecimento categórico feito por uma testemunha” (p. 4). O jovem, no entanto, alegou ser inocente no caso da morte do médico. Na edição do dia seguinte, 23 de maio, a chamada de capa era novamente sobre o adolescente e sua trajetória: “Abandono é comum em CIEP onde X. Estudou”. Ele abandonou os estudos no 6º ano e segundo a reportagem, deixou a escola para ganhar R\$ 3 mil vendendo as bicicletas que roubava. Embora ainda suspeito da morte do médico, as reportagens já o tratavam como o autor do crime. Era apontado também por ex-professores como um adolescente com “temperamento difícil, e muitas vezes rebelde” (p. 3) e que teria contado “informalmente que chegou a roubar seis bicicletas por mês na Lagoa e na orla da Zona Sul do Rio. Cada bicicleta era vendida para receptadores por R\$ 500” (p. 4).

No dia 24 de maio a reportagem foi sobre o perfil dos adolescentes em conflito com a lei internados em unidades do estado. O menor, suspeito, é tratado como já julgado pelo crime: “(...) quando X. esfaqueou Gold, o assalto não havia sido sequer anunciado” (p. 22). Um único contraponto foi colocado pelo advogado voluntário de defesa, que ponderava: “Um jovem não pode ser apreendido pela ficha que tem na polícia. (...) Minha preocupação é que o adolescente pague pelo que não fez só porque o caso ganhou repercussão e precisava de uma resposta rápida” (idem).

É só no dia 25 de maio que a mãe do adolescente suspeito tem alguma fala no jornal, em reprodução de depoimento dela à Agência Brasil. Ela nega ter abandonado o jovem, numa pequena nota publicada no jornal:

Mãe defende suspeito

A mãe de X., acusado de matar com uma facada o médico Jaime Gold na Lagoa, negou, em entrevista à Agência Brasil, que tenha abandonado o filho. Segundo ela, no dia do assalto do médico, na última terça-feira, o jovem estava com amigos em um tradicional ponto de skate da favela, apesar de relatos de testemunha, segundo a polícia, ligarem o jovem ao crime. A moradora de Manguinhos ainda negou as 15 anotações criminais em nome de seu filho, como afirmou a polícia. Segundo ela, são nove.

“Eu e ele tínhamos visto esta reportagem (sobre a morte do ciclista, na televisão) quarta-feira. mas ele não teve reação, estava tranquilo e eu estava tranquila. Ainda perguntei: ‘Você tem algo a ver com isso aí?’ Se ele tivesse,

a reação teria sido outra, conheço meu filho”, afirmou a catadora de latas, papelão e garrafas plásticas de 55 anos, semianalfabeta, que criou sozinha os três filhos, de 25, 23 e 16 anos. (p. 5)

No dia 28 de maio, uma nova testemunha acusa o menor de ter cometido o crime contra o médico Jaime Gold. Um adolescente de 15 anos disse que estaria com o suspeito no momento do crime e o acusou de ter dado três facadas no médico. A manchete do Extra foi "DH: menor identificou X. como o assassino". No entanto, no dia seguinte, 29 de maio, a primeira testemunha que havia reconhecido o primeiro suspeito em nova matéria indica que a testemunha apresentou duas versões – que antes de reconhecer o menor suspeito, disse que não teria “condições de reconhecer quaisquer dos meliantes, face à rapidez do evento. (...) os dois elementos possuem cortes de cabelo altos na parte de cima e raspados embaixo" (Extra, p. 8). No dia seguinte a esse depoimento, a mesma testemunha disse à Divisão de Homicídios que

“um dos autores era magro e de cor negra, e que o outro era branco e também magro”. Em seguida reconheceu X. por meio de uma fotografia. O outro adolescente, Z. de 15 anos, se entregou à polícia ontem e afirmou que X. foi responsável pelas três facadas que atingiram o médico. Os dois menores apreendidos são negros. (idem)

Cabe ressaltar que o menor apreendido e acusado dois dias após a morte do médico Jaime Gold nunca assumiu o crime e também nunca foi comprovada sua participação. Ele foi liberado do Degase no dia 14 de maio de 2018, três anos depois da condenação (que tinha o prazo limite de três anos). No sistema socioeducativo ele trabalhou como técnico de informática e concluiu cinco séries escolares e 15 cursos, além de participar do programa Jovem Aprendiz. Ele continua alegando inocência do crime. Apesar da cobertura com um viés mais social do jornal Extra, que partiu em busca de explicar as razões que poderiam levar o adolescente a cometer o crime bárbaro contra o médico, em todo momento há também um pré-julgamento de que o jovem é culpado – as versões da polícia estão a todo momento com destaque, em detrimento ao posicionamento da família – nunca ouvida – e do advogado. Três anos depois, quando posto em liberdade, continuam sem provas contra o adolescente.

4. De quem é a dor que não sai no jornal?

A favela nunca foi reduto de marginal
Ela só tem gente humilde, marginalizada
e essa verdade não sai no jornal

Eu Sou Favela (Sérgio Mosca e Noca da Portela)

Em vídeo²² uma pessoa é informada que 249 pessoas morreram decorrente de acidentes de trânsito, e na sequência perguntada qual seria um número aceitável de mortes por conta desse tipo de acidente. A resposta é: “Aceitável? 70 talvez. Provavelmente 70”. O vídeo continua apresentando 70 pessoas entrando em cena, na frente do entrevistado, entre elas seus familiares. Ele diz: “é minha família”, e é perguntado: “e agora, que número de mortes seria aceitável?”. Sua resposta é enfática: “Zero!”. E chora.

O vídeo faz parte da campanha australiana Towards Zero, de redução de mortes por acidentes de trânsito. O que ela demonstra é que enquanto os números são apresentados como estatísticas, nossa tendência é tratá-los como dados, sem qualquer relação com a nossa vida. No momento em que esses números são humanizados, nossa visão muda drasticamente. A partir do momento em que conseguimos perceber que esses números são referentes a pessoas como nós, como nossa família, dispensamos um tratamento diferente a essas estatísticas.

Podemos fazer um paralelo com o que vivenciamos em relação aos espaços populares no Rio de Janeiro. Enquanto os moradores mortos pela violência do Estado forem tratados como estatísticas, como números frios pela imprensa, sem humanizar as dores desse moradores e de seus familiares, sem colocá-los como personagens iguais a “nós” (jornalistas, articulistas, leitores etc.), vamos continuar agindo como se não fosse um problema nosso.

Essa é uma estratégia comum na nossa história. Como apontam Chomsky e Herman, “certos banhos de sangue parecem ser considerados como ‘benignos’ ou até como positivos e construtivos. Apenas uma espécie muito particular dos mesmos tem jus à publicidade, é julgada atroz e digna de causar indignação” (1976, p. 17). Há, portanto, a violência aceitável e a inaceitável. Os autores cunharam o termo “aceitabilidade”, no caso, para justificar as ações do governo estadunidense contra os

²² Vídeo disponível em <<https://www.towardszero.vic.gov.au>>

vietnamitas, mas podemos muito bem trazer ele para nossa realidade atual, e dizer que as mortes dos moradores de favelas são aceitáveis pela mídia e, conseqüentemente, pela sociedade. Os moradores de favelas podem ser exterminados porque são desumanizados pela mídia. Não têm sentimentos, não têm identidade, não têm memória. São apenas números.

Tratar o morador desses espaços como coisa – ou reificar sua existência – pode ser considerado como uma estratégia. A reificação nada mais é do que a transformação dos seres humanos em seres semelhantes a coisas. A partir do momento que os moradores de favelas são tratados não como seres da mesma categoria do que os moradores de outros espaços da cidade, suas vidas são desumanizadas e passam a se transformar apenas em dados. Sem vida, sem o reconhecimento desse ser como igual, sem valorizar suas vivências, sua história, sua família, seus sentimentos, a morte desses moradores não afeta o conjunto da cidade. São vítimas aceitáveis. Como indica Coutinho, os veículos de comunicação, seja partindo da perspectiva gramscianiana – “como eficientes instrumentos responsáveis pela organização da hegemonia burguesa e obtenção do consenso dos grupos subalternos” (2014, p. 85) –, seja a partir de uma leitura lukacsiana – “como meios de informação que, penetrados pela estrutura das relações mercantis, reproduzem as formas de subjetividade reificadas da sociedade capitalista” (idem) –, têm como procedimento historicamente a coisificação – ou reificação – da consciência. Este fenômeno nos remete a um problema estrutural da sociedade capitalista, o do caráter fetichista da mercadoria, que é resultado de uma operação que

oculta, sob a aparente equivalência objetiva das mercadorias, as diferenças – sob formas de dominação e exploração – entre homens que as produziram. Em outras palavras, cada mercadoria que circula no mundo capitalista e que pode ser trocada por outras, equivalentes em seu valor – equivalência que veio a ser simbolizada pela mercadoria mais abstrata de todas, o dinheiro – traz em si mesma a história de um capitalista e de um operário; de um que comprou a força de trabalho e de um outro que a vendeu, ou mais ainda: do tempo de vida que um sujeito despossuído de qualquer outro bem teve que entregar ao capitalista para garantir sua sobrevivência, e assim continuar vendendo seu tempo e produzindo mais mercadorias (Kehl, 2004, p. 75).

Coutinho esclarece, a partir de Marx, que

nas sociedades em que domina o modo de produção mercantil os homens se relacionam com os produtos do seu trabalho como se estes possuíssem uma existência autônoma, independente. O trabalho humano, transformado em mercadoria – quantificado, reificado, abstrato –, aparece como algo dotado

de uma “objetividade fantástica”; e as próprias relações sociais que eles mesmos criaram assumem a forma fantasmagórica de uma relação entre coisas (Coutinho, 2014, p. 86).

E é nesse momento, em que quanto mais se generalizam relações mercantis que mais o fetichismo vai dominando a consciência, e a forma mercantil vai mascarando o caráter histórico da vida social, transformando “o homem em elemento passivo, espectador de suas próprias faculdades objetificadas e coisificadas” (idem, p. 87). Lukács afirma que esta estrutura

evidencia-se, sob os seus traços mais grotescos, no jornalismo, onde a própria subjetividade, ou seja, o temperamento, a faculdade de expressão se convertem num mecanismo abstrato, independente tanto da personalidade do ‘proprietário’ como da essência material e concreta dos assuntos tratados, que se movimenta segundo leis que lhe são próprias. A ‘falta de convicção’ dos jornalistas, a prostituição das suas experiências e das suas convicções pessoais só é compreensível como ponto culminante da reificação capitalista (1974, p. 115).

Parafraseando Adorno quando fala da relação reificada do consumo da música, Coutinho lembra que para além do jornalista que produz o conteúdo, o leitor ou receptor da mensagem também não percebe “que o prestígio, o poder, a influência de uma folha reflete, de alguma maneira, aquilo que se paga no mercado por ela. O consumidor participa da criação desse poder, que ele coisifica e aceita como critério objetivo, porém sem se reconhecer nele” (Coutinho, 2014, p. 88). É nesse sentido que os aparelhos de hegemonia, em especial a mídia, são necessários para o desenvolvimento do capital e da conservação das relações capitalistas, e a eficácia da mídia hegemônica nesse sentido se deve, em grande medida, ao fato de que ela cria e veicula uma visão de mundo

reificada, oferecendo ao leitor, por meio de estereótipos, mitos, *fait divers*, uma representação sensacionalista, fragmentária e descontextualizada do real histórico. (...) A liderança intelectual e moral burguesa tem sido um processo cuja força reside, precisamente, na sua capacidade de mistificação e coisificação das consciências. Para obter o consenso ativo dos dominados de maneira a incorporá-los ao seu projeto de dominação, os grupos dirigentes fazem suas certas tendências e aspirações das massas, despolitizando-as porém; assimilam as falas populares, esvaziando-as de sua historicidade; apropriam-se de seus signos petrificando-os, integrando-os ao sistema de valores da cultura dominante. Pode-se dizer, portanto, que a coisificação da consciência das classes subalternas é o processo característico da hegemonia burguesa (idem, p. 97-8).

Como indica Mészáros, o poder da hegemonia, da qual a mídia se mostra como principal instrumento, só prevaleceu graças à “mistificação, por meio da qual as pessoas que sofrem as consequências da ordem estabelecida podem ser induzidas a endossar, consensualmente, valores e políticas práticas que são de fato absolutamente contrários a seus interesses vitais” (1996, p. 523).

A mídia atua como instrumento que banaliza a vida e a vivência dos moradores de favelas. Qualquer morte violenta de moradores de fora da favela ou periferia – ou seja, de fora das áreas pobres da cidade – são tratados como absurdas, enquanto as mortes de moradores desses espaços são tidas como algo comum, naturalizada, ou mesmo negligenciadas. Como afirmam Chomsky e Herman, vítimas merecedoras de destaque são “destacadas com mais proeminência, com mais dramaticidade, serão humanizadas, e sua transformação em vítimas receberá o grau de detalhe” e a construção da matéria gerará “o interesse e a emoção do leitor”. Eles continuam: “Em contraste, as vítimas não-merecedoras receberão apenas ligeiros detalhes, um mínimo de humanização e pouco contexto que cause excitação e raiva” (2003, p. 94). O tratamento dado pela mídia para as vítimas merecedoras tem detalhes, depoimentos de parentes e amigos e pedidos de justiça. Já o tratamento dado às vítimas não-merecedoras evocam generalidades sobre a violência, sem se aprofundar ou discutir o tema ou apresentar um perfil das vítimas.

Dados do Atlas da Violência 2017 demonstram que o Brasil registrou, em 2015, 3.320 mortes decorrentes de intervenção policial, o que torna a polícia brasileira a mais violenta do mundo. No Rio de Janeiro o índice é de 3,9 mortos pela polícia por 100 mil habitantes, o segundo maior índice do país (fica atrás de Amapá, que registrou 5 mortes para cada 100 mil habitantes). Essa elevada taxa de letalidade é um indicador da necessidade de se rever este modelo de segurança pública baseado no confronto, que se não promove, é conivente com o uso abusivo da força letal e de execuções sumárias, ao mesmo tempo que expõe também os próprios agentes do estado: também em 2015 foram mortos 358 policiais civis e militares, de acordo com o Anuário Brasileiro de Segurança Pública. Não por acaso, em 2017 o Brasil foi condenado pela Corte Interamericana de Direitos Humanos pelas falhas e demora na investigação e sanção dos responsáveis pelas execuções extrajudiciais na favela Nova Brasília, no conjunto de favelas do Alemão, de 26 pessoas durante operações que aconteceram em 1994 e 1995. Esses casos não representam uma exceção, ao contrário, mas uma política baseada no

confronto que vem aumentando ao longo dos anos no Rio de Janeiro. A condenação pela Corte Interamericana de Direitos Humanos não se demonstrou com peso para alterar esse padrão institucional do uso da força pelas polícias na capital carioca. Essa letalidade policial é produto de um modelo de enfrentamento à violência e à criminalidade baseada em uma concepção bélica que permanece até os dias atuais.

O Atlas da Violência 2017 também apontou que desde 1980 há no Brasil “um processo gradativo de vitimização letal da juventude, em que os mortos são jovens cada vez mais jovens” (2017, p. 25). Enquanto em 1980 o pico da taxa de homicídios se dava com 25 anos, atualmente essa idade passou para 21 anos, e que entre 2005 e 2015 houve um aumento de 17,2% na taxa de homicídio entre 15 e 29 anos. Nesse mesmo período – 2005 a 2015 – foram mais de 318 mil assassinados nessa faixa etária.

Ainda segundo dados do Atlas da Violência 2017, hoje no Brasil, de cada 100 pessoas assassinadas, 71 são negras. A chance de uma pessoa negra ser vítima de homicídio é 23,5% maior do que de uma pessoa branca. Cerqueira e Coelho mostram que, do ponto de vista de quem sofre a violência letal, a cidade do Rio de Janeiro é dividida para além das dimensões econômica e geográfica, mas também pela cor da pele. “No Rio de Janeiro (...), enquanto 57,2% das pessoas que se encontram no decil mais baixo de probabilidade de sofrer homicídio são ‘não negras’; 78,9% daquelas que se encontram no decil com maiores chances de sofrer homicídio são afrodescendentes” (2017, p. 32) e concluem que “a questão social não esgota a explicação das gritantes diferenças de vitimização violenta que acometem mais a população afrodescendente, que refletem, em parte, o racismo ainda prevalente no Brasil” (idem).

Uma análise da evolução das taxas de homicídios de 2005 a 2015 levando em conta se o indivíduo era negro ou não chega a dois cenários bem diferentes: “enquanto, neste período, houve um crescimento de 18,2% na taxa de homicídio de negros, a mortalidade de indivíduos não negros diminuiu 12,2%. Ou seja, não apenas temos um triste legado histórico de discriminação pela cor da pele do indivíduo, mas, do ponto de vista da violência letal, temos uma ferida aberta que veio se agravando nos últimos anos” (idem, p. 31).

A construção e repetição de estereótipos em relação à população negra na sociedade, que a associa muitas vezes a uma “classe perigosa” implica em um processo de reificação, em que o sujeito, pela sua cor de pele, “termina sendo estigmatizado e percebido como desprovido de sua identidade individual. Trata-se de um processo de

desumanização que faz aumentar a probabilidade de vitimização destes indivíduos” (idem, p. 16). O racismo institucional implica também em situações de violações de direitos que reforçam esse tipo de preconceito. Em relação à ação das polícias em diversos estados brasileiros, que deveriam resguardar os direitos dos cidadãos, o que se tem visto é um tratamento bastante distinto em relação a pessoas negras:

não é difícil colecionar situações em que as abordagens policiais e o uso excessivo da força são totalmente diferenciados quando as relações se dão com cidadãos negros. (...) Um excelente exemplo desse processo de desumanização, que possui importantes implicações na forma como o próprio Estado trata o cidadão afrodescendente, é o ditado bastante popular nos meios policiais em que “negro parado é suspeito, negro correndo é bandido” (idem, p. 17).

Além disso, a cobertura da mídia alimenta esses estigmas:

enquanto a morte do negro (e pobre) muitas vezes nem é mais notícia, ou quando é, acaba estigmatizando a imagem da vítima como “criminoso”, “traficante” ou “vagabundo”, a despeito de investigação ou qualquer condenação judicial que a pessoa tenha sofrido; a morte do branco (e de classe média) é repetida e problematizada indefinidamente pelos jornais (idem).

Levando em conta que a repercussão de crimes pelas mídias hegemônicas tem papel crucial na busca por soluções de crimes e investigações, enquanto “a morte de brancos implica numa maior chance de responsabilização e punição do autor, os inquéritos sobre a morte de um cidadão negro e pobre terminam sendo enterrados na vala comum dos casos não solucionados” (idem). Quem são essas vítimas? Dotá-las de sentimentos, humanizá-las, visibilizá-las, é essencial para que tenham suas vidas respeitadas e sejam tratadas com dignidade. Enquanto elas forem omitidas ou estigmatizadas como menos importantes, ou vítimas não merecedoras de destaque, esse extermínio da população pobre, negra e favelada não parece que terá fim.

4.1 Dando visibilidade à dor

“Quem é o jornalista pra dizer que alguém é bandido? Que pretensão é essa? Que arrogância é essa? Não foi no local e chama: ‘Bandido!’. É relato do coronel. Você não é coronel! Se quer fazer esse relato, que tire o microfone e pegue numa arma”. A declaração acima, contraditoriamente, é dita por um jornalista. Caco Barcellos, autor do livro “Rota 66: a polícia que mata”, em entrevista à Folha de S. Paulo, além do descrito acima, afirmou o que é sabido, mas não é dito: a violência se dá “não contra os

bandidos, mas contra os pobres”. Para a pesquisa de seu livro ele verificou que 63% das pessoas mortas que contabilizou nunca haviam cometido qualquer tipo de crime, mas que “estavam mortos, desqualificados moralmente pela imprensa. As famílias ofendidas pelo Estado, e a imprensa reproduz aquilo que o Estado diz”²³.

Para além da perda de um familiar, há uma série de acontecimentos que aumentam a dor dos familiares que acontecem com certa regularidade em se tratando de vítimas moradoras de favelas e periferias – em sua maioria de negros: a) uma espécie de “segunda morte” cravada pela mídia criminalizando a vítima; b) a omissão completa da morte nos meios de comunicação; c) a culpabilização da vítima que é acusada de ter sido baleada em confronto com a polícia – o chamado auto de resistência – mesmo quando há testemunhas de que não foi o que aconteceu; d) a alteração da cena de morte, impedindo uma perícia isenta; e) a não investigação dos assassinatos e a consequente impunidade dos assassinos; f) a lentidão da justiça na resolução dos casos e; g) a legitimação da morte por parte de uma sociedade que acredita que todos os mortos pela polícia são necessariamente bandidos e, por isso, deveriam mesmo morrer. Isso sem contar a falta de suporte aos familiares. Não é raro que mães e familiares, por conta do trauma e da injustiça, sofram com problemas de saúde e psicológicos, muitas com casos de humilhações a que são submetidas após os assassinatos. Um lema de vários movimentos que tiveram entes assassinados pela polícia ou de forma injusta é de que o “luto vira luta”. Talvez seja a forma mais próxima de conseguir suporte emocional (encontrando-se com outras famílias) e a luta por justiça é o que dá força de sustentação e sentido à vida desses familiares, em especial das mães das vítimas.

Essa preocupação em que o tratamento dispensado às vítimas de violências não sejam tratados com desdém pela mídia, que não sejam culpabilizadas, tem ainda maior importância nos dias atuais, onde vemos cada vez mais a história oficial sendo pautada pelos meios de comunicação de massa. Considerada uma “fala autorizada”, esses veículos são hoje um registro oficial dos acontecimentos, que servirão como fonte de pesquisa no futuro. Como aponta Goulart, hoje “são os meios de comunicação o locus onde se realiza o trabalho sobre as representações sociais. A mídia é o principal lugar de memória e de história das sociedades contemporâneas” (2008, p. 195). A autora continua:

²³ Entrevista disponível em <<https://www1.folha.uol.com.br/colunas/monicabergamo/2018/04/violencia-nao-e-contra-bandidos-mas-contra-pobres-diz-caco-barcellos.shtml?loggedpaywall>>

os meios de comunicação, desde o século XX, passaram a ocupar uma posição institucional que lhes conferiu o direito de produzir enunciados em relação à realidade, aceitos pelo consenso da sociedade como verdadeiros. A história passou a ser aquilo que aparece nos meios de comunicação de massa. São eles que detêm o poder de dar relevância aos acontecimentos e de elevá-los à condição de históricos. O que passa ao largo da mídia é considerado, pelo conjunto da sociedade, como sem importância.

Os meios de comunicação ocupam um papel crucial na produção de uma ideia de história na contemporaneidade, não só porque apontam aqueles que, dentre todos os fatos da atualidade, devem ser memoráveis no futuro (ou seja, aqueles que teriam relevância), mas também porque se constituem eles mesmos num dos principais registros do seu tempo (idem).

É nesse sentido que Benjamin já apontava que a história oficial se identificava com a história dos vencedores, fazendo referência à “guerra de classes”, em que um dos campos, a classe dirigente, não cessou de vencer os oprimidos. Löwy, na sua leitura das teses “Sobre o conceito de história”, de Benjamin, indica que o autor compartilhava da visão de Nietzsche de que a virtude para o historiador consistia em se opor à tirania, a “nadar contra as ondas da história e a saber lutar contra elas” (2005, p. 73). Na expressão “escovar a história a contrapelo”, Benjamin recusava-se a se juntar “ao cortejo triunfal que continua, ainda hoje, a marchar sobre daqueles que jazem por terra” (idem). A expressão denota dois sentidos, um histórico (de que é necessário ir contra a corrente da versão oficial da história, opondo-lhe a tradição dos oprimidos) e político (de que é necessário lutar contra a corrente, caso contrário a história somente produzirá novas guerras e novas formas de barbárie e opressão) (idem, p. 74). A história como progresso, para Benjamin, é sempre a história dos vencedores e omite os interesses dos dominados. A atitude revolucionária, para Benjamin, consiste então em tomar partido dos vencidos e, a partir do ponto de vista deles, rememorar o passado que “ficou aprisionado nas narrativas históricas universais. A história como rememoração da tradição cultural passada representa para Benjamin um importante meio de combate contra a alienação imposta ao sujeito pelo capitalismo” (Salim, Souza e Borges, 2014, p. 5-6), capacitando-o para uma atuação transformadora da realidade atual. O autor enfatiza a necessidade de suprimir da tradição hegemônica a sua pretensão universal, e preservando seu conteúdo, libertar o passado dos oprimidos, já que a história está em permanente construção.

Repensar a forma como as vítimas de violência são retratadas pela mídia – e em alguma medida tem nesse registro sua sentença na história – é fundamental para se pensar numa comunicação que atenda de fato ao interesse público. Não por acaso as

famílias de vítimas avaliam que um segundo crime é cometido – além do crime em si –, quando um julgamento pós-morte é feito pela mídia condenando e culpabilizando as vítimas. A luta por justiça dessas famílias se torna ainda mais inglória nesses casos, em que além da dor da perda, é preciso lutar por justiça e brigar para que o discurso hegemônico que culpa as vítimas pela fatalidade seja questionado. “Nossos mortos têm voz” é uma bandeira levantada pelos movimentos de mães – e recentemente foi inclusive título de um documentário que trata da invisibilidade das vítimas de violência no estado do Rio de Janeiro – justamente por conta disso. A voz dos moradores, suas histórias, suas vivências, suas dificuldades, suas conquistas, precisam ecoar para que a justiça seja feita e para que outras pessoas não passem pela mesma situação de violência, que vem se perpetuando em nosso país. São essas vozes que buscamos difundir com as entrevistas que seguem.

4.1.1 Vitor Santiago Borges

Nascido na Vila dos Pinheiros, no conjunto de favelas da Maré no dia 22 de outubro de 1986, Vitor Santiago Borges foi pai aos 26 anos da filha Beatriz. Até os 29 anos vivia uma vida normal de um jovem morador da Maré ou de qualquer outra parte da cidade – estudava, trabalhava, se divertia com os amigos. Até que no dia 12 de fevereiro de 2015 (na madrugada de quarta para quinta-feira) sofre o que ele chama de atentado contra sua vida, por soldados do exército da Força de Pacificação que ocupava a Maré (a ocupação durou 15 meses na favela, de 5 de abril de 2014 a 30 de junho de 2015). No dia do incidente, ele voltava para casa de carro com amigos, por volta de duas horas da manhã. Pela Linha Amarela, via que dá acesso à favela, foram abordados por soldados num ponto da favela que revistaram os jovens, verificaram seus documentos e os liberaram. Cerca de 15 minutos depois, já em outro ponto da favela, soldados do Exército simplesmente abriram fogo contra o carro que estavam Vitor e mais quatro amigos. Vitor foi atingido por dois tiros, um nas costas, na altura da costela, que atravessou seu pulmão e pegou a coluna, que o deixou paraplégico, na altura da T5 pra baixo, um pouco acima da barriga. O segundo tiro o atingiu na perna, no fêmur direito e atravessou para o fêmur esquerdo, causando a amputação da sua perna esquerda. O Exército alegou primeiro que eles trocaram tiros com os soldados, depois que eles não obedeceram à ordem de parar o carro e por último que eles tentaram atropelar um soldado – o que justificaria abrir fogo contra eles. Depois disso foram 98

dias internado no Hospital Getúlio Vargas, onde chegou com 7% de vida. Do Estado não recebeu nada: recebeu ajuda de organizações sociais e amigos para conseguir a cadeira de rodas que usa, a cama, fraldas, curativos. Está na justiça desde então tentando ser reparado, que paguem pelas consequências ao atentado a sua vida. Sua mãe virou militante, buscando ajuda, lutando por justiça. Depois de ouvir diversas vezes que o caso estava andando, que o Ministério Público resolveria e de nada acontecer, conseguiram um advogado particular. Quando o advogado foi ficar a par da situação, descobriu-se que havia um inquérito, um processo interno do Exército contra o motorista do carro, que inclusive colocava Vitor como testemunha – e não como vítima do caso. Em fevereiro de 2016, um ano após o ocorrido, entraram na justiça com esse advogado particular, já que via Ministério Público, um ano depois, nada tinha sido feito.

A repercussão do seu caso na mídia impressa hegemônica foi quase nula. No jornal Extra de 13 de fevereiro, dia seguinte ao incidente, nenhuma menção ao ocorrido. Já no dia 14 de fevereiro, uma pequena chamada de capa anunciava: “Motorista de carro baleado na Maré é preso”. Pela manchete, uma indicação de que o motorista era criminoso, o que justificariam os tiros contra o veículo e seus ocupantes. No entanto não era disso que se tratava. A reportagem era sobre o absurdo do motorista do carro em que Vitor estava ter sido preso por tentativa de homicídio. A matéria interna foi a seguinte:

Vítima de noite, preso de dia

Motorista de carro fuzilado foi autuado em flagrante por tentativa de homicídio

Um dia depois de ter seu carro fuzilado e ser atingido por um tiro de fuzil no braço direito na Maré, Adriano da Silva Bezerra, de 33 anos, foi preso e encaminhado ao Complexo de Gericinó, em Bangu. O vendedor de coco de 33 anos afirmou, em depoimento à Força de Pacificação, que não ouviu nenhuma ordem de parar e não viu nenhum militar no ponto em que o carro foi atingido, na madrugada de quinta-feira. Entretanto, foi acusado de desobediência e tentativa de homicídio pelos militares, que afirmaram que um soldado e um cabo "teriam sido atropelados, caso o veículo não tivesse parado".

O cabo Diego Neitzke, que admite ter sido o responsável pelos quatro disparos que atingiram o carro, afirmou, no auto de prisão em flagrante ao qual o EXTRA teve acesso, que antes de ter atirado, militares "solicitaram que o veículo parasse" e "efetuaram tiros de borracha". Para o advogado Daniel Accioly, que acompanha o caso pela Comissão de Direitos Humanos da Alerj, a prisão de Adriano é inconstitucional.

- Ele foi preso por um crime que não cometeu, o suposto atropelamento - disse.

A direção do Hospital estadual Getúlio Vargas, na Penha, informou que Vitor Santiago Borges, que estava no carro e foi baleado no peito, está em coma.

'Só ouvimos os tiros que eles deram no carro'

Depoimento de Pablo Inácio Filho, Sargento da Aeronáutica que estava no carro

Passamos por uma blitz, fomos parados, revistados e liberados. Abordagem limpa. Seguimos. Na outra vez, não tinha nada. Não ouvi tiro. E não teve atropelamento. Como um carro ocupado por cinco pessoas vai tentar matar dois militares armados com munição de guerra? Só ouvimos os disparos que eles deram para cima do carro. Depois, mandaram que a gente descesse com a cara no chão.

Após os tiros

Mãe de Vitor Santiago Borges, de 29 anos, a costureira Irone Maria Santiago, de 50, não come e não dorme desde que soube que seu filho estava internado em estado grave. “Meu filho está nesse hospital entre a vida e a morte e ninguém da Força de Pacificação veio procurar a família. E cadê o nosso governo?”, disse ela.

Adriano, que dirigia o carro, foi solto no dia seguinte. Ficou preso numa cela com cama de cimento e água de um tanque dentro da cela, mesmo com um tiro no braço que o pegou de raspão. No jornal O Globo, nenhuma menção ao ataque ao carro em que Vitor Santiago estava. Uma nova nota referente a Vitor na mídia aparece apenas no Extra do dia 19 de fevereiro, quando Vitor tem a perna amputada:

Jovem baleado na Maré tem perna amputada

Vitor Santiago Borges, de 19 anos, baleado na madrugada do último dia 12 no Complexo da Maré, na zona Norte, teve a perna esquerda amputada. O rapaz, que está internado no Hospital Getúlio Vargas, foi atingido nas duas pernas e no tórax, durante uma abordagem de militares da Força de Pacificação na Favela Salsa e Merengue. Vitor ficou dois dias em coma, mas já está consciente desde sábado.

Vitor ficou 98 dias no hospital depois do incidente. Apesar de quase invibilizado pela mídia, a diferença entre ele e outros jovens que sofreram atentados do estado é que sobreviveu para contar sua história, e faz questão de falar para todos que o procuram. Como ele mesmo aponta:

Hoje, se eu não colocar a cara pra falar, ninguém lembra mais quem é. Por isso que faço questão de falar. O meu caso constou no relatório anual da Anistia Internacional, com esse papo de intervenção militar, das Olimpíadas, fizeram eu ter alguma visibilidade. É o que eu falo, quem não é vivo não é lembrado. Se eu me omitir, ficar calado na minha, não falar... de certo modo é meio que uma ajuda as pessoas me procurarem. É a única forma de eu poder aparecer pra mais pessoas, não só pro meu círculo. Com essas notícias o meu caso volta à tona. Ninguém do Ministério Público, da Prefeitura, do governo pergunta como que você está, o que está faltando²⁴.

²⁴ Todas as falas de Vitor Santiago Borges foram retiradas da entrevista com o autor, realizada na casa de Vitor, na Maré, no dia 29 de maio de 2018.

Ainda que possa falar sobre seu caso, as mídias hegemônicas não o procuraram para que desse algum tipo de testemunho, ou que pudesse relatar como está sua vida hoje, após o ocorrido. São organizações de direitos humanos – como a Anistia Internacional ou a Redes da Maré (onde sua mãe trabalha hoje justamente na área de direitos humanos) – que buscam dar visibilidade ao caso, além de veículos de comunicação que tratam do tema, mas que não chegam nem perto da visibilidade que os meios hegemônicos alcançam. Visibilizar a sua situação é importante para Vitor, porque sabe que a repercussão pode ajudar na justiça que ele busca. A mídia nunca retratou de fato o que aconteceu no dia do acidente, como ele descreve:

Bom, eu estava em casa, normal, eu tinha sido demitido numa empresa que eu trabalhei por três anos – olha que coincidência, eu trabalhei numa empresa de distribuição de material cirúrgico para ortopedia, pino, placa, parafuso, cirurgia de tudo, ligamento, trabalhei nessa empresa durante três anos. Eu tinha sido demitido tinha uns vinte dias. Saí, mas paralelo a isso, estando trabalhando, eu tava fazendo um curso de Técnico em Segurança no Trabalho, um curso técnico em Bonsucesso, e aí eu tinha sido demitido, estava fazendo o curso, o carnaval ia começar na sexta-feira e o que aconteceu comigo foi de quarta pra quinta. Olha, eu não estava trabalhando, tinha recebido meu dinheiro, tinha pago o meu curso, tinha pago minhas dívidas, minhas coisas. Meu plano era... eu entrei no curso em agosto de 2014. Em outubro ou novembro eu já tinha ido ver um estágio e eu estava empolgado na área. Porque eu tinha ido pra uma entrevista de estágio na Odebrecht onde eram 1600 reais de estágio, segunda a sexta, quatro horas por dia, todos os benefícios. Aí eu saí do trabalho e pensei, vou pegar o dinheiro aqui e vou investir no curso, vou dar uma parte no curso que não sei quando vou conseguir trabalho de novo, e vou ficar só procurando estágio, como estágio no Brasil é remunerado, dá pra eu me virar aqui com o dinheiro, com o estágio, pagar as coisas da minha filha, já tinha visto de colocar a minha filha no plano de saúde do avó – pai da mãe dela –, minha mãe também me auxiliava muito, falei, vou me focar no estágio e no curso e sei lá, se não der certo pelo menos até o final do ano eu estou empregado e pronto. E aí um amigo meu me ligou, que é nascido e criado no Rio me ligou – ele fez prova pra Aeronáutica e foi servir em Manaus e essa seria as primeiras férias dele no Rio de Janeiro. Ele me ligou e falou “vamos assistir o jogo aonde?”, estava no meio do campeonato carioca. Falei, vamos assistir o jogo na Vila do João. Aí eu sai daqui de noite e fui lá na Vila do João assistir o jogo. Assistimos o jogo, tomamos uma cerveja e tal... eu não ia fazer nada no outro dia, a gente já tinha combinado de no outro dia sair, pra curtir bloco, levar minha filha pra praia, um montão de coisas. Então, eu tava com dinheiro, não ia fazer nada, ele também não, estava de férias, ninguém preocupado, fomos pra outro lugar, fomos pra Bonsucesso, na Praça das Nações, fomos lá, tomamos uma cerveja e tal, voltamos. Quando a gente voltou, pela Linha Amarela, quando a gente entrou ali pra Vila do João, a gente foi revistado por soldados que já estavam parados lá no ponto, era umas duas horas da manhã. Fomos revistados, viu o documento de todo mundo, viu que não tinha nada, não tinha nada no carro. Aí a gente entrou dentro do carro e foi embora, sei lá o que que ia fazer. Eu lembro que a gente parou num restaurante pra poder, sei lá, quarta pra quinta, carnaval ia começar, aí subimos entramos na Vila do João, passamos no Salsa e

Merengue e paramos no restaurante e o cara falou que tava fechando. E aí a gente entrou no carro e foi embora. Aí o que que ia acontecer? Dali o cara ia deixar cada um no seu ponto pra poder ir embora e acabou. E foi o que aconteceu, depois de 15 minutos que já tinha sido parado, um outro ponto de soldado em outro ponto da comunidade, que não tinha nada, não tinha cone, não tinha jipe, não tinha soldado, não tinha sinalização alguma, que indicasse que tinha que parar para ser revistado. Estava passando no lugar e só ouvimos barulho de tiro, não sabia o que estava acontecendo. E eu hoje tenho 32 anos, na época eu tinha 29. Eu nunca tive problema nenhum na comunidade, nunca dei mole pro poder paralelo aqui, você sabe como tem que andar – com vidro aberto, luz acesa, som desligado – não ia dar mole pra soldado de 18, 19 anos que nunca tinha entrado na favela. Que na época os soldados não era cariocas, eram do interior de São Paulo, interior do Mato Grosso do Sul, interior de Minas Gerais, os caras não estão acostumados com o poder paralelo que existe na favela. Entramos da forma que tem entrar, desse jeito, e aí a gente só ouviu tiro, tiro, tiro e não sabia se era pro alto, se era bandido com soldado, se era bandido com bandido, não sabia o que era. Aí eu senti o primeiro, que pegou aqui [na altura do pulmão direito] aí atravessou o pulmão, coluna, medula, fiquei paraplégico na hora. Desligou tudo daqui pra baixo [apontando a cintura], na hora. Não senti mais nada. E o segundo na perna, só que o na perna, como eu já não tava sentindo mais nada, eu nem sabia. Aí o cara que tava com a gente conseguiu parar o carro ainda, aí saiu todo mundo do carro, e aí eu lembro que o Pablo [sargento do Aeronáutica que dirigia o veículo] e disse “porra, vocês não conseguem parar um carro sem ter que atirar? Tem ferido lá dentro, vocês vão ter que se virar”, nisso que abriu a porta eu fiquei dentro. Como eu perdi a sensibilidade, eu fiquei com medo de abrir a porta eu cair pro lado. Nisso que ele falou, veio uma porrada de soldado no meio da rua, eles estavam escondidos e começaram a enfiar porrada no moleque. Eu tomei uma coronhada aqui na cabeça [mostra a cicatriz], baleado. Baleado eu tomei uma coronhada na cabeça. Aí dentro do carro o soldado gritando, mandando eu sair, e nisso a confusão lá fora rolando, os moleques apanhando, forçando os meninos a se virarem, a se renderem, tratando como se fossem bandidos. Aí o soldado gritando comigo, eu dizendo que não conseguia sair, a respiração cada vez mais baixa, sangrando muito, muito, muito. Aí eu apaguei. Quando eu acordei eu já tava do lado de fora, que o Pablo diz que foi a hora que ele conseguiu mostrar a documentação e mostrar que ele era militar. Aí depois que eu acordei do lado de fora veio os primeiros socorros e tal e apaguei de novo, aí acordei já sete dias depois já no hospital. Acordei do coma, fiquei sete dias em coma. Aí no hospital que eu fiquei sabendo desse tiro na perna – o médico contou, falou que aconteceu isso e isso e aquilo. Acordei do coma e a primeira coisa que me falaram é que eu tomei um tiro na perna, que tentaram o tratamento aqui e não conseguiram, e pra sua vida, pra sua saúde, vai ter que amputar, você tá de acordo? Aí assinei uma declaração, fui pra sala de cirurgia, amputou e fiquei mais três dias em coma. E aí foram 98 dias direto de fisioterapia, fiz cirurgia, fiz hemodiálise, cara, fiz um monte de coisas. Eu cheguei com 7% de vida no hospital, 7%. Aí foi isso, 98 dias no hospital, fiz fisioterapia respiratória, fisioterapia motora, fiz cirurgia no pulmão, fiz hemodiálise, fiz transfusão de sangue, eu fiz tudo. Em 98 dias eu fiz uma porrada de coisa no hospital Getúlio Vargas, na Penha.

Vitor Santiago no momento do acidente havia sido demitido há cerca de 20 dias e fazia um curso de Técnico em Segurança no Trabalho (o término seria em outubro de

2015). Tinha pretensão de cursar engenharia ou algo relacionado à área que estava estudando, já que viver de música estava difícil financeiramente, ainda mais com uma filha pequena:

Antes de fazer o curso de Técnico em Segurança do Trabalho eu fiz um curso de música, no Centro do Rio, fiz seis meses, aí vi que ia demorar muito pra poder me especializar na área, eu já tocava e tal, mas pra viver de música é complicado, muito complicado. Aí pensei, eu tenho uma filha, vou procurar um curso profissionalizante, um técnico, uma parada assim, aí comecei a fazer o Segurança do Trabalho.

A filha Beatriz, então com dois anos quando aconteceu o acidente, é também uma vítima. Vitor Santiago conta, com pesar, que é mais fácil pra ele aceitar a sua situação atual do que a filha pequena. Sobre o reencontro com a pequena, ela relata que

ela tinha dois anos. Aí tu pensa, eu sou um cara que todo final de semana tava com minha filha, todo final de semana eu saía. De repente eu fiquei 98 dias sem ver minha filha. Minha filha era um grude comigo. E fiquei 98 dias sem ver ela. A maior parte do tempo que eu fiquei no hospital foram em CTIs. Mas teve um dia que ela foi me visitar, e ela não me reconheceu muito bem. Sabia que eu era o pai dela, mas me estranhou, foi uma visita curta. No hospital eu mudei um pouco também porque deixei crescer a barba e o cabelo, eu falei só vou cortar o cabelo e a barba quando eu sair do hospital. E eu tomei muito antibiótico, meu tom de pele ficou diferente, eu fiquei mais escuro, fiquei magro, olho fundo, e aí quando eu voltei do hospital e fui pra casa, eu ainda estava barbudo e cabeludo, e ela meio que me estranhou. No mesmo dia ela foi lá em casa, levaram ela lá em casa, ela dormiu lá em casa, mas ela me estranhou. Mas imagina, eu andava, eu fazia de tudo, e eu tô numa cama o tempo todo. Eu tinha ferro na minha perna daqui [início da cocha] até a canela, na lateral. E aqui [aponta pra outra perna] eu não tenho uma perna. Aí deitado ali, você vê o seu pai de fralda, de ferro na perna, com uma perna a menos, aí ela ficou na porta assim, não me rejeitou sabe, depois veio falar comigo, me beijou. Mas quase todo dia a gente se falava por vídeo chamada, mandava áudio, ela falava que estava me esperando, que ia me esperar, que a gente ia sair de novo, ia fazer as coisas. Aí o tempo foi passando ela foi acostumando. Eu digo que minha filha ela amadureceu muito depois do que aconteceu, hoje ela tem cinco anos mas tem uma cabeça... ela é muito igual a mim, ela ri de tudo, é muito observadora, tá aprendendo a ler agora, tá lendo tudo que passa na televisão, gosta muito de ficar aqui, mesmo com regra, com ordem, com tudo no devido lugar, com a doutrina que a gente tem aqui, ela gosta de ficar aqui pra caramba. A gente sai, ela ganha presente, se tá merecendo ganha, se não fica de castigo, e fica de castigo mesmo, não mexe em nada, não tem tablet, televisão, não tem brincadeira, não tem rua não tem nada. Mas é aquilo né, dói, é chato demais, é muito complicado. Tu tem que tá preparado. É assim, com o teu corpo, com as tuas coisas, quando é contigo eu acho que não é tão difícil de você se resolver. Se acontece alguma coisa com você, como aconteceu comigo, foi mais fácil pra mim, pra eu me resolver, pra eu me aceitar, do que você chegar e ouvir da tua filha de cinco anos que ela preferia quando você andava. Porra, imagina, é de partir o coração em 500 milhões de pedaços. Eu falo pra ela, filha, faz um desenho do papai. Ela: “com duas pernas?”. eu,

“não filha, papai não tem uma só?”, “não anda na cadeira de rodas?”. Ela, “ah, mas eu prefiro com duas pernas, eu só lembro de você com duas pernas”. É foda! Você tem que ser forte, tem que ter um psicológico lá em cima, porque se não tu cai. É o que eu falo, corpo são, mente sã. Se eu não tiver bom, a cabeça faz merda.

E lamenta que depois do que aconteceu não vai conseguir fazer coisas que tinha planejado com a filha:

Eu hoje com 32 anos sou uma pessoa que não posso ensinar a minha filha a andar de bicicleta igual um pai ensina, porque eu estou numa cadeira de rodas. Eu não posso levar minha filha nas costas igual eu fazia. Pra tudo, pra maioria das coisas hoje eu preciso de auxílio, preciso de alguém que me pegue. Eu vou sentado na cadeira, mas preciso de alguém que me desça um degrau, que me desça um meio fio, entendeu? É muito complicado.

A família em si se torna também vítima do que aconteceu. A mãe de Vitor, Irone Santiago, foi quem mais se mobilizou. Desde o dia do acidente ela praticamente abriu mão de sua vida para se dedicar à recuperação do filho e de buscar ajudas e soluções para os problemas que iam se multiplicando. Vitor Santiago conta, sobre a reação de sua mãe, que ela estava

em casa, o telefone tocou de madrugada e foi um amigo meu que é policial militar que ligou e falou, “Irone, vai pro hospital que o Vitor tomou um tiro e isso e isso”. Ela falou que saiu de casa, preocupada, mas não tinha noção de que tinha sido isso tudo. Ela falou que pra ela ia chegar no hospital, ia ver o filho dela baleado, sei lá, um tiro na perna, na mão, no braço, sei lá, de raspão, qualquer coisa assim, deu entrada no hospital e já ia sair dali. Ela não tinha noção de que tinha sido isso tudo. Dois tiros logo de uma vez de 762. Um tiro na coluna que deixa seu filho paraplégico e nunca mais na vida ele vai ficar de pé? O outro um tiro na perna onde teu filho vai precisar amputar. Sabe, você tem um filho saudável, tem um filho completo, igual eu era, igual ela me viu crescendo, e de repente ela me vê no hospital, perna amputada, sem andar e tal, e todo dia, cada dia uma notícia mais triste que a outra é complicado, é brabo, é isso que ela conta. Pra uma mãe qualquer risco, qualquer perigo, você quer livrar seu filho dos problemas – eu sou pai, sei como é –, você dá um boi pra não entrar numa briga e uma boiada inteira pra não sair dela pelo tenho filho, e de repente, um cara que praticava esporte, um cara que passeava com a filha. Sério, eu levava minha filha todo final de semana, praia, shopping, tudo, tudo, levava minha filha pra tudo que era lugar. (...) E de repente acontece uma parada dessa (...).

A vida de Irone também teve uma reviravolta. Depois do que aconteceu ela começa a buscar os direitos do filho e se insere na luta por direitos de vítimas de violência. Como conta Vitor Santiago, ela

virou militante de verdade dos direitos humanos, de viajar, hoje ela viaja o Brasil todo – hoje ela trabalha na Redes [da Maré] – tá em tudo que é reunião, debate. Mas quando eu fui pro hospital ela meio que largou tudo. Meu pai ficava na loja mas eles quase não abriam no tempo que eu fiquei internado, eles estavam sempre no hospital. Minha mãe dormia no hospital comigo. Ela morou, ela conseguiu. Porque a pessoa só pode ter um acompanhante se ela for menor de idade, só que o meu caso, como eu fiquei paraplégico, não conseguia fazer as coisas, ela conseguiu documentação que ela pôde morar comigo no hospital – morar mesmo, morar de dormir, tomar banho lá, de almoçar, tomar café. Quase uma funcionária do hospital. E mesmo assim ela saía, conseguia arrumar o tempo dela de sair, de conversar com quem tinha que conversar, ah, o fulano de tal pode ajudar, ela ia. Minha mãe teve encontro a portas fechadas com um monte de gente importante aí, que prometeram ajudar, que falavam que iam fazer, e nada. Ela teve encontro a portas fechadas com [Alessandro] Molon, com [Marcelo] Freixo, [Jorge] Picianni, sabe, com um monte de gente. Marielle. Marielle Franco me ajudou pra caramba, me ajudou muito, muito. Muito gente boa, preocupada demais, foi me visitar no hospital, foi me visitar em casa, muito, muito gente boa. Ajudou pra caramba mesmo. E paralelo a isso minha mãe saía muito pra poder conversar com pessoas, sobre o que estava acontecendo, procurar ajudar. Ela deixou a vida dela de lado. Hoje ela está voltando aos pouquinhos, hoje ela tá mais realizada, porque tá trabalhando numa área que não é uma área que ela queria trabalhar a vida inteira, mas é uma área que a ocasião fez ela entrar, ela foi sendo empurrada, empurrada, e hoje ela tá na área que ela está se sentindo bem, que é essa área de direitos humanos, de discutir a militarização, dessa militância dos direitos das pessoas, hoje ela está bem, graças a Deus.

Depois de mais de três anos do que aconteceu, ele não conseguiu nenhum tipo de reparação do estado:

Eu era um cara normal, igual a um montão aí, que saia, que trabalhava, que se divertia, e é aquilo, o governo fez isso comigo, e o governo não me reparou até agora. O plano de saúde pago do meu bolso, o plano de saúde da minha filha eu pago do meu bolso, acabei de comprar uma cadeira de rodas que vai chegar daqui um mês mais ou menos, não ganhei nada, nada, nada, nada. Fizeram, me deixaram dessa forma, e ainda assim o máximo que eles puderem fazer pra tirar o corpo fora eles vão fazer. O meu caso vai completar quatro anos em fevereiro [de 2019].

(...)

Tudo que eu consegui até hoje foi através de liminar na justiça, através do advogado que eu contratei. Por incrível que pareça eu tive que contratar um advogado, porque o meu caso tinha que estar na mão do Ministério Público, tinham que estar resolvendo. Mas não. Meu advogado tem dois anos que está no caso, em fevereiro completa três anos que ele está e quatro anos que aconteceu. Porque ele pegou um ano depois. Nesse um ano não aconteceu nada. E aí eu consegui algum material hospitalar na justiça, através do advogado, sou pensionista, mas pra completar em janeiro desse ano pararam de depositar a pensão que durou só um ano, então sou só aposentado por invalidez. Que é pouco, 1700 reais, mas eu moro de aluguel, tenho uma filha que tem plano de saúde, que estuda num colégio particular, tem que comprar remédio, não dá.

Quem era Vitor Santiago antes do acidente? Se em casos de pessoas mortas fora das favelas a mídia hegemônica tem uma grande preocupação em destacar as o perfil dessas pessoas, porque não dizer quem foi Vitor Santiago – ou as centenas de mortos em favelas cotidianamente? A mídia é hoje capaz de sensibilizar, de causar repercussão nessas mortes de pessoas de classes mais ricas a ponto de influenciar nas decisões políticas – para citar apenas um exemplo, no caso da morte do médico Jaime Gold, a questão da maioria penal voltou ao debate e foram criadas leis mais severas para crimes com arma branca, além, claro, de maior policiamento no local onde aconteceu o crime. No caso de Vitor e tantos outros, a omissão do fato tem também um caráter político, uma forma de dizer à sociedade que essa vida é menos importante e de naturalizar a violência nesses espaços periféricos da cidade.

Vitor Santiago foi um jovem, como ele mesmo diz, “igual a um montão aí”, ele conta que sempre gostou de samba, de música e que seu sonho

era viajar pelo Brasil, pelo mundo, como músico. Toco cavaquinho desde os 13 anos de idade, aí o tempo foi passando, aprendi a tocar violão, contrabaixo, gostava de teclado também, e aí, assim, isso me levou a tocar em grupos de pagode, roda de samba, a conhecer muita gente, e a minha vida era assim, estava sempre em roda de samba com amigos, estava sempre com resenha, tomando minha cerveja, conversando, indo visitar amigos, assistir jogo de futebol, e saía muito com minha filha. Praticava esporte, praticava jiu jitsu, muay thai, sempre fui muito ativo. Eu com 15 anos participei do Corpo de Dança da Maré, projeto que tinha aqui no CEASM [Centro de Estudos e Ações Solidárias da Maré], projeto do Ivaldo Bertazzo, onde a gente viajou uma boa parte do Brasil. Foram três anos, três espetáculos e sempre fui ligado à arte e à cultura. Nunca dei mole pra nada, pra ninguém, não tenho vício, tomo minha cerveja e tal, mas nunca tive problema parecido. Acho que o único problema de violação de direito que eu tinha, que todo jovem negro e favelado tem é polícia que vem e quer te revistar a cada cinco minutos, achando que você é marginal, que você é bandido. Nunca fui assaltado no Rio de Janeiro. Por incrível que pareça eu sou um cara que nunca fui assaltado e tomo logo dois tiros de quem deveria ter defendido o pobre da comunidade aqui dentro. Minha vida era essa, eu trabalhava, estudava, eu saía muito, não gostava de ficar aqui dentro, não curtia baile funk, e uma vez ou outra ia num show de pagode, ia muito em rodas de samba, nada extravagante.

Nessa resposta um trecho em especial chama a atenção. Ele faz questão de dizer que “nunca dei mole pra nada, pra ninguém, não tenho vício, tomo minha cerveja e tal, mas nunca tive problema parecido”. É, inconsciente, uma forma de defesa naturalizada pelo morador de favela. A todo o momento parece que é preciso indicar que não é

criminoso, que não usa drogas – o usuário morador de favela, pelo senso comum, seria envolvido com o tráfico de drogas. Quando interpelado sobre essa posição defensiva, se era proposital e se depois do acidente ela se mostrou mais necessária, Vitor Santiago respondeu:

Te falar, eu li muito sobre isso, sobre “alguma coisa fez, não é possível que um carro com cinco jovens dentro seja fuzilado na favela e não fizeram nada. Com certeza fizeram!”. Ou “por que que não pararam o carro, porque que não aquilo outro”? é assim. O favelado é muito marginalizado, muito, muito. Pô, tem gente de fora, tem burguês aí de fora da comunidade que acredita que na favela 70% das pessoas que moram na favela são marginais. 70! 70! As outras 30 são pessoas de bem. Não, não é assim. Porque você é favelado você é muito marginalizado. As pessoas acham que se você mora na favela ou você é conivente com o tráfico de drogas ou é marginal, um receptor. A mídia alimenta isso. É por isso que o pobre favelado tem que estar o tempo todo se defendendo, por mais que não precise. Eu não tenho necessidade de ficar falando que não tenho vício, que eu não traficava, que não sou conivente, que não sou receptor de coisas roubadas. Eu não tenho necessidade, não é um texto pronto, que eu prepare para falar quando vou dar entrevista. Mas toda vez que me perguntam como era minha vida, eu falo que era dessa forma. O que eu falo sempre é que eu nunca tive problema com ninguém dentro da favela, nunca tive problema com o poder paralelo que tem aqui dentro. Nunca tive problema nenhum nem com a lei, nem com a polícia, nunca fui preso, nunca me ameaçaram. Mas o favelado é muito marginalizado, isso é complicado.

Apesar de tudo, Vitor Santiago disse que era a favor da intervenção do exército na Maré. Ele acreditava que as ações seriam para além de soldados armados revistando moradores:

Por incrível que pareça, eu, quando a Força de Pacificação entrou na favela, eu era um cara que estava a favor, por incrível que pareça. Eles vieram com ideias de projetos, eu falei, beleza, vai funcionar, vai andar, vai rolar umas paradas legais, um projetos maneiros, vai tirar criança da rua pra poder trabalhar. (...) É aquilo ainda assim eu não me revoltei, infelizmente aconteceu comigo. Eu falo, essa vontade que eu tenho de falar o que aconteceu comigo todo dia é pra que não aconteça com outras pessoas. É foda, eu sei o que eu tô passando, eu sei o que minha família passou, minha filha... pô, você acha que é mole, eu tenho uma filha de 5 anos, ela às vezes diz que me preferia com duas pernas”, diz que sente saudades de mim com duas pernas porque eu levava ela no colo, eu levava ela pra sair, saía só eu e ela, é complicado.

Até hoje, depois do que aconteceu comigo, eu ainda acredito numa segurança pública eficaz, ainda acredito que o governo pode chegar e conversar de forma amigável e inteligente pra resolver o problema que acontece no estado do Rio de Janeiro na questão da violência. Mas não dá pra ser só esse lance da militarização, pega uma porrada de soldado e coloca na rua, pega uma porrada de soldado e enfia na favela, como se isso fosse resolver o problema.

Hoje, no entanto, sua busca é por reparação. Apesar de até agora não ter conseguido nada, não perde a esperança de que será indenizado pelo que cometeram com ele, e isso passa por dar estrutura para que possa ter uma vida digna dentro de suas possibilidades motoras atuais:

Eu quero o que é de direito. Eu quero que eles me reparem, quero ser reparado pelo que aconteceu. Você pode ter certeza que não tem dinheiro no mundo que vá me fazer ter a vida que eu tive antes. Posso ganhar, sei lá, 500 milhões de reais, não tem dinheiro no mundo que faça eu ter a vida que eu tinha antes. (...) É óbvio que eu preferiria mil vezes ter as minhas coisas com meu esforço do que estar conseguindo as coisas através de uma fatalidade. Porra, quem é que com 29 anos de idade quer ser aposentado por invalidez? Invalidez! Você não presta pra nada, você não vai trabalhar. Porra, isso não é o que eu queria pra minha vida. Eu era um cara que estava estudando, preocupado com o bem estar da minha filha, da minha família, e de repente, sabe, aposentado por invalidez. Eu preciso ser reparado, eu quero dar uma vida melhor pra minha mãe, pra minha filha, ajudar minha família no que eu puder. Eu quero fazer as minhas coisas, eu quero ter as minhas coisas. Eu quero ter uma casa legal, boa, pra mim e pra minha filha, com acessibilidade, eu quero não ter que dormir e acordar no outro dia com operação na favela do jeito que tem. Quero mandar minha filha pro colégio e não ficar preocupado com a volta dela que é a hora que a maioria das vezes tem operações na favela. (...) Quando eu estava no hospital, eu sempre disse que era só eu sair do hospital que eu ia conseguir ser a pessoa que eu era antes, que eu ia conseguir fazer o que eu fazia antes. Eu falei pra mim, beleza, agora eu sou cadeirante, eu não ando, ok, eu vou ter uma vida de cadeirante normal, de cadeirante feliz, igual um montão que vejo por aí. Mas por incrível que pareça eu fiquei mais frustrado em sair do hospital e ver que a vida não era, não ia ser do jeito que eu estava imaginando, do que pelo fato de eu ter tomado dois tiros e ter ficado paraplégico. Acredita? Com 29 anos o cara não anda mais, não tem uma perna, eu não fiquei frustrado com isso. Falei, beleza, eu vou aceitar, sempre fui assim, eu vou aceitar. É difícil, com 29 anos, você tá na flor da idade, você tá saindo, você tá namorando, tá fazendo a porra toda. E aí beleza, é isso que eu tenho, ok. (...) A vida é só essa, você tem que agradecer todo dia por estar vivo, ter as coisas que tem, ter os amigos que tem, a família perto. É isso que coloquei na cabeça. Por incrível que pareça eu tive essa ideia, eu vou sair do hospital e ter uma vida de cadeirante normal, vou me adaptar à cadeira de rodas. Não vou conseguir pegar nada em cima, mas vou tentar adaptar a minha vida ao máximo porque eu sempre disse que viver é se adaptar. Pra quem nasceu careca, pelado, sem dente hoje a gente ter tudo que tem é lucro. Só que eu renasci. Eu tive que me adaptar de novo. Eu virei um bebê de 29 anos. Achei que ia sair e me adaptar, viver igual um cadeirante normal, ser feliz igual todos os outros. Mas aí que me arrebentei, porque o governo não fez nada por mim.

A frustração de Vitor Santiago é maior com a falta de ajuda do estado do que com seu próprio estado de saúde. Segundo ele, apesar de superar e aceitar sua situação, o que mais dói é a injustiça de não receber nenhum tipo de auxílio. Sua expectativa era

que quando saísse do hospital receberia ajuda do estado para que pudesse levar uma vida tranquila. Mas não foi o que aconteceu:

(...) depois que eu saí do hospital foi pior. Enquanto eu estava no hospital, eu tinha necessidades. Mas só quando eu saí do hospital eu vi a minha real situação, as minhas necessidades, que é um curativo, medicamento, uma cadeira de rodas. Pra ter noção, eu saí do hospital eu não ganhei nada do estado, nem um band-aid. A cadeira de rodas que eu usei durante um tempo foi a galera da comunidade que me deu, que se juntaram e compraram. A cama hospitalar onde eu dormia, foram amigos que conseguiram. Fralda geriátrica que usei durante muito tempo, a comunidade que juntou e me deu, dinheiro, tudo, tudo, tudo. E não é só isso, o cadeirante tem muitas necessidades. Tipo, o cara que tem uma lesão medular, ele tem bexiga neurogênica, o que é isso? A bexiga funciona, mas a pessoa não sente a vontade de fazer xixi, então ela enche, e quando ela está cheia ela esvazia sozinha. Então a pessoa tem incontinência urinária, se mijá. Por isso que o cadeirante passa sonda de cateterismo, uma sonda, de mais de 30 centímetros, enfia no canal da uretra até a bexiga, aí esvazia, faz o esvaziamento da bexiga. Todas essas necessidades eu aprendi depois né? (...) Toda necessidade fisiológica, o esvaziamento da bexiga e do intestino, você tem que fazer cocô, tudo isso você aprende. E aí que tu vai vendo a real dificuldade, real necessidade que o cadeirante tem. É complicado. Se você não ganha num lado, é difícil de manter. É curativo, uma porrada de coisa. Eu falei, vou sair [do hospital] e vou levar a vida de cadeirante. Quem disse? Eu não tinha nada, morava numa casa com a minha mãe que era de dois andares, eu morava em cima com ela, aí eu tô na favela, perto dos meus amigos, perto de todo mundo, comecei a ter visita em casa, tranquilo. Meus amigos perto, mas eu não podia sair de casa pra ver meus amigos, pra poder estar na rua com eles e tal. Porque era segundo andar, três, quatro pessoas pra subir, três quatro pessoas pra poder descer. Quer dizer, é brabo. Se eu não tivesse a cabeça, a mente que eu tenho hoje, seria pior.

Hoje Vitor Santiago tem se adaptado com o que tem, mas seu maior medo é ouvir de médicos, quando conseguir de fato fazer exames para ter a noção plena de sua situação, de que o tempo passou e nada mais poderá ser feito:

O que eu tenho medo, medo, de o dia que eu ganhar na justiça o meu processo, os médicos chegarem e falarem assim: “infelizmente não dá mais pra fazer nada por você. Se você tivesse aparecido antes, se tivesse feito baterias de exames antes, se tivesse não sei o quê antes, você teria oportunidade de andar de novo, de pelo menos ter uma sensibilidade de novo, agora que o tempo já passou, não tem mais possibilidade de fazer, seu corpo já aceitou isso”, esse é meu medo. Sei lá, daqui a um ano, dois anos, eu conseguir isso e passar por uma bateria de exames e falarem “pô, agora não dá, se fosse antes...”. E eu não consegui até agora por causa do descaso né?

Lamenta também que mesmo a pensão que havia conseguido pararam de depositar em janeiro deste ano (2018). Juntando a pensão e a aposentadoria por invalidez, chegava a quase três mil reais de rendimento, o que daria condições a ele de

pelo menos se preocupar menos com a questão financeira – pagamento de aluguel, plano de saúde seu e da filha e colégio da filha, além de medicamentos e deslocamentos necessários. Até hoje não faz fisioterapia, por exemplo, por falta de condições. Apesar disso tem orgulho dos avanços que conseguiu em relação à motoridade:

(...) hoje eu consigo fazer muita coisa, eu saio daqui e vou pra cadeira, eu vou pro quarto, eu vou pra cama, eu deito. Mas antes, eu ficava deitado o tempo todo, pra virar eu tinha que ter auxílio de alguém, pra sentar eu tinha que ter auxílio de alguém. Aí eu comecei a meter as caras de verdade e tentar fazer por mim mesmo, porque se eu ficasse esperando pelo governo eu não ia ser metade do que sou. Graças a Deus tudo que eu tenho eu devo à minha mãe, ela correu muito atrás, corre atrás até hoje, virou militante dos direitos humanos, me ajuda muito, e assim, se não fosse por mim dar a cara a tapa, eu não faria a metade do que eu tô fazendo. Por isso em pensava vou ficar em casa, já não preciso trabalhar recebendo a aposentadoria, não sei o quê, vou sair só quando tiver que sair, levar minha filha pra passear, fazer minhas coisas e tal e pronto. Mas o tempo vai passando eu vi uma necessidade muito grande de fazer alguma coisa, vi que ficar em casa parado sem fazer nada era ruim, era chato, eu sempre fui um cara muito ativo, de sair com meus amigos, de tomar minha cerveja, de sair.

De fato sua vida era completamente diferente. Ela conta que logo antes do acidente

saía do trabalho ia direto pro curso, chegava em casa onze horas, meia noite, era só jantar, dormir e no outro dia a mesma coisa. No final de semana era aquela pauleira, quando não estava com minha filha eu saía, saía com os amigos e tal. E de repente meu irmão, nada, nada. Parou.

Sobre sua recuperação, o que diz que tem sido essencial é a proximidade de pessoas que ajudam – de todas as formas:

É importante você estar cercado de pessoas legais também, isso faz muita diferença, pessoas que gostam de você, que estão aí pra te dar força. Quando aconteceu isso comigo, surgiram vários amigos, mas sumiram um montão, sumiram vários. Pessoas que eu não imaginei que fossem se aproximar, que fosse virar meu amigo, são as pessoas que me deram o maior apoio, me dão apoio até hoje. E outras que se precisasse de um transplante de rim eu tiraria o meu pra ele, pra não ver ele na merda. É a pessoa que virou as costas, que sumiu. É desse jeito. É muito bom você estar cercado de pessoas que você gosta, de pessoas que te levantam. Quando aconteceu isso comigo eu estava na minha mãe, tava sem sair e tal, e uns camaradas me ligavam e falavam vamos sair, hoje você quer fazer o quê, quer ir ao cinema? Que ir na praia? Vamos comer, vamos no restaurante. Chegavam, me colocavam no carro e me levavam. Isso ajuda muito, o apoio da família, ajuda demais. É um desafio por dia, a cada coisa que acontece, a gente tem que ir se adaptando.

Esse pensamento positivo parece ser fundamental para sua recuperação. É recorrente dizer que “não tem nada tão ruim que não possa piorar”. Uma das formas de superar as dificuldades é justamente pensar que sua situação era tão crítica – chegou com 7% de vida no hospital – que não estar morto é uma vitória pra ele: “poderia ter sido pior também, imagina se eu tivesse morrido, se eu tivesse ficado tetraplégico?”. E a família e a filha em especial, são também essenciais para essa vontade de continuar lutando e vivendo. Estar paraplégico, sendo ele, ainda o permite sentir o toque da filha, poder abraça-la, beijá-la e pegar na mão dela numa caneta, num lápis ensiná-la ela a escrever e a desenhar.

4.1.2 Johnatha de Oliveira Lima

Johnatha de Oliveira Lima foi assassinado aos 19 anos, em Manguinhos, no dia 14 de maio de 2014, por volta das 16 horas, durante um tumulto entre policiais e moradores. O jovem foi atingido nas costas quando voltava para a casa, logo depois de ter deixado um doce na casa da avó e a namorada em casa. No caminho de volta passou pela Rua São Daniel, onde ocorria um conflito entre policiais da UPP e moradores, que arremessavam pedras contra os policiais. A resposta dos policiais foi com disparos de armas de fogo para o alto e na direção dos manifestantes. Uma testemunha informou que Johnatha foi alertado por ela para que voltasse por conta dos tiros. Ao voltar ele levou um tiro nas costas e outro pegou no chão próximo a ele. O jovem foi levado para a Unidade de Pronto Atendimento (UPA) de Manguinhos por moradores, mas já chegou na UPA sem vida. Como chegou atingido por tiro, a polícia foi avisada e foi ao local, onde o identificaram como sendo o autor de disparos contra os policiais da UPP de Manguinhos. A princípio a Coordenadoria de Polícia Pacificadora (CPP) negou que teriam acontecido confrontos na comunidade no dia do ocorrido, informando apenas que um homem foi encontrado ferido por policiais militares do 22º BPM (Complexo da Maré), na Avenida dos Democráticos, por volta das 17:30h. A vítima teria sido encaminhada à UPA de Manguinhos. O acusado de ser o autor do disparo que atingiu Johnatha é o policial militar Alessandro Marcelino de Souza. O laudo pericial concluiu que

a vítima deu entrada na UPA sem vida e com “ferimento ovalar em região sacrococcígea [côccix] compatível com as produzidas por projétil de arma de fogo”. A ocorrência foi registrada na 21ª Delegacia de Polícia, em Bonsucesso, e a perícia de local não foi realizada porque este não estava preservado e a vítima já tinha sido levada à UPA, segundo documento com o “resumo da dinâmica do crime”.

(...)

O PM que atirou contra o jovem mudou a versão apresentada anteriormente. No registro da ocorrência, consta que “o policial Alessandro Marcelino de Souza, ouvido na data do fato, negou que tivesse participado da ocorrência que gerou o fato em apuração”, alegando ter “voltado à UPP e lá permanecido até a chegada do restante da guarnição a qual trazia uma sacola contendo entorpecente”. Também negou ter realizado “qualquer disparo” e afirmou “que não vira qualquer colega atirar”.

Mas um exame pericial de confronto balístico concluiu que o projétil que atingiu Johnatha partiu da arma do PM Alessandro Marcelino de Souza, como mostra o fragmento do documento abaixo, que consta nos autos do processo (Sansão, 2016).

Na matéria sobre sua morte, O Globo já no título incrimina não só Johnatha como todos os moradores que participaram da manifestação contra a morte do jovem. Abaixo a matéria na íntegra:

Bandidos apedrejam UPP de Manguinhos

Moradores fazem protesto após jovem ser morto em confronto

Uma das bases avançadas da UPP do Complexo de Manguinhos foi atacada durante uma manifestação de moradores na noite de ontem. O protesto, que contou com cerca de 60 pessoas, começou depois de um jovem ter sido encontrado ferido na Avenida dos Democráticos, em Bonsucesso. Além de depredar a base, o grupo tentou fechar as avenidas Leopoldo Bulhões e dos Democráticos, ateando fogo em objetos e jogando pedras contra veículos. O policiamento da comunidade foi reforçado por homens do 22º BPM (Maré), do Batalhão de Operações Especiais (Bope) e do Batalhão de choque.

Segundo a PM, o rapaz foi morto durante confronto com policiais da UPP. O tiroteio aconteceu por volta das 17h, quando uma equipe da unidade se deparou com criminosos armados na localidade de Barrinho. No confronto, Jonathan de Oliveira Lima, de 19 anos, foi baleado. Ele foi levado para a Unidade de Pronto Atendimento (UPA) de Manguinhos. Lá, policiais o reconheceram como sendo um dos homens que fizeram disparos contra a equipe da UPP. Os outros criminosos conseguiram fugir. O rapaz baleado, segundo moradores, teria deixado o Exército há alguns meses.

Devido ao tumulto, a Avenida Dom Hélder Câmara, na altura do acesso para a Rua Leopoldo Bulhões, no sentido Bonsucesso, em Manguinhos, teve de ser interditada por precaução.

É curioso ainda observar que a matéria dá voz apenas à versão da polícia e embora nada no texto corrobore de que bandidos apedrejaram a unidade de polícia de Manguinhos – há apenas a informação de que o protesto contou com cerca de 60 pessoas – o título destaca justamente que bandidos atacaram a UPP. Ou seja, segundo o título da matéria, essas 60 pessoas seriam bandidos. É incisiva também ao apontar Johnatha como criminoso. Dos moradores há a informação imprecisa de que o jovem “teria deixado o Exército há alguns meses”. De familiares ou conhecidos, nenhuma declaração.

As contradições em relação à morte do jovem já começam no dia do ocorrido. Em reportagem do site do jornal Extra do dia do assassinato (14/05/2014), embora haja relatos de que uma pessoa foi atingida pela polícia, a Coordenadoria de Polícia Pacificadora (CPP) negou que houvesse confrontos na comunidade, e que um homem foi encontrado ferido por policiais militares:

Moradores da Favela de Manguinhos, na Zona Norte do Rio, relataram um intenso tiroteio na comunidade no fim da tarde desta quarta-feira. De acordo com as informações que chegaram pelo WhatsApp do EXTRA (...), policiais militares da UPP iniciaram uma perseguição a um grupo que estava próximo

a um ponto de venda de drogas. Iniciou-se, então, uma confusão, e um jovem teria sido baleado na esquina entre a Avenida dos Democráticos e a Avenida Dom Hélder Câmara.

Uma mulher, também pelo WhatsApp do EXTRA, contou que o ferido seria seu sobrinho, um rapaz de 19 anos que deixou o Exército há alguns meses. Segundo ela, a vítima estava numa bicicleta e foi atingida pelas costas. A parente conta ainda que, após ser levado à UPA de Manguinhos, o baleado acabou morrendo.

Procurada, a Coordenadoria de Polícia Pacificadora (CPP) negou que tenham acontecido confrontos na comunidade nesta quarta-feira. A CPP informou apenas que um homem foi encontrado ferido por policiais militares do 22º BPM (Complexo da Maré), na Avenida dos Democráticos, por volta das 17h30m. A vítima foi encaminhada à UPA de Manguinhos, mas não havia até então dados oficiais sobre seu estado de saúde.

Ainda segundo a CPP, moradores iniciaram, pouco depois das 18h, um protesto próximo à base da Coreia da UPP de Manguinhos. Policiais do 22º BPM e de outras UPPs próximas estão reforçando o patrulhamento na região. Além disso, o Batalhão de Operações Especiais (Bope) e o Batalhão de Choque foram acionados.

Na versão impressa do jornal Extra do dia seguinte (15/05/2014), é reiterada a informação de que a CPP nega que houve confronto:

Morto em Manguinhos

Jovem de 19 anos é baleado durante tumulto entre PMs e moradores na favela

Um rapaz de 19 anos morreu após ser baleado, no fim da tarde de ontem, na Favela de Manguinhos. Segundo relatos de testemunhas ao WhatsApp do EXTRA (...) Jonatan de Oliveira Lima foi atingido depois de um tumulto envolvendo policiais militares da UPP e moradores. Ele chegou a ser levado para a UPA do bairro, mas, de acordo com a Secretaria Municipal de Saúde, já chegou sem vida à unidade.

A confusão teria começado quando PMs abordaram um grupo perto de suposto ponto de venda de drogas. Houve correria, e tiros foram ouvidos. Jonatan foi baleado na esquina das avenidas Dom Hélder Câmara e dos Democráticos.

- Acertaram meu sobrinho pelas costas. Ele não tinha envolvimento com nada, era estudioso e trabalhador - garantiu Regina Corroero.

A Coordenadoria de Polícia Pacificadora negou a ocorrência de confrontos na comunidade, e informou apenas que um homem foi encontrado baleado por PMs do 22 BPM (Maré) e levado à UPA de Manguinhos.

No entanto, não só houve confronto para a polícia, como na sequência reconhecem Johnatha, numa visita à UPA pelos policiais militares, como autor dos disparos contra eles. É apenas no jornal O Dia, versão online, que teremos alguma fala da mãe da vítima, já no enterro do jovem:

'Esses assassinos atiraram nele', diz mãe de jovem morto em Manguinhos

"Esses assassinos atiraram nele e ainda querem falar que meu filho deu tiro neles. Atiraram e deixaram meu filho caído no chão". As palavras, ditas entre lágrimas são de Ana Paula de Oliveira, 38 anos, mãe de Jonatan de Oliveira, 19 anos, baleado e morto no fim da tarde de quarta-feira na Favela de Manguinhos. Na tarde desta quinta-feira, cerca de 100 pessoas, entre amigos e familiares, compareceram à Capela L do Cemitério do Caju para se despedir do rapaz.

"Os amigos do meu filho que socorreram e levaram o corpo pra UPA. Eu quero justiça", desabafou Ana Paula. Entre os presentes, estão colegas de Jonatan no Exército, que usam camisetas do jovem usando seu uniforme das Forças Armadas. A mãe permaneceu ao lado do caixão com a camiseta do Flamengo nos ombros, time pelo qual o filho torcia.

Com a morte do jovem em Manguinhos, parte do comércio da região não funcionou nesta quinta-feira. A Secretaria Municipal de Educação afirmou que 146 alunos de uma creche do bairro ficaram sem aulas na parte da tarde

Jonatan foi morto durante operação de policiais da Unidade de Polícia Pacificadora (UPP) de Manguinhos, na comunidade nesta quarta-feira. Será sepultado nesta quinta, às 15 horas, no Cemitério do Caju. De acordo com a assessoria das UPPs, policiais estavam em patrulhamento pela localidade do Barrinho quando se depararam com criminosos armados iniciando um confronto.

No local foi apreendida grande quantidade de drogas e os criminosos fugiram. A ocorrência foi registrada na 21ª DP (Bonsucesso). Após esta ocorrência, policiais do 22º BPM (Maré) avisaram a UPP sobre a entrada de um homem baleado na Unidade de Pronto Atendimento (UPA) de Manguinhos. Os policiais foram até a unidade de saúde e o reconheceram como sendo o autor dos disparos contra os policiais da UPP.

Pelo menos 60 moradores fizeram um protesto em frente à base avançada na Favela da Coréia, que pertence à UPP. Policiais do 22º BPM, Batalhão de Operações Especiais (Bope), Choque e de outras UPPs foram deslocados para o local. O tumulto foi contido e as vias ficaram interditadas por precaução.

A tia de Jonatan, Alessandra de Oliveira, 30 anos, contou que ele havia acabado de sair de casa quando houve uma confusão na comunidade e PMs começaram a atirar. Um dos disparos acertou o rapaz nas costas. Moradores, no entanto, afirmam que o jovem havia abandonado a atividade militar há alguns meses. E, por isso, ele já estaria na condição de desertor.

No pé da matéria o questionamento tenta também criminalizar a vítima. A reportagem relata que a tia de Johnatha conta que ele havia saído de casa quando houve a confusão “no entanto”, frisa o jornal, moradores “afirmam que o jovem havia abandonado a atividade militar há alguns meses. E, por isso, ele já estaria na condição de desertor”. Isso não contraria em momento algum que ele tinha acabado de sair de casa. Dá a entender que estando na condição de desertor a versão da tia perde veracidade, o que não tem qualquer interferência no acontecimento do dia. Ou a condição de desertor é passível de ser assassinado?

No dia 4 de maio de 2016, quase dois anos depois do assassinato de seu filho, aconteceu uma audiência no Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro, onde o acusado do disparo, o policial Marcelino de Souza, daria seu depoimento, além de uma testemunha de defesa, a também policial militar Larissa Elaine Silva da Rocha. Na audiência o policial acusado alterou a versão apresentada anteriormente.

No registro da ocorrência, consta que “o policial Alessandro Marcelino de Souza, ouvido na data do fato, negou que tivesse participado da ocorrência que gerou o fato em apuração”, alegando ter “voltado à UPP e lá permanecido até a chegada do restante da guarnição a qual trazia uma sacola contendo entorpecente”. Também negou ter realizado “qualquer disparo” e afirmou “que não vira qualquer colega atirar” (Sansão, 2016).

No entanto, um exame pericial de confronto balístico apurou que o projétil que atingiu Johnatha foi disparado da sua arma. Segundo a testemunha, a policial Larissa Elaine,

os policiais estavam no contêiner quando foram notificados de que havia “material entorpecente” abrigado em um local e se dividiram em dois grupos para ir até o local – ela estava em um e Marcelino em outro. “Nós montamos um cerco para ver se conseguíamos pegar o tráfico em si e efetuar alguma prisão. Era o nosso dia a dia”, disse. E seguiu dizendo que, ao saírem da casa onde encontraram “material entorpecente” e dinheiro, ela e os colegas ouviram muitos disparos. “Não tinha aglomeração de moradores ainda, eram mais os traficantes entrando em confronto com a gente”, disse ela, que alegou ter efetuado um disparo (idem).

Ela continua seu depoimento afirmando que foi informada da entrada de um rapaz ferido na UPA e que ao se encaminhar pra lá, um colega disse que era

“o Doquinha, vulgo do Johnatha. Aí a gente descobriu que era o Doquinha, que a gente já sabia que fazia parte do tráfico de Manguinhos, para a gente, beleza, que a gente já tinha avistado ele no meio do confronto e descobrimos que um dos mortos era ele”, disse, despertando indignação entre as pessoas que assistiam a audiência e tinham conhecimento de que Johnatha nunca teve envolvimento com o tráfico (idem).

A defesa busca explorar a incriminação do assassinado como forma de justificativa para o crime. Essa é uma postura comum da polícia, que é reproduzida pela mídia. Ana Paula Oliveira, mãe de Johnatha, diz que sua busca por justiça se deve principalmente à forma que tentaram a todo instante criminalizar seu filho,

a polícia mata, mas não basta só matar, matar o corpo, tem que matar a dignidade da pessoa, tem que tirar tudo de melhor dessa pessoa. O que me impulsionou a estar nessa luta, essa vontade de colocar pra fora toda essa dor, toda essa revolta, dessa injustiça que fizeram com meu filho, foi o fato

de terem tirado a vida dele, e além de tirarem a vida dele, terem tentado transformar a vítima em culpada pela própria morte²⁵.

Para Ana Paula, a mídia também teve papel importante para que ela encampasse a luta por justiça e pela memória de seu filho. Ela afirma que no dia seguinte à morte de Johnatha, assistindo televisão antes do enterro,

passou uma foto do Johnatha, e aí a apresentadora do programa falou, lembro perfeitamente, foram essas palavras: “mais um jovem morto pela polícia em Manguinhos. A polícia alega que foi troca de tiros”. Mas um tiro nas costas? Aí um policial desses programas policiaiscos que tava lá pra fazer os comentários falou, “a família tá alegando que o jovem não tinha nenhum envolvimento com o tráfico, mas vamos aguardar as investigações” (...). Aquilo ali me deu um baque, uma coisa, eu senti como se tivessem matando o meu filho de novo, aquilo pra mim foi muito dolorido.

É esse tipo de cobertura que a mídia alimenta esse discurso que naturaliza o extermínio da juventude negra e favelada. Ana Paula, discorrendo sobre esse papel dos meios de comunicação, diz que eles disseminam informações de que o “papel da polícia tem que ser esse, de matar”. Ela relata ainda um caso recente, em que estava em uma manifestação contra a violência na Maré em que ela estava com outra mãe de Manguinhos que havia perdido o filho recentemente, também assassinado pela polícia:

o repórter da Globo vem e a gente tava caminhando junta, e ele pergunta, se ela era a mãe do Cristian, “posso conversar com você?”. Aí eu tô escutando ele perguntando pra ela assim, “mas o seu filho era bandido, fazia parte do tráfico, alguma coisa, o que ele fazia da vida?”, aí eu fui com uma fúria, porque quando eu tô nesses lugares eu me transformo, e ela assim “não, meu filho não era bandido, mas a polícia tentou colocar uma arma, não sei o quê”, aí eu falei, “olha só, é por causa de perguntas como essa aí que você tá fazendo agora, que entram na favela e tiram a vida dos nossos filhos. Se o filho dela fosse bandido ele podia ser assassinado, com um tiro na cabeça, nas costas, mesmo estando desarmado? Então reformula sua pergunta se você quiser falar com uma mãe”. Aí começou a vir mães perguntando o que aconteceu, ele pediu desculpa, falou que não era essa a intenção. (...) e isso faz com que outras mães, que têm filhos que foram assassinados, mas que tinham algum envolvimento com o varejo de drogas, achem que elas não têm direito, mesmo se esse filho foi morto numa situação de extrema covardia. Acham que não podem lutar, que não podem falar dos seus filhos. Estão aí, reprimidas, morrendo. Eu falo que é justamente isso, o fato dessas mães não se juntarem a nós, não gritarem, não falarem que não aceitam isso, que eles continuam entrando e matando, que a mídia continua com esse discurso de “mas era bandido”.

²⁵ Todas as falas de Ana Paula Oliveira foram retiradas da entrevista realizada pelo autor, realizada no dia 6 de junho de 2018 em Manguinhos.

Ana Paula acredita que a repetição contínua pela mídia quando ocorre algum problema de segurança, de que é preciso mais polícia nas ruas, mais polícia nas favelas, deve ser questionada. Para ela é preciso entender com quem de fato eles estão preocupados:

segurança pra quem? Meu filho nunca teve nenhuma segurança. Ninguém zelou pela vida do meu filho e nem de tantos outros filhos que foram assassinados aí covardemente pelo braço armado do estado. É pra quem essa segurança? Hoje em dia eu penso duas vezes pra falar que eu quero paz, porque toda vez que as pessoas pedem paz, dependendo de quem é que está pedindo paz, e paz, principalmente pra quem não mora dentro da favela, significa que pra que eles tenham paz, que dentro da favela tem que ter mais extermínio, mais encarceramento. Porque é exatamente isso que a mídia prega pra população. Porque se tiver um assalto aqui na Leopoldo Bulhões [avenida na entrada da favela da Manguinhos], a primeira coisa que vão falar é que tem que ocupar Manguinhos, ocupar o Jacaré, tem que ocupar a Mandela, tem que colocar a polícia lá dentro. Fica pedindo uma resposta e essa resposta você sabe qual é, é mais extermínio. (...) Vão investir em caveirão, caveirão voador pra matar os outros lá de cima. A mídia prega a todo tempo que o inimigo número um da sociedade é o pobre, é o favelado. E esse inimigo tem que ser eliminado, tem que ser exterminado, aí, quando matam, a sociedade, essa parte da sociedade, acha que tá certo, que se morreu é porque tava fazendo alguma coisa de errado. (...)

Outro ponto elencado por Ana Paula em relação à cobertura da mídia é que a vítima é sempre questionada, é investigada, numa tentativa de se chegar à conclusão de que ela “fez por onde” para morrer. Culpar a vítima do crime que ela sofreu. O crime deixa de ser cometido pelo criminosos e passa a ser culpa da vítima. Como ela diz, quando ocorre um crime como o contra o filho dela, quem deveria ser investigado era o policial que atirou e não o filho dela, e a mídia, que não questiona isso, para ela, é responsável por essa formação da opinião pública que gera ainda mais mortes para a população negra e favelada:

não é o policial assassino [que é investigado], como no caso do meu filho, que já respondia por triplo homicídio, duas tentativas de homicídio, o policial que já tinha sido preso um ano antes de matar meu filho, tinha ficado um mês preso. Não é o policial que vai ser investigado. Por que não colocaram a foto do policial que matou meu filho no dia que apareceu a foto do meu filho. Por que não botaram a foto do policial. Então como a mídia não tem responsabilidade com isso? Tem responsabilidade sim, tem total responsabilidade. Por que não falaram lá que o policial que matou aquele jovem já respondia a processo, já tinha sido preso. Mas não, sempre investiga a vida da vítima, pra tentar de alguma forma legitimar a ação da polícia, a ação covarde e injusta da polícia. E o mais triste disso tudo é que a gente vê às vezes a própria favela, a própria pessoa que é vítima disso, o próprio oprimido, reproduzindo o que a mídia fala: “ah, não, mas o seu filho eu sei que não tinha envolvimento, mas aquele fulaninho lá? Aquele fulano, ele fumava maconha né? Ele já tinha passagem pelo sistema?”. Sabe, isso é

trabalho que a mídia faz. Porque se quando um jovem morresse botasse lá a família, os amigos, buscasse saber quem era essa pessoa, vamos investigar quem era esse policial, porque que não faz alguma coisa assim?

A indiferença em relação à vida dos moradores de favelas e a sensação de impunidade para os policiais aumentariam pouco mais de um mês depois do assassinato de Johnatha. No dia 18 de junho de 2014 (Johnatha foi assassinado no dia 14 de maio), outro jovem seria morto pelos policiais da UPP de Manguinhos. Como relata Ana Paula,

era Copa do Mundo, (...) tava tendo jogo no Maracanã, os olhares todos do mundo voltados pra lá, e ninguém tava interessando em saber o que tava acontecendo em Manguinhos. Naquele momento mais um jovem tava sendo assassinado por policiais da UPP com um tiro no olho. Simplesmente porque ele foi questionar a abordagem dos policiais com outro rapaz. (...) eu costumo dizer também que não só o policial que aperta o gatilho e tira a vida das pessoas tem que ser responsabilizado. Não só eles tem a mão com sangue dos nossos filhos, tem também a mídia, tem infelizmente essa parte da sociedade que vive gritando que bandido bom é bandido morto, mas se esse bandido for pobre, preto, favelado, aí sim pode ser morto. E isso vai legitimando e dando força pra polícia entrar nesses locais, nessas favelas, que são lugares onde as pessoas na maioria das vezes não sabem dos seus direitos, ou sabem, mas sabem que esses direitos não são respeitados, porque dentro da favela nossos direitos não são respeitados mesmo. (...) Pra polícia é como se a favela fosse um território sem lei, onde eles podem entrar e fazer o que quiser e nada vai acontecer. Então essas pessoas também tem responsabilidade quando esse sangue é derramado. Porque a polícia acaba se prevalecendo disso, desse discurso da sociedade, pra entrar na favela, matar quem eles quiserem, independente se é envolvido com o tráfico de drogas ou não, eles vão matar de qualquer forma, e vão sempre alegar, “matei porque era bandido”, porque eles falando isso a sociedade não quer nem saber (...). E aí cabe a quem fazer alguma coisa? Sobra pras mães dessas vítimas, porque ninguém vai fazer nada (...). A gente não tem escolha. As pessoas falam, “você é forte”, não sei. O meu desejo desde o início é uma necessidade que eu sentia de falar do Johnatha, de falar do meu filho, de botar essa dor pra fora, porque é uma dor que vai sufocando a gente. Sempre falei que eu não queria morrer com essa dor. Já ouvi vários relatos de mães que adoeceram e faleceram por conta dessa dor de perder um filho. As pessoas ficam doentes, adoecem (...).

A diferença de tratamento das vítimas moradoras de favelas e periferias é recorrente. Ana Paula lembra de que quando o médico Jaime Gold foi assassinado na Lagoa o secretário de Segurança Pública José Mariano Beltrame “deu uma declaração, muito impressionado, falou que era inadmissível uma morte na Lagoa. Inadmissível! Eu também acho inadmissível uma morte na Lagoa ou em Manguinhos ou em qualquer outro lugar”. No caso do médico, Ana Paula conhece o garoto que foi preso como suspeito pelo crime e cumpriu três anos internado (foi solto recentemente, pouco antes

de completar 18 anos). Ela conta que a mãe dele, dona Jane, “foi uma das pessoas que me acolheu quando o Johnatha faleceu (...). Ela foi uma das pessoas que sempre falavam assim pra mim: não desiste não, isso mesmo luta pelo seu filho. Naquela época ela nem tinha passado pelo que ela passou com o filho dela”. O caso do filho de Jane é também emblemático. Ela conta que a revolta da família foi de que

puxaram a ficha de vários meninos que já tinham sido pegos roubando e tal, e ele tinha não sei quantos roubos (...). E eles pegaram quem já tinha bastante e pegaram um bucha. E na época não quiseram voltar atrás, mesmo o outro menino assumindo a culpa. Um assumiu a culpa, assumiu que foi ele que matou. Não foi o filho da dona Jane. Mas só que eles não quiseram saber, porque eles já tinham ido na mídia, falado, feito aquele carnaval todo.

Ainda comparando com a repercussão pela mídia de outras vítimas não moradoras de favelas, Ana Paula diz que também gostaria de ter uma resposta rápida sobre o crime cometido contra seu filho, “mas não pegando um bucha pra botar lá de gaiato”. Ela aponta que “a mídia, pelo menos essa que tá aí, é bastante manipuladora. Ela faz as coisas de acordo com os interesses dela. Aí é quando começa [a] vetar a ida da favela pra Zona Sul, que favelado (...) não pode ter acesso às praias”.

Johnatha era da quarta geração da família que vivia em Manguinhos. A história da família coincide com boa parte da história de moradores de favelas. Sua avó paterna foi removida da favela do Caju, e sua avó materna da favela da Praia do Pinto

A avó paterna de Ana Paula foi removida da favela do Caju para Manguinhos, e sua avó materna foi removida da favela da Praia do Pinto. Avós, filhos, netos e bisnetos (Johnatha entre eles) viveram a infância toda em casas próximas, “a rua onde nós morávamos, os vizinhos me viram na barriga da minha mãe. Era praticamente uma família mesmo”, conta Ana Paula. Até que por conta da Copa do Mundo um novo processo de remoção atinge a família. “De uma hora pra outra as pessoas chegam e falam que as pessoas vão ser retiradas. Muitos vizinhos foram pra outras favelas, pra outros lugares bem longe, pra Baixada”, conta. “Eu achava que isso tudo que a gente tinha passado aqui tava sendo a pior ação do estado contra mim, contra a minha família, nunca que eu ia imaginar que o pior ainda estava por vir”.

Sete meses depois de comprarem uma nova casa, também “em Manguinhos, mas mais pro lado de lá da Avenida dos Democráticos”, que ainda estavam em reformando, Johnatha foi assassinado. Ana Paula relata como de fato aconteceu. Diferente do que saiu na imprensa, Johnatha não estava de bicicleta e não estava nem no meio do tumulto entre moradores e policiais da UPP. Também não teve apreensão de drogas e armas

como divulgado por alguns veículos. Ela detalha o que aconteceu antes de Johnatha ser assassinado e como foi que ela ficou sabendo, como foram esses momentos de apreensão, medo e desespero:

(...) o Johnatha saiu de casa por volta de três e meia da tarde numa quarta-feira. Ele saiu com a namorada, ele falou assim “mãe, eu vou levar a Ingrid em casa”, eu tinha terminado de fazer um pavê. (...) aí eu falei, “filho, a mãe acabou de fazer um pavê, (...) leva pra sua avó, já que você vai levar a Ingrid em casa, é caminho, deixa o pavê lá na sua avó, fala pra ela que à noite eu vou lá”. (...) Ele veio, deixou o pavê, minha mãe falou que ela tava lavando louça, aí ela falou assim, “Ah, Johnatha, deixa aí em cima, tá cheio de coisa no freezer, quando acabar aqui eu guardo que tem que arrumar espaço”, e ele, “não vó, minha mãe falou que assim que eu chegasse aqui era pra colocar o pavê na geladeira”. Minha mãe conta que parou de lavar a louça, foi lá e tirou as coisas e botou o pavê. Ela falou que ele ficou brincando com o cachorro e depois falou “vó, tô indo”. Ela falou que quando ele desceu ela olhou da janela, ela lembrou que o vizinho, antes dele chegar, tinha um vizinho comentando que os policiais da UPP tavam fazendo ronda, que tavam fazendo abordagens agressivas nos moradores, que tavam com a corda toda aquele dia. Aí ela lembrou e perguntou pro Johnatha se ele tava com identidade, né, porque tem muito isso, porque tá com identidade, tá com documento, como se isso fosse respaldar alguma coisa, fosse valer de alguma coisa. Aí minha mãe falou da janela, ele já tava indo, “Johnatha, tá com a identidade?”, “tô, vó”, “então não fica de bobeira pela rua não, os polícia tão com a corda toda aí”. Aí foi na casa da namorada, deixou ela em casa, na volta, quando ele saiu da casa dela... a mãe da menina diz que ele não demorou nem cinco minutos, só entrou, cumprimentou ela e tal, e saiu. Falou que assim que ele saiu, ela ouviu uns tiros e a outra filha dela chegou, e aí já chegou com a notícia de que o Johnatha tinha sido baleado. As testemunhas falam que tinham moradores e tinha esse grupo de policiais, que já era bem conhecido pelos moradores por serem bem agressivos, por hostilizar, e começaram um bate boca, e taca pedra daqui, dá tiro pro alto de lá, os policiais, e foi nisso que o Johnatha passou e eles além de dar tiro pro alto, deram tiro na direção dele. Foi um tiro que pegou aqui, bem no cóccix dele, e ele teve hemorragia interna, já chegou sem vida na UPA.

Antes do Johnatha sair de casa, eu recebi a visita da minha cumadre, que chegou com meu afilhado pequenininho, e ela foi a pessoa que presenciou todo esse momento meu com o Johnatha, negócio do pavê. E aí ela falou, “ah comadre, o Gabriel queria vir aqui te ver, ficar aqui com a Paulinha, trouxe um DVD pra ver com a Paulinha”, falei, ah tá. Ela falou vou deixar ele aí e vou na casa da minha outra comadre e quando eu voltar eu pego ele. Nisso o Johnatha saiu e a Maria Paula tava na sala, e quando o Johnatha saiu a Maria Paula falou assim, “mãe, o Gabriel trouxe o DVD, tem pipoca aí? Faz pipoca pra gente”. Eu fui olhar não tinha pipoca, não tinha refrigerante, não tinha nada. O que que eu fiz? Assim que o Johnatha saiu eu saí também, fui no mercado próximo da minha casa, e aí fui comprar pipoca, refrigerante, essas coisas, deixei Maria Paula e o menino em casa, e como minha ex-sogra mora do lado, eu falei assim, “passa o olho aqui nas crianças que e vou no mercado e já venho”. Eu cheguei no mercado, dentro do mercado a gente nunca compra só aquilo que tava proposto, então tava vendo outras coisas, não demorou muito tempo, quando eu já tava chegando no caixa, meu celular tocou. Era minha irmã, ela falou “você tá aonde?”, “eu tô aqui no mercado”, ela falou assim “aconteceu um acidente com o Johnatha, vai pra UPA que eu tô indo pra lá”, eu falei, “mas o que que aconteceu?”. Uma das

coisas que o Johnatha também amava era andar de moto e a minha irmã tinha uma moto. Ele não tinha habilitação, mas ele andava direto na moto da minha irmã. Aí quando ela me liga e fala isso, que aconteceu um acidente com o Johnatha, eu achei que ele tivesse andando de moto, tivesse caído, se machucado, alguma coisa, e eu perguntei o que aconteceu, ele falou que não sabia direito, pra ir pra UPA. Quando eu saí do mercado, larguei tudo, saí correndo do mercado, já encontrei com a avó dele, a mãe do pai dele vindo já, que acho que era pra me avisar, eu perguntei o que tinha acontecido com o Johnatha que a Patrícia me ligou que aconteceu um acidente, e é essa hora que ela fala “os polícia atiraram no Johnatha, deram tiro no Johnatha”. Aí eu fiquei tentando entender porque a polícia atiraria no meu filho, correndo pra ir pra UPA, mas no caminho pensando por que que atiraram nele? Onde que pegou o tiro? Mas não foi nada grave né? Foi de raspão. Porque na minha mente era isso, ele tava andando de moto, ou não parou porque não tinha habilitação ou porque não ouviu os policiais mandarem ele parar, eles devem ter dado o tiro, mas eu juro que na minha mente eu ia chegar lá meu filho tava vivo, tava bem, não era nada grava. Mas quando eu cheguei na UPA já tinham duas viaturas de polícia na porta, quando eu abri a porta já vi minhas irmãs desesperadas, e eu só queria ver meu filho do mesmo jeito que ele saiu da minha casa, lindo, sorridente, cheio de vida, cheio de alegria. E aí eu queria ver o Johnatha daquele jeito, e eu falei “eu quero ver meu filho, o que que aconteceu”, e minha irmão falou assim, “calma que ele tá lá dentro, ainda vai vir notícia” ela mesmo ainda não tinha recebido a notícia. Aí foi nesse mesmo momento que o marido dela sai lá de dentro e já vem com a notícia, de que o Johnatha não tinha resistido ao ferimento e tinha falecido.

A família é também vítima dessa violência. Ana Paula conta que a irmã de Johnatha, então com nove anos quando ele foi assassinado, passou – e passa – por momentos de sofrimento, que ela não consegue explicar. Desde então ela tem um acompanhamento psicológico uma vez por semana (“A psicóloga falou que o certo seriam duas vezes na semana. Mas sabe que é muito puxado (...) tem esse dinheiro que eu tenho que pagar as nossas passagens e tenho que deixar um dinheiro pra ela almoçar ou almoçar com ela pela rua antes dela ir pra escola [no dia das sessões]). Ana Paula conta que eram muito grudados:

apesar da diferença de idade dos dois, eles eram muito, muito, muito apegados. O Johnatha junto com a Maria Paula parecia que ele tinha menos idade do que a Maria Paula, era aquele irmão que eu tô na cozinha, os dois na sala, no sofá lá, e “oh mãe, a Maria Paula aqui de abuso”, “oh, mãe, a Maria Paula aqui implicando”. Era o tempo todo, sabe. Se eu saía, ia no mercado com a Maria Paula, daqui a pouco vinha ela correndo, “mãe, olha aqui, leva isso daqui pro Johnatha”, “leva esse biscoito pro Johnatha”, “é desse biscoito aqui que o Johnatha gosta” (...). Eles tinha muito isso, uma ligação muito forte de irmão, de se cuidarem, de carinho.

Não por acaso, a perda do irmão trouxe consequências pra Maria Paula e ela recebeu a notícia longe da mãe, sem ninguém próximo da família que pudesse ampará-la nesse momento. Ana Paula conta que a filha, que estava em casa com o amigo, escuta

gritos na rua de que o irmão tinha sido baleado. Na confusão uma vizinha pega Maria Paula e o amigo e leva pra casa dela (“a avó já tava desnorreada, a família toda”). Mas logo depois os gritos na vizinhança era de que o Johnatha tinha morrido:

Depois eu fiquei pensando, minha filha recebeu uma notícia dessa, que o irmão dela, que ela tanto amava, saiu, foi morto, nunca mais vai voltar, e eu não tava perto dela, eu não tava com ela pra acalantar, pra abraçar. Eu fiquei um bom tempo ainda me sentindo culpada por causa disso. E aí depois, com o passar do tempo, ela não falava, ela não chorava, não tocava no assunto, e até hoje ela tá fazendo acompanhamento psicológico. (...) Minha filha ia pra escola, passado uma semana, e ela agarrava no portão da escola e ela não queria entrar, não entrava, chorava. Aquilo ali era todo dia. Depois também tinha um projeto na escola dela que era policial dentro da sala de aula, policial dando aula. Independente de tá armado ou não, mas é um policial, a figura de quem tirou a vida do irmão dela. Foram várias coisas. (..) Ela ainda não fala muito, às vezes eu pergunto se ela sente saudade do irmão, ela só responde o que eu pergunto, se eu não perguntar ela não toca no assunto. Uma vez, um ano depois, ela falava assim pra mim, “a senhora só posta foto do Johnatha no Facebook”, “a senhora só fica vendo foto do Johnatha”, falou isso pra mim. Então, uns toques assim que acabam... às vezes os filhos acham, é, minha mãe gostava mais do meu irmão que morreu do que de mim. Mas não é isso, sabe. É muito difícil, porque a mãe perde um filho, e os filhos que ficam perdem um irmão e perdem um pouco da mãe. É muito difícil, mas hoje em dia – ainda tenho meus dias que não consigo nem sair do quarto – é a Maria Paula quem cuida de mim, que deita perto de mim, que me faz carinho.

Johnatha nasceu quando Ana Paula tinha 17 anos, de uma gravidez não planejada, e chegou num momento em que os pais de Ana Paula estavam se separando (“a nossa vida tava um turbilhão”, conta). Mas ele chega mudar a vida da mãe: “ele transforma a minha vida a partir da chegada dele e ele continuou transformando a minha vida, mesmo depois da partida dele, ele é esse ser que tem me impulsionado a me manter viva, por causa dele, diz Ana Paula. Uma criança e adolescente que gostava de soltar pipa – “caramba, quando a gente botava pipa no alto daqui a pouquinho o Johninha vinha e saia cortando geral”, conta Ana Paula que ouve até hoje de amigos do filho – e andar a cavalo – ele dizia que quando tivesse ia comprar um cavalo –, era preguiçoso pra estudar. Depois que terminou o primeiro ano do Ensino Médio foi para o quartel, a contragosto da mãe, mas influenciado pelos amigos: “tinha um amigo dele que viajava (...) foi pro Haiti, quando voltava, voltava cheio de histórias. Aquilo foi influenciando (...).”, conta a mãe. Extrovertido, “falava até com poste”, namorador, “nas festinhas o ‘com quem será’ era sempre com o nome dele”, mas apaixonado pela última namorada, “a Ingrid foi a menina que deu uma flechada no coração dele”, alegre, que adorava dançar, “de passar por um forrozinho e as senhoras chamarem ‘Johnatha,

vem cá dançar comigo' e ele ia", amado pela família que lembra dele com alegria, "quando a família se reúne pra falar do Johnatha, não tem como não rir", mas também com muita saudade, "às vezes as lágrimas escorrem, mas é por conta da saudade, da falta que ele faz pra gente". O desejo da mãe Ana Paula é que essa dor que ela sentiu nenhuma mãe, ninguém mais precisasse passar por ela, "é uma dor tão grande, que eu não desejo nem pra pessoa que tirou a vida dele". Seu filho está na memória, falar sobre ele é uma das formas que Ana Paula encontrou para continuar cuidando do filho e para evitar que ele se tornasse mais uma estatística das mortes violentas no Rio de Janeiro:

Meu filho não é um número, o Johnatha tem muito significado, ele é muita coisa, ele tem muita história, meu filho tem mãe, tem uma família que ama ele demais, mesmo hoje ainda, a gente não tendo a presença física dele, ele é muito amado, muito amado. E é um amor que eu tenho certeza que, onde quer que ele esteja, ele consegue sentir esse amor que a gente tem por ele, que é uma coisa que não dá pra descrever, mas é muito forte. Eu jamais ia deixar meu filho ser mais um número pra estatística de violência.

Ser feliz pra essa mãe que perdeu o filho é não procurar "coisas mirabolantes", é "nas pequenas coisas, (...) é poder olhar pra minha filha (...) e ver que ela tá ali presente. (...) saber que eu tenho uma família que me ama. (...) é quando eu falo do Johnatha e as pessoas conseguem sentir um pouco o que ele é, o que ele representa, da energia dele". Falar dele, lutar por justiça, lutar pela memória do filho foi o que deu forças a Ana Paula, "eu senti a necessidade de falar dele (...), eu queria gritar pro mundo, (...) compartilhar com outras pessoas o que aconteceu com meu filho", relata. A força de resistir, segundo ela, vem do amor que ela continua sentindo pelo filho:

dentro do meu coração, dentro do meu peito, tem muita dor, uma dor desse sentimento de injustiça, de perder um filho dessa forma tão brutal, tão covarde, tão injusta. Perder um filho de qualquer forma é uma coisa horrível, mas uma coisa é você ver seu filho já criado, você olhar pro seu filho, com 19 anos, cheio de saúde, querido, amado por todo mundo, cheio de vida, você vê seu filho saindo de casa, e seu filho não volta mais. (...) Tem muita dor pela forma injusta como ele foi tirado de mim, tem muita dor pela saudade que fica, mas tem muito amor. Eu acho que o amor sobrepõe essa dor. E é esse amor que eu sinto pelo meu filho que me sustenta, que me faz continuar lutando, que me faz querer continuar falando dele, querer compartilhar. Eu sinto essa necessidade, é tanto amor que eu sinto pelo Johnatha que quando eu encontro uma mãe que passa pela mesma dor, eu quero botar esse amor que eu sinto pelo meu filho, passar pra essa mãe e despertar essa mãe também, falar pra ela o quanto é importante ela também falar do filho dela, ela poder sentir orgulho do filho, de ser mãe dele. E é muito difícil você incentivar uma mãe a sair do luto pra luta, porque isso não é uma coisa que se dá de uma hora pra outra, vai ser no momento dela. (...) Pra mim estar nessa luta é continuar exercendo a minha maternidade, é uma forma de eu continuar cuidando dele.

Sua maior vitória, segundo ela, não será quando o policial que assassinou seu filho pagar pelo que fez, mas quando puder ver a imagem do seu filho limpa: “isso pra mim não tem preço, é mostrar quem é o verdadeiro criminoso dessa história”. O policial vai a júri popular e isso já é uma vitória em se tratando de morte por policiais, que raramente são acusados dos crimes, quem dirá julgados. Por isso ela acredita que o caso do Johnatha é importante também por conta do ativismo não só dela, mas de todas as mães. “Eu nunca me senti sozinha nesses lugares [audiências], ela conta e lembra que na primeira “audiência do Johnatha ficamos lado a lado, as testemunhas de acusação, que eram os moradores, e os policiais da UPP envolvidos na ação da morte do meu filho, até o assassino, no mesmo corredor”. Ela acredita também que, por mais que escute das mais diversas pessoas de que não vai dar em nada, ela vai até o fim: “eu vou tentar e mesmo se não der em nada, eu vou ter a minha consciência de que eu fiz o que eu tinha que fazer enquanto mãe”, embora também não acredite na justiça, mas acredita na luta que ela e outras mães encampam,

eu acredito na nossa força (...). Quem tá lá no poder não quer que a gente acredite que a nossa luta traz sim resultados. (...) o caso do Johnatha chegou a esse patamar de o policial ter entrado com recurso, o recurso foi negado agora, três votos a zero (...). Isso incentiva os moradores, eu vou lutar igual a Ana Paula, (...) é isso que eu quero, poder dar retribuição a esses mesmos moradores que tiveram coragem de enfrentar a polícia, tiveram coragem de apontar o dedo e falar e contar a verdade, a versão deles, do que eles viram. É o mínimo que eu posso dar como retribuição a tudo que eles fizeram pra mim. Acredito muito na nossa luta, que traz resultados sim.

Apesar do voto por unanimidade dos desembargadores contra o recurso do policial, e dele ir agora a júri popular, isso não é garantia de que será punido pelo crime que cometeu. Não dá pra saber que sentença a justiça reserva para o caso, mas ela diz que, mesmo se no final o policial não for condenado, ela vai “ter a consciência de que minha parte eu fiz, meu papel eu cumpri (...). Enquanto eu viver vou continuar contando a história do Johnatha”. A única certeza de Ana Paula é de que nunca vai “deixar de ser a mãe do Johnatha, eu sempre vou ser a mãe dele, isso ninguém nunca vai tirar de mim”.

5. Considerações finais

Em junho de 2013, uma operação da polícia no conjunto de favelas da Maré, no Rio de Janeiro aterrorizou os moradores da comunidade. O Batalhão de Operações Especiais da Polícia Militar, o Bope, iniciou uma incursão na favela atrás de bandidos que teriam cometido assaltos na Avenida Brasil. Ao entrarem houve confronto e um sargento do Bope foi baleado e morto. Em retaliação a essa morte, os policiais começaram o que seria uma noite sem precedentes na Maré, segundo os moradores, que durou toda a madrugada e o dia seguinte. Pelo menos nove pessoas foram mortas. Diversos foram os relatos de moradores de violações de direitos por parte da polícia. Na mesma semana a seleção brasileira de futebol jogava pela Copa das Confederações no Brasil, as manifestações de junho de 2013 contra o aumento dos preços das passagens de ônibus – que depois se ampliaram com novas demandas – estavam em andamento. O Rio de Janeiro estava “pacificado”. Nas matérias que saíram à época, dirigentes de organizações sociais que funcionam na Maré foram ouvidos e relataram os abusos contra os moradores. Mas os moradores mesmo, que sofreram os abusos, que tiveram suas casas arrombadas e invadidas, móveis e eletrodomésticos quebrados, não tiveram seus relatos em nenhum jornal. Os mortos, dois moradores, além do policial, tiveram seus nomes divulgados. Os demais foram relegados ao esquecimento, tratados como bandidos mortos em confronto com a polícia, mortes justificadas. Os feridos, pelo menos 13, tampouco foram ouvidos pela mídia hegemônica.

São situações como essas, de grande impacto na vida dos moradores de favelas, que ocorrem com mais frequência do que se imagina – ou do que se vê divulgado nos grandes veículos de comunicação. São essas mortes que são tratadas como naturais e aceitáveis pelo conjunto da sociedade. O desafio que se coloca é como criar alternativas contra hegemônicas de comunicação que sejam capazes de dar visibilidade a essas vítimas, e mais do que isso, que apresente um perfil humanizado delas. Acreditamos que é a partir dessa sensibilização da opinião pública que políticas de confronto bélico serão questionadas pela sociedade com alguma veemência. Enquanto certos banhos de sangue forem aceitáveis, enquanto essas vítimas forem marginalizadas, criminalizadas e invisibilizadas, suas vidas continuarão constando apenas como estatísticas de violência, desumanizadas e até mesmo consideradas necessárias. Enquanto não dermos visibilidade a essas vítimas, enquanto elas permanecerem reificadas como números e

dados, enquanto a mídia hegemônica não repercutir esses crimes, continuaremos assistindo ao extermínio da população favelada, pobre e negra.

A atitude revolucionária, já destacava Benjamin, é tomar partido dos vencidos, e a partir de seu ponto de vista, reescrever a história. É nesse sentido que acreditamos ser necessária uma mudança na forma como as vítimas da violência são retratadas pela mídia hegemônica. Mais do que o crime cometido, uma “segunda morte” acomete essa população favelada quando é retratada como bandido ou traficante pelas reportagens a partir dos depoimentos da polícia, que em boa parte é quem cometeu o crime. É dar voz às vítimas, e não buscar incriminá-las ou justificar sua morte, o papel de uma comunicação que atenda de fato ao interesse público.

Os retratos que apresentamos de Vitor Santiago Borges e Johnatha de Oliveira Lima, o primeiro baleado por soldados do exército na Maré em fevereiro de 2015 – que ficou paraplégico e teve uma perna amputada, mas sobreviveu pra contar sua história –, e Johnatha, assassinado em maio de 2015 por policiais da Unidade de Polícia Pacificadora de Mangueiras com um tiro nas costas, representam o perfil desses jovens que estão sendo exterminados pela atual política de segurança pública. Através de avaliações das notícias e reportagens que foram veiculadas sobre os dois casos, percebemos que tiveram suas histórias de vida omitidas e foram, ainda por cima, criminalizados. Nesses casos as vítimas é que são investigadas, e não quem cometeu os crimes – busca-se por antecedentes criminais, passagens pelo sistema penitenciário, se tinha um emprego formal (o morador de favela estar desempregado para a opinião pública é quase sinônimo de trabalhar para o tráfico de drogas ou cometer crimes).

Como diz Ana Paula Oliveira, mãe de Johnatha, eles não ficam satisfeitos em matar o corpo físico, precisam de toda forma destruir também a memória dessas vítimas. Sendo a mídia atualmente o principal instrumento de registro da história oficial, se essas vítimas continuarem a ser criminalizadas, são essas versões dos fatos que seguirão com relevância para se tornarem fatos históricos. As vozes omitidas, negligenciadas e distorcidas pela mídia estarão relegadas a segundo plano. É

Funcionando como um instrumento de hegemonia, atuando como um intelectual orgânico dos grupos dominantes, a cultura midiática legitima as formas de atuação que interessa a esses grupos. Sendo a informação tratada como um produto, como mercadoria, a mídia acaba por concentrar seus recursos a representar interesses de classe, privilegiando as regiões mais nobres da cidade em termos econômicos, em detrimento das áreas mais pobres – embora a maioria da população não seja moradora

dessas áreas nobres. A hegemonia se consolida através da construção de visões de mundo, na busca pela conquista do consentimento das massas, influenciando de forma decisiva a vida cotidiana das pessoas.

É no âmbito da sociedade civil que se dá essa luta pela hegemonia, que é responsável pela produção e difusão do discurso ideológico de uma determinada classe. Para além dos mecanismos de coerção, ocorre o que Gramsci chamou de relações sociais de hegemonia, na busca pelo consenso dos dominados. Para isso ocorrer é preciso que um conjunto de valores e ideologias seja aceito com naturalidade pela sociedade. Mas este é um processo permanente e aberto a contraposições. Da mesma forma que é possível legitimar determinadas visões de mundo, é possível também questioná-las, é onde as camadas subalternas podem elaborar sua forma de “conceber o mundo e a vida em contraste com a sociedade oficial” (Gramsci, 2002, v. 6, p. 181). Essa é uma batalha constante, que depende da capacidade de um grupo ou classe se articular a ponto de alcançar a direção moral e cultural da sociedade. Não é uma construção de mão única, mas o resultado de mediações e conflitos entre blocos e classes, podendo ocasionar tanto a conservação quanto o combate a esse domínio que é intimamente influenciado pelos meios hegemônicos de comunicação.

Enquanto o interesse econômico continuar se sobrepondo ao interesse coletivo, da maioria da população, essa comunicação hegemônica continuará trabalhando na perspectiva de manter oprimidas as massas, de criar o consentimento de suas visões de mundo. Mas como Chomsky disse, “o rebanho assustado nunca está completamente domado, pois é uma batalha permanente” (2003, p. 29). Movimentos de favelas, grupos organizados, organizações sociais, cada vez mais vêm ampliando suas vozes, em especial através das redes sociais. É limitada sua abrangência, principalmente se compararmos com o alcance dos grandes meios, mas já traz reverberações no cotidiano. Algumas vozes vão deixando de ser silenciadas e ganham alguma repercussão. Algumas lideranças – muitas delas jovens, o que é um alento – vão ganhando visibilidade e se ainda são pouco acionadas como “especialistas” para comentar crimes cometidos em favelas – esse papel ainda é, nos grandes veículos, feito por ex-policiais ou jornalistas que se especializam em segurança –, suas vozes estão ecoando com um pouco mais de intensidade. Ainda são poucos, e desses poucos alguns acabam incorporados pelas mídias hegemônicas, mas outros continuam suas batalhas cotidianamente. Ressignificar o olhar sobre esses moradores, compreender que são dotados dos mesmos direitos que os cidadãos de qualquer parte da cidade são ações fundamentais para que sejam

reconhecidos como iguais e a partir dessa equiparação, que tenham suas vivências, histórias, sentimentos, desejos, dificuldades e experiências relatados e difundidos.

Daqui de onde estamos não podemos deixar de nos sensibilizar com as mortes – sejam de moradores de favela ou não. O dia que todos nós naturalizarmos esse tipo de violência contra moradores de favelas, estaremos tomando emprestado de outro grupo social uma concepção de mundo que não é a nossa. Estaremos atuando de forma submissa e subordinada. Em suma, estaremos derrotados.

Referências Bibliográficas

ABREU, Maurício de Almeida. *Reconstruindo uma história esquecida: origem e expansão inicial das favelas do Rio*. Espaço e Debates, São Paulo, v. 14, n. 37, p. 34-46, 1994.

AGACHE, Alfred (org.). *Cidade do Rio de Janeiro: extensão – remodelação – embelezamento*. Rio de Janeiro: Prefeitura do Distrito Federal; Paris: Foyer Brésilien, 1930.

ALENCAR, Marcello. *Corresponsabilidade e unidade*. Rio de Janeiro: Jornal do Brasil, p. 9.

ALSINA, Miguel Rodrigo. *A construção da notícia*. Petrópolis: Vozes, 2009.

ANISTIA INTERNACIONAL. “*Vim buscar sua alma*”: o caveirão e o policiamento no Rio de Janeiro. Disponível em <<https://anistia.org.br/wp-content/uploads/2014/08/Br-Vim-buscar-sua-alma.pdf>>

_____. *Brasil: o governo deve trabalhar com as comunidades para resolver a crise de segurança*. Rio de Janeiro: Anistia Internacional, 2007.

_____. *Você matou meu filho: homicídios cometidos pela Polícia Militar na cidade do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Anistia Internacional, 2015.

ANTUNES, Laura. **O desgaste do General**. Rio de Janeiro: O Globo, 14 de maio de 1995, p. 22.

ARAUJO, Marianna. CASTRO, Vitor. *Maré de terror*. A pública, 1 jul 2013. Disponível em <<http://www.apublica.org/2013/07/mare-de-terror-rio-de-janeiro-favela-da-mar/>>

ARAÚJO, Vera. BOTTARI, Elenice. *O elogio das UPPs*. Rio de Janeiro: O Globo, 21 de fevereiro de 2010, p. 14.

AZEVEDO, Lena. FAULHABER, Lucas. *SMH 2016: remoções no Rio de Janeiro Olímpico*. Rio de Janeiro: Mórula, 2016.

BACKHEUSER, Everardo. *Habitações populares. In: Relatório apresentado ao Exmo. Sr. Dr. J. J. Seabra, ministro da Justiça e Negócios Interiores*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1906

BANCO INTERAMERICANO DE DESENVOLVIMENTO (org.). *Dossiê Favela-Bairro*. 2007.

BARBOSA, Orestes. *Bambambã!* Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, Departamento Geral de Documentação e Informação Cultural, Divisão Editorial, 1993.

BARREIRA, Gabriel. *Menores que não pagaram passagem são retirados de ônibus no Rio*. G1: 26/09/2015. Disponível em <<http://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/2015/09/como-se-fosse-trafficante-diz-jovem-revistado-em-onibus-no-rio.html>>

- BARTHES, Roland. *Mitologias*. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1972.
- BENCHIMOL, Jaime Larry. *Pereira Passos: um Haussmann tropical – a renovação urbana da cidade do Rio de Janeiro no início do século XX*. Rio de Janeiro/Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Esporte, 1990 (Coleção Biblioteca Carioca).
- BENJAMIN, Walter. *Obras Escolhidas: magia e técnica, arte e política*. São Paulo: Brasiliense, 1986.
- BORGES, Waleska. *'Foi uma operação vingativa'*. O Globo: 26/06/2018, p. 19.
- BOTTARI, Eliane. RAMALHO, Sérgio. *Milícias avançam pelo corredor do Pan 2007*. Rio de Janeiro: O Globo, 10 de dezembro de 2006, p. 22. Disponível em <<https://oglobo.globo.com/rio/milicias-avancam-pelo-corredor-do-pan-2007-4541223>>
- BRASIL. *Índice de Vulnerabilidade Juvenil à Violência e desigualdade racial 2014*. Secretaria Geral da Presidência da República, Secretaria Nacional de Juventude, Ministério da Justiça e Fórum Brasileiro de Segurança Pública. Brasília, 2015.
- BUCCI, Eugênio. *A crítica de televisão*. In: BUCCI, Eugênio; KEHL, Maria Rita. *Videologias*. São Paulo: Boitempo, 2004.
- BURGOS, Marcelo Baumann. *Dos Parques Proletários ao Favela-Bairro: as políticas públicas nas favelas do Rio de Janeiro*. In: ALVITO, Marcos & ZALUAR, Alba. **Cem anos de favela**. Rio de Janeiro: FGV, 1998.
- _____. *Cidade, territórios e cidadania*. DADOS – Revista de Ciências Sociais, Rio de Janeiro: vol. 48, n. 1, p. 189-222, 2005.
- CAMPOS, Andreilino. *Do quilombo à favela: a produção do “espaço criminalizado” no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 4ª. ed., 2011.
- CARVALHO, José Murilo de. *Os bestializados: o Rio de Janeiro e a República que não foi*. São Paulo, Companhia das Letras, 1987.
- CARNEIRO, João. *Violência não é contra bandidos, mas contra pobres, diz Caco Barcellos*. Folha de S. Paulo, 29/04/2018. Disponível em <<https://www1.folha.uol.com.br/colunas/monicabergamo/2018/04/violencia-nao-e-contra-bandidos-mas-contra-pobres-diz-caco-barcellos.shtml?loggedpaywall>>
- CAVALLIERI, Adriana Vial. *Favelas na cidade do Rio de Janeiro: o quadro populacional com base no Censo 2010*. IPP/Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro. Disponível em <http://portalgeo.rio.rj.gov.br/estudoscariocas/download%5C3190_FavelasnacidadedoRioDeJaneiro_Censo_2010.PDF>
- CERQUEIRA, Daniel; COELHO, Danilo Santa Cruz. *Democracia racial e homicídios de jovens negros na cidade partida*. Brasília/Rio de Janeiro: Ipea, 2017.
- CERQUEIRA, Daniel; LIMA, Renato Sergio de; BUENO, Samira; VALENCIA, Luis Iván; HANASHIRO, Olaya; MACHADO, Pedro Henrique; LIMA, Adriana dos Santos.

Atlas da violência 2017. Rio de Janeiro: Ipea/Fórum Brasileiro de Segurança Pública, junho de 2017.

CHALHOUB, Sidney. *Cidade febril: cortiços e epidemias na corte imperial*. São Paulo: Cia. das Letras, 1996.

CHAUÍ, Marilena. *Conformismo e Resistência: aspectos da cultura popular no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 4 ed., 1989.

_____. *Simulacro e poder: uma análise da mídia*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2006.

_____. *Cultura e Democracia: o discurso competente e outras falas*. São Paulo: Cortez, 12 ed., 2007.

CHOMSKY, Noam. *Controle da mídia: os espetaculares feitos da propaganda*. Rio de Janeiro: Grafhia, 2003.

CHOMSKY, Noam; HERMAN, Edward S. *A manipulação do público: política e poder econômico no uso da mídia*. São Paulo: Futura, 2003.

_____. *Banhos de sangue*. São Paulo/Rio de Janeiro: Difel, 1976.

COIMBRA, Cecília. *Operação Rio: o mito das classes perigosas: um estudo sobre a violência urbana, a mídia impressa e os discursos de segurança pública*. Rio de Janeiro: Oficina do autor, 2001.

COSTA, Ana Claudia; ALENCAR, Emanuel; MENDES, Taís; BORGES, Waleska. *Um dia de tensão e morte*. O Globo: 26/06/2018, p. 17.

COSTALLAT, Benjamin. *Mistérios do Rio*. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Esporte, 1992 (Coleção Biblioteca Carioca).

COUTINHO, Eduardo Granja. *Os cronistas de Momo: imprensa e carnaval na Primeira República*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2006.

_____. *Gramsci: a comunicação como política*. In: COUTINHO, Eduardo Granja. *A comunicação do oprimido e outros ensaios*. Rio de Janeiro: Mórula, 2014.

_____. *A comunicação do oprimido: malandragem, marginalidade e contra-hegemonia*. In: COUTINHO, Eduardo Granja. *A comunicação do oprimido e outros ensaios*. Rio de Janeiro: Mórula, 2014.

_____. *Hegemonia e linguagem: clichês midiáticos e filosofia das massas*. In: COUTINHO, Eduardo Granja. *A comunicação do oprimido e outros ensaios*. Rio de Janeiro: Mórula, 2014.

_____. *Contrarrevolução impressa: jornalismo, reificação e hegemonia*. In: COUTINHO, Eduardo Granja. *A comunicação do oprimido e outros ensaios*. Rio de Janeiro: Mórula, 2014.

- CUNHA, Euclides da. *Os Sertões*. São Paulo: Nova Cultural, 2002.
- DANTAS, Rodrigo. *Ideologia, hegemonia e contra-hegemonia*. In COUTINHO, Eduardo Granja. *Comunicação e contra-hegemonia*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2008.
- DODT, Stefanie. *Remoções: Ética ou cosmética?*. Conta Rio, s. d. Disponível em <<http://contario.net/remocoes-etica-ou-cosmetica/>>
- EXTRA. *A tristeza veio antes do orgulho*. Rio de Janeiro: 02/12/2015, p. 8.
- _____. *Isso não é normal*. Rio de Janeiro: 16/08/2017. Disponível em <<https://extra.globo.com/casos-de-policia/guerra-do-rio/isso-nao-normal-21711104.html>>
- _____. *Três PMs do Bope feridos no Alemão*. Jornal Extra. Rio de Janeiro: 25 de abril de 2017, p. 1
- _____. *Moradores relatam tiroteio na UPP de Manguinhos com pelo menos um morto; polícia nega confronto*. Rio de Janeiro: 15/05/2014. Disponível em <<https://extra.globo.com/casos-de-policia/moradores-relatam-tiroteio-na-upp-de-manguinhos-com-pelo-menos-um-morto-policia-nega-confronto-12488197.html>>
- _____. *'Bicicleta por uma vida'*. Rio de Janeiro: 21/05/2015, p. 12.
- _____. *Mãe defende suspeito*. Rio de Janeiro: 25/05/2015, p. 5.
- _____. *Beltrame: 'Um tiro em Copacabana é uma coisa. Na Favela da Coréia é outra'*. OAB critica diferenciamento. Rio de Janeiro: 23/10/2017. Disponível em <<https://extra.globo.com/noticias/rio/beltrame-um-tiro-em-copacabana-uma-coisa-na-favela-da-coreia-outra-oab-critica-diferenciamento-720077.html>>
- FANTTI, Bruna; LINCOLN JR, Ronald. *PM recolhe 38 adolescentes em 2º dia de operação antiarrastão no Rio*. Folha de S. Paulo: 27/09/2015. Disponível em <http://m.folha.uol.com.br/cotidiano/2015/09/1687195-ao-menos-dez-menores-sao-recolhidos-em-blitz-no-rio-de-janeiro.shtml>>
- FONTES, Virgínia. *Intelectuais e mídia – quem dita a pauta?*. In COUTINHO, Eduardo Granja. *Comunicação e contra-hegemonia*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2008.
- FORTUNA, Érica Oliveira. *“Aprisionados” pela mídia: representações da redução da maioria penal pelas páginas do jornal O Globo*. 2017. 100 f. Dissertação (Mestrado em Comunicação) – Faculdade de Comunicação Social, Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: 2017.
- FRANQUILINO, Vanessa; CUNHA, Ana Rita; SPA GNUOLO, Sérgio. *Uma pessoa preta ou parda é assassinada no Brasil a cada 13 minutos*. Aos Fatos, disponível em

<<https://aosfatos.org/noticias/uma-pessoa-preta-ou-parda-e-assassinada-no-brasil-cada-13-minutos/>>

FREIRE, Aluizio. *Cabral defende aborto contra violência no Rio*. Disponível em <<http://g1.globo.com/Noticias/Politica/0,,MUL155710-5601,00-CABRAL+DEFENDE+ABORTO+CONTRA+VIOLENCIA+NO+RIO+DE+JANEIRO.html>>

GAROTINHO, Anthony. SOARES, Luiz Eduardo et al. *Violência e criminalidade no estado do Rio de Janeiro: diagnóstico e propostas para uma política de segurança pública*. Rio de Janeiro: Hama, 2ed., 1998.

GAZETA DE NOTÍCIAS. *Os heroes da Favella*. Rio de Janeiro: 19 de janeiro de 1920, p. 4.

GIANNOTTI, Vito. *Comunicação dos trabalhadores e hegemonia*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo e Núcleo Piratininga de Comunicação, 2014.

GOULART, Ana Paula. *Os meios de comunicação e as políticas de memória e esquecimento*. In: COUTINHO, Eduardo Granja; FREIRE FILHO, João; PAIVA, Raquel. *Mídia e poder: ideologia, discurso e subjetividade*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2008.

GOULART, Gustavo. *UPPs fazem festas para o Dia das Crianças*. Rio de Janeiro: O Globo, 8 de outubro de 2009, p. 12.

GULLINO, Daniel; VIANA, Gabriela. *Menor e três PMs do Bope feridos em mais um dia de confrontos*. Extra: 25/04/2017, p. 10.

HALIMI, Serge. *Os novos cães de guarda*. Petrópolis: Vozes, 1998.

HERINGER, Carolina. *Rendidos antes dos disparos*. Extra: 02/12/2015, p. 11.

_____. *Tragédia que pode ser traduzida em números*. Extra: 23/05/2015, p. 3.

HERINGER, Carolina; SERRA, Paolla. *Mudança de versão em uma semana*. Extra: 05/12/2015, p. 7.

HERINGER, Carolina; NUNES, Marcos. *Tragédia anunciada. A 10 quilômetros da Lagoa*. Extra: 22/05/2015, p. 3 e 4.

HOLLANDA, Cristina Buarque de. *Polícia e direitos humanos – política de segurança pública no primeiro governo Brizola (Rio de Janeiro – 1983-1986)*. Rio de Janeiro: Revan, 2005.

IANNI, Octavio. *Enigmas da modernidade-mundo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

INTERVOZES; REPORTER SEM FRONTEIRAS. *Quem controla a mídia no Brasil?*. Disponível em <<https://brazil.mom-rsf.org/br>>

JORNAL DO BRASIL. *A guerra da lei* (editorial). Rio de Janeiro: 9 de maio de 1995, p. 8.

_____. *Selo de garantia*. Rio de Janeiro: 24 de maio de 1995, p. 8.

JUSTIÇA GLOBAL. *Relatório Rio: violência policial e insegurança pública*. Rio de Janeiro: Justiça Global, 2004.

_____. (et al). *Relatório da sociedade civil para o relator especial das Nações Unidas para Execuções Sumárias, Arbitrárias e Extrajudiciais*. Rio de Janeiro, 2007.

_____. (org.). *Segurança, Tráfico e Milícias no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: fundação Heinrich Böll, 2008.

KEHL, Maria Rita. *Fetichismo*. In: BUCCI, Eugênio; KEHL, Maria Rita. *Videologias*. São Paulo: Boitempo, 2004.

KELNNER, Douglas. *A cultura da mídia - estudos culturais: identidade e política entre o moderno e o pós-moderno*. Bauru-SP: EDUSC, 2001.

KREZZINGER, Miriam. *474: linha tênue*. 16/01/2017. Disponível em <<http://justificando.cartacapital.com.br/2017/01/16/474-linha-tenue/>>

LARA, Bruna de. *Auto de resistência coletivo*. The Intercept Brasil: 13/05/2018. Disponível em <<https://theintercept.com/2018/05/13/maes-com-filhos-assassinados-pelo-estado>>

LEEDS, Anthony; LEEDS, Elizabeth. *A sociologia do Brasil urbano*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1978.

LEITE, Márcia Pereira. *Para além da metáfora da guerra. Percepções sobre cidadania, violência e paz no Grajaú, um bairro carioca*. Tese (Doutorado em Sociologia). Rio de Janeiro: PPGSA/IFCS/UFRJ, 2001.

_____. *Imagens, escolhas e dilemas de uma cidade em pé de guerra*. Revista Proposta, ano 23, n. 66, Fase, 1995.

_____. *Da “metáfora da guerra” ao projeto de “pacificação”: favelas e políticas de segurança pública no Rio de Janeiro*. São Paulo: Revista Brasileira de Segurança Pública, v.6, n.2, p. 374-89, Ago/Set 2012.

_____. *Entre a 'guerra' e a 'paz': Unidades de Polícia Pacificadora e gestão dos territórios de favela no Rio de Janeiro*. Dilemas: Revista de Estudos de Conflito e Controle Social, V. 4, n. 4, Out/Nov/Dez 2014, p. 625-42.

LIGUORI, Guido; VOZA, Pasquele (orgs.). *Dicionário gramsciano*. São Paulo: Boitempo, 2017.

LINS, Marina Navarro; SERRA, Paolla; ZUAZO, Pedro. *Esse crime nós já vimos*. Extra: 30/11/2015, p. 3.

LIPPMANN, Walter. *Opinião pública*. Petrópolis: Vozes, 2 ed., 2010.

LOBO, Flávio. *Operação Favela*. Revista Página 22, São Paulo: Centro de Estudos em Sustentabilidade da EAESP/FGV, n.º 14, p. 42 - 49, nov. 2007.

LÖVY, Michel. *Walter Benjamin: aviso de incêndio. Uma leitura das teses "Sobre o conceito de história"*. São Paulo: Boitempo, 2005.

LUIZ, Antero. *Brizola quer lista de servidor que acumula*. Jornal do Brasil. Rio de Janeiro: 13 de dezembro de 1982, p. 3.

LUKÁCS, György. *História e consciência de classe*. Porto: Publicações Escorpião, 1974.

MACHADO DA SILVA, Luiz Antonio. *A política na favela*. In: MACHADO DA SILVA, Luiz Antonio. *Fazendo a cidade: trabalho, moradia e vida local entre as camadas populares urbanas*. Rio de Janeiro: Mórula Editorial, 2016.

_____. *A continuidade do problema favela*. In: MACHADO DA SILVA, Luiz Antonio. *Fazendo a cidade: trabalho, moradia e vida local entre as camadas populares urbanas*. Rio de Janeiro: Mórula Editorial, 2016.

_____. *Violência urbana: representação de uma ordem social*. In: MACHADO DA SILVA, Luiz Antonio. *Fazendo a cidade: trabalho, moradia e vida local entre as camadas populares urbanas*. Rio de Janeiro: Mórula Editorial, 2016.

_____. *Sociabilidade violenta: uma dificuldade a mais para a ação coletiva nas favelas*. In: MACHADO DA SILVA, Luiz Antonio. *Fazendo a cidade: trabalho, moradia e vida local entre as camadas populares urbanas*. Rio de Janeiro: Mórula Editorial, 2016.

_____. *Refundar a polícia ou a sociedade? Violência, democracia e ordem pública*. In: MACHADO DA SILVA, Luiz Antonio. *Fazendo a cidade: trabalho, moradia e vida local entre as camadas populares urbanas*. Rio de Janeiro: Mórula Editorial, 2016.

_____. *Afinal, qual é a das UPPs?*. In: MACHADO DA SILVA, Luiz Antonio. *Fazendo a cidade: trabalho, moradia e vida local entre as camadas populares urbanas*. Rio de Janeiro: Mórula Editorial, 2016.

_____. *Violência urbana, segurança pública e favelas: o caso do Rio de Janeiro atual*. In: MACHADO DA SILVA, Luiz Antonio. *Fazendo a cidade: trabalho, moradia e vida local entre as camadas populares urbanas*. Rio de Janeiro: Mórula Editorial, 2016.

MACHADO DA SILVA, Luiz Antonio. LEITE, Márcia Pereira. FRIDMAN, Luis Carlos. *Matar, morrer, civilizar: o "problema da segurança pública"*. In: MACHADO DA SILVA, Luiz Antonio. *Fazendo a cidade: trabalho, moradia e vida local entre as camadas populares urbanas*. Rio de Janeiro: Mórula Editorial, 2016.

MACHADO DA SILVA, Luiz Antonio. LEITE, Márcia Pereira. *Violência, crime e polícia: o que os favelados dizem quando falam desses temas?* In: MACHADO DA SILVA, Luiz Antonio. *Fazendo a cidade: trabalho, moradia e vida local entre as camadas populares urbanas*. Rio de Janeiro: Mórula Editorial, 2016.

_____. *Circulação e fronteiras no Rio de Janeiro: a experiência urbana de jovens moradores de favelas em contextos de pacificação*. In: MACHADO DA SILVA, Luiz Antonio. *Fazendo a cidade: trabalho, moradia e vida local entre as camadas populares urbanas*. Rio de Janeiro: Mórula Editorial, 2016.

MAGALHÃES, Alexandre Almeida de. *A campanha contra o “caveirão” no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Revista Estudos e Pesquisas em Psicologia, v. 7, n. 2, 2007, disponível em <<http://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/revispsi/article/view/10932>>

MAMEDE, Alessandra Costa. *Conjunto Habitacional Antares e Favela do Morro Santa Marta - Associações de Moradores e suas relações com o tráfico de drogas e o Primeiro Governo Brizola no Estado do Rio de Janeiro (1983-1987)*. Dissertação de Mestrado, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto de Filosofia e Ciências Sociais. Rio de Janeiro, 2005.

MAQUIAVEL, Nicolau. *O Príncipe*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.

MARINATTO, Luã. *Morto em Manguinhos*. Extra: 15/05/2014, p. 9.

_____. *Antes do fuzilamento, flerte e troca de telefone*. Extra: 06/12/2015, p. 15.

MARX, Karl. ENGELX, Friedrich. *Manifesto do partido comunista*. URSS: Edições Progresso, 1987.

MENEGAT, Marildo. *Estudos sobre ruínas*. Rio de Janeiro: Revan: Instituto Carioca de Criminologia, 2012.

MENEZES, Maiá. *Operação Rio Seguro começa em 4 favelas*. Rio de Janeiro: O Globo, 27 de fevereiro de 2003, p. 14

_____. *Josias: 'Se alguém tiver que morrer, que morra'*. Rio de Janeiro: O Globo, 27 de fevereiro de 2003, p. 15.

MEROLA, Ediane. *Garotinho comemora 100 bandidos mortos*. Rio de Janeiro: O Globo, 12 de maio de 2003, p. 9.

MÉSZÁROS, István. *O poder da ideologia*. São Paulo: Ensaio, 1996.

MISSE, Michel. *A violência como sujeito difuso*. In: FEGHALI, J.; MENDES, C.; LEMGRUBER, J. (Orgs.). *Reflexões sobre a violência urbana: (in)segurança e (des)esperanças*. Rio de Janeiro: Mauad, 2006.

MISSE, Michel. *Acusados & acusadores: estudos sobre ofensas, acusações e incriminações*. Rio de Janeiro: Revan, 2008.

MITCHEL, Peter r; SCHOEFFEL, John. *Para entender o poder: o melhor de Noam Chomsky*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2015.

MORAES, Dênis. *A batalha da mídia: governos progressistas e políticas de comunicação na América latina e outros ensaios*. Rio de Janeiro: Pão e Rosas, 2009.

_____. *Sistema midiático, mercantilização cultural e poder mundial*. In: MORAES, Denis; RAMONET, Ignacio.; SERRANO, Pascual. *Mídia, poder e contrapoder: da concentração monolítica à democratização da informação*. São Paulo: Boitempo; Rio de Janeiro: FAPERJ, 2013.

MOURÃO, Bárbara M.; STROZEMBERG, Pedro (orgs.). *Mediação de conflitos nas UPPs: Notícias de uma experiência*. Rio de Janeiro: CESeC/ISER, 2016.

MOURÃO, Barbara Musumeci. *Convivência, conflitos e mediações nas UPPs*. Boletim Segurança e Cidadania, n. 23, março de 2017.

MUSUMECI, Leonarda; RAMOS, Silvia; PARIS, Leonardo Leão de; RIBEIRO, Eduardo; ALVADIA FILHO, Alberto. *Juventude, violência e polícia: resultados da pesquisa amostral*. Rio de Janeiro: CESeC, junho de 2012.

MUSUMECI, Leonarda. “Eles nos detestam”: *Tropeços do policiamento de proximidade em favelas*. Boletim Segurança e Cidadania, n. 19, novembro de 2015.

_____. *UPP: Última chamada. Visões e expectativas dos moradores de favelas ocupadas pela Polícia Militar na cidade do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: CESeC, 2017.

NUNES, Pablo. *Crime e polícia no #RiodeJaneiro: Relatos em páginas do Facebook*. Boletim Segurança e Cidadania, n. 24, outubro de 2017.

NUNES, Marcos. *Eles só querem Justiça*. Extra: 21/05/2015, p. 13.

_____. *Até R\$ 3 mil por mês*. Extra: 23/05/2018, p. 4.

O DIA. *'Esses assassinato atiraram nele', diz mãe de jovem morto em Manguinhos*. Rio de Janeiro: 15/05/2018. Disponível em <<https://odia.ig.com.br/conteudo/noticia/rio-de-janeiro/2014-05-15/esses-assassinos-atiraram-nele-diz-mae-de-jovem-morto-em-manguinhos.html>>

O GLOBO. *Ação e reação* (editorial). Rio de Janeiro: 20 de outubro de 2007, p. 6.

_____. *A redenção das favelas*. Rio de Janeiro: 31 de dezembro de 2009, Caderno Especial, p. 3.

_____. *Bandidos apedrejam UPP de Manguinhos*. Rio de Janeiro: 15/05/2018, p. 13.

_____. *Governador diz que chacina foi uma barbárie*. Rio de Janeiro: 27/01/2007, p. 26.

_____. *Traficantes matam sete jovens de favela rival*. Rio de Janeiro: 26/01/2007, p. 13.

_____. Primeiro caderno. Rio de Janeiro: 20/05/2015.

_____. Primeiro caderno. Rio de Janeiro: 21/05/2015.

_____. Primeiro caderno. Rio de Janeiro: 22/05/2015.

_____. Primeiro caderno. Rio de Janeiro: 23/05/2015.

_____. Primeiro caderno. Rio de Janeiro: 24/05/2015.

_____. Primeiro caderno. Rio de Janeiro: 25/05/2015.

_____. Primeiro caderno. Rio de Janeiro: 26/05/2015.

_____. Primeiro caderno. Rio de Janeiro: 27/05/2015.

O GLOBO ONLINE. *Eduardo Paes elogia ações de milícias de PMs em Jacarepaguá*. 15 de setembro de 2008. Disponível em <<https://oglobo.globo.com/brasil/eleicoes-2006/eduardo-paes-elogia-acoes-de-milicias-de-pms-em-jacarepagua-5000337>>

_____. *Jornal espanhol fala sobre a 'nova vida' de Adriano, 'o Imperador caído'*. Rio de Janeiro: 31/07/2016. Disponível em <https://oglobo.globo.com/esportes/jornal-espanhol-fala-sobre-nova-vida-de-adriano-imperador-caido-19820242>

_____. *Moradores de Copacabana agridem adolescentes em via do bairro e jovens que seguiam em ônibus*. Rio de Janeiro: 20/09/2018. Disponível em <https://oglobo.globo.com/rio/moradores-de-copacabana-agridem-adolescentes-em-via-do-bairro-jovens-que-seguiam-em-onibus-17552103>

_____. *Cinco jovens morrem em acidente na Lagoa*. Rio de Janeiro, 13/09/2006. Disponível em <<https://oglobo.globo.com/rio/cinco-jovens-morrem-em-acidente-na-lagoa-4560663>>

PASTI, André. AMORIM, Eduardo. MOURÃO, Mônica. *Assassinato de Marielle na mídia: a descontextualização de uma luta*. Disponível em <<https://www.cartacapital.com.br/blogs/intervozes/assassinato-de-marielle-franco-a-antitese-de-um-espetaculo-midiatico>>

PIMENTA, José Augusto de Mattos. *Para a remodelação do Rio de Janeiro: discursos pronunciados no Rotary Club do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, 1926

PREFEITURA DO DISTRITO FEDERAL. *Código de Obras de 1937*. Rio de Janeiro: 1937. Disponível em <<http://www.rio.rj.gov.br/web/arquivogeral/codigo-de-obras-de-1937>>

PORTELLI, Hugues. *Gramsci e o bloco histórico*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

PUFF, Jefferson. *Chefe de UPPs rejeita crise e alerta sobre expansão no próximo governo*. BBC Brasil. Rio de Janeiro: 22 de agosto de 2014. Disponível em <<https://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/bbc/2014/08/22/chefe-de-upps-rejeita-crise-e-alerta-sobre-expansao-no-proximo-governo.htm?cmpid=copiaecola>>

RAMALHO, Sérgio. *O triângulo do mal*. Rio de Janeiro: O Globo, 29 de janeiro de 2006, p. 20.

_____. *Paz nas favelas para os Jogos*. Rio de Janeiro: O Globo, 0 de outubro de 2009. p. 12.

- RAMONET, Ignacio. *A tirania da comunicação*. Petrópolis-RJ: Vozes, 3 ed., 1999.
- _____. *Meios de comunicação: um poder a serviços de interesses privados?*. In: MORAES, Denis; RAMONET, Ignacio.; SERRANO, Pascual. *Mídia, poder e contrapoder: da concentração monolítica à democratização da informação*. São Paulo: Boitempo; Rio de Janeiro: FAPERJ, 2013.
- RAMOS, Silvia; PAIVA, Anabela. *Mídia e Violência: novas tendências na cobertura de criminalidade e segurança no Brasil*. Rio de Janeiro: IUPERJ, 2007.
- RAMOS, Silvia. *Violência e polícia: três décadas de políticas de segurança no Rio de Janeiro*. Boletim Segurança e Cidadania, n. 21, março de 2016.
- RELATORIA NACIONAL PARA O DIREITO HUMANO À EDUCAÇÃO. *Violação dos direitos educativos da comunidade do Complexo do Alemão*. Rio de Janeiro, 2008.
- RIO, João do. *Vida vertiginosa*. Rio de Janeiro: Livraria Garnier, 1911.
- ROCHA, Oswaldo Porto. *A era das demolições: cidade do Rio de Janeiro: 1870-1920*. Rio de Janeiro: Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro/Secretaria Municipal de Cultura, 1986.
- ROCHA, Carla. SCHMIDT, Selma. RAMALHO, Sérgio. *Mais vidas nos morros pacificados*. Rio de Janeiro: O Globo, 8 de dezembro de 2013, p. 36.
- RODRIGUES, José Augusto de Souza. *Imagens da ordem e da violência na cidade do Rio de Janeiro*. Dissertação de Mestrado em Sociologia (IUPERJ). Rio de Janeiro, 1993.
- REVISTA CARETA. *O Rio desconhecido*. Rio de Janeiro: n. 79, p. 25, ano II, 4 de dezembro de 1909.
- SALIM, Maria Alayde Alcantara; SOUZA, Flávia Cândida do Nascimento de; BORGES, Ernesto Charpinel. *Walter Benjamin: narrativa e a escrita da história*. In: IV Congresso Internacional de História: Cultura, Sociedade e Poder. Jataí: 2014
- SANSÃO, Luiza. *PM que matou jovem com tiro nas costas em favela no Rio cai em contradição*. Ponte: Rio de Janeiro: 05/05/2016. Disponível em <<https://ponte.org/pm-que-matou-jovem-com-tiro-nas-costas-na-favela-de-manguinhos-no-rio-cai-em-contradicao/>>
- SANTOS, Suzy. *Relações incestuosas: mercado global, empresariado nacional de radiodifusão e líderes políticos locais/regionais*. In: FREIRE FILHO, João; HERSCHMANN, Micael. *Novos rumos da cultura da mídia: indústrias, produtos, audiências*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007.
- SATRIANO, Nicolás. *Moradores do Alemão acusam PMs de invadir residências para montar 'bases'*. Disponível em <<https://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/moradores-do-alemao-acusam-pms-de-invadir-residencias-para-montar-bases.ghtml>>
- SCHIMIDT, Selma. *Milícias de policiais chegam à Zona Norte*. Rio de Janeiro: O Globo, 22 de setembro de 2006, p. 26.

SECRETARIA ESPECIAL DOS DIREITOS HUMANOS. *Relatório Técnico: visita de cooperação técnica*. Rio de Janeiro: 2007.

SEVCENKO, Nicolau. *A Revolta da Vacina: mentes insanas em corpos rebeldes*. São Paulo: Scipione, 2001.

SILVA, Eliana Sousa. *Testemunhos da Maré*. Rio de Janeiro: Mórula Editorial, 2015.

SILVA, Emanuela Francisca Ferreira. *Entre vencedores e vencidos: reflexões sobre história, memória e cesura*. Londrina: Estação Literária. Vagão, vol. 4, 2009, p. 15-26.

SILVA, Jailson de Souza e, BARBOSA, Jorge Luiz Barbosa. *Favela: alegria e dor na cidade*. Rio de Janeiro: Senac Rio, [X] Brasil, 2005.

SILVA, Jailson de Souza e. *Favelas: além dos estereótipos*. Revista Democracia Viva, Rio de Janeiro, edição de jun.-jul. 2004.

SOARES, Luiz Eduardo. *Meu casaco de general: 500 dias no front da Segurança Pública do Estado do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Cia. das Letras, 2000

SOARES, Rafael. *Ele não é um número. Mas bem que poderia*. Extra: 24/05/2015, p. 22.

_____. *Uma testemunha, duas versões*. Extra: 29/05/2015, p. 8

SOARES, Ronaldo. *Sem hipocrisia*. Revista Veja, ed. 2032, 31 de out. de 2007. Disponível em <<http://veja.abril.com.br/311007/entrevista.shtml>>

SODRÉ, Muniz. *Antropológica do Espelho: uma teoria da comunicação linear e em rede*. Petrópolis-RJ: Vozes, 2001.

_____. *O jogo contra-hegemônico do diverso*. In COUTINHO, Eduardo Granja. *Comunicação e contra-hegemonia*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2008.

_____. *Entrevista ao jornal Valença em Questão*. Valença-RJ, n. 4, agosto de 2005, p. 7, disponível em <https://issuu.com/vitorcastro/docs/vq_4>.

TARDÁQUILA, Cristina. *Dentro do Caveirão*. Rio de Janeiro: Revista Piauí, abril de 2008. Disponível em <<http://piaui.folha.uol.com.br/materia/dentro-do-caveirao>>

TERRA. *Sérgio Cabral diz que vai aposentar "caveirões"*. Disponível em <<http://noticias.terra.com.br/brasil/noticias/0,,OI1248507-EI5030,00-Sergio+Cabral+diz+que+vai+aposentar+caveiroes.html>>

TORRES, Ana Carolina; SOARES, Rafael. *Vítima de noite, preso de dia*. Extra: 14/02/2015, p. 7.

VALLADARES, Lícia do Prado. *A invenção da favela: do mito de origem a favela.com*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.

VENTURA, Zuenir. *Cidade partida*. São Paulo: companhia das Letras, 1994.

VENTURA, Mauro. *Dois cafés e a conta... com Pricilla de Oliveira*. O Globo: Revista, 10 de maio de 2009, p. 8.

VERANI, Sérgio. *Assassinatos em nome da lei: uma prática ideológica do direito penal*. Rio de Janeiro: Aldebarã, 1996.

VIÊGAS, Giulliane; BARRETO FILHO, Herculano. *Excessos investigados*. Extra: 26/06/2016, p. 7.

WASELFISZ, Julio Jacobo. *Mapa da violência 2011: os jovens do Brasil*. São Paulo: Instituto Sangari; Brasília: Ministério da Justiça, 2011. Disponível em <<http://mapadaviolencia.org.br/pdf2011/MapaViolencia2011.pdf>>

_____. *Mapa da violência 2012: a cor dos homicídios no Brasil*. Rio de Janeiro: CEBELA, FLACSO; Brasília: SEPPIR/PR, 2012. Disponível em <http://mapadaviolencia.org.br/pdf2012/mapa2012_cor.pdf>

_____. *Mapa da violência 2014: os jovens do Brasil (versão preliminar)*. Rio de Janeiro: FLACSO, 2014. Disponível em http://www.mapadaviolencia.org.br/pdf2014/Mapa2014_JovensBrasil_Preliminar.pdf>

Anexos

Anexo 1 (Entrevista com Vitor Santiago Borges)

Realizada na tarde do dia 29 de maio de 2018 na casa do entrevistado, na Vila do Pinheiro, no conjunto de favelas da Maré, no Rio de Janeiro.

Minha pesquisa parte da hipótese que a mídia invisibiliza e criminaliza os moradores de favelas...

É o que aconteceu comigo e vivo isso até hoje. Eu era um cara normal, igual a um montão aí, que saía, que trabalhava, que se divertia, e é aquilo, o governo fez isso comigo, e o governo não me reparou até agora. O plano de saúde pago do meu bolso, o plano de saúde da minha filha eu pago do meu bolso, acabei de comprar uma cadeira de rodas que vai chegar daqui um mês mais ou menos, não ganhei nada, nada, nada, nada. Fizeram, me deixaram dessa forma, e ainda assim o máximo que eles puderem fazer pra tirar o corpo fora eles vão fazer. O meu caso vai completar quatro anos em fevereiro [de 2019].

Hoje, seu eu não colocar a cara pra falar, ninguém lembra mais quem é. Por isso que faço questão de falar. O meu caso constou no relatório anual da Anistia Internacional, com esse papo de intervenção militar, das Olimpíadas, fizeram eu ter alguma visibilidade. É o que eu falo, quem não é vivo não é lembrado. Se eu me omitir, ficar calado na minha, não falar... de certo modo é meio que uma ajuda as pessoas me procurarem. É a única forma de eu poder aparecer pra mais pessoas, não só pro meu círculo. Com essas notícias o meu caso volta à tona. Ninguém do Ministério Público, da Prefeitura, do governo pergunta como que você está, o que está faltando. Tudo que eu consegui até hoje foi através de liminar na justiça, através do advogado que eu contratei. Por incrível que pareça eu tive que contratar um advogado, porque o meu caso tinha que estar na mão do Ministério Público, tinham que estar resolvendo. Mas não. Meu advogado tem dois anos que está no caso, em fevereiro completa três anos que ele está e quatro anos que aconteceu. Porque ele pegou um ano depois. Nesse um ano não aconteceu nada. E aí eu consegui algum material hospitalar na justiça, através do advogado, sou pensionista, mas pra completar em janeiro desse ano pararam de depositar a pensão que durou só um ano, então sou só aposentado por invalidez. Que é pouco, R\$ 1700 reais, mas eu moro de aluguel, tenho uma filha que tem plano de saúde, que estuda num colégio particular, tem que comprar remédio, não dá.

Como foi o dia do incidente?

Eu chamo de acidente, incidente, atentado. Chamo de vários nomes, o dia da falha na segurança. O dia do problema. Bom, eu estava em casa, normal, eu tinha sido demitido duma empresa que eu trabalhei por três anos – olha que coincidência, eu trabalhei numa empresa de distribuição de material cirúrgico para ortopedia, pino, placa, parafuso, cirurgia de tudo, ligamento, trabalhei nessa empresa durante três anos. Eu tinha sido demitido tinha uns vinte dias. Saí, mas paralelo a isso, estando trabalhando, eu tava fazendo um curso de Técnico em Segurança no Trabalho, um curso técnico em Bonsucesso, e aí eu tinha sido demitido, estava fazendo o curso, o carnaval ia começar na sexta-feira e o que aconteceu comigo foi de quarta pra quinta. Olha, eu não estava trabalhando, tinha recebido meu dinheiro, tinha pago o meu curso, tinha pago minhas dívidas, minhas coisas. Meu plano era... eu entrei no curso em agosto de 2014. Em outubro ou novembro eu já tinha ido ver um estágio e eu estava empolgado na área. Porque eu tinha ido pra uma entrevista de estágio na Odebrecht onde eram 1600 reais de estágio, segunda a sexta, quatro horas por dia, todos os benefícios. Aí eu saí do trabalho e pensei, vou pegar o dinheiro aqui e vou investir no curso, vou dar uma parte no curso que não sei quando vou conseguir trabalho de novo, e vou ficar só procurando estágio, como estágio no Brasil é remunerado, dá pra eu me virar aqui como dinheiro como estágio, pagar as coisas da minha filha, já tinha visto de colocar a minha filha no plano de saúde do avó – pai da mãe dela –, minha mãe também me auxiliava muito, falei, vou me focar no estágio e no curso e sei lá, se não der certo pelo menos até o final do ano eu estou empregado e pronto. E aí um amigo meu me ligou que é nascido e criado no Rio me ligou – ele fez prova pra Aeronáutica e foi servir em Manaus e essa seria as primeiras férias dele no Rio de Janeiro. Ele me ligou e falou “vamos assistir o jogo aonde?”, estava no meio do campeonato carioca. Falei, vamos assistir o jogo na Vila do João. Aí eu sai daqui de noite e fui lá na Vila do João assistir o jogo. Assistimos o jogo, tomamos uma cerveja e tal... eu não ia fazer nada no outro dia, a gente já tinha combinado de no outro dia sair, pra curtir bloco, levar minha filha pra praia, um montão de coisas. Então, eu tava com dinheiro, não ia fazer nada, ele também não, estava de férias, ninguém preocupado, fomos pra outro lugar, fomos pra Bonsucesso, na Praça das Nações, fomos lá, tomamos uma cerveja e tal, voltamos. Quando a gente voltou, pela Linha Amarela, quando a gente entrou ali pra Vila do João, a gente foi revistado por

soldados que já estavam parados lá no ponto, era uma duas horas da manhã. Fomos revistados, viu o documento de todo mundo, viu que não tinha nada, não tinha nada no carro. Aí a gente entrou dentro do carro e foi embora, sei lá o que que ia fazer. Eu lembro que a gente parou num restaurante pra poder, sei lá, quarta pra quinta, carnaval ia começar, aí subimos entramos na Vila do João, passamos no Salsa e Merengue e paramos no restaurante e o cara falou que tava fechando. E aí a gente entrou no carro e foi embora. Aí o que que ia acontecer? Dali o cara ia deixar cada um no seu ponto pra poder ir embora e acabou. E foi o que aconteceu, depois de 15 minutos que já tinha sido parado um outro ponto de soldado em outro ponto da comunidade, que não tinha nada, não tinha cone, não tinha jipe, não tinha soldado, não tinha sinalização alguma, que indicasse que tinha que parar para ser revistado. Estava passando no lugar e só ouvimos barulho de tiro, não sabia o que estava acontecendo. E eu hoje tenho 32 anos, na época eu tinha 29. Eu nunca tive problema nenhuma na comunidade, nunca dei mole pro poder paralelo aqui, você sabe como tem que andar – com vidro aberto, luz acesa, som desligado – não ia dar mole pra soldado de 18, 19 anos que nunca tinha entrado na favela. Que na época os soldados não era cariocas, eram do interior de São Paulo, interior do Mato Grosso do Sul, interior de Minas Gerais, os caras não estão acostumados com o poder paralelo que existe na favela. Entramos da forma que tem entrar, desse jeito, e aí a gente só ouviu tiro, tiro, tiro e não sabia se era pro alto, se era bandido com soldado, se era bandido com bandido, não sabia o que era. Aí eu senti o primeiro, que pegou aqui [na altura do pulmão direito] aí atravessou o pulmão, coluna, medula, fiquei paraplégico na hora. Desligou tudo daqui pra baixo [apontando a cintura], na hora. Não senti mais nada. E o segundo na perna, só que o na perna, como eu já não tava sentindo mais nada, eu nem sabia. Aí o cara que tava com a gente conseguiu parar o carro ainda, aí saiu todo mundo do carro, e aí eu lembro que o Pablo [sargento do Aeronáutica que dirigia o veículo] e disse “porra, vocês não conseguem parar um carro sem ter que atirar? Tem ferido lá dentro, vocês vão ter que se virar”, nisso que abriu a porta eu fiquei dentro. Como eu perdi a sensibilidade, eu fiquei com medo de abrir a porta eu cair pro lado. Nisso que ele falou, veio uma porrada de soldado no meio da rua, eles estavam escondidos e começaram a enfiar porrada no moleque. Eu tomei uma coronhada aqui na cabeça [mostra a cicatriz], baleado. Baleado eu tomei uma coronhada na cabeça. Aí dentro do carro o soldado gritando, mandando eu sair, e nisso a confusão lá fora rolando, os moleques apanhando, forçando os meninos a se virarem, a se renderem, tratando como se fossem bandidos. Aí o soldado gritando

comigo, eu dizendo que não conseguia sair, a respiração cada vez mais baixa, sangrando muito, muito, muito. Aí eu apaguei. Quando eu acordei eu já tava do lado de fora, que o Pablo diz que foi a hora que ele conseguiu mostrar a documentação e mostrar que ele era militar. Aí depois que eu acordei do lado de fora veio os primeiros socorros e tal e apaguei de novo, aí acordei já sete dias depois já no hospital. Acordei do coma, fiquei sete dias em coma. Aí no hospital que eu fiquei sabendo desse tiro na perna – o médico contou, falou que aconteceu isso e isso e aquilo. Acordei do coma e a primeira coisa que me falaram é que eu tomei um tiro na perna, que tentaram o tratamento aqui e não conseguiram, e pra sua vida, pra sua saúde, vai ter que amputar, você tá de acordo? Aí assinei uma declaração, fui pra sala de cirurgia, amputou e fiquei mais três dias em coma. E aí foram 98 dias direto de fisioterapia, fiz cirurgia, fiz hemodiálise, cara, fiz um monte de coisas. Eu cheguei com 7% de vida no hospital, 7%. Aí foi isso, 98 dias no hospital, fiz fisioterapia respiratória, fisioterapia motora, fiz cirurgia no pulmão, fiz hemodiálise, fiz transfusão de sangue, eu fiz tudo. Em 98 dias eu fiz uma porrada de coisa no hospital Getúlio Vargas, na Penha.

A minha mãe, enquanto eu tava no hospital, o tempo todo que eu fiquei no hospital ela ficou correndo atrás das coisas pra mim

No dia como foi a reação da sua mãe?

Ela conta que estava em casa, minha filha tava com ela. Deixei ela dormindo em casa e sai, fui assistir o jogo, minha filha tinha dois anos. E aí minha mãe conta que ela tava em casa, o telefone tocou de madrugada e foi um amigo meu que é policial militar que ligou e falou, “Irone, vai pro hospital que o Vitor tomou um tiro e isso e isso”. Ela falou que saiu de casa, preocupada, mas não tinha noção de que tinha sido isso tudo. Ela falou que pra ela ia chegar no hospital, ia ver o filho dela baleado, sei lá, um tiro na perna, na mão, no braço, sei lá, de raspão, qualquer coisa assim, deu entrada no hospital e já ia sair dali. Ela não tinha noção que tinha sido isso tudo. Dois tiros logo de uma vez de 762. Um tiro na coluna que deixa seu filho paraplégico e nunca mais na vida ele vai ficar de pé? O outro um tiro na perna onde teu filho vai precisar amputar. Sabe, você tem um filho saudável, tem um filho completo, igual eu era, igual ela me viu crescendo, e de repente ela me vê no hospital, perna amputada, sem andar e tal, e todo dia, cada dia uma notícia mais triste que a outra é complicado, é brabo, é isso que ela conta. Pra uma mãe qualquer risco, qualquer perigo, você quer livrar seu filho dos problemas – eu sou

pai, sei como é –, você dá um boi pra não entrar numa briga e uma boiada inteira pra não sair dela pelo tenho filho, e de repente, um cara que praticava esporte, um cara que passeava com a filha. Sério, eu levava minha filha todo final de semana, praia, shopping, tudo, tudo, levava minha filha pra tudo que era lugar. Você sendo solteiro, que gosta de sair, de tomar cerveja, pra você ver o nível de responsabilidade que eu tinha da minha vida, da vida da minha filha, sobre os planos pra minha vida e pra minha filha. E de repente acontece uma parada dessa, porra. Eu hoje com 32 anos sou uma pessoa que não posso ensinar a minha filha a andar de bicicleta igual um pai ensina, porque eu estou numa cadeira de rodas. Eu não posso levar minha filha nas costas igual eu fazia. Pra tudo, pra maioria das coisas hoje eu preciso de auxílio, preciso de alguém que me pegue. Eu vou sentado na cadeira, mas preciso de alguém que me desça um degrau, que me desça um meio fio, entendeu? É muito complicado.

A falta de acessibilidade é um problema né?

Essa casa por exemplo que eu moro é alugada. E você tem que ficar correndo atrás de espaço, tem que ser uma casa embaixo, uma casa que não tenha degrau, uma casa que a cadeira passe na porta tanto do quarto quanto do banheiro, não pode ser uma casa de segunda andar. Na rua, pra você andar na rua é difícil, porque ninguém respeita. Você vai num restaurante não tem banheiro acessível. Até no shopping, o Norte Shopping por exemplo, toda vez que eu vou no banheiro – e todos os banheiros têm a área do cadeirante – toda vez o banheiro está trancado, tem que esperar ou ir atrás da pessoa que está com a chave – ou sair e procurar outra banheiro. Toda vez é desse jeito. Só quando você está na pela que você entende.

Como era sua vida antes do acidente?

Eu tenho 32 anos e toco cavaquinho desde os 13 anos de idade. Sempre gostei de samba, sempre gostei de música, sempre gostei muito, muito, muito de música. Meu sonho de verdade era viajar pelo Brasil, pelo mundo, como músico. Toco cavaquinho desde os 13 anos de idade, aí o tempo foi passando aprendi a tocar violão, contrabaixo, gostava de teclado também, e aí, assim, isso me levou a tocar em grupos de pagode, roda de samba, a conhecer muita gente, e a minha vida era assim, estava sempre em roda de samba com amigos, estava sempre com resenha, tomando minha cerveja, conversando, indo visitar amigos, assistir jogo de futebol, e saia muito com minha filha.

Praticava esporte, praticava jiu jitsu, muay thai, sempre fui muito ativo. Eu com 15 anos participei do Corpo de Dança da Maré, projeto que tinha aqui no CEASM [Centro de Estudos e Ações Solidárias da Maré], projeto do Ivaldo Bertazzo, onde a gente viajou uma boa parte do Brasil. Foram três anos, três espetáculos e sempre fui ligado à arte e à cultura. Nunca dei mole pra nada, pra ninguém, não tenho vício, tomo minha cerveja e tal, mas nunca tive problema parecido. Acho que o único problema de violação de direito que eu tinha, que todo jovem negro e favelado tem é polícia que vem e quer te revistar a cada cinco minutos, achando que você é marginal, que você é bandido. Nunca fui assaltado no Rio de Janeiro. Por incrível que pareça eu sou um cara que nunca fui assaltado e tomo logo dois tiros de quem deveria ter defendido o pobre da comunidade aqui dentro. Minha vida era essa, eu trabalhava, estudava, eu saía muito, não gostava de ficar aqui dentro, não curtia baile funk, e uma vez ou outra ia num show de pagode, ia muito em rodas de samba, nada extravagante.

Você falou agora algo que me chamou a atenção: “não tinha vício nenhum”. Essa sua fala me remete a uma defesa que parece que o morador de favela carrega com ele, de ter que se defender o tempo todo. Não sei se isso piora depois do acidente, das pessoas te acusarem de criminoso, por exemplo.

Te falar, eu li muito sobre isso, sobre “alguma coisa fez, não é possível que um carro com cinco jovens dentro seja fuzilado na favela e não fizeram nada. Com certeza fizeram!”. Ou “por que que não pararam ou carro, porque que não aquilo outro”? é assim. O favelado é muito marginalizado, muito, muito. Pô, tem gente de fora, tem burguês aí de fora da comunidade que acredita que na favela 70% das pessoas que moram na favela são marginais. 70! 70! As outras 30 são pessoas de bem. Não, não é assim. Porque você é favelado você é muito marginalizado. As pessoas acham que se você mora na favela ou você é conivente com o tráfico de drogas ou é marginal, um receptor. A mídia alimenta isso. É por isso que o pobre favelado tem que estar o tempo todo se defendendo, por mais que não precise. Eu não tenho necessidade de ficar falando que não tenho vício, que eu não traficava, que não sou conivente, que não sou receptor de coisas roubadas. Eu não tenho necessidade, não é um texto pronto, que eu prepare para falar quando vou dar entrevista. Mas toda vez que me perguntam como era minha vida, eu falo que era dessa forma. O que eu falo sempre é que eu nunca tive problema com ninguém dentro da favela, nunca tive problema com o poder paralelo que

tem aqui dentro. Nunca tive problema nenhum nem com a lei, nem com a polícia, nunca fui preso, nunca me ameaçaram. Mas o favelado é muito marginalizado, isso é complicado.

Domingo agora, por incrível que pareça, eu ouvi de um cara que eu tomei tiro porque eu sou otário, um cara que mora na pista, mora na favela. O cara começou a falar sobre intervenção militar, sobre Bolsonaro, não sei o quê, aí o cara falou que não gostava na minha opinião porque eu falei que eu não quero isso, não voto nele, não vai funcionar porque o cara tem todo esse estilo militar de ser, e eu sou um cara que levou dois tiros de soldados do exército. Por incrível que pareça, eu, quando a Força de Pacificação entrou na favela, eu era um cara que estava a favor, por incrível que pareça. Eles vieram com ideias de projetos, eu falei, beleza, vai funcionar, vai andar, vai rolar umas paradas legais, um projetos maneiros, vai tirar criança da rua pra poder trabalhar. Ai o cara chega pra mim que tomei dois tiros de soldados do exército, o cara chega pra mim e como que você acha que eu vou ser a favor de um cara que prega essa barbárie aí? Ai ele disse “você tomou tiro porque tu é otário, porque se tu fosse esperto tu votaria porque ele vai fazer assim e assado”. Falei, tá bom então, tá tranquilo. É aquilo ainda assim eu não me revoltei, infelizmente aconteceu comigo. Eu falo, essa vontade que eu tenho de falar o que aconteceu comigo todo dia é pra que não aconteça com outras pessoas. É foda, eu sei o que eu tô passando, eu sei o que minha família passou, minha filha... pô, você acha que é mole, eu tenho uma filha de 5 anos, ela às vezes diz que me preferia com duas pernas, diz que sente saudades de mim com duas pernas porque eu levava ela no colo, eu levava ela pra sair, saía só eu e ela, é complicado.

Até hoje, depois do que aconteceu comigo, eu ainda acredito numa segurança pública eficaz, ainda acredito que o governo pode chegar e conversar de forma amigável e inteligente pra resolver o problema que acontece no estado do Rio de Janeiro na questão da violência. Mas não dá pra ser só esse lance da militarização, pega uma porrada de soldado e coloca na rua, pega uma porrada de soldado e enfia na favela, como se isso fosse resolver o problema.

Como foi a relação com a mãe da sua filha? Vocês não estão mais juntos...

Eu morei com a mãe dela durante a gravidez e depois que ela nasceu, um período bem curto. Não deu certo, a gente se separou, mas eu sempre estive presente. Hoje minha filha vem pra cá todo dia depois do colégio, a gente fica com ela até a hora

da mãe dela voltar do trabalho. A mãe dela pega e fica até a hora do colégio com ela. Depois que ela volta do colégio ela vem pra cá direto. Aí um final de semana sim, um final de semana não ela fica comigo. Ela vai pro colégio num transporte que a gente paga, que leva e traz, num colégio em Bonsucesso, na Praça das Nações.

E como está sua relação com a música hoje?

Então... eu queria fazer mais. Mas aí cara, assim, vai completar quatro anos que aconteceu isso comigo. Eu fiz um ano de fisioterapia num centro de fisioterapia aqui no Rio que era muito fraquinho, não era um lugar que eu precisava pra poder ser o que sou como eu estou hoje. Hoje, se eu consigo sair do sofá e ir pra cadeira, ir da cadeira pra cama, me virar na cama, fazer um monte de coisas, isso eu aprendi sozinho, porque não tive uma fisioterapia decente até hoje, não tive um suporte até hoje, não passei por uma bateria de exames médicos, até pra saber se eu posso voltar a andar ou não. Tudo foi por conta própria. Eu queria fazer mais, a minha lesão ela é muito alta, por pouco eu não ficaria sem mexer do pescoço pra baixo, mas de vez em quando eu pego o cavaquinho e toco uma música ou outra, hoje eu sou mais expectador do que participante né? Uma vez ou outro eu pego o cavaquinho e toco, tem vontade de comprar um violão pra poder tocar, eu sento no sofá, tiro uma música e tal. Agora não, tem um tempo que não faço, mas as músicas atuais, essas músicas de rádio que estão na boca da galera, de pagode e samba, eu pegava o cavaquinho, pegava a partitura, aí tocava e postava um vídeo no Facebook. Agora não mais. Música pra mim acho que não dá mais não. É complicado, é muito complicado. Acho que o único deficiente físico que consegue manter a vida como música é o Herbert Viana porque o cara já tinha nome, já tinha estrada e teve um acompanhamento muito bom, o cara tem dinheiro, bom tratamento, é tudo voltado pra ele, o palco tem que ser assim, tem que ter um lugar assim, tem que ter gente pra isso, entendeu.

Como é sua vida hoje?

Até hoje meus advogados estão pleiteando indenização, uma casa, tratamento médico, carro adaptado, e até agora nada. O que eu tenho medo, medo, de o dia que eu ganhar na justiça o meu processo, os médicos chegarem e falarem assim: “infelizmente não dá mais pra fazer nada por você. Se você tivesse aparecido antes, se tivesse feito baterias de exames antes, se tivesse não sei o quê antes, você teria oportunidade de

andar de novo, de pelo menos ter uma sensibilidade de novo, agora que o tempo já passou, não tem mais possibilidade de fazer, seu corpo já aceitou isso”, esse é meu medo. Sei lá, daqui a um ano, dois anos, eu conseguir isso e passar por uma bateria de exames e falarem “pô, agora não dá, se fosse antes...”. E eu não consegui até agora por causa do descaso né?

O que eu tinha ganhado era uma pensão que em janeiro pararam de depositar. E juntando a pensão e a aposentadoria, não dá três mil reais por mês. Eu sei que se eu tivesse na profissão de técnico de segurança do trabalho, com o tempo de formado – eu me formaria em dezembro de 2015, eu teria agora dois anos de profissão –, poderia ter feito um curso especializado na área, e com certeza eu estaria recebendo o valor que eu recebo de aposentadoria mais a pensão. Mas me tiraram esse direito. Hoje eu tenho tempo, hoje posso estudar, posso fazer minhas coisas, tenho muita vontade de empreender, eu tenho uma loja, eu comprei um freezer, e vou trabalhar com frango assado, galetto. E aí falta pouco pra poder iniciar esse meu projeto. Sempre quis muito trabalhar com culinária e aí esse ano parece que vai rolar. As pessoas perguntam sempre o que você vai fazer, e eu pensava vou fazer nada não... eu sempre pensei em não fazer nada pelo tempo que eu fiquei acamado. Mas hoje eu consigo fazer muita coisa, eu saio daqui e vou pra cadeira, eu vou pro quarto, eu vou pra cama, eu deito. Mas antes, eu ficava deitado o tempo todo, pra virar eu tinha que ter auxílio de alguém, pra sentar eu tinha que ter auxílio de alguém. Aí eu comecei a meter as caras de verdade e tentar fazer por mim mesmo, porque se eu ficasse esperando pelo governo eu não ia ser metade do que sou. Graças a Deus tudo que eu tenho eu devo à minha mãe, ela correu muito atrás, corre atrás até hoje, virou militante dos direitos humanos, me ajuda muito, e assim, se não fosse por mim dar a cara a tapa, eu não faria a metade do que eu tô fazendo. Por isso eu pensava vou ficar em casa, já não preciso trabalhar recebendo a aposentadoria, não sei o quê, vou sair só quando tiver que sair, levar minha filha pra passear, fazer minhas coisas e tal e pronto. Mas o tempo vai passando eu vi uma necessidade muito grande de fazer alguma coisa, vi que ficar em casa parado sem fazer nada era ruim, era chato, eu sempre fui um cara muito ativo, de sair com meus amigos, de tomar minha cerveja, de sair.

Meu ritmo era completamente diferente. Eu saía do trabalho e ia direto pro curso. Antes de fazer o curso de Técnico em Segurança do Trabalho eu fiz um curso de música, no Centro do Rio, fiz seis meses, aí vi que ia demorar muito pra poder me

especializar na área, eu já tocava e tal, mas pra viver de música é complicado, muito complicado. Aí pensei, eu tenho uma filha, vou procurar um curso profissionalizante, um técnico, uma parada assim, aí comecei a fazer o Segurança do Trabalho, e aí eu tava com essa vida desse jeito, saía do trabalho ia direto pro curso, chegava em casa onze horas, meia noite, era só jantar, dormir e no outro dia a mesma coisa. No final de semana era aquela pauleira, quando não estava com minha filha eu saía, saía com os amigos e tal. E de repente meu irmão, nada, nada. Parou.

O que você quer do estado?

Eu quero o que é de direito. Eu quero que eles me reparem, quero ser reparado pelo que aconteceu. Você pode ter certeza que não tem dinheiro no mundo que vá me fazer ter a vida que eu tive antes. Posso ganhar, sei lá, 500 milhões de reais, não tem dinheiro no mundo que faça eu ter a vida que eu tinha antes. Hoje, como eu não posso trabalhar como eu gostaria de ter trabalhado... É óbvio que eu preferiria mil vezes ter as minhas coisas com meu esforço do que estar conseguindo as coisas através de uma fatalidade. Porra, quem é que com 29 anos de idade quer ser aposentado por invalidez? Invalidez! Você não presta pra nada, você não vai trabalhar. Porra, isso não é o que eu queria pra minha vida. Eu era um cara que estava estudando, preocupado com o bem estar da minha filha, da minha família, e de repente, sabe, aposentado por invalidez. Eu preciso ser reparado, eu quero dar uma vida melhor pra minha mãe, pra minha filha, ajudar minha família no que eu puder. Eu quero fazer as minhas coisas, eu quero ter as minhas coisas. Eu quero ter uma casa legal, boa, pra mim e pra minha filha, com acessibilidade, eu quero não ter que dormir e acordar no outro dia com operação na favela do jeito que tem. Quero mandar minha filha pro colégio e não ficar preocupado com a volta dela que é a hora que a maioria das vezes tem operações na favela. Eu quero tirar minha família daqui, poder viajar, fazer minhas coisas, quero voltar a ser o que eu era antes. Teve uma parte da minha vida que deu uma ralentada, foi andando em *slow motion*, bem devagar, porque cara, quando eu estava no hospital, eu sempre disse que era só eu sair do hospital que eu ia conseguir ser a pessoa que eu era antes, que eu aí conseguir fazer o que eu fazia antes. Eu falei pra mim, beleza, agora eu sou cadeirante, eu não ando, ok, eu vou ter uma vida de cadeirante normal, de cadeirante feliz, igual um montão que vejo por aí. Mas por incrível que pareça eu fiquei mais frustrado em sair do hospital e ver que a vida não era, não ia ser do jeito que eu estava imaginando, do que

pelo fato de eu ter tomado dois tiros e ter ficado paraplégico. Acredita? Com 29 anos o cara não anda mais, não tem uma perna, eu não fiquei frustrado com isso. Falei, beleza, eu vou aceitar, sempre fui assim, eu vou aceitar. É difícil, com 29 anos, você tá na flor da idade, você tá saindo, você tá namorando, tá fazendo a porra toda. E aí beleza, é isso que eu tenho, ok. Eu tenho essa cabeça desde que eu entrei no hospital, eu acordei sete dias depois do como sorrindo, o psicólogo do hospital não tinha o que conversar comigo. Uma vez ele chegou pra minha mãe e disse “olha, o seu filho tá muito bem, eu tenho medo de começar a conversar com ele e é capaz de começar a chorar contando dos meus problemas do que ele contando os dele. Porque ele não está preocupado, não está frustrado, não está com raiva, não está revoltado”. Eu era assim, eu sorria, eu brincava, com todo mundo. Desde que eu coloquei o pé naquele hospital até o dia que eu saí eu era desse jeito. Só que aí eu falei, aconteceu? Beleza, eu tenho que aceitar, a vida me deu isso. Eu gosto de tocar nesse assunto pra mostrar pras pessoas que a vida não é só um mar de rosas, nem tudo é festa, a gente tem uma porrada de preocupação, a gente tem um monte de problema. Eu costumo dizer isso também porque se você olhar pro lado, você vai ver que tem gente com problema maior que o teu. Então, eu, Vitor Santiago, ter minha lesão medular, não andar e não ter uma perna, isso aqui pra mim é moleza, dá pra tirar de letra. Porque você pensa numa criança que nasceu com o vírus HIV e não vai sobreviver até os 10 anos de idade. Tu pensa numa criança que tem cinco anos e desde um ano de idade mora no INCA [Instituto nacional do Câncer] e não pode brincar como as outras crianças. Aquelas crianças que foram pro colégio em Realengo, entrou um cara e matou uma porrada, imagina? Qual foi a culpa daquelas crianças? Aconteceu e pronto. Aquela menina, Luciana, que foi baleada na [Universidade] Estácio [de Sá, no Rio Comprido]? Lembra, tomou um tiro no pescoço, hoje é tetraplégica, respira por ajuda de aparelho. Então, se você olhar pro lado vai ver gente com problema pior que o teu. Não dá pra você ficar reclamando da vida o tempo todo. A vida passa, passa e passa. E vida só tem essa, você vai sair daqui a pouco e não sabe o que vai acontecer contigo. E a vida é só essa, você tem que agradecer todo dia por estar vivo, ter as coisas que tem, ter os amigos que tem, a família perto. É isso que coloquei na cabeça. Por incrível que pareça eu tive essa ideia, eu vou sair do hospital e ter uma vida de cadeirante normal, vou me adaptar à cadeira de rodas. Não vou conseguir pegar nada em cima, mas vou tentar adaptar a minha vida ao máximo porque eu sempre disse que viver é se adaptar. Pra quem nasceu careca, pelado, sem dente hoje a gente ter tudo que tem é lucro. Só que eu renasci. Eu tive que me adaptar de novo. Eu

virei um bebê de 29 anos. Achei que ia sair e me adaptar, viver igual um cadeirante normal, ser feliz igual todos os outros. Mas aí que me arrebentei, porque o governo não fez nada por mim.

Você passa por esse processo de superação desse crime injusto contra você, mas mesmo depois disso comprovado você continua sofrendo injustiça?

É isso, depois que eu saí do hospital foi pior. Enquanto eu estava no hospital, eu tinha necessidades. Mas só quando eu saí do hospital eu vi a minha real situação, as minhas necessidades, que é um curativo, medicamento, uma cadeira de rodas. Pra ter noção, eu saí do hospital eu não ganhei nada do estado, nem um band-aid. A cadeira de rodas que eu usei durante um tempo foi a galera da comunidade que me deu, que se juntaram e compraram. A cama hospitalar onde eu dormia, foram amigos que conseguiram. Fralda geriátrica que usei durante muito tempo, a comunidade que juntou e me deu, dinheiro, tudo, tudo, tudo. E não é só isso, o cadeirante tem muitas necessidades. Tipo, o cara que tem uma lesão medular, ele tem bexiga neurogênica, o que é isso? A bexiga funciona, mas a pessoa não sente a vontade de fazer xixi, então ela enche, e quando ela está cheia ela esvazia sozinha. Então a pessoa tem incontinência urinária, se mijá. Por isso que o cadeirante passa sonda de cateterismo, uma sonda, de mais de 30 centímetros, enfia no canal da uretra até a bexiga, aí esvazia, faz o esvaziamento da bexiga. Todas essas necessidades eu aprendi depois né? A necessidade de fazer xixi de tanto em tanto tempo, de quatro em quatro horas – eu tô aqui conversando contigo, daqui a pouco o celular vai despertar, eu tenho que fazer. Por mais que eu não tenha tomado muito líquido durante o dia, eu tenho que esvaziar. Toda necessidade fisiológica, o esvaziamento da bexiga e do intestino, você tem que fazer cocô, tudo isso você aprende. E aí que tu vai vendo a real dificuldade, real necessidade que o cadeirante tem. É complicado. Se você não ganha num lado, é difícil de manter. É curativo, uma porrada de coisa. Eu falei, vou sair [do hospital] e vou levar a vida de cadeirante. Quem disse? Eu não tinha nada, morava numa casa com a minha mãe que era de dois andares, eu morava em cima com ela, aí eu tô na favela, perto dos meus amigos, perto de todo mundo, comecei a ter visita em casa, tranquilo. Meus amigos perto, mas eu não podia sair de casa pra ver meus amigos, pra poder estar na rua com eles e tal. Porque era segundo andar, três, quatro pessoas pra subir, três quatro pessoas

pra poder descer. Quer dizer, é brabo. Se eu não tivesse a cabeça, a mente que eu tenho hoje, seria pior.

E o papel da sua mãe na sua recuperação?

Minha mãe sempre foi costureira, a vida inteira, mas o tempo foi passando, ela largou a profissão e virou autônoma, trabalhou em feira com meu pai, e aí ela tem uma loja aqui. Depois do que aconteceu ela começou a correr atrás dos meus direitos, virou militante de verdade dos direitos humanos, de viajar, hoje ela viaja o Brasil todo – hoje ela trabalha na Redes [da Maré] – tá em tudo que é reunião, debate. Mas quando eu fui pro hospital ela meio que largou tudo. Meu pai ficava na loja mas eles quase não abriam no tempo que eu fiquei internado, eles estavam sempre no hospital. Minha mãe dormia no hospital comigo. Ela morou, ela conseguiu. Porque a pessoa só pode ter um acompanhante se ela for menor de idade, só que o meu caso, como eu fiquei paraplégico, não conseguia fazer as coisas, ela conseguiu documentação que ela pôde morar comigo no hospital – morar mesmo, morar de dormir, tomar banho lá, de almoçar, tomar café. Quase uma funcionária do hospital. E mesmo assim ela saía, conseguia arrumar o tempo dela de sair, de conversar com quem tinha que conversar, ah, o fulano de tal pode ajudar, ela ia. Minha mãe teve encontro a portas fechadas com um monte de gente importante aí, que prometeram ajudar, que falavam que iam fazer, e nada. Ela teve encontro a portas fechadas com [Alessandro] Molon, com [Marcelo] Freixo, [Jorge] Picianni, sabe, com um monte de gente. Marielle. Marielle Franco me ajudou pra caramba, me ajudou muito, muito. Muito gente boa, preocupada demais, foi me visitar no hospital, foi me visitar em casa, muito, muito gente boa. Ajudou pra caramba mesmo. E paralelo a isso minha mãe saía muito pra poder conversar com pessoas, sobre o que estava acontecendo, procurar ajudar. Ela deixou a vida dela de lado. Hoje ela está voltando aos pouquinhos, hoje ela tá mais realizada, porque tá trabalhando numa área que não é uma área que ela queria trabalhar a vida inteira, mas é uma área que a ocasião fez ela entrar, ela foi sendo empurrada, empurrada, e hoje ela tá na área que ela está se sentindo bem, que é essa área de direitos humanos, de discutir a militarização, dessa militância dos direitos das pessoas, hoje ela está bem, graças a Deus.

E seu pai?

Meu pai é casado com minha mãe ainda. É tranquilo demais, tem boca mas não fala. É aquele cara zen, na dele. Ele fica na dele, não sai, não bebe, gosta do rock dele, fuma igual uma chaminé. Gente boa demais, calmo, tranquilo.

Em relação aos estudos, qual sua formação?

Eu terminei o segundo grau, fiz o Técnico em Segurança do Trabalho e meu plano era ter feito faculdade de engenharia. Alguma coisa relacionada à área que eu tava estudando né, que era esse segurança do trabalho. Eu sempre gostei muito de comunicação social, muito. Sou um cara que acho que tenho uma facilidade muito grande pra me expressar, pra poder falar as coisas. Do jeito que eu estou conversando assim com você eu converso com qualquer um. Eu acordei assim no hospital com esse poder de persuasão, de poder falar as coisas com convicção das coisas, “minha opinião é essa, se eu falar que não é não”, aí queria fazer propaganda e publicidade, mas queria também fazer música, trabalhar com arte, queria um monte de coisas, mas aí um pouco antes do que aconteceu eu pensava em fazer mais cursos pra agregar ao meu currículo na área de técnica em segurança do trabalho, mas aí não deu certo né? Tive que dar uma parada.

Tem irmãos?

Tenho dois irmãos. Um irmão gêmeo, mas ele não é idêntico a mim não, e o Júnior, que é um pouco mais novo, acho que tem 30. Eu tenho 32, Vinicius 32. Mas eu tenho dois irmãos por parte de pai também, Sérgio e Diogo, que são mais velhos. Moram aqui no Pinheiro também.

Como foi o reencontro com sua filha após o acidente?

Ela tinha dois anos. Aí tu pensa, eu sou um cara que todo final de semana tava com minha filha, todo final de semana eu saía. De repente eu fiquei 98 dias sem ver minha filha. Minha filha era um grude comigo. E fiquei 98 dias sem ver ela. A maior parte do tempo que eu fiquei no hospital foram em CTIs. Mas teve um dia que ela foi me visitar, e ela não me reconheceu muito bem. Sabia que eu era o pai dela, mas me estranhou, foi uma visita curta. No hospital eu mudei um pouco também porque deixei crescer a barba e o cabelo, eu falei só vou cortar o cabelo e a barba quando eu sair do

hospital. E eu tomei muito antibiótico, meu tom de pelo ficou diferente, eu fiquei mais escuro, fiquei magro, olho fundo, e aí quando eu voltei do hospital e fui pra casa, eu ainda estava barbudo e cabeludo, e ela meio que me estranhou. No mesmo dia ela foi lá em casa, levaram ela lá em casa, ela dormiu lá em casa, mas ela me estranhou. Mas imagina, eu andava, eu fazia de tudo, e eu tô numa cama o tempo todo. Eu tinha ferro na minha perna daqui [início da cocha] até a canela, na lateral. E aqui [aponta pra outra perna] eu não tenho uma perna. Aí deitado ali, você vê o seu pai de fralda, de ferro na perna, com uma perna a menos, aí ela ficou na porta assim, não me rejeitou sabe, depois veio falar comigo, me beijou. Mas quase todo dia a gente se falava por vídeo chamada, mandava áudio, ela falava que estava me esperando, que ia me esperar, que a gente ia sair de novo, ia fazer as coisas. Aí o tempo foi passando ela foi acostumando. Eu digo que minha filha ela amadureceu muito depois do que aconteceu, hoje ela tem cinco anos mas tem uma cabeça... ela é muito igual a mim, ela ri de tudo, é muito observadora, tá aprendendo a ler agora, tá lendo tudo que passa na televisão, gosta muito de ficar aqui, mesmo com regra, com ordem, com tudo no devido lugar, com a doutrina que a gente tem aqui, ela gosta de ficar aqui pra caramba. A gente sai, ela ganha presente, se tá merecendo ganha, se não fica de castigo, e fica de castigo mesmo, não mexe em nada, não tem tablet, televisão, não tem brincadeira, não tem rua não tem nada. Mas é aquilo né, dói, é chato demais, é muito complicado. Tu tem que tá preparado. É assim, com o teu corpo, com as tuas coisas, quando é contigo eu acho que não é tão difícil de você se resolver. Se acontece alguma coisa com você, como aconteceu comigo, foi mais fácil pra mim, pra eu me resolver, pra eu me aceitar, do que você chegar e ouvir da tua filha de cinco anos que ela preferia quando você andava. Porra, imagina, é de partir o coração em 500 milhões de pedaços. Eu falo pra ela, filha, faz um desenho do papai. Ela: “com duas pernas?”. eu, “não filha, papai não tem uma só?”, “não anda na cadeira de rodas?”. Ela, “ah, mas eu prefiro com duas pernas, eu só lembro de você com duas pernas. É foda! Você tem que ser forte, tem que ter um psicológico lá em cima, porque se não tu cai. Eu o que eu falo, corpo são, mente sã. Se eu não tiver bom, a cabeça faz merda.

E a história da sua família, todos são da Maré?

Minha avó era de Minas, minha mãe morou um período lá mas vieram pra cá pequeninhos, e desde então mora todo mundo aqui – quando isso aqui era palafita,

casa em cima do valão, casa bem precária mesmo. Minha mãe tem 55 anos. Ela ficou muito revoltada com o que aconteceu. Não é por menos né? E é aquilo, o meu psicológico é diferente do teu. O meu psicológico é diferente até de pessoas que já estão acostumadas a trabalhar com pessoas dessa forma, sabe, um psicólogo, um cara que já tá acostumado a tratar com pessoas dessa forma, o cara conversa todo dia com gente assim, que sofreu um atentado, um acidente, que tem todos os motivos do mundo pra tá em depressão, se acontecer alguma coisa com essa pessoa, essa pessoa pode reagir de forma diferente. Pode ser aquela pessoa que está acostumada a dar conselho a vida inteira, mas na hora que acontece, meu irmão, você tem que se virar para tirar força de sei lá onde pra poder viver, pra poder melhorar. É o que eu falei, comigo é mais fácil, foi mais fácil pra eu me resolver do que passar o que eu tenho aqui pra cabeça da minha mãe, pra cabeça da minha filha que hoje tá me vendo com uma perna só, da minha mãe que ficou revoltada com o que aconteceu, que não confia na segurança pública.

Essa lembrança dos acontecimentos, você sempre lembrou de tudo?

Eu fui lembrando das coisas aos pouquinhos. Quando eu acordei do coma eu soube responder todas as perguntas que os médicos fizeram pra mim, porque eu lembrei que quando eu cheguei no hospital, sabe aquelas imagens de filme de só a luz no alto passando, sabe, aí eu lembro que vi tinha enfermeira, tinha médico do meu lado, alguém falou pra mim “não dorme, olha, você tá no hospital tal, fala seu nome”, aí falei meu nome, “você mora com quem”, “qual é o nome da sua mãe”, “você tem filha”, “qual é o nome da tua filha?”, quando eu acordei eles me perguntaram coisas que eu soube responder. Depois eu fiquei pensando, como é que eu soube que eu estava no hospital Getúlio Vargas, como é que eu soube responder que eu tava assim, assim, assado? Com o tempo eu fui lembrando desse pedacinho, que já foi no hospital. Daí pra frente foi tratamento atrás de tratamento.

Quando você percebeu que perderia os movimentos das pernas?

Quando eu tomei o tiro eu já sabia, eu já não sentia nada. Procurei ficar o mais acordado possível, foquei em mim. Eu achava que seria um trauma passageiro, não estou sentindo nada, mas vou chegar no hospital eles vão fazer alguma coisa e vai voltar. Dormi por sete dias, acordei, olhei pra perna, tentei dar comando, nada. Aí só confirmou o que eu já sabia. Só confirmou. Tipo assim, quando aconteceu comigo,

pensei, 50% de que vou ficar paraplégico, de que nunca mais vou andar, não vou mexer nada. Aí quando acordei no hospital confirmou os outros 50%. Mas tô vivo, vi minha mãe, perguntei pela minha filha, ela falou que tava bem, mas tô vivo. Não chorei, não gritei, não esperneeii, sabe, momento de depressão eu não tive nenhum até hoje na minha vida, porque eu sei que eu sou capaz de fazer tudo, eu sei que eu sou capaz. Hoje eu tenho uma companheira comigo, sei que dá pra eu morar sozinho, dá pra fazer um montão de coisa, dá pra ir lá dentro fazer comida, lavar louça, tomar banho.

Por conta do acidente, você teve um projeto em especial que foi interrompido?

Meu sonho interrompido é esse de ser músico. Eu gosto muito de sair, tenho muito amigo que tá todo final de semana saindo pra tocar, pra fazer as coisas, eu tinha esse projeto, essa vontade muito grande de ser músico e viajar, sabe, viajar com música, ganhar o meu dinheiro, ser feliz com isso. Mas são coisas que você tem que se adaptar, você tem que aceitar, se ficar lutando contra os fatos naturais da vida é complicado. A gente está aqui de expectador. Se você não fizer por onde teu tempo vai passar e vai ver lá na frente tu não fez nada, chega lá no fim tu tá arrependido, com 40, 50 anos e olha pra trás e não fez nada. Eu só soube aceitar que a vida foi traçando pra mim. Eu hoje tô tranquilo, projeto mesmo que eu tive que interromper, que sei que não vou conseguir... Assim, eu sei que não vou conseguir viajar como músico, que era minha vontade, mas eu posso viver de música. Posso montar um estúdio. Hoje eu toco cavaquinho, posso daqui a pouco botar uma placa aqui e ter alunos. Isso é viver de música. Mas não da forma que eu queria, de poder sair, de poder viajar, de conhecer gente, de estar de madrugada tocando. Mas posso abrir um estúdio, virar um técnico de som. Mas não da forma que eu queria.

Como você conheceu a esposa atual? Foi depois do acidente, certo?

Eu conhecia a prima dela, que trabalha no Getúlio Vargas, que é enfermeira lá, e durante a minha estadia no hospital ela ia lá, me ajudava, conversava. Depois que eu voltei, minha mãe, que aprendeu muito no hospital, sabia fazer curativo, tudo, mas ela morava aqui no [Morro do] Timbáu e vinha ajudar minha mãe. E ela ia sempre junto com a prima. E assim, amizade mesmo, ela namorava na época, ficava sempre nós três lá, conversando, assistindo filme, brincando, sorrindo, até que ela passou a ir lá em casa mais vezes sem a prima, aí a gente se falava mais, começou a se falar de forma

diferente, aí foi acontecendo, rolou. Mês que vem agora faz dois anos que gente tá junto.

Mas pra arrumar uma namorada na sua situação é mais difícil, não?

Cara, é difícil mas não é impossível. Sabe por quê? Se o ser humano souber a capacidade que ele tem pra fazer as coisas, se você soubesse a capacidade real que você têm pra fazer as coisas, você faria muito mais do que faz hoje, você teria mais do que você tem hoje. Infelizmente eu descobri isso depois do que aconteceu. A minha preocupação como cadeirante pra arrumar uma namorada era assim: porra, como é que eu vou arrumar uma namorada sendo cadeirante, sendo que eu tenho necessidade de ajuda pra tudo? Eu pra descer da minha casa eu tenho que ter três pessoas, pra subir, três pessoas, como é que eu vou arrumar uma namorada disposta a levar uma vida caseira – que é coisa que eu não tinha antes, eu sempre tava na rua –, então como vou fazer pra arrumar uma namorada hoje sendo cadeirante? Como vou arrumar alguém que vai se adaptar a essa vida, de não sair a quantidade de vezes que ela tava acostumada a sair, de não sair com o namorado como os namorados saem normalmente? Isso aí o tempo vai dizendo, devagar as coisas vão se encaixando, as coisas vão acontecendo, quanto tu vai ver, já foi. E te falar, hoje eu não tenho tabu nenhum, não tenho pudor de nada. Tudo é diferente de verdade. Você tem 29 anos e de repente é um cara que usa fralda, como vai arrumar uma namorada usando fralda? Você é um cara que não tem vontade de fazer xixi, não tem vontade de fazer cocô. Obviamente você perdeu a sensibilidade do pênis. Não que você não seja ativo como uma pessoa normal, não que você não tenha uma ereção. Cadeirante tem. Todo mundo tem muita dúvida sobre isso, “ah, mas como é que faz?”. Outro dia uma amiga tava me perguntando, falou que tinha curiosidade pra saber. Falei, olha, tô fazendo dois anos com minha namorada, você acha que a gente vive de quê, de luz, de amor, de beijo, de conversa, de carinho?. E ela, “não sei, tem gente que tem amor por bicho, por não sei o quê”. Falei, não, pô, no meu caso é diferente, se as pessoas parassem pra estudar mais, procurassem saber de verdade como é a vida dessas pessoas que tem esse tipo de debilidade, elas iam entender. E é aquilo, é muito diferente, no começo, meu irmão, como é que faz? Você usa fralda, você não manda na tua cabeça, tua ereção não é através do tesão, do cheiro, do toque. É outra coisa, tem umas pessoas que usam remédio, outras o estímulo é diferente. É diferente, o tempo vai passando e você vai se encaixando, se adaptando, quando tu vê, não é nenhum bicho de

sete cabeças, é mais fácil do que você imaginava. Eu sei que eu tenho um relacionamento muito bom com ela, me ajuda pra caramba, e sei lá, dependendo do que possa acontecer daqui pra frente eu sei que eu vou conseguir fazer tudo de novo, de forma natural. Porque eu tive que me adaptar à vida, algumas pessoas precisam se adaptar a mim. E eu preciso me adaptar a algumas pessoas. É assim, o tempo vai passando, você vê que é bem fácil. Tiro muita coisa de letra hoje. O pior já passou, podia ter morrido. Em fevereiro do ano que vem poderia completar quatro anos de morte.

O que foi importante pra superar as dificuldades que têm encontrado?

O ser humano sabe se desafiar o tempo todo. Hoje, eu, Vitor Santiago, falo da forma que eu vivo, falo da forma que eu falo. Agora você está aí não se imagina da forma que eu tô. É importante você estar cercado de pessoas legais também, isso faz muita diferença, pessoas que gostam de você, que estão aí pra te dar força. Quando aconteceu isso comigo, surgiram vários amigos, mas sumiram um montão, sumiram vários. Pessoas que eu não imaginei que fossem se aproximar, que fosse virar meu amigo, são as pessoas que me deram o maior apoio, me dão apoio até hoje. E outras que se precisasse de um transplante de rim eu tiraria o meu pra ele, pra não ver ele na merda. É a pessoa que virou as costas, que sumiu. É desse jeito. É muito bom você estar cercado de pessoas que você gosta, de pessoas que te levantam. Quando aconteceu isso comigo eu estava na minha mãe, tava sem sair e tal, e uns camaradas me ligavam e falavam vamos sair, hoje você quer fazer o quê, quer ir ao cinema? Que ir na praia? Vamos comer, vamos no restaurante. Chegavam, me colocavam no carro e me levavam. Isso ajuda muito, o apoio da família, ajuda demais. É um desafio por dia, a cada coisa que acontece, a gente tem que ir se adaptando. Não tem nada tão ruim que não possa piorar. É o que eu penso. Um dia foi pior, se acho que hoje tá ruim, já teve dia pior. O dia que eu chegar e falar hoje tá ruim, pensar dessa forma, vou olhar pra trás e vou ver que um dia foi pior, que poderia ter sido pior também, imagina se eu tivesse morrido, se eu tivesse ficado tetraplégico? Sem nem sentir o toque da minha filha, sem nem poder abraçar, beijar, nada, de não poder pegar na mão dela numa caneta, num lápis e não pudesse ensinar ela a escrever, a desenhar, se eu ficasse inerte numa cama o tempo todo?

Anexo 2 (Entrevista com Ana Paula Oliveira)

Realizada na tarde do dia 5 de junho de 2018, próximo à estação de trem de Manguinhos, no Rio de Janeiro.

Na minha pesquisa procuro mostrar como a mídia invisibiliza e em alguns casos criminaliza as vítimas moradoras de favelas...

Eu costumo dizer que o Johnatha foi e continua sendo um ser muito iluminado, ele chegou na minha vida eu tinha 17 anos. Foi uma gravidez não planejada, o pai do Johnatha foi meu primeiro namorado, essa gravidez chegou num momento em que meu pai e minha mãe tinham acabado de se separar, então assim, a nossa vida tava um turbilhão, e aí eu falo que o Johnatha foi aquela pessoa que chegou na minha vida pra transformar mesmo. Ele transforma a minha vida a partir da chegada dele e ele continuou transformando a minha vida, mesmo depois da partida dele, ele é esse ser que tem me impulsionado a me manter viva, por causa dele. Porque como você disse, não é só matar ele. A polícia ela mata, mas não basta só matar, matar o corpo, tem que matar a dignidade da pessoa, tem que tirar tudo de melhor dessa pessoa. Eu acho que se a política tivesse matado meu filho, mas em algum momento tivessem falado foi um acidente, ou como eles costumam frisar em casos onde está muito esclarecido e não tem como eles alegarem auto de resistência ou legítima defesa, e aí são aqueles casos que eles colocam “ah, foi bala perdida”. Acho que se eles tivessem colocado o caso do Johnatha como bala perdida, por acidente, por engano, sabe, se tivessem pedido desculpas à família, eu acho que nem estaria nessa luta. O que me impulsionou a estar nessa luta, essa vontade de colocar pra fora toda essa dor, toda essa revolta, dessa injustiça que fizeram com meu filho, foi o fato de terem tirado a vida dele, e além de tirarem a vida dele, terem tentado transformar a vítima em culpada pela própria morte. No dia seguinte ao assassinato do meu filho, eu tava aguardando pra ir pro enterro, e a televisão tava ligada, e aí passou uma foto do Johnatha, e aí a apresentadora do programa falou, lembro perfeitamente, foram essas palavras: “mais um jovem morto pela polícia em Manguinhos. A polícia alega que foi troca de tiros”. Mas um tiro nas costas? Aí um policial desses programas policiaiscos que tava lá pra fazer os comentários falou, “a família tá alegando que o jovem não tinha nenhum envolvimento com o tráfico, mas vamos aguardar as investigações”, isso e aquilo. Aquilo ali me deu um baque, uma coisa, eu senti como se tivessem matando o meu filho de novo, aquilo pra mim foi muito dolorido. Eu falei assim, ninguém nunca me ajudou na criação do

meu filho, nunca tive nenhum auxílio de estado de nada, e esse mesmo estado vem tirar a vida do meu filho e aí tentam de todas as maneiras criminalizá-lo. Eu falei, eu não posso deixar isso. Eu não sei de onde eu tirei forças, mas eu sei que as coisas foram acontecendo naturalmente. Quando eu me vi já estava assim envolvida, quando eu me vi já estava indo pros lugares, lutando, com a camisa com uma foto estampada no meu peito, por que tenho orgulho de ser a mãe do Johnatha, tenho orgulho de falar do meu filho, então pra mim é importante, em qualquer lugar que eu vá, levar a camisa, se eu não tiver com a foto dele ali pra mim não tem sentido. Foi isso, quando eu vi, já estava essa proporção. Eu lembro que na missa de sétimo dia do Johnatha, que foi aqui na capela São Daniel em Manguinhos, eu sei que antes de chega o dia da missa eu falava muito que eu quero que a gente faça alguma coisa. Não vai ser uma missa e a gente ficar silenciada, depois da missa vamos fazer um protesto, uma caminhada, alguma coisa, tem que fazer. E aí aconteceu isso, foi o primeiro protesto que nós fizemos por conta da morte do Johnatha, na missa de sétimo dia. E dali eu fui, lembro depois que o primeiro lugar que eu falei sobre o que tinha acontecido com o Johnatha fora de Manguinhos, foi um mês depois da morte dele, a minha irmã que viu alguma coisa na internet, no Facebook, que ia ter um protesto no Chapéu Mangueira, e aí ela falou que ia ter um monte de familiares, de pessoas que perderam filhos também com essa violência e perguntou seu eu queria ir. Aí eu lembro que fui eu, minha mãe, minhas irmãs, meus sobrinhos, foi o primeiro protesto que eu fui fora de Manguinhos e ai lá eu encontrei várias mães e tinha uma faixa enorme escrito assim: “A festa nos estádios não valem as lágrimas das favelas”. Essa frase mexeu bastante comigo. E também os relatos que fui ouvindo de outras mães, aí fui entendendo um pouco o que tava acontecendo, porque que estavam nos matando. Era época de Copa do Mundo, 2014, praticamente um mês depois do assassinato do meu filho, ele foi morto no dia 14 de maio [de 2014], quando foi no dia 18 de junho, os policiais da UPP estavam assassinando mais um jovem aqui em Manguinhos. Era um dia que tava tendo jogo no Maracanã, os olhares todos do mundo voltados pra lá, e ninguém tava interessando em saber o que tava acontecendo em Manguinhos. Naquele momento mais um jovem tava sendo assassinado por policiais da UPP com um tiro no olho. Simplesmente porque ele foi questionar a abordagem dos policiais com outro rapaz. Sabe, são essas coisas... eu costumo dizer também que não só o policial que aperta o gatilho e tira a vida das pessoas tem que ser responsabilizado. Não só eles tem a mão com sangue dos nossos filhos, tem também a mídia, tem infelizmente essa parte da sociedade que vive gritando que bandido bom é bandido

morto, mas se esse bandido for pobre, preto, favelado, aí sim pode ser morto. E isso vai legitimando e dando força pra polícia entrar nesses locais, nessas favelas, que são lugares onde as pessoas na maioria das vezes não sabem dos seus direitos, ou sabem, mas sabem que esses direitos não são respeitados, porque dentro da favela nossos direitos não são respeitados mesmo. Então é assim, pra polícia é como se a favela fosse um território sem lei, onde eles podem entrar e fazer o que quiser e nada vai acontecer. Então essas pessoas também tem responsabilidade quando esse sangue é derramado. Porque a polícia acaba se prevalecendo disso, desse discurso da sociedade, pra entrar na favela, matar quem eles quiserem, independente se é envolvido com o tráfico de drogas ou não, eles vão matar de qualquer forma, e vão sempre alegar, “matei porque era bandido”, porque eles falando isso a sociedade não quer nem saber, tranquilo. E aí cabe a quem fazer alguma coisa? Sobra pras mães dessas vítimas, porque ninguém vai fazer nada, ninguém vai fazer nada. A gente não tem escolha. As pessoas falam, “você é forte”, não sei. O meu desejo desde o início é uma necessidade que eu sentia de falar do Johnatha, de falar do meu filho, de botar essa dor pra fora, porque é uma dor que vai sufocando a gente. Sempre falei que eu não queria morrer com essa dor. Já ouvi vários relatos de mães que adoeceram e faleceram por conta dessa dor de perder um filho. As pessoas ficam doentes, adoecem... a gente está aqui pertinho do Fiocruz, uma instituição grande, e as pessoas chegam com as doenças e é só mais uma doença, uma diabetes, uma pressão alta, mas quem é que vai lá pesquisar por que que isso tá ocorrendo?

Eu trouxe aqui uma fotos do Johnatha [ela mostra fotos e lembranças]. Esse daqui é o pezinho dele no dia que ele nasceu, eu até penso em fazer uma tatuagem do pezinho dele. Ele nasceu bem magrinho, com 2450 gramas, dia 4 de dezembro [de 1994].

Foi uma gravidez não desejada, mas você disse que ela mudou sua vida. E como foi a relação com o pai, vocês continuaram juntos depois de engravidar?

O pai dele tava com 24 anos quando eu engravidei. A gente ficou junto e, como acontece na favela, contei pra minha mãe, aí minha mãe teve que contar pro meu pai, chamou meu pai, e meu maior medo era que colocassem a culpa do que aconteceu na minha mãe, por conta da separação, que separou e agora aconteceu isso, a culpa foi da mãe que não cuidou, isso e aquilo. Tinha muito esse receio. Mas minha mãe e meu pai, depois da separação, não conversavam mais, quando se encontravam era só discussão. Quando o Johnatha nasceu... eu fiquei muito magoada por tudo que meu pai tinha feito

com minha mãe, e eu não tava falando com meu pai. Quando o Johnatha nasceu, ele nasceu na Casa de Saúde em Bonsucesso, a primeira pessoa que chegou lá pra me visitar foi o meu pai. Eu lembro que tinha saído da sala de cirurgia, porque foi cesariana, e eu tava ainda meio sonolenta, e ele chegou lá pra ver o Johnatha e chorou, ficou emocionado. Depois disso teve uma aproximação, depois que eu vim pra casa, com o Johnatha, teve uma aproximação do meu pai e da minha mãe por conta do Johnatha, então a relação deles foi outra, se transformou. E eu amadureci mesmo, tomei aquela responsabilidade de ser mãe, lembro quando o Johnatha tava mais ou menos com uns 10 meses de idade, eu consegui o meu primeiro emprego, foi até numa creche comunitária aqui onde trabalhei por oito anos, Johnatha estudou nessa creche.

O Johnatha era aquela pessoa que até hoje, quando a gente lembra dele, quando a família se reúne pra falar do Johnatha, não tem como não rir. No final a gente chora, às vezes as lágrimas escorrem, mas é por conta da saudade, da falta que ele faz pra gente, porque ele era tudo aquilo que eu queria ser. Eu sempre fui uma pessoa muito tímida, as minhas amizades eram as minhas irmãs, e o Johnatha não, era aquele menino extrovertido, alegre, gostava de dançar, não tinha vergonha de nada. Era aquele garoto que passava e falava até com poste, sabe. Muito, muito, muito querido, muito amado. Na minha família era super amado. Foi o primeiro neto dos meus pais, o primeiro sobrinho dos meus irmãos. Ele foi uma pessoa maravilhosa.

E a adolescência dele, gostava de estudar...

Ele era um pouco preguiçoso, tinha que ficar no pé. Ele parou no primeiro ano do ensino médio, por conta do quartel. Ele foi servir o exército, contra a minha vontade, porque eu não queria mesmo que ele servisse o exército. Eu ficava vendo os noticiários, essas coisas, que os meninos eram maltratados, via reportagem sobre treinamentos muito forçados que às vezes levava à morte. Mas isso tudo me preocupava, eu não queria. Mas ele muito influenciado pelos amigos que já tinha servido, tinha um amigo dele que viajava, ganhava dinheiro na viagem quando ia, foi pro Haiti, quando voltava, voltava cheio de histórias. Aquilo foi influenciando, “não mãe, vou pro quartel porque eu quero ser paraquedista”, e o pai dele incentivava ele a ir, dizia que queria ter servido o exército mas não serviu. E aí ele acabou indo.

Quando ele faleceu ele tava mais ou menos uns dois meses sem ir pro quartel. Ele não queria mais ir pro quartel, ele já tinha ficado um tempinho sem ir, aí eu levei ele, conversei com ele, falei “você escolheu isso, agora você vai ter que ir até o final”,

porque um ano é obrigatório né, de servir, falei “porque se não você não vai conseguir arrumar um trabalho, fazer nada”. Eu tava muito triste também com essa situação, porque as vezes ele chegava até chorando do quartel. E meu filho não era daquele jeito, não era uma pessoa triste. As vezes que eu vi o Johnatha triste foi depois que ele foi pro quartel. A gente conversava muito, sobre tudo. Namoradas, tudo, tudo, tudo a gente conversava. Tinha uma relação muito boa, e aí ele começou a me falar. Minha irmã tinha dada um relógio pra ele de presente, esse relógio foi roubado dentro do quartel. Quase que todo mês tinha que comprar farda, porque falavam que a farda já não tava boa, tinha que comprar farda nova. Arrombavam o armário dele, sei que foram acontecendo um monte de coisas, lá, fora o que ele não me contou, porque uma vez eu falei pra ele que eu iria lá, então ele ficou “mãe, tá doida, não vai lá não!”, então a partir daí ele passou a não me contar mais nada. Eu sei que ele não quis ir mais pro quartel. Uma semana antes dele ser assassinado – que ele foi assassinado no dia 14, foi três dias depois do dia das mães – a gente tinha conversado e ele falou assim pra mim “mãe, eu vou voltar pro quartel”. Eu falei, é você tem que ir mesmo. Mas não deu tempo, porque na semana do dia das mães que ele me falou, que quando passasse o dia das mães ele iria voltar. Faltava pouquinho pra ele cumprir o tempo.

E na adolescência, o que ele gostava de fazer?

Ele amava soltar pipa, amava. Tem um monte de amigos dele que às vezes para pra conversar comigo, fala “caramba, quando a gente botava pipa no alto daqui a pouquinho o Johninha vinha e saia cortando geral”, essas histórias que os amigos contam e que vão enchendo seu peito de alegria. Ele gostava de soltar pipa, ele gostava de jogar bola, mas jogar bola ele não jogava muito não. Sempre que tinha uma baguncinha dos amigos que formavam um time pra jogar bola ele ia, mas ele gostava mesmo era de soltar pipa. Uma coisa que ele amava e que todo ano ele fazia junto com a minha irmã, era uma viagem pro estado do Rio, onde a comadre da minha irmã mora. Ele só não foi um ano antes dele falecer – porque essa viagem minha irmã fazia sempre em outubro, que é o aniversário do afilhado dela. E ele amava ir pra esse lugar e eu nunca tinha ido pra esse lugar com ele. Tinha mais ou menos uns seis anos que eles iam direto, e ele quando ele voltava, ele voltava assim “mãe, a gente podia morar lá, a gente tinha que se mudar pra lá”. É uma cidadezinha do interior [São Sebastião do Alto], é porque lá tinha cavalo. Minha irmã falava que ele já descia do ônibus já procurando os cavalos, porque ele gostava. Era o sonho dele, desde pequenininho, o sonho que ele

tinha era ter um cavalo. Quatro anos de idade ele era louco por cavalo, e ele não tinha medo. Aparecia um cavalo assim na favela, daqui a pouco podia contar que o Johnatha tava em cima. Ele era apaixonado por cavalo, sempre falava, um dia quando eu tiver dinheiro, eu vou comprar um cavalo pra mim. Cachorro também, ele era muito apegado a essas coisas.

O pai sempre foi presente?

Sim, sempre foi presente, mas nunca foi aquele pai de conversar, porque o pai dele é bem fechado. Então tudo que acontecia com o Johnatha era eu quem tomava a frente, que resolvia tudo. Até mesmo reunião na escola, geralmente quem ia era eu.

Vocês continuam juntos?

Não. A gente mora na mesma casa, mas já não tem relação de marido e mulher. A gente tem uma outra filha, a Maria Paula, que vai completar 13 anos. Ele lá tem a vida dele e eu a minha. Antes do Johnatha falecer a nossa relação já não estava muito boa. Até conversava sobre isso com o Johnatha. Mas assim, pro Johnatha sempre foi um pai carinhoso, um pai babão, mas é porque ele tem uma mente de que o pai é só pra trabalhar, colocar as coisas em casa, pronto, acabou. Ah, tem que levar pro médico, era eu. Ah, tem que... tudo, eu. Sempre tomando a frente de tudo. Mas o Johnatha gostava muito dele, muito. Sei que até hoje ele sofre bastante com a perda do Johnatha.

E o pai se envolveu com os movimentos de luta junto com você?

Não. Inclusive quando eu falei que não ia deixar isso passar, porque sempre falei que eu tinha muito medo, uma coisa que me incomodava muito, era o Johnatha ser colocado apenas como um número, meu filho ser apenas mais um número pra estatística de violência. Eu falei, meu filho não é um número, o Johnatha tem muito significado, ele é muita coisa, ele tem muita história, meu filho tem mãe, tem uma família que ama ele demais, mesmo hoje ainda, a gente não tendo a presença física dele, ele é muito amado, muito amado. E é um amor que eu tenho certeza que, onde quer que ele esteja, ele consegue sentir esse amor que a gente tem por ele, que é uma coisa que não dá pra descrever, mas é muito forte. Eu jamais ia deixar meu filho ser mais um número pra estatística de violência. Você falou que eu já devo tá cansada de falar, mas o objetivo é esse mesmo, quanto mais pessoas souberem quem é o Johnatha, o que aconteceu com ele, sabe, infelizmente não parou só nele, porque acho que toda mãe quando perde um

filho da maneira que eu perdi o meu, nosso maior desejo é que isso não acontecesse mais com nenhum menino, que nenhuma mãe mais sentisse essa dor que não tem nem como descrever. É uma dor tão grande, que eu não desejo nem pra pessoa que tirou a vida dele, eu não desejo essa dor.

Quando o Johnatha morreu a irmã dele tinha oito anos...

É uma coisa, porque apesar da diferença de idade dos dois, eles eram muito, muito, muito apegados. O Johnatha junto com a Maria Paula parecia que ele tinha menos idade do que a Maria Paula, era aquele irmão que eu tô na cozinha, os dois na sala, no sofá lá, e “oh mãe, a Maria Paula aqui de abuso”, “oh, mãe, a Maria Paula aqui implicando”. Era o tempo todo, sabe. Se eu saía, ia no mercado com a Maria Paula, daqui a pouco vinha ela correndo, “mãe, olha aqui, leva isso daqui pro Johnatha”, “leva esse biscoito pro Johnatha”, “é desse biscoito aqui que o Johnatha gosta”, não sei o quê. Eles tinha muito isso, uma ligação muito forte de irmão, de se cuidarem, de carinho.

E como foi pra ela, quem contou pra ela?

Ai Vitor... olha, no dia que aconteceu isso, era... o Johnatha saiu de casa por volta de três e meia da tarde numa quarta-feira. Ele saiu com a namorada, ele falou assim “mãe, eu vou levar a Ingrid em casa”, eu tinha terminado de fazer um pavê. Porque a gente morava bem aqui [apontando para a avenida ao lado da Estação de Manguinhos] na pista. Arrancaram várias casas aqui, a minha casa foi uma das casas que foi retirada pra passar essa pista, porque o negócio do governo é fazer obra, né? Isso daí que dá pra eles arrumarem dinheiro, bastante falcaturia, bastante superfaturamento pra encher o bolso deles. Então, esse lugar aqui atrás da estação foi onde eu nasci e fui criada, foi o lugar onde o Johnatha nasceu e foi criado. Quando ele faleceu tinha apenas sete meses que a gente tinha conseguido se realocar em outra casa, aqui mesmo em Manguinhos, mas mais pro lado de lá da Avenida dos Democráticos, mais pro lado de fora ali da favela. Tinha sete meses, a gente comprou a casa, a gente tava ainda fazendo obra, reformando, vários planos. Fomos eu, ele e Maria Paula e o pedreiro que é meu amigo de infância pra comprar os pisos da casa, cor de tinta pro quarto do Johnatha, essas coisas todas. E aí... mas antes disso tudo a gente passou por muito sofrimento, porque aqui nesse lugar, a rua onde nós morávamos, os vizinhos me viram na barriga da minha mãe. Era praticamente uma família mesmo. Os vizinhos mais antigos foram os vizinhos que vieram com a minha avó paterna da favela do Caju, porque minha avó veio

de uma remoção da favela do Caju pra Manguinhos. E a minha mãe veio com a minha avó paterna da favela da Praia do Pinto, que dizem que foi um incêndio criminoso, e veio pra cá. E meu pai com a minha vó da favela do Caju. E eles eram ainda crianças. A minha vida começa aqui. Aí quando começou essa história de remoção, eu vendo meus vizinhos indo embora, as casas sendo destruídas, ficando só o esqueleto, parecendo aquelas casas dos países que estão em guerra. Aquilo tudo foi mexendo muito com a gente. A gente viu os nossos vizinhos adoecendo, nós todos só tínhamos cara de choro, na minha casa e na casa da minha mãe – porque morava, minha mãe, eu em cima, minha irmã do outro lado. Minha avó paterna aqui, minha prima, minhas tias avós. Então a rua era praticamente família, e toda vida foi assim. De uma hora pra outra as pessoas chegam e falam que as pessoas vão ser retiradas. Muitos vizinhos foram pra outras favelas, pra outros lugares bem longe, pra Baixada, e aí chegou uma época na minha casa que a gente nem atendia o telefone com medo, porque eles estavam fazendo pressão pra ir lá, assinar o cheque logo, porque eles queriam o terreno. Foi muito sofrimento, até conseguir comprar essa casinha onde eu moro hoje.

Quando o Johnatha foi assassinado foi sete meses depois disso tudo, e eu achava que isso tudo que a gente tinha passado aqui tava sendo a pior ação do estado contra mim, contra a minha família, nunca que eu ia imaginar que o pior ainda estava por vir. Aí foi quando acontece o assassinato do Johnatha. Ele saiu de casa com a namorada, ele falou, “mãe, eu vou lá levar a Ingrid”, aí eu falei, “filho, a mãe acabou de fazer um pavê, porque minha mãe e a minha irmã ainda estavam morando aqui, ainda não tinha conseguido comprar casa, aí eu assim, “leva pra sua avó, já que você vai levar a Ingrid em casa, é caminho, deixa o pavê lá na sua avó, fala pra ela que à noite eu vou lá”, porque todo dia a gente vinha, porque era muito difícil, a gente conviveu a vida toda junta, e na minha família a gente é muito ligado, muito unido. A gente vinha todo dia, falei, “fala pra sua avó que à noite eu vou lá, leva o pavê”. Ele veio, deixou o pavê, minha mãe falou que ela tava lavando louça, aí ela falou assim, “Ah, Johnatha, deixa aí em cima, tá cheio de coisa no freezer, quando acabar aqui eu guardo que tem que arrumar espaço”, e ele, “não vó, minha mãe falou que assim que eu chegasse aqui era pra colocar o pavê na geladeira”. Minha mãe conta que parou de lavar a louça, foi lá e tirou as coisas e botou o pavê. Ela falou que ele ficou brincando com o cachorro e depois falou “vó, tô indo”. Ela falou que quando ele desceu ela olhou da janela, ela lembrou que o vizinho, antes dele chegar, tinha um vizinho comentando que os policiais da UPP tavam fazendo ronda, que tavam fazendo abordagens agressivas nos moradores,

que tavam com a corda toda aquele dia. Aí ela lembrou e perguntou pro Johnatha se ele tava com identidade, né, porque tem muito isso, porque tá com identidade, tá com documento, como se isso fosse respaldar alguma coisa, fosse valer de alguma coisa. Aí minha mãe falou da janela, ele já tava indo, “Johnatha, tá com a identidade?”, “tô, vó”, “então não fica de boqueira pela rua não, os polícia tão com a corda toda aí”. Aí foi na casa da namorada, deixou ela em casa, na volta, quando ele saiu da casa dela... a mãe da menina diz que ele não demorou nem cinco minutos, só entrou, cumprimentou ela e tal, e saiu. Falou que assim que ele saiu, ela ouviu uns tiros e a outra filha dela chegou, e aí já chegou com a notícia de que o Johnatha tinha sido baleado. As testemunhas falam que tinham moradores e tinha esse grupo de policiais, que já era bem conhecido pelos moradores por serem bem agressivos, por hostilizar, e começaram um bate boca, e taca pedra daqui, dá tiro pro alto de lá, os policiais, e foi nisso que o Johnatha passou e eles além de dar tiro pro alto, deram tiro na direção dele. Foi um tiro que pegou aqui, bem no cóccix dele, e ele teve hemorragia interna, já chegou sem vida na UPA. E nesse momento, desculpa, porque eu já dei uma volta do caramba, mas é tanta coisa que vai vindo, que você me perguntou sobre a Maria Paula.

Antes do Johnatha sair de casa, eu recebi a visita da minha cumadre, que chegou com meu afilhado pequenininho, e ela foi a pessoa que presenciou todo esse momento meu com o Johnatha, negócio do pavê. E aí ela falou, “ah comadre, o Gabriel queria vir aqui te ver, ficar aqui com a Paulinha, trouxe um DVD pra ver com a Paulinha”, falei, ah tá. Ela falou vou deixar ele aí e vou na casa da minha outra comadre e quando eu voltar eu pego ele. Nisso o Johnatha saiu e a Maria Paula tava na sala, e quando o Johnatha saiu a Maria Paula falou assim, “mãe, o Gabriel trouxe o DVD, tem pipoca aí? Faz pipoca pra gente”. Eu fui olhar não tinha pipoca, não tinha refrigerante, não tinha nada. O que que eu fiz? Assim que o Johnatha saiu eu saí também, fui no mercado próximo da minha casa, e aí fui comprar pipoca, refrigerante, essas coisas, deixei Maria Paula e o menino em casa, e como minha ex-sogra mora do lado, eu falei assim, “passa o olho aqui nas crianças que e vou no mercado e já venho”. Eu cheguei no mercado, dentro do mercado a gente nunca compra só aquilo que tava proposto, então tava vendo outras coisas, não demorou muito tempo, quando eu já tava chegando no caixa, meu celular tocou. Era minha irmã, ela falou “você tá aonde?”, “eu tô aqui no mercado”, ela falou assim “aconteceu um acidente com o Johnatha, vai pra UPA que eu tô indo pra lá”, eu falei, “mas o que que aconteceu?”. Uma das coisas que o Johnatha também amava era andar de moto e a minha irmã tinha uma moto. Ele não tinha habilitação, mas

ele andava direto na moto da minha irmã. Aí quando ela me liga e fala isso, que aconteceu um acidente com o Johnatha, eu achei que ele tivesse andando de moto, tivesse caído, se machucado, alguma coisa, e eu perguntei o que aconteceu, ele falou que não sabia direito, pra ir pra UPA. Quando eu saí do mercado, larguei tudo, saí correndo do mercado, já encontrei com a avó dele, a mãe do pai dele vindo já, que acho que era pra me avisar, eu perguntei o que tinha acontecido com o Johnatha que a Patrícia me ligou que aconteceu um acidente, e é essa hora que ela fala “os polícia atiraram no Johnatha, deram tiro no Johnatha”. Aí eu fiquei tentando entender porque a polícia atiraria no meu filho, correndo pra ir pra UPA, mas no caminho pensando por que que atiraram nele? Onde que pegou o tiro? Mas não foi nada grave né? Foi de raspão. Porque na minha mente era isso, ele tava andando de moto, ou não parou porque não tinha habilitação ou porque não ouviu os policiais mandarem ele parar, eles devem ter dado o tiro, mas eu juro que na minha mente eu ia chegar lá meu filho tava vivo, tava bem, não era nada grava. Mas quando eu cheguei na UPA já tinham duas viaturas de polícia na porta, quando eu abri a porta já vi minhas irmãs desesperadas, e eu só queria ver meu filho do mesmo jeito que ele saiu da minha casa, lindo, sorridente, cheio de vida, cheio de alegria. E aí eu queria ver o Johnatha daquele jeito, e eu falei “eu quero ver meu filho, o que que aconteceu”, e minha irmão falou assim, “calma que ele tá lá dentro, ainda vai vir notícia” ela mesmo ainda não tinha recebido a notícia. Aí foi nesse mesmo momento que o marido dela sai lá de dentro e já vem com a notícia, de que o Johnatha não tinha resistido ao ferimento e tinha falecido.

Nessa confusão toda eu fui pro mercado e deixei minha filha em casa. E dali eu já não sei mais, minha vida tomou um rumo, sabe, e eu não lembrava da Maria Paula. Foi depois de tudo, quando eu voltei pra casa, ainda sem saber aonde que eu tava, sem acreditar que meu filho não ia voltar. Eu não acreditava naquilo, não acreditava que ele não ia voltar mais pra casa. Até porque lá na UPA eu não tive coragem de entrar na sala e vê-lo. eu não quis entrar pra vê-lo. Só de imaginar que meu filho pudesse tá ali numa mesa, numa maca, sem vida. Johnatha nunca foi sem vida, nunca foi. Sem vida, parado, aquele não ia ser meu filho, não era o Johnatha. Só de imaginar isso já me doía. E eu queria ficar com aquela esperança de que ele ia voltar pra casa, de que eu ia pra casa e ele ia voltar pra casa. E nesse meio tempo todo, quando eu voltei pra casa, porque eu fui ainda na casa da minha irmã, toda hora as pessoas falando a mesma coisa, tentando me dar remédio, e eu não queria tomar, porque eu queria tá lúcida de tudo que tava acontecendo. Aí quando minha irmã abriu a geladeira pra mostrar pra vizinha o pavê

que o Johnatha tinha levado pra minha mãe, aí, tanta coisa. Sei que quando me levaram pra casa, pra minha casa mesmo, eu nem conseguia ver minha filha. Depois, no outro dia assim que eu comecei a lembrar mais da Maria Paula, porque levaram ela pro velório, e ela chorava muito, ela tava em pânico, e eu falei, “meu Deus do céu”, era muita coisa pra mim. Depois que eu cheguei em casa, depois do velório, no segundo ou terceiro dia que eu fui pensar na Maria Paula, de como essa notícia chegou até ela, e aí essa notícia chega pra Maria Paula da pior maneira possível. Ela tava em casa e chegaram gritando lá na rua que o Johnatha tinha sido baleado. Nisso minha vizinha, mãe da amiguinha dela, vai lá na minha casa e pega ela. Porque aí a vó já tava desnorteada, a família toda. Minha vizinha foi lá, pegou ela, pegou meu afilhado – porque minha comadre falou que quando chegou lá pra pegar meu afilhado ele não tava, então já tavam na casa da vizinha. A primeira notícia foi que o Johnatha tinha sido baleado, depois chegam com a notícia, todo mundo gritando lá, desesperado, falando que o Johnatha tinha morrido. Depois eu fiquei pensando, minha filha recebeu uma notícia dessa, que o irmão dela, que ela tanto amava, saiu, foi morto, nunca mais vai voltar, e eu não tava perto dela, eu não tava com ela pra acalantar, pra abraçar. Eu fiquei um bom tempo ainda me sentindo culpada por causa disso. E aí depois, com o passar do tempo, ela não falava, ela não chorava, não tocava no assunto, e até hoje ela tá fazendo acompanhamento psicológico. Foi difícil também pra conseguir. Aqui na Fiocruz eu não consegui, nem com a intervenção da Comissão de Direitos Humanos, porque, como pode uma instituição dessa, está aqui no meio de várias favelas, Mangueiras, Jacaré, complexo da Maré, e não tem como atender um familiar de vítima da violência, uma vítima da violência, porque os familiares também não deixam de ser vítima dessa violência toda. E aí eu tive que fazer muita coisa. Porque a minha filha ia pra escola, passado uma semana, e ela agarrava no portão da escola e ela não queria entrar, não entrava, chorava. Aquilo ali era todo dia. Depois também tinha um projeto na escola dela que era policial dentro da sala de aula, policial dando aula. Independente de tá armado ou não, mas é um policial, a figura de quem tirou a vida do irmão dela. Foram várias coisas. Mas hoje ela vem superando mais. Ela ainda não fala muito, às vezes eu pergunto se ela sente saudade do irmão, ela só responde o que eu pergunto, se eu não perguntar ela não toca no assunto. Uma vez, um ano depois, ela falava assim pra mim, “a senhora só posta foto do Johnatha no Facebook”, “a senhora só fica vendo foto do Johnatha”, falou isso pra mim. Então, uns toques assim que acabam... às vezes os filhos acham, é, minha mãe gostava mais do meu irmão que morreu do que de mim. Mas não é

isso, sabe. É muito difícil, porque a mãe perde um filho, e os filhos que ficam perdem um irmão e perdem um pouco da mãe. É muito difícil, mas hoje em dia – ainda tenho meus dias que não consigo nem sair do quarto – é a Maria Paula quem cuida de mim, que deita perto de mim, que me faz carinho.

Hoje foi dia, eu saio daqui, pego duas conduções pra levar minha filha lá pra Copacabana, pra ter um acompanhamento com a psicóloga. É uma profissional maravilhosa, que tem dado resultados. Maria Paula tá bem melhor, eu vejo a diferença. Então eu faço esse sacrifício. Estado, ninguém, apoio nenhum. Tenho que sair daqui, pagar passagem minha e dela, ida e volta, tudo. São quatro anos já. É uma vez na semana. A psicóloga falou que o certo seriam duas vezes na semana. Mas sabe que é muito puxado, porque a gente sai de lá direto pra escola, ela estuda numa escola que é particular, então não dá merenda. Quando tá em casa ela almoça em casa e vai pra escola, nas terças não. Tem esse dinheiro que eu tenho que pagar as nossas passagens e tenho que deixar um dinheiro pra ela almoçar ou almoçar com ela pela rua antes dela ir pra escola.

E você trabalhava quando tudo aconteceu?

Já não trabalhava. Eu me formei em pedagogia em 2005, muito por conta do trabalho na creche, mas quando eu me formei a creche já tinha fechado, ela fechou em 2003. Mas eu entrei pra faculdade, que não era uma coisa que eu pensava em fazer, tipo assim, terminei o ensino médio, foi em 94. O Johnatha nasceu em dezembro, final do ano, eu estudei ali no Clóvis Monteiro, onde ele estudou também, e aí quando ele nasceu, só que o ano letivo ainda não tinha terminado e eu tinha ficado de recuperação em uma matéria, aí tive ele e depois tive que voltar pra fazer a prova de recuperação e tal. Mas aí consegui, passei. E terminei o ensino médio em 94. Aí em 2005 eu me formei na faculdade de pedagogia. Porque, com eu só tinha o ensino médio, na época que eu entrei pra creche só tavam pedindo só mesmo o ensino médio, e era pra trabalhar como recreadora. Mas depois, uma lei aí, mesmo pra trabalhar com educação infantil tem que ter uma formação, ou de professor, normal superior, ou pedagogia ou em letras, alguma coisa, tinha que fazer quem quisesse continuar trabalhando. Aí fiz uma prova e consegui uma bolsa na Estácio de Sá, e aí pagava uma porcentagem que era pouca, mas na época eu trabalhava dava pra pagar. Aí me formei, só que quando me formei a creche já tinha fechado, então nem trabalhei na área nem nada, depois eu trabalhei com outras

coisas, inclusive fazendo censo do PAC aqui. Trabalhei em outras coisas, mas não na área.

E a Ingrid, a namorada do Johnatha na época?

Ah, a Ingrid... o Johnatha sempre foi um menino muito namorador. Era um menino que as meninas queriam namorar. O Johnatha com nove anos, dez anos, as meninas colocavam cartinha embaixo da porta, “quer namorar comigo?”, não sei o quê. O Johnatha era esse menino, era aquele que ia pras festinhas e o “com quem será” era sempre com o nome dele, ele era muito namorador. E essa menina, a Ingrid, foi a menina que deu uma flechada no coração dele, porque eles já tavam namorando a um ano e três meses. Ele ficava falando que iam noivar, isso e aquilo. Ele gostava dela, eu sentia que ela também gostava bastante dele. Inclusive na semana que ele morreu, que teve o enterro, ela fez uma tatuagem, ela escreveu aqui [mostrando o antebraço] o nome dele. E ela também fez uma postagem no Facebook que me deixou emocionada. Ela era uma menina muito introvertida, chegava lá em casa, não era muito de falar no começo. Aí eu chamava ela, “olha, abraça meu filho e não quer me abraçar? Vamos chegar, me abraça aqui”. Aí depois ela foi se integrando mesmo. A minha irmã falava, “vem aqui, dá um abraço na tia”, minha mãe falava que era vó dela também. Aquela coisa toda. E aí teve uma foto que tiramos todo mundo junto, as duas avós do Johnatha, eu, a Maria Paula, meus irmãos, e ela e o Johnatha, então tava todo mundo junto, e aí ela postou essa foto depois do falecimento do Johnatha, e ela escreve assim “a família que meu amor me deu”, e até hoje é assim, ela já teve outros namorados, mas vira e mexe ela posta alguma coisa falando do Johnatha, de como ele era com ela. Agora no dia das mães ela ligou pra mim perguntando se eu tava em casa, falei que tava indo pra casa da minha mãe, e aí ela foi lá na minha mãe me ver, levou uma lembrancinha pra mim, ela sempre com carinho. E eu falo, minha eterna norinha, minha eterna nora. Porque o Johnatha era essa pessoa mesmo de marcar, de entrar na vida das pessoas e marcar. Todo mundo que conhece, assim, pra mim não tem satisfação maior do que, andar na favela, e desde as crianças, crianças às vezes assim que nem conheceram ele, às vezes eu tô com a camisa com a foto dele, aí vem as crianças e falam assim, “ele era seu filho?”, aí eu falo, é, era não, é meu filho. E uma das coisas que me fortalece muito, que enche meu peito de felicidade, de alegria é isso. Eu nunca vou deixar de ser a mãe do Johnatha, eu sempre vou ser a mãe dele, isso ninguém nunca vai tirar de mim.

E as pessoas mais velhas, não é porque eu sou mãe dele, você pode entrar aí [na favela de Mangueiros] e perguntar quem era o Johnatha, como era o Johnatha, as pessoas vão falar, era um garoto super educado, super alegre, de dançar, de passar por um forrozinho ali no bar e as senhoras mais velhas chamarem, “Johnatha, vem cá dançar comigo”, sabiam que ele gostava de dançar, e ele ia, não tinha vergonha de nada, não tinha vergonha de viver, não tinha vergonha de ser feliz. Meu filho era assim. Eu falo que ele faleceu com 19 anos, na época eu tava com 38 anos e eu falo, esse garoto viveu muito mais do que eu. Esse moleque viveu com muito mais intensidade do que eu. E eu tenho o maior orgulho disso, de ter esse filho. Acho que é isso, o Johnatha me ensinou muita coisa, a gente tem que viver mesmo, não pode ter vergonha de ser feliz, de se jogar, é isso, a vida é curta demais. Aí do nada nos tiram a vida, esse direito de viver.

Você disse que o Johnatha te ensinou que é preciso ser feliz. E como faz pra ser feliz depois do que aconteceu?

Ah... acho que não é procurando coisas mirabolantes não, sabe? É nas pequenas coisas, nos pequenos detalhes, é eu poder olhar pra minha filha, poder olhar pra Maria Paula e ver que ela tá ali presente, tá do meu lado. É eu poder ouvir que ainda tem alguém ali me chamando de mãe. Uma das coisas que ficava me perguntando é e agora como é que vai ser? Eu sou feliz por ainda ter uma filha, porque eu ainda vou ouvir alguém me chamando de mãe. Tem outras mães que eu conheço que tinham filhos únicos, não quer dizer que um filho substitua outro, porque... eu conheço a Fátima, que é uma mãe que perdeu o filho sete meses antes do Johnatha, ela é mãe de nove filhos, a polícia tirou um filho dela, mas assim, nenhum deles vai completar aquele espaço que o Paulo Roberto deixou. Mas eu vejo que também tem mães que nunca mais vão ouvir um filho chamar “mãe”. Hoje a felicidade pra mim é isso, outro dia eu fui pra laje da minha casa colocar roupa pra lavar na máquina e aí eu gosto muito de flores, mas não tinha o costume de cultivar flores, plantinhas dentro de casa. Hoje não, eu tava lá enquanto a máquina enchia, sentei e fiquei vendo os vasinhos de flores, e apreciando, tão bonito, colorido. E é isso, é eu saber que eu tenho uma família que me ama. Eu acho que se eu não tivesse essa família, que me acolheu, que me deu colo, que me deu força, que até hoje me apoia, me dá força, eu acho que é muito mais difícil quando você não tem uma família, não tem amigos. Felicidade hoje pra mim é isso, o que me dá força nos momentos que eu tô mais triste, é saber quantas pessoas que eu também conheci através de contar a história do Johnatha, pessoas que hoje se tornaram mesmo verdadeiras

amigas, amigos, que eu sei que eu posso contar. Felicidade pra mim é quando eu falo do Johnatha e as pessoas conseguem sentir um pouco o que ele é, o que ele representa, da energia dele mesmo. Quando eu vou nos lugares, ou quando alguém vem me entrevistar e não pergunta “mas ele era bandido?”, “mas ele trabalhava?”, “ele estudava?”.

Outro dia numa passeata pela paz lá na Maré, eu tava com uma outra mãe aqui de Manguinhos que tinha perdido o filho recentemente, e aí o repórter da Globo vem e a gente tava caminhando junta, e ele pergunta, se ela era a mãe do Cristian, “posso conversar com você?”. Aí eu tô escutando ele perguntando pra ela assim, “mas o seu filho era bandido, fazia parte do tráfico, alguma coisa, o que ele fazia da vida?”, aí eu fui com uma fúria, porque quando eu tô nesses lugares eu me transformo, e ela assim “não, meu filho não era bandido, mas a polícia tentou colocar uma arma, não sei o quê”, aí eu falei, “olha só, é por causa de perguntas como essa aí que você tá fazendo agora, que entram na favela e tiram a vida dos nossos filhos. Se o filho dela fosse bandido ele podia ser assassinado, com um tiro na cabeça, nas costas, mesmo estando desarmado? Então reformula sua pergunta se você quiser falar com uma mãe”. Aí começou a vir mães perguntando o que aconteceu, ele pediu desculpa, falou que não era essa a intenção. Mas é isso mesmo, e isso faz com que outras mães, que têm filhos que foram assassinados, mas que tinham algum envolvimento com o varejo de drogas, achem que elas não têm direito, mesmo se esse filho foi morto numa situação de extrema covardia. Acham que não podem lutar, que não podem falar dos seus filhos. Estão aí, reprimidas, morrendo. Eu falo que é justamente isso, o fato dessas mães não se juntarem a nós, não gritarem, não falarem que não aceitam isso, que eles continuam entrando e matando, que a mídia continua com esse discurso de “mas era bandido”. Isso é uma hipocrisia, e cada vez que eu penso que tiraram a vida do meu filho, que o sangue do meu filho foi derramado, depois eu vi as pessoas comentavam que esses policiais aí pegavam arrego, sabe? E depois vem e tira a vida do seu filho. Isso é uma coisa que me revolta, me dá ódio.

Você acha que a mídia alimenta esse extermínio da população?

Ela alimenta sim, alimenta porque ela vai disseminando essa ideia pros telespectadores, pra população, de que o papel da polícia tem que ser esse, de matar. Acho que é isso, de uma certa forma, quando a mídia fica o tempo todo falando que tem que colocar mais polícia dentro da favela, tem que investir na segurança pública. Mas segurança pra quem? Meu filho nunca teve nenhuma segurança. Ninguém zelou pela

vida do meu filho e nem de tantos outros filhos que foram assassinados aí covardemente pelo braço armado do estado. É pra quem essa segurança? Hoje em dia eu penso duas vezes pra falar que eu quero paz, porque toda vez que as pessoas pedem paz, dependendo de quem é que está pedindo paz, e paz, principalmente pra quem não mora dentro da favela, significa que pra que eles tenham paz, que dentro da favela tem que ter mais extermínio, mais encarceramento. Porque é exatamente isso que a mídia prega pra população. Porque se tiver um assalto aqui na Leopoldo Bulhões [avenida na entrada da favela da Manguinhos], a primeira coisa que vão falar é que tem que ocupar Manguinhos, ocupar o Jacaré, tem que ocupar a Mandela, tem que colocar a polícia lá dentro. Fica pedindo uma resposta e essa resposta você sabe qual é, é mais extermínio. Eu acho que poderia pensar em outras alternativas, mas essas outras alternativas não é interesse de quem está no poder, da classe alta. As alternativas de saneamento básico, de investir em educação de qualidade, numa saúde de qualidade. Não, vão investir em caveirão, caveirão voador pra matar os outros lá de cima. A mídia prega a todo tempo que o inimigo número um da sociedade é o pobre, é o favelado. E esse inimigo tem que ser eliminado, tem que ser exterminado, aí, quando matam, a sociedade, essa parte da sociedade, acha que tá certo, que se morreu é porque tava fazendo alguma coisa de errado. O que resta pra gente é o que? Porque não é o policial assassino, como no caso do meu filho, que já respondia por triplo homicídio, duas tentativas de homicídio, o policial que já tinha sido preso um ano antes de matar meu filho, tinha ficado um mês preso. Não é o policial que vai ser investigado. Por que não colocaram a foto do policial que matou meu filho no dia que apareceu a foto do meu filho. Por que não botaram a foto do policial. Então como a mídia não tem responsabilidade com isso? Tem responsabilidade sim, tem total responsabilidade. Por que não falaram lá que o policial que matou aquele jovem já respondia a processo, já tinha sido preso. Mas não, sempre investiga a vida da vítima, pra tentar de alguma forma legitimar a ação da polícia, a ação covarde e injusta da polícia. E o mais triste disso tudo é que a gente vê às vezes a própria favela, a própria pessoa que é vítima disso, o próprio oprimido, reproduzindo o que a mídia fala: “ah, não, mas o seu filho eu sei que não tinha envolvimento, mas aquele fulaninho lá? Aquele fulano, ele fumava maconha né? Ele já tinha passagem pelo sistema”. Sabe, isso é trabalho que a mídia faz. Porque se quando um jovem morresse botasse lá a família, os amigos, buscasse saber quem era essa pessoa, vamos investigar quem era esse policial, porque que não faz alguma coisa assim?

Como no caso da Cláudia, que foi arrastada por vários policiais pelo asfalto, os policiais com mais de não sei quantos autos de resistência, os policiais que mataram a menina dentro da escola, mais de não sei quantos autos de resistência, sabe. E não é só a mídia, o judiciário também. Quando o caso do Johnatha sai da delegacia, chega no Tribunal de Justiça., eu achei que quando ele chegasse no tribunal ia ver a justiça ser feita. E aí o que acontece? Quando eu chego lá, as perguntas dos promotores, do juiz, “ah, mas no local onde você mora tem tráfico de drogas?”. Vem cá, pelo amor de Deus, onde não tem tráfico de drogas no Rio de Janeiro? É muito hipocrisia, muita sujeira.

A mídia, como você disse, ela criminaliza a vítima. Mas em alguns casos ela dá visibilidade e fala com os amigos, com a família. É o caso do médico Jaime Gold, que foi assassinado na Lagoa, que teve grande repercussão

Nesse caso o José Mariano Beltrame [então secretário de segurança pública do Rio] deu uma declaração, muito impressionado, falou que era inadmissível uma morte na Lagoa. Inadmissível! Eu também acho inadmissível uma morte na Lagoa ou em Manguinhos ou em qualquer outro lugar. Eu conheço o menino que foi preso injustamente pela morte do médico, ele acabou de ser solto, a mãe dele foi uma das pessoas que me acolheu quando o Johnatha faleceu, ela já fazia parte do Fórum Social de Manguinhos, que é Fórum do qual eu também faço parte, e foi onde eu conheci a dona Jane. Ela foi uma das pessoas que sempre falavam assim pra mim: não desiste não, isso mesmo luta pelo seu filho. Naquela época ela nem tinha passado pelo que ela passou com o filho dela. Agora depois ela passa por isso. Graças a Deus o filho dela está vivo. Mas eu acho que a prisão também é uma forma de morte, de matar um pouco dessa pessoa. A revolta deles era essa, puxaram a ficha de vários meninos que já tinham sido pegos roubando e tal, e ele tinha não sei quantos roubos, pelo que eu soube. E eles pegaram quem já tinha bastante e pegaram um bucha. E na época não quiseram voltar atrás, mesmo o outro menino assumindo a culpa. Um assumiu a culpa, assumiu que foi ele que matou, não foi o filho da dona Jane. Mas só que eles não quiseram saber, porque eles já tinham ido na mídia, falado, feito aquele carnaval todo. Foram na casa da dona Jane, pegaram material dela, que ela trabalha com reciclagem. Mulher guerreirona. Maior orgulho de poder caminhar ao lado dela, maior admiração por ela. Fizeram o que fizeram na casa dela, tudo pra dar uma resposta pra sociedade, que não admite que um branco, médico, seja assassinado. Eu queria que eles dessem essa resposta pra mim também, mas não pegando um bucha pra botar lá de gaiato. É muito revoltante. E aí

ficaram provocando, atiçando a população, que eles fazem isso, a mídia faz isso. A mídia, pelo menos essa mídia que tá aí, ela é bastante manipuladora. Ela faz as coisas de acordo com os interesses dela, interesses dos poderosos. Aí é quando começa, que tem que vetar a ida da favela pra Zona Sul, que favelado não pode ter acesso à Zona Sul, favelado não pode ter acesso às praias.

Você comentou que não sabe de onde veio a força pra lutar depois da morte do Johnatha, e também que acaba sendo algo natural, porque não tem pra onde correr. Ou você se entrega ou vai pra luta. Como funcionou isso?

Eu tava ali, aguardando minha família. Porque hoje em dia nem morrer mais a gente pode, né? Pra enterrar, porque quase o sepultamento do Johnatha não sai naquele dia porque não tavam conseguindo gaveta, e minha irmã que tava à frente disso tudo resolvendo, me ligou falando que não tem gaveta. Eu quero enterrar meu filho.

Eu pensei que eu fosse morrer, eu olho pra trás, ainda hoje, e fico me perguntando como que eu cheguei até aqui, como que eu tô aqui de pé. Eu pensei, quando eu cheguei naquela UPA, que veio meu cunhado falando que o Johnatha não resistiu, aquilo não entrava na minha cabeça, aquilo não tava acontecendo. Até hoje quando eu falo isso ainda é inacreditável. No dia seguinte eu ainda estava viva. Viva pra ouvir eles noticiando aquilo, e a cada dia que passava eu ficava me perguntando, como que eu vou conseguir? Será que amanhã vai chegar pra mim? Eu nunca me imaginava sem o Johnatha. Eu achava sinceramente que eu iria morrer, que eu iria definhando, adoecer. Só que a gente não tem escolha, não tem luto, a gente é empurrado a isso, porque eu senti essa necessidade, de falar dele, de ir pros lugares. Eu lembro bem que eu falei que queria gritar pro mundo. E as coisas foram acontecendo, como eu já fui pra Europa, pra vários países falando, compartilhando com outras pessoas o que aconteceu com meu filho, mostrando a verdadeira cara do Rio de Janeiro, do Brasil pra muitas pessoas que só veem o turismo.

Mas eu costumo dizer que dentro do meu coração, dentro do meu peito, tem muita dor, uma dor desse sentimento de injustiça, de perder um filho dessa forma tão brutal, tão covarde, tão injusta. Perder um filho de qualquer forma é uma coisa horrível, mas uma coisa é você ver seu filho já criado, você olhar pro seu filho, com 19 anos, cheio de saúde, querido, amado por todo mundo, cheio de vida, você vê seu filho saindo de casa, e seu filho não volta mais. É uma coisa assim que, aí... não sei. Eu fico assim lembrando as últimas palavras dele comigo, o último abraço dele ali naquela cozinha

antes dele sair. Tem muita dor pela forma injusta como ele foi tirado de mim, tem muita dor pela saudade que fica, mas tem muito amor. Eu acho que o amor sobrepõe essa dor. E é esse amor que eu sinto pelo meu filho que me sustenta, que me faz continuar lutando, que me faz querer continuar falando dele, querer compartilhar. Eu sinto essa necessidade, é tanto amor que eu sinto pelo Johnatha que quando eu encontro uma mãe que passa pela mesma dor, eu quero botar esse amor que eu sinto pelo meu filho, passar pra essa mãe e despertar essa mãe também, falar pra ela o quanto é importante ela também falar do filho dela, ela poder sentir orgulho do filho, de ser mãe dele. E é muito difícil você incentivar uma mãe a sair do luto pra luta, porque isso não é uma coisa que se dá de uma hora pra outra, vai ser no momento dela. Mas eu sempre procuro compartilhar com elas o que eu sinto, pra ver se é a mesma coisa. Pra mim estar nessa luta é continuar exercendo a minha maternidade, é uma forma de eu continuar cuidando dele.

Passaram-se quatro anos. De uns tempos pra cá que eu voltei a me cuidar, que voltei a me olhar e voltei a lembrar o quanto ele me incentivava a me arrumar, o quanto que ele gostava de me ver feliz...

Você se mostra indignada pela forma que o estado tenta criminalizar o Johnatha. O que você espera do estado?

Eu espero que eles revejam essas políticas de segurança pública, seja uma segurança pra todos, que não seja uma segurança que se paute numa falsa guerra às drogas, onde é preciso tirar a vida das pessoas pra justificar os interesses deles. Não quero só um pedido de desculpas, até porque eles não devem desculpas só pra mim. E também não adianta pedir desculpas só da boca pra fora. É pedir desculpa e rever todas as suas atitudes, fazer diferente. Porque não adianta pedir desculpa e continuar matando os outros. O que eu espero do estado é que ele reconheça o erro e faça diferente, comece a fazer diferente daqui pra frente.

Como está o processo?

Eu estou com uma ação criminal na Defensoria Pública. No caso do Johnatha já tiveram as audiências e agora o policial vai a júri popular.

E você tem alguma ação contra o estado por reparação?

Agora que eu tô parando pra pensar nisso, porque antes eu só pensava nessa coisa do policial, principalmente por ele já não ser réu primário, já ter cometido outros crimes. E a eu fui deixando passar, mas eu ainda tenho intenção de entrar.

O fato do policial ir a júri popular é uma vitória?

Depois de quatro anos, né. Mas foge um pouco do padrão que a gente vê. Até famílias que já receberam alguma reparação do estado, como o caso do menino Eduardo, de nove, dez anos, que foi assassinado no complexo do Alemão na porta de casa, os pais receberam, fizeram um acordo. Mas e os policiais, o que aconteceu? Pra mim o mais importante é isso, é mais do que ver o policial pagar pelo que fez, é eu poder ver a imagem do meu filho limpa. Isso pra mim não tem preço, é mostrar quem é o verdadeiro criminoso dessa história. Mas eu penso sim em pedir reparação, porque só eu sei o que eu enfrento, de ajudar minha filha. O pai dos meus filhos que me ajuda. Até por isso que eu tenho condições de estar onde estou. Porque muitas mães não estão na luta não é porque não querem, ou elas estão adoecidas, ou elas têm que trabalhar, são sozinhas, não tem ninguém pra ajudar financeiramente dentro de casa, família. Muitas vezes era aquele filho que foi assassinado que era quem ajudava nas despesas da família, da casa. E como essa mulher vai estar na luta? Ela tem que escolher. Por exemplo, como a gente foi agora, passamos seis dias em Salvador, no terceiro encontro internacional de mães vítimas da violência. Uma mãe que trabalha não tem como participar de um ativismo desse, de passar seis dias em outro estado. É difícil, é complicado. Até porque eu penso, um dos meus desejos seria poder morar num lugar melhor, onde eu pudesse dar algo melhor pra minha filha, investir no estudo dela. Eu falo muito com ela sobre isso, da importância da pessoa estudar.

E o caso do Johnatha sim [tem disso importante], e tudo por conta do ativismo, por conta da luta, que não é uma luta só minha, mas de todas as mães. Todas as audiências eu não tava sozinha, eu tava lá com a minha família, meus amigos, vizinhos, os apoiadores, as pessoas que apoiam as lutas das mães, essas pessoas tão sempre ali pra apoiar, estão juntas. Eu nunca me senti sozinha nesses lugares, principalmente naquele Tribunal de Justiça, que é um lugar tão frio, aqueles corredores imensos. Na primeira audiência do Johnatha ficamos lado a lado, as testemunhas de acusação, que eram os moradores, e os policiais da UPP envolvidos na ação da morte do meu filho, até o assassino, no mesmo corredor. Se eu tivesse que estar ali sozinha com o assassino... então eu penso o quanto que é importante. Eu sempre que posso eu tô junta com as

outras mães nas audiências dos filhos delas, a gente mobiliza, a gente faz ato na frente do tribunal, tentando chamar a atenção das pessoas, qual o motivo da gente estar ali reunida.

Pra mim é muito importante também poder mostrar que, por mais que a mídia fale, por mais que as pessoas falem que não vai dar em nada, porque eu ouvi muito isso, “deixa isso pra lá, você já tem a sua dor, não vai dar em nada”. O pai do Johnatha mesmo falava assim pra mim, “você vê aí que os polícia mata, mata, mata e nada acontece”. As pessoas perguntavam se eu não tinha medo, falavam que não ia dar em nada. Mas eu vou até o fim, eu vou tentar e mesmo se não der em nada, eu vou ter a minha consciência de que eu fiz o que eu tinha que fazer enquanto mãe.

E como foi sua inserção no movimento de mães?

A primeira manifestação que fui foi no Chapéu Mangueira. Cheguei lá e vi um monte de mães. Tinha um varal e elas penduravam as camisas com as fotos dos filhos. Eu me aproximei, fiquei olhando. Uma senhorinha lá, a dona Izildete – ela é uma mãe da Baixada, o filho dela desapareceu depois de uma abordagem policial. Até hoje, tem mais de dez anos, o filho dela não apareceu. Ela falou assim pra mim “esse é seu filho?”, eu tava com a camisa com a foto dele, falei “é”. Aí ela perguntou quanto tempo, eu falei que tinha um mês. Ela foi lá e me mostrou, “esse aqui é meu filho” e me contou a história e falou assim pra mim “olha, tem mais de dez anos que meu filho desapareceu, mas eu não desisto de lutar, eu vou até o fim”, ela falou isso pra mim, falou pra eu não desistir do meu filho, pra eu ir até o fim. Foram palavras que me tocaram, eu ver aquela senhora, parecia bem frágil, cheia de cabelinhos brancos, parecia bastante debilitada de saúde, mas ela tava ali, falando do filho dela, mostrando o filho dela. Eu falei pra mim, vou seguir nessa linha aí enquanto eu viver. Hoje eu só penso em ter saúde, sabedoria, pra seguir, e a gente acaba vendo a importância disso. Aí eu encontrei, foi na missa de sétimo dia do Johnatha, que eu conheci a Fátima Pinho, que é a mãe do Paulo Roberto, que tinha sido assassinado sete meses antes do Johnatha aqui em Manguinhos, ele foi assassinado pelos policiais da UPP, mas ele não foi morto a tiros, ele foi espancado até a morte. Ela tava lá com o pessoal o Fórum, ela tava com a camisa do filho dela, se apresentou pra mim. Até então eu nem sabia que ela era uma das testemunhas do caso do Johnatha, porque foi a minha irmã que conversou com ela. Aí ela falou, vai numa reunião do Fórum pra gente se conhecer melhor, conversar, vamos nos unir, vamos lutar por justiça.

Depois eu fui no Fórum, e eu achei, na minha ignorância, da mesma forma que muitos moradores às vezes pensam, eu pensei, meu filho foi assassinado, eu quero que o policial seja responsabilizado, pague pelo que fez, aí eu achei que ia chegar lá no Fórum e ia ter lá alguma coisa e as pessoas iam resolver isso. Mas não, fui aprendendo que ali era um espaço pra gente juntar forças e juntos pensarmos formas de fortalecer essa luta, de lutar mesmo contra todos os tipos de violações. No começo eu pensava assim, “que reunião chata, coisa chata, mas e quando vão falar do meu filho?”. Foi muito aprendizado. E tinha a Fátima, e a gente começou a se aproximar mais, e quando eu ficava sabendo de algum ato sobre extermínio da juventude, eu chamava a Fátima e falava, não esquece a camisa do Paulo que eu vou botar a do Johnatha. A gente pegava o nosso uniforme, a gente fala que é o uniforme da luta, a gente vestia e ia pros lugares. Começamos a ir, compartilhar com as pessoas o que tava acontecendo em Manguinhos, falava das outras pessoas que estavam sendo assassinadas após a chegada da UPP, que foram assassinados antes dos nossos filhos, até que em março de 2015 a gente recebe um telefonema falando que nos iríamos ser homenageadas com a Medalha Chico Mendes, que é uma medalha que simboliza a resistência. Falei pra mim, caramba, uma medalha muito simbólica. Aí perguntaram como que a gente gostaria de ser anunciada quando fosse receber a medalha. Aí surgiu a ideia... porque antes, quando a gente ia pros lugares, falavam as mães de Manguinhos estão aqui, porque era sempre nós duas. Aí a Fátima falou, chama “as mães de Manguinhos”, e também porque a gente já vinha conversando sobre esse desejo de criar um movimento para além do Fórum Social de Manguinhos, criar um movimento onde outras mães de Manguinhos e de outros lugares também, pudessem se identificar com a gente, com a nossa dor e a nossa luta. Acabamos criando o movimento das mães de Manguinhos. Mas é um movimento que não fica preso apenas a Manguinhos, a gente vai pra outros lugares.

Qual a importância do movimento de mães?

Tem o caso da Janaína, que teve o filho morto por policiais da UPP do Borel que chamava Jonata também. A gente se conheceu e hoje poder ir nos lugares e ouvir dela que foram outras mães que tiraram ela do luto dela, que despertaram nela o desejo de poder falar do filho dela, de poder lutar pelo filho dela. É isso, é poder mostrar para os moradores aqui de Manguinhos, que por mais que falem que não tem justiça, eu também não acredito nessa justiça que tá lá pra bater o martelo, mas eu acredito na nossa força, acredito na nossa luta, isso eu acredito. Quem tá lá no poder não quer que a

gente acredite que a nossa luta traz sim resultados. Eles não querem que a gente acredite nisso. E aí você acha que não vão acreditar que o caso do Johnatha chegou a esse patamar de o policial ter entrado com recurso, o recurso foi negado agora, três votos a zero, os três desembargadores votaram contra o recurso dele. Isso incentiva os moradores, eu vou lutar igual a Ana Paula, igual a Fátima, é isso que eu quero, poder dar retribuição a esses mesmos moradores que tiveram coragem de enfrentar a polícia, tiveram coragem de apontar o dedo e falar e contar a verdade, a versão deles, do que eles viram. É o mínimo que eu posso dar como retribuição a tudo que eles fizeram pra mim. Acredito muito na nossa luta, que traz resultados sim. E mesmo se chegar no final, tiver um julgamento, e o policial não for condenado, eu vou ter a consciência de que minha parte eu fiz, meu papel eu cumpri. Eu não vou desistir. Enquanto eu viver vou continuar contando a história do Johnatha.